

www.ichs.ufop.br/rhh
historiografia@ufop.br
ISSN 1983-9928

História da Historiografia

número 02 • março • 2009



História da Historiografia

número 02 • março • 2009

Conselho Editorial

Helena Mollo (UFOP)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UFU)
Sérgio da Mata (UFOP)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF)
Carlos Oiti (UFG)
Cássio Fernandes (UFJF)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN)
Edgar De Decca (UNICAMP)
Estevão de Rezende Martins (UnB)
Francisco Murari Pires (USP)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio de México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)
José Carlos Reis (UFMG)
Jörn Rüsen (Kulturwissenschaftliches Institut / Universität Witten-Herdecke)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ)
Manoel Salgado Guimarães (UFRJ)
Silvia Petersen (UFRGS)

Secretaria

Flávia Florentino Varella (USP)

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2009, número 2, março 2009, 286 pp.

ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

Esta edição foi realizada com o apoio do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

EDITORIAL 08

DOSSIÊ

Da Monarquia à República: questões sobre a escrita da história

Apresentação 10

Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista
Rodrigo Turin 12

Entre a *opsis* e a *akôe*: as marcas de enunciação na pintura histórica e da crítica de arte do oitocentos
Isis Pimentel de Castro 29

O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)
Hugo Hruby 50

O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em *Os Sertões*
Fernando Nicolazzi 67

A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu
Maria da Glória de Oliveira 86

ARTIGOS

O General Marshall em Princeton, Tucídides na Guerra Fria
Francisco Murari Pires 101

Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial
Júnia Ferreira Furtado 116

Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história
Jörn Rüsen 163

O conceito de neutralidade no discurso da história: entre os “*Geschichtliche Grundbegriffe*” e o “*Le Neutre*” de Roland Barthes
Olga Guerizoli Kempinska 210

<i>Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram: gênese historiográfica do eremitismo medieval</i> Gabriel de Carvalho Godoy Castanho	220
--	------------

RESENHAS

VEYNE, Paul. <i>Foucault: sa pensée, sa personne</i> . Paris: Albin Michel, 2008, 214pp. André Luiz Joasilho	234
--	------------

SOUZA, Ricardo Luiz de. <i>Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 232pp. Walter Francisco Figueiredo Lowande	239
---	------------

GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs). <i>Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas</i> . Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Editora UPF, 2007, 245pp. Sérgio da Mata	245
---	------------

LE GOFF, Jacques. <i>Em busca da Idade Média: conversas com Jean-Maurice de Montremy</i> . Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 222pp. Diogo da Silva Roiz	252
---	------------

TEXTOS E DOCUMENTOS HISTORIOGRÁFICOS

Cayru e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente Introdução à <i>História dos principais sucessos do Império do Brasil</i> Bruno Diniz	260
---	------------

PARECERISTAS DESTE NÚMERO	282
---------------------------	------------

NORMAS DE PUBLICAÇÃO	284
----------------------	------------

EDITORIAL 08

DOSSIER

From Monarchy to Republic: questions on the writing of history

Foreword 10

A noble, difficult and useful task: the historian's *ethos* in the 19th century
Rodrigo Turin 12

Between *opsis* and *akôe*: the enunciation marks in the historical painting and in the art criticism of the 19th century
Isis Pimentel de Castro 29

The temple of holy scriptures: the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and the writing of the Brazilian history (1889-1912)
Hugo Hruby 50

The narrator and the observer: notes on the rhetoric of sight in *Os sertões*
Fernando Nicolazzi 67

Noting and writing: on João Capistrano de Abreu's history in chapters
Maria da Glória de Oliveira 86

ARTICLES

General Marshall in Princeton, Thucydides in the Cold War
Francisco Murari Pires 101

New trends in historiography of Minas Gerais in the colonial period
Júnia Ferreira Furtado 116

How to make sense of the past: salient issues of metahistory
Jörn Rüsen 163

The concept of neutrality in the discourse of history: between "*Geschichtlich Gundbegriffe*" and "*Le Neutre*"
Olga Guerizoli Kempinska 210

<i>Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram: genesis of the historiography of medieval eremitism</i> Gabriel de Carvalho Godoy Castanho	<i>220</i>
--	------------

REVIEW ESSAYS

VEYNE, Paul. <i>Foucault: sa pensée, sa personne</i> . Paris: Albin Michel, 2008, 214pp. André Luiz Joanilho	<i>234</i>
--	------------

SOUZA, Ricardo Luiz de. <i>Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 232pp. Walter Francisco Figueiredo Lowande	<i>239</i>
---	------------

GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs). <i>Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas</i> . Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Editora UPF, 2007, 245pp. Sérgio da Mata	<i>245</i>
---	------------

LE GOFF, Jacques. <i>Em busca da Idade Média: conversas com Jean-Maurice de Montremy</i> . Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 222pp. Diogo da Silva Roiz	<i>252</i>
---	------------

HISTORIOGRAPHICAL TEXTS AND DOCUMENTS

Cayru and the first sketch of a History of Independent Brazil Introduction to <i>História dos principais sucessos do Império do Brasil</i> Bruno Diniz	<i>260</i>
---	------------

REVIEWERS OF THIS ISSUE	<i>282</i>
-------------------------	------------

EDITORIAL GUIDELINES	<i>284</i>
----------------------	------------

Editorial

editorial

História da Historiografia chega com vigor ao seu segundo número. Publicamos nesta edição um **dossiê** dedicado à escrita da história no Brasil na passagem do século XIX ao XX, cujo detalhamento o leitor encontrará na apresentação de seu organizador, Fernando Nicolazzi. O dossiê reúne artigos que refletem pesquisas originais para um período da historiografia brasileira ainda muito pouco estudado, com artigos de Rodrigo Turin, Isis de Castro, Hugo Hruby, Maria da Glória de Oliveira, além do já mencionado organizador.

Outra novidade deste número é a seção **Textos e Documentos Historiográficos**, voltada para a divulgação de marcos relevantes, mas ainda pouco visitados, da historiografia brasileira e universal. Para esta edição publicamos a "Introdução à História dos Principais Sucessos do Império do Brasil" de José da Silva Lisboa, transcrita e comentada por Bruno Diniz, que destaca a importância da Introdução e do livro de Cayru para uma história da historiografia brasileira.

Na seção **Artigos**, o leitor encontrará um retrato da variedade do campo. Francisco Murari Pires e Gabriel Castanho apontam os condicionamentos culturais, ideológicos e político-sociais dos estudos medievais e clássicos, alertando para a necessidade da constante revisão crítico-historiográfica da literatura especializada, mesmo em campos que parecem afastados das discussões do tempo presente. Em seu artigo, Júnia Furtado oferece um detalhado e útil panorama da evolução recente da historiografia sobre Minas Gerais, com destaque para o seu exaustivo levantamento bibliográfico.

Na frente da análise teórica da historiografia, destacamos o importantíssimo artigo de Jörn Rüsen, publicado também na seção **Artigos**. Nesse texto Rüsen apresenta uma síntese abrangente de sua reflexão sistemática sobre os fundamentos metahistóricos da historiografia, cruzando suas descobertas teóricas com a análise concreta de temas do debate contemporâneo, como a formação de sentido, o trauma, a memória histórica e o significado de eventos como o Holocausto. A publicação desse artigo contou com a inestimável colaboração de Estevão de Rezende Martins, que além de indicá-lo para a revista, revisou gentilmente a tradução. Ainda nesse viés teórico, publicamos o artigo de Olga Kempinska, que analisa o lugar da neutralidade no discurso da história a partir do confronto entre as reflexões de Roland Barthes e o verbete "Neutralidade", escrito por Michael Schweitzer e Heinhard Steiger para o *Dicionário de Conceitos Históricos Fundamentais*, organizado por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck.

Por fim, mas não menos importante, a seção **Resenhas** traz a análise de quatro livros recentemente publicados e de relevante interesse para os campos da Teoria e História da Historiografia. São eles, *Foucault: sa pensée, sa personne*, de Paul Veyne, resenhado por André Joanilho; *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*, de Ricardo Souza, resenhado por Walter Lowande; *Historiografia alemã pós-Muro: experiências e perspectivas*, organizado por René Gertz e Sílvio Correa, resenhado por Sérgio da Mata; e *Em busca da Idade Média: conversas com Jean-Maurice de Montremy* [entrevista com Jacques Le Goff], resenhado por Diogo Roiz.

Os editores

08

Dossiê

dossier

Da Monarquia à República: questões sobre a escrita da história
From Monarchy to Republic: questions on the writing of history

A passagem é conhecida: “a pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. José Honório Rodrigues, o autor dessas palavras, utilizou-a para introduzir a segunda parte de seu livro publicado originalmente em 1952, tendo por título *A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. O ano de 1838, data da fundação do IHGB, assim como a obra principal de Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil (1854-57)*, aparecem recorrentemente como marcos constituintes do saber histórico brasileiro. O fato é plenamente compreensível e proveitoso pelo volume de conhecimento sobre o tema produzido. Mas por conta disso, é possível notar uma relativa disparidade na quantidade de estudos dedicados, de um lado, a investigar o cânone, seja para reafirmá-lo, seja para desmistificá-lo, e de outro, os estudos ocupados com momentos distintos mas igualmente importantes: em uma ponta, a historiografia “brasílica” do século XVIII e aquela produzida no contexto conturbado e rico da independência política; na outra, a historiografia de fins do regime monárquico e primeiros passos da república instaurada no país (ainda que haja ali uma vasta produção nos campos da história literária e do pensamento social brasileiro).

Na última década, contudo, notou-se uma considerável amplitude, tanto quantitativa como qualitativamente falando, das pesquisas que tematizavam as “margens”, por assim dizer, da historiografia imperial. Quer seja pela publicação de livros e artigos, quer seja pela elaboração de dissertações e teses que, mesmo com as dificuldades próprias do formato, acabam por circular entre os pesquisadores, os momentos à montante e à jusante do “núcleo” da historiografia oitocentista vêm sendo problematizados de forma persistente e revigorada, por conta das novas possibilidades de pesquisa que se abrem com a sistematização de outros *corpus* documentais e também com as mudanças de perspectiva que abordagens variadas têm permitido.

A elaboração deste dossiê temático procura se inserir no contexto de renovação e expansão dos estudos por que passa a história da historiografia no âmbito acadêmico brasileiro. A própria existência da revista que acolhe os textos ora publicados é um sinal eloquente dos tempos. Dessa maneira, os artigos que seguem procuram vislumbrar formas distintas de se encarar o tema da escrita da história no Brasil, compreendida não apenas em seu nível discursivo, já que a noção de “escrita” é aqui utilizada num sentido amplo que procura dar conta das formas particulares de inscrição do conhecimento histórico em determinada cultura, no caso, aquela situada no período de transição social e política que caracteriza as décadas finais do século XIX e primeiros anos do XX. Seria forçoso, obviamente, afirmar que tal transição teria implicado rupturas permanentes nas formas pelas quais a história era escrita naquele período; o que é certo, entretanto, é que os atores ali envolvidos descortinaram novos problemas diante dos quais era preciso se colocar, e que implicaram relações com o passado distintas das que até então eram assumidas.

Nesse sentido, Isis Pimentel de Castro, analisando a pintura histórica no século XIX, discorre sobre as relações entre o olhar e a palavra, ou seja, sobre as “marcas de enunciação” que perpassam as formas de representação pictórica do passado nacional. Rodrigo Turin, por sua vez, voltando a atenção particularmente para a obra de Silvio Romero, delinea um certo deslocamento do “*ethos* do historiador oitocentista” justamente

num momento de agudas críticas à historiografia romântica nos trópicos. Já Maria da Glória de Oliveira investiga o constante diálogo que Capistrano de Abreu manteve com a obra de Varnhagen, apontando, não apenas o desenvolvimento da crítica e do método histórico no final do dezenove, mas também o lugar do historiador como leitor crítico da história. No texto seguinte, esboço algumas notas sobre a “retórica do olhar” utilizada por Euclides da Cunha, a qual fundamenta as relações entre observação e narrativa na escrita de *Os sertões*. Finalmente, Hugo Hruby analisa o lugar da discussão religiosa dentro do IHGB nas primeiras décadas da república no Brasil, sinalizando para a complexidade dos debates entre “fé e razão” na produção do conhecimento histórico dentro daquela instituição, precisamente quando o ideal republicano colocava a religião como um problema política e epistemologicamente sensível.

Todos os artigos são reelaborações de reflexões produzidas inicialmente como parte de estudos de pós-graduação, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. O fato denota, uma vez mais, o momento em que se encontram as pesquisas historiográficas no Brasil. Não menos significativo é o dado fundamental que perpassa todos os trabalhos apresentados: o profícuo diálogo que se mantém entre os autores e que, esperamos, possa ser estendido aos leitores interessados nos temas aqui tratados.

Fernando Nicolazzi
DEHIS/UFOP

Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista*

A noble, difficult and useful task: the historian's *ethos* in the 19th century

Rodrigo Turin

Doutorando em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
rodrigoturin@gmail.com
Av. Senador Casimiro da Rocha, 1161/5 - Mirandópolis
São Paulo -SP
04047-003

Resumo

O artigo analisa a formação do *ethos* que modelou o trabalho de escrita do historiador oitocentista a partir de três *topoi* que se tornaram recorrentes nos textos historiográficos do século XIX: a sinceridade, a cientificidade e a utilidade. Estes elementos fizeram parte da formalização da prática historiográfica, indo ao encontro do tipo de relação estabelecida entre o historiador, a história e o projeto de nação que se procurava instaurar. Após um breve retorno à tradição historiográfica imperial, tomando como exemplos von Martius e Varnhagen, procuro delimitar algumas continuidades e rupturas no modelo de enunciação histórica de Sílvio Romero.

12

Palavras-chave

Historiografia; Nação; Sílvio Romero.

Abstract

This article analyses the origin of the historian's *ethos* from the 19th century based on three *topoi* recurrent on the historical writings: sincerity, scientificity, and utility. These elements shaped the historiography practice as they were associated to the kind of connection between the historian, the history itself and the national project to be implemented. In this text I delimitate some continuities as well as ruptures in the model of historical statement of Sílvio Romero, after a brief review of the imperial historiography tradition, i.e. *von Martius* and *Varnhagen*.

Keyword

Historiography; Nation; Sílvio Romero.

Enviado em: 23/10/2008

Autor convidado

* Este artigo é uma parte modificada de minha dissertação de mestrado, intitulada **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Ela contou com o apoio financeiro da CAPES.

A **História da Literatura Brasileira**, de Sílvio Romero, publicada originalmente em 1888, traz em seu prólogo uma apresentação da formação pessoal do autor, assim como um diagnóstico do momento da realidade nacional às vésperas da República. O entrelaçamento dessas duas esferas, a individual e a nacional, serve de justificativa para a obra publicada, procurando orientar o olhar do leitor pelas páginas que se seguem. Romero volta-se, num exercício retrospectivo, para sua trajetória como homem de letras, correlacionando as expectativas que o guiaram profissionalmente com as vicissitudes da nação. Nesse exercício de ordenar o caminho traçado, dando-lhe um sentido, o autor destaca o caráter de injúria e injustiça que sempre pesou sobre sua pessoa: "Este livro", diz ele, abrindo o prólogo, "é um livro de amor, feito por um homem que sente há perto de vinte anos sobre o coração o peso do ódio que lhe tem sido votado em sua pátria..." (ROMERO 1980, p.33). A experiência pessoal é a fonte de sua empreitada, e tal condição é explicitada desde o primeiro momento das considerações que antecedem a narrativa propriamente dita. Ele procura ligar cada momento de sua experiência pessoal com um modo específico de encarar o país. São três as fases que ele relembra:

Com relação à sua querida pátria, o autor tem passado por três fases diversas: a primeira foi a do *otimismo* da infância e da primeira juventude, idade em que toda a gente lê nos livros das classes a famosa descrição do Brasil em Rocha Pitta e acredita em tudo aquilo como numa dogmática infalível; a segunda foi a do *pessimismo* radical e intratável a que deu curso em seus primeiros livros; a terceira é a atual, a da *crítica imparcial*, equidistante da paixão pessimista e da paixão otimista, que nos têm feito andar às tontas (ROMERO 1980, p.34).

13

Otimismo, pessimismo e imparcialidade marcam um processo de formação pessoal. Calcado no presente, o autor, sempre "em relação à sua querida pátria", ordena etapas sucessivas, evolutivas, de sua formação, onde a imparcialidade representa a maturidade intelectual. Nesse processo, rupturas e continuidades estão presentes. Se as mudanças de perspectivas deram-se de forma gradual, do otimismo das leituras de Rocha Pitta à imparcialidade da crítica, o método, contudo, foi sempre o mesmo: "Sua base filosófica, histórica, etnográfica, estética e crítica é sempre idêntica" (ROMERO 1980, p.35). Desse modo, sua obra estaria livre da contradição, esse fantasma que compromete a eficácia do produto intelectual, apresentando, antes, um aperfeiçoamento (evolução) que lhe garante tanto um procedimento de autocrítica, quanto um olhar mais preparado na compreensão da formação histórica brasileira. Encarando-se de maneira homóloga à nação, Romero procede pela construção paralela da individualidade de ambos, onde a coerência exerce um papel crucial. Do otimismo do romantismo indianista à imparcialidade da crítica naturalista, sua trajetória individual torna-se duplo da própria história intelectual recente da nação. Daí, para usar a expressão de Bourdieu, essa "ilusão biográfica" dupla: da pessoa e a da nação, sendo construídas simultaneamente pela confecção do texto (Cf. BOURDIEU 1996).

Uma escrita afetiva

Essa ligação estabelecida no texto entre o historiador e a nação era uma prática corrente na historiografia brasileira do século XIX, formalizando-se no período imperial e sendo remodelada, já no período republicano, em um outro modo de escrita. Geralmente nos prefácios, o vínculo pessoal/nacional vinha inscrito sempre no intuito de justificar a obra que se apresentava. Ressaltando a sinceridade, a dificuldade e a utilidade do empreendimento, o autor procurava capitalizar a inserção de sua obra no espaço letrado. Seja adiantando-se a possíveis críticas, explicitando seu procedimento, resgatando sua trajetória ou ressaltando os possíveis usos futuros de seu trabalho, procurava-se qualificar a missão que constituía o ato da escrita. Ato essencialmente político, a escrita da história nacional reclamava por parte de seu autor a reflexão sobre esse vínculo visceral.¹ Pode-se mesmo dizer que a própria possibilidade de se escrever a história da nação passava pelo estabelecimento prévio de uma relação entre a pessoa que escreve, o lugar que lhe é próprio e o projeto que defende. De qualquer forma, escrever a genealogia nacional implicava uma tomada pública de posição que caracterizasse o par autor-nação.

Analisarei a formação da ética que modelou o trabalho do historiador oitocentista mediante três *topoi* que se tornam recorrentes nos textos historiográficos do século XIX e que indicam os contornos que qualificam a restrição do sujeito enunciante: a sinceridade, a cientificidade e a instrumentalidade. Estes elementos fazem parte da formalização da prática historiográfica, indo ao encontro do tipo de relação estabelecida entre o historiador, a história e o projeto de nação que se procurava instaurar. Três requisitos básicos dão forma ao ritual da escrita: o sentimento pátrio, o domínio técnico-científico e a pertinência do produto em relação ao seu uso. Por estes requisitos necessários ao historiador, pode-se, ainda, flagrar outras figuras das quais ele se torna duplo: o vate, o naturalista-viajante e o publicista-estrategista. Após um breve retorno à tradição historiográfica imperial, tomando como exemplos von Martius e Varnhagen, tentarei delimitar algumas continuidades e rupturas no modo de enunciação histórica de Sílvio Romero.

A constituição da história como disciplina esteve estritamente vinculada à formação dos Estados-nação modernos (Cf. FURET 1982). No Brasil, essa relação assumiu desde cedo um caráter acentuado, pois coube à instituição monárquica recém instaurada construir e legitimar o espaço do discurso histórico

¹ Entendo aqui por ato político a experiência social da escrita, englobando suas diversas esferas de realização e circulação. Tome-se, nesse sentido, a definição de Jaques Rancière: "O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação de mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma" (RANCIÈRE 1995, p. 7).

nacional (Cf. GUIMARÃES 1995). Se, do outro lado do Atlântico, a disposição dos espaços conquistados pela História centrava-se cada vez mais nas universidades, onde prevalecia o trânsito de “profissionais”, ou seja, de agentes que detinham um mérito técnico; no Brasil, por sua vez, sendo o espaço destinado à prática historiográfica as Academias, o que regia o preenchimento dos cargos pautava-se quase que exclusivamente pelas relações sociais estabelecidas (Cf. GUIMARÃES 1989). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha, pois, como foco de orientação de seus integrantes a organização de uma história nacional centrada na unidade territorial e política. Delegava-se ao historiador “como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX” (GUIMARÃES 1989, p. 6). Sob os auspícios do imperador, a tarefa da escrita da história era encarada como uma *tarefa* oficial, e a obra realizada um *bem* nacional.

Exemplo dessa delegação oficial de atributo, de ritualização da produção do saber, é o discurso pronunciado pelo imperador, patrono do IHGB, em 15 de dezembro de 1849, por ocasião da inauguração das novas instalações do Instituto. Abrindo um período novo da instituição, onde lhe delegava papel de destaque nas preocupações estatais, Dom Pedro II reforça o tom programático que já vinha sendo delineado desde sua fundação, como o comprovam também os discursos de Januário da Cunha Barbosa e de Raimundo da Cunha Matos (cf. RIHGB 1839; cf. RIHGB 1863). Agora, mais do que nunca, a escrita da história nacional era a escrita de um projeto imperial em vias de efetivação.

Como disse o governante em seu discurso:

Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem *prestado valiosos serviços*, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só *reunais os trabalhos das gerações passadas*, ao que tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, *torneis aquela a que pertencço digna realmente de elogios da posteridade*: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para *tão nobre, útil, e já difícil empresa*, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria (RIHGB 1849, vol. 12, p. 551. Grifos meus).

É em nome da nação e pela nação que os letrados a quem se dirige o imperador atuam. O resgate das “gerações passadas”, assim como o projeto sugerido de uma “história do tempo presente” (cf. CEZAR 2004), é considerado um “dever” a ser cumprido. A escrita da história encerra-se, pois, em um espaço delimitado, tornando-se uma escrita oficial, posto que oficializada pelo imperador. Tanto a prática quanto o produto inscreviam-se em um circuito bem definido, tornando-se o historiador um dos braços mais importantes do Estado na confecção de uma identidade coletiva e na reflexão acerca de modelos de ação para o governo. A pesquisa histórica, assim, mostrava-se como uma matriz científica da construção de estratégias e táticas da arte de governar, configurando

sentidos que dessem forma ao objeto e orientassem a ação estatal sobre o mesmo. Mais do que isso, cabia ainda a esses letrados, pelo estudo da história pátria, cantar, tal como um aedo moderno, as glórias do Brasil à posteridade. Ao historiador, caberia também distribuir a glória e ordenar a memória da sociedade (HARTOG 2000, p.9).

Pela fala do imperador, ainda, pode-se perceber alguns indícios da forma como se configura essa relação entre autor e nação. Conclama ele aos associados que, “concorrendo todos unidos para tão *nobre, útil, e já difícil empresa*, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria”. O trabalho de se escrever a história nacional, esse dever pátrio, pode ser então analisado mediante os três *topoi* mencionados, que se tornam recorrentes nos prefácios dos autores do século XIX: *a sinceridade, a cientificidade e a utilidade do empreendimento*. Nobre, difícil e útil empresa. Seu autor, desse modo, ao encarar a tarefa, está sendo investido de uma ação glorificada, posto que árdua e benemérita. Deve-se ter, *a priori*, uma relação afetiva e sincera com a nação e com sua história. Necessário, também, rigor, abnegação e critérios na realização da pesquisa. Somando-se a esses requisitos, deve o historiador sempre ser pragmático, não esquecendo que sua obra é um meio de orientar e efetivar ações.

A sinceridade da escrita: agradar não menos ao coração do que à inteligência

Karl Friederich von Martius, em sua dissertação acerca do modo como deveria ser escrita a história do Brasil, já ressaltava o furor patriótico necessário ao autor de tal história: “Nunca se esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para *prestar um verdadeiro serviço à sua pátria* deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra” (MARTIUS 1844, p. 401. Grifos meus). Martius resalta a importância do engajamento do historiador e sua sinceridade em relação ao fim para o qual escreve. Uma obra histórica sobre o Brasil deveria, segundo ele, “ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas” (MARTIUS 1844, p. 401). Para despertar todos esses sentimentos, o historiador precisaria ter consciência de que seu instrumento é, por excelência, a escrita, e, desse modo, deveria prezar pela boa forma de sua narrativa, não a tornando monótona nem excessiva. Daí a necessidade de uma criteriosa seleção e de uma ordenação talentosa, poética, dos fatos a serem narrados.

Martius, consciente do papel que a prática historiográfica vinha assumir em uma nação em construção, privilegia em sua proposta a *dimensão poética* da escrita da história. O historiador, mais que um erudito, apresenta-se como um poeta, como aquele a quem cabe cantar e ordenar a memória da coletividade nacional. Contudo, o naturalista bávaro não deixa de sugerir também que o historiador se atenha a procedimentos técnicos na confecção de sua obra, os

quais explicita em seu texto premiado. Uma história do Brasil deveria, pois, segundo o naturalista, seguir uma fórmula clara e que se mostrava imperativa ao historiador nacional: "satisfazer não menos ao coração do que à inteligência". Como afirma Temístocles Cezar, em relação à proposta de Martius, a "última figura do historiador não é aquela do funcionário nem aquela do escritor popular, mas do poeta engajado: aquele que escreve de forma madura, porém sob a égide de 'todo seu amor, todo o seu zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio à juventude'" (CEZAR 2003, p. 207).

Somando-se a essa sinceridade afetiva que qualifica o pacto com o leitor, ressalta-se também a dificuldade que implica produzir a obra. A escrita de uma história científica é um exercício árduo, de "abnegação". Não é qualquer um que detém as capacidades necessárias para a realização de tal tarefa. O historiador, para cumprir sua missão, deve sacrificar a si próprio, vertendo todas as suas forças no imenso trabalho de coleta, crítica e exposição dos documentos em uma narrativa apropriada. A função do historiador exige, como sinal de verdadeira vocação, o necessário esquecimento de si. Francisco Adolfo de Varnhagen, em seu prefácio à **História Geral do Brasil**, procura deixar isso claro para o leitor, agregando valor ao empreendimento:

Seja, porém, como for: saiba-se que desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história geral da civilização de nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, *fizemos abnegação de tudo*: e por tanto arrostamos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, -- se é que não já presentes (VARNHAGEN s/d, p. XVIII).

17

Varnhagen trabalha muito bem com os três requisitos básicos do historiador. Sua obra, antes de tudo, é dedicada ao imperador, é escrita em nome dele. É uma verdadeira prestação de serviço o que ele tece em seu prefácio, caracterizando, também para a prática historiográfica, um forte processo de centralização que já ocorria nas esferas administrativa e política. Como o definiu Ilmar Mattos, Varnhagen foi o historiador do Tempo Saquarema (MATTOS 2004, p. 298). Seu nacionalismo, no entanto, vem fortificado pelo método histórico que defende; afinal, os fatos que vão ali narrados foram coligidos pelo próprio historiador nas fontes mais puras - *in locu*, tal como os viajantes-naturalistas que percorriam o Brasil coletando e classificando essa natureza desconhecida e enigmática.

Ao historiador poeta, então, inspirado a cantar a musa nacional, vem juntar-se (ou sobrepor-se) a figura do historiador-cientista, que privilegia a crítica erudita dos documentos e o compromisso com a verdade dos fatos narrados. A escrita apresenta-se, assim, como uma "tarefa heróica", ou mesmo sacerdotal, porém científica.² Mas esse caráter científico, privilegiado por Varnhagen, ao

contrário de chocar-se com a afetividade implicada no furor patriótico, mostra-se antes um meio de reforçar o produto. O método histórico é o corte que garante a suspensão do sujeito (o esquecimento de si) e a *neutralidade* do enunciado, traços essenciais de uma história que se denominava científica. O pacto implícito de sinceridade afetiva que acompanha a obra não compromete, pelo menos *a priori*, a legitimidade do enunciado histórico como *verdade*.

Em seu prefácio à **História da Independência do Brasil**, nos adverte o mesmo autor:

O historiógrafo não pode adivinhar a existência de documentos que não são do domínio do público e não encontra, e cumpre com o seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui conscienciosamente o seu veredito, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com o maior escrúpulo que, à custa do seu ardor em investigar a verdade, conseguiu juntar.

Não desconhecemos que o simples título dessa obra revela tão grande responsabilidade, não só para com o Brasil como para com Portugal, e que, escrita com amor à verdade que nela nos guiou, *acima de todas as considerações humanas*, como deve ser escrita toda história que aspira passar à posteridade, não será provavelmente agora tão bem recebida, como o seria uma espécie de novo memorando justificando só os direitos de uma das partes contendoras (VARNHAGEN 1973, pp. 27-28).

Varnhagen adianta-se a possíveis críticas que sua obra poderia suscitar, já que tratava de um tema recente e, portanto, bastante vivo na memória de seus contemporâneos. Diante de “tão grande responsabilidade”, ele explicita ao leitor ter cumprido seu dever como “historiógrafo”, tendo critério, boa fé e imparcialidade na busca e no cotejo dos documentos. Esse “amor à verdade”, que já Mabillon colocava como o primeiro princípio ético na investigação histórica (Cf. MABILLON 1990), garantiria, pelo método, a imparcialidade de seu “veredito”, colocando-o “acima de todas as considerações humanas” e possibilitando que sua obra passasse à posteridade. Contudo, diferentemente de Mabillon, esse “amor à verdade” deve manter-se em perfeito equilíbrio com o “amor à pátria”. O rigor da investigação, legado pela tradição antiquária, funde-se aqui com as funções pragmáticas da retórica e estético-afetivas da poesia, constituindo a figura autoral do historiador oitocentista. A suspensão de si, possibilitada pelo método, é o que garante, paradoxalmente, que a escrita da história se torne verdadeiramente patriótica.

A sinceridade e a cientificidade necessárias à escrita da história nacional garante, por sua vez, a *utilidade* da empreitada. A escrita da história tinha um

² Cezar atenta para o caráter sacerdotal de tal escrita: “L'historien n'est pas simplement celui qui juge et dit la vérité. Il est celui qui remplit son rôle comme prêtre. Ce côté religieux et mystique n'a rien à voir avec le christianisme des membres de l'IHGB. Il est une des composantes, peut être une des plus importantes, de cette image idéale de l'historien que Januário da C. Barbosa cherche à dessiner. Effectivement, faire l'histoire de la nation deviendra une mission sacerdotale”. (CEZAR 2002, p. 232). Tradução: “O historiador não é simplesmente aquele que julga e diz a verdade. Ele é aquele que cumpre seu papel como um sacerdote. Este lado religioso e místico não tem nada a ver com o cristianismo dos membros do IHGB. Ele é um dos componentes, talvez um dos mais importantes, desta imagem ideal do historiador que Januário da Cunha Barbosa procura desenhar. Efetivamente, fazer a história da nação se tornaria uma missão sacerdotal.”

forte caráter pedagógico. “A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente”, diz Martius, resgatando o antigo *topos* ciceroniano da *historia magistra vitae* (MARTIUS 1844, 401). Ela é um saber que incita o sentimento de nacionalismo, instruindo ao mesmo tempo acerca das ações que os governantes devem realizar. Disso, resulta a necessidade de o historiador nunca perder de vista a dimensão pragmática de sua narrativa. Nesse sentido, vale destacar a feliz colocação de Luiz Felipe de Alencastro de que esses autores de um primeiro romantismo brasileiro, como Gonçalves Dias, Araújo Porto-Alegre e mesmo Varnhagen, estariam “mais próximos dos publicistas – dos escritores políticos franceses do século XVIII, pensadores da nação pós-aristocrática, e dos autores russos do século XIX, acesos pelo estranhamento que a *Aufklärung* difundia nas sociedades não-ocidentais – do que dos poetas de sua época (...)” (ALENCASTRO 1989, p. 9). Varnhagen, tal como Martius, enfatiza esse papel utilitário do conhecimento histórico, mostrando o quanto profícua pode vir a ser sua obra para os interesses da governabilidade. Ainda em seu prefácio à **História Geral**, ele saúda o imperador pelo fato de ter reconhecido e sancionado

a importância do estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor dela entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na administração do Estado, e também para fortalecer os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público aumentando a fé no futuro e na glória das letras (VARNHAGEN s/d, p. V).

19

As utilidades da história são muitas, desde incitar o sentimento de nacionalismo até a instrumentalização da arte de governar. Se, de um lado, a história nos fornece uma ligação afetiva com um passado que nos formou, de outro, ela não deixa de oferecer, a quem quiser usá-la, preciosas indicações de como agir na realização daquilo que o próprio processo histórico já prometia. Encontramos aqui algo próximo à pergunta kantiana sobre a possibilidade de uma história *a priori*, onde quem a faz é o mesmo que a enuncia (cf. KOSELLECK 2006). Ou, dito em outros termos, percebe-se nessa experiência historiográfica o fenômeno descrito por Bourdieu como “efeito de teoria”(cf. BOURDIEU, 1998).

Tendo selecionado apenas os textos de Martius e de Varnhagen para tornar mais sucinta a argumentação, convém acrescentar que esses tópicos se estendem pelos mais diversos autores, como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo da Cunha Mattos, Pereira da Silva, Tristão de Alencar e toda uma geração de letrados que atuou sob os auspícios do IHGB durante o Segundo Reinado. São expressões de uma historiografia que se constituiu fortemente centrada na figura imperial. O projeto centralizador executado pelo Estado imperial teve como seu correlato a centralização da prática historiográfica. Nesse espaço discursivo, consideravelmente restrito, a história como disciplina e o historiador, como seu autor, foram configurados em torno de três instâncias principais: *a escrita afetiva, a cientificidade e a governabilidade*. Para dar inteligibilidade a

essas três instâncias, os contornos poderiam ser desenhados em referência a três outras figuras de tradições distintas: do *poeta*, do *naturalista-viajante* e do *publicista-estrategista*. As funções da afetividade poética, da verdade científica e da instrumentalização da arte de governar condensaram-se em uma relação escriturária com o passado.

A partir de meados da década de 1870, uma mudança de tom começa a ser operada na prática historiográfica. Uma nova geração, marcada profundamente por uma situação de marginalização política, insere-se no debate historiográfico, reivindicando uma nova visão do passado (cf. ALLONSO 2002). Tal mudança, parece-me, vai se manifestar tanto nas características formais que compunham a enunciação histórica (marcada pelos três *topoi* a que me referi), como na tematização e na organização da narrativa historiográfica. Assim, de um lado, vemos a busca de uma maior autonomia do historiador enquanto produtor de conhecimento, e, de outro, uma reconfiguração da trama histórica herdada pela tradição imperial.

Tal reconfiguração, inserida em um processo de *reescrita da história*, tem como aspecto marcante a seleção do *povo* ao mesmo tempo como *objeto* e *instância legitimadora* da enunciação historiográfica. Por motivos políticos e epistemológicos, a população, entendida agora não mais apenas como as três ordens da sociedade imperial, mas, principalmente, como um corpo homogêneo cuja unidade deveria ser buscada em sua formação histórica, torna-se objeto de um imenso investimento discursivo. Uma nova semântica política, pautada na imanência do poder e na representação social, implicava uma nova forma de saber. A noção de representação social, que orientava as expectativas para a implantação de um regime republicano, era inseparável também, como mostra Palti, de um saber, de uma ciência do social (PALTÍ 2007, p. 223).

Para Sílvio Romero, particularmente, esse deslocamento de olhar vai exercer um papel fundamental. Toda sua obra é um esforço de configurar um novo campo de visão, constituído justamente por uma população nacional representada no *mestiço*. É por esse caminho que ele vai construir sua proposta de identidade narrativa para a nação brasileira e, no mesmo movimento, reclamar um outro modelo de legitimidade intelectual.

Voltemos ao prefácio da **História da Literatura Brasileira**. Pode-se perceber, nesta obra, alguns traços que configuram a inserção de Romero nesse espaço em constituição, no qual o ato de escrita da história viria a ser remodelado em relação à tradição imperial. Toda a ritualística que envolvia a produção historiográfica na época imperial, delimitando os contornos do perfil do historiador nacional e tendo por requisitos a afetividade patriótica, a cientificidade e a orientação pragmática, vão assumir, principalmente a partir das décadas de 1870 e 1880, uma sensível mudança. Não há aí nenhuma ruptura, é certo, mas antes uma reforma, remodelando a figura autoral do historiador. O que acontece, em

suma, no que se refere às exigências do rito, é um deslocamento parcial. A narrativa histórica não vai mais escrita em nome da instituição imperial e do imperador, dirigindo-se agora a uma entidade mais abstrata: o povo. Como diria Jacques Rancière, Romero “coloca no lugar, ao mesmo tempo, o sujeito da democracia e o objeto da ciência” (RANCIÈRE 1994, p. 39). É esta operação que vem marcar a especificidade da prática historiográfica de Sílvio Romero, concretizando-se em sua narrativa e na reordenação de uma temporalidade nacional, agora republicana. Como foi visto, Romero resgata sua trajetória de forma coerente e linear. Tal trajetória encerra-se no momento em que esse “eu” narrativo enuncia-se como autor da obra que apresenta ao público. “O livro que se vai ler”, diz ele, “é a expressão natural e apropriada desta última fase, que parece ser a da madureza de todo espírito que *sinceramente quiser prestar serviços a este país*” (ROMERO 1980, p. 34. Grifos meus). Resgatando sua trajetória, Romero vem justificar sua obra, antecipar o lucro e formalizar o contrato, empregando como estratégia retórica os três *topoi* a que me referi acima: sinceridade, cientificidade e utilidade.

A *sinceridade* da qual o livro é fruto é expressa logo na primeira frase do prefácio, ressaltando para o leitor, o qual já compartilha as regras do contrato, o que impulsionou sua escrita: “Este livro é um livro de amor”, diz Romero (ROMERO 1980 p. 33). Um livro de amor; primeiro requisito para a escrita da história: a ligação afetiva entre autor e nação. Essa tradição de uma escrita afetiva-nacional consolidara-se, como foi visto, desde a instauração do IHGB como local centralizador da produção historiográfica. Dentro dessa instituição ou ao redor dela o que se praticava era uma escrita monárquica, oficializada, ainda que internamente diversificada. Já não é o caso aqui.

O que Romero vem apresentar no prefácio para seu leitor é uma ligação afetiva que se caracteriza pela sua *autonomia* em relação a um poder instituído. Já *não é mais* a monarquia e *ainda não* é a República. Nesse intervalo o que se procura é desvincilhar-se de uma e instaurar a outra. Nesse intervalo o que Romero pretende como *auctor*, desse modo como alguém autorizado a falar sobre, é apresentar e defender projetos aptos a se efetivarem em ação: “Lutemos pela república que funde a liberdade e o desenvolvimento cultural da nação” (ROMERO 1980, p. 42).

“Para ele”, diz Antonio Candido, “toda crítica coerente, sendo sociológica, tendia a ser social e acabava normalmente numa política” (CANDIDO 1988, p.118). Toda crítica, todo saber a ser construído, pode-se acrescentar, é, em sua essência, um ato político. Lançar a obra no espaço público, como já foi mencionado, é estabelecer uma relação prévia que caracterize o par autor-nação. Como dirá Romero ao final do prefácio da *História*: “Se me faltou o talento, resta-me, em todo caso, a face moral da empresa; a verdade e o patriotismo foram os meus guias” (ROMERO 1980, p. 48). A face moral dessa ação, a escrita patriótica, garante-lhe já uma legitimidade para a obra. O que é necessário destacar, contudo, é o fato de que a legitimidade dessa “face moral” se dá não pela delegação de outrem, mas pela própria formação individual do

autor e sua inserção em um espaço público. “Sívlio Romero”, como afirma Roberto Ventura, “traz à cena histórica o escritor combatente, em conflito como *o status quo*, que não deveria viver, como muitos românticos, à sombra da Coroa, sob o manto do mecenato” (VENTURA 2001, p. 58). Não mais o escritor monárquico-constitucional de Martius e Varnhagen, mas um escritor que se apresente como e sob uma nova figura que garanta a legitimidade da enunciação. Desse modo, apesar de a relação autor-nação manter-se como um imperativo para a escrita, ela anseia desenhar-se nos parâmetros de uma opinião pública ilustrada. Nesse modelo kantiano,

o sujeito fala (mais precisamente, escreve e publica) como um erudito, um investigador livre, cujo único guia é a luz da razão imparcial e que se dirige à pessoa ideal, a “humanidade”. Dentro dessa esfera, as idéias circulam e são submetidas à crítica, a uma espécie de processo de esquadrinhaamento que remove o joio do erro e no fim nada deixa senão o trigo dourado da verdade (WELLBERY 1998, p. 21).

Esse historiador-cidadão não submete seu juízo a nenhuma outra instância que não a humanidade, ou, no caso de Romero, o povo. O enunciado se quer livre e autônomo. Não há um lugar institucional a que o seu texto se associe. Sua trajetória, assim como relatada, visa a todo momento reafirmar o caráter independente de sua prática e de seus juízos, conquistado graças a uma reação frente às estruturas de ensino do Segundo Reinado: “Pelo que me toca, há sido a minha vida intelectual uma constante e dolorosa luta para arredar da mente o que nela foi depositado pelo ensino secundário e superior que me inocularam, e substituir tão frágeis e comprometedoras noções por dados científicos” (ROMERO 1969, p. 145).

Vê-se, então, que a experiência pessoal e a nacional são configuradas, em última instância, como realizações históricas. Tanto o sujeito Sívlio Romero quanto seu objeto, a nação, assumem uma especificidade própria mediante uma formação temporal, cujo sentido só é passível de inteligibilidade pelo ato reflexivo e classificatório do observador. A biografia coerente de ambos vai sendo confeccionada pelo texto. O sujeito que produz a narrativa, o autor, se constrói em relação a seu objeto: a nação. Esta, por sua vez sujeito do processo que se narra, a formação nacional, qualifica-se mediante o projeto defendido por aquele. A construção identitária do autor e da nação se reinviem, assim, um ao outro: ambos constroem-se pela configuração temporal da narrativa. Estabelece-se aí a necessária relação afetiva entre autor e nação. Mas como manter distintas essas duas instâncias, garantindo legitimidade ao enunciado? Como não comprometer o enunciado histórico, em sua veracidade e necessidade, com os juízos políticos e subjetivos do cidadão-historiador? Questões próprias à experiência historiográfica moderna, já que, como afirma Koselleck, o surgimento do relativismo histórico foi simultâneo ao descobrimento do mundo histórico (cf. KOSELLECK 2006). No caso de Romero, assim como a idéia de “crítica” enraizava-se nessa busca de uma autonomia intelectual,

o investimento no método vinha garantir um espaço de neutralidade e de objetividade, no qual todas as enunciações se equivaleriam e mediante o qual deveriam ser apreciadas.

O método serve aqui como uma instância neutralizadora, a qual permite que o autor proclame seus valores sem que estes, teoricamente, influam nos resultados de seus estudos. O posicionamento, nessa perspectiva, é uma condição do conhecimento histórico, não interferindo, contudo, na validade desse conhecimento. O método que o autor se impõe serve, de um lado, como meio racional de construção de conhecimento, e, de outro lado, como arma de legitimação nos combates letrados (o último método é sempre o que detém mais capital de persuasão).³ Ambas as facetas se reinviam uma à outra, são partes constituintes dessa experiência. A retórica cientificista procura garantir para o enunciado um efeito de verdade; e o faz tanto pela simples explicitação dos critérios “científicos” e pela citação de autores estrangeiros, como pelo modo de “colocar em narrativa” a evolução do processo histórico. Narrando os movimentos profundos da nacionalidade, fazendo ver esse ausente (pois a ciência, como a entende Romero, é a desvelamento do oculto) em sua formação histórica, explicitando as leis que a regem, ele oferece as “palavras exatas” do saber científico. É pelo método que o autor procura garantir a verdade de sua enunciação e que pode nomear-se *histor*: eu digo e baseio o que digo pelo método. Mediante esta retórica, ele pretende antecipar no leitor uma cisão fundamental que garanta a legitimidade do enunciado histórico frente aos juízos políticos, seguindo aquela mesma fórmula pregada por Martius: *agradar não menos ao coração que à inteligência*.

23

Mediante o uso de teorias européias de que fazia uso, Romero procura imprimir um caráter nomológico à sua escrita da história. O que garantiria a cientificidade de seu trabalho, por oposição à tradição imperial, seria a capacidade de generalização. “Um conhecimento que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar à história filosófica e naturalista” (ROMERO 1980, p. 55). A partir de conceitos como os de “raça”, “meio”, “momento” e “evolução”, e munido, principalmente, do critério “popular e étnico”, ele estaria apto a identificar as leis gerais que presidiriam o movimento histórico da nação. Não mais a história anedótica e retórica de um Pereira da Silva e de um Varnhagen, mas a história profunda, “a tradição flutuante e indecisa de nossas origens e ulterior desenvolvimento” (ROMERO 1954, p. 41). O objetivo de sua *História*, como diz, “é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro” (ROMERO 1980, p. 55). No entanto, como reconhece o autor, um tanto constrangido, essas leis que ele busca encontrar são dadas desde o início de sua narrativa. Afinal, como iniciar uma narrativa da história nacional sem

³ Nesta perspectiva, José Murilo de Carvalho sublinha que este “fenômeno onipresente da citação de autores estrangeiros, e da concomitante importação de idéias, não seja visto apenas como indicador de dependência intelectual, nem como colocação correta ou incorreta de idéias. Sugere-se que uma chave útil de leitura pode ser dada pelo estilo de raciocínio. Dentro da tradição brasileira, o argumento de autoridade era um requisito indispensável, era um recurso de argumentação, uma retórica”. (CARVALHO 2000, p, 143).

tomar *a priori* as leis que a regeriam?

Usando o método como emblema, portanto, Romero procura diferenciar-se no espaço letrado, construindo seu próprio campo de atuação. Daí sua constante preocupação em estabelecer uma genealogia de seu pensamento, situando-o dentro da evolução intelectual da nação. Não é de espantar, assim, que ele se torne objeto de sua própria história. O que ocorre, por exemplo, quando ele tece um resgate do percurso da reflexão literária no século XIX, do romantismo à reação naturalista. Nesta reconstrução, ele insere-se como um precursor do último momento, já tornado, portanto, *histórico*, referindo-se a si mesmo na terceira pessoa: "Depois principiaram a surgir tentativas de reforma. Silvio Romero atacou o velho sistema em repetidos artigos de crítica, apresentando a fórmula de uma poesia nova, inspirada na ciência e na filosofia do dia" (ROMERO 1980 vol. II, p. 786). Desse modo, para além de sujeito do conhecimento - o historiador que narra - ele também se coloca como agente histórico, como fator que engendra o movimento de sucessão contínua e ininterrupta do tempo. "Sílvio Romero atacou", referenciado na terceira pessoa, torna-se fato. Logo, quem *faz* a história, aqui, é o mesmo quem a narra.

Ao nomear o outro, e incluindo a si mesmo no relato histórico, Romero se posiciona, marca seu território. Nomeando, a si próprio e aos outros, ele está também hierarquizando, deslegitimando e legitimando modos de operar no campo intelectual. "Com efeito", como ressalta Hartog, "uma forma de fazer crer na própria narrativa é indicar o que, na narrativa do outro, é 'incrível', 'mentiroso' ou 'mítico'" (HARTOG 1999, p. 302). Romero ataca a autoridade da produção dominante no mercado letrado brasileiro, procurando desfazer o "velho sistema". Denuncia a esterilidade de autores dependentes da vontade de uma elite ignorante e viciada moralmente. O que ele visa (pois sua obra, além de relato histórico, apresenta-se também como agente do mesmo movimento que se narra) é, justamente, desmoralizar a ligação afetiva qualificada pela relação *vertical* historiador-Estado, como representada por autores como Varnhagen e Pereira da Silva. Desmoralização que pode ser evidenciada pela constatação operada pelo autor de que a *mentira* reina no mundo das letras: "a mentira e o jesuitismo prático têm falsificado as consciências nesta época de transações indecorosas e prejudiciais" (ROMERO 1969, p.143). Ele denuncia, por oposição ao novo contrato que visa instaurar, a ausência daquela sinceridade necessária para a validade da produção intelectual no espaço público. Ou, melhor dizendo, substitui a sinceridade afetiva dirigida para e sancionada pelo imperador por uma relação afetiva cujo componente principal encontra-se numa relação orgânica e horizontal entre intelectual e povo.

O autor opera, então, uma mudança de ordem no espaço letrado pela recomposição do contrato de escrita. Passa-se, ainda pelo investimento no método, daquela relação viciosa entre historiador e Estado para uma relação orgânica entre historiador e povo. Romero, como intelectual que reclama a autonomia, só deve satisfações à massa anônima de brasileiros. "Este livro", diz ele, "não quero que seja uma crônica recheada de fastos anedóticos; quero

que seja um protesto, um grito de alarma de *são brasileiro*, um brado de entusiasmo para um futuro melhor. Todo escritor nacional na hora presente está carregado do imperioso dever de dizer toda a verdade a nosso povo, ainda que pelo rigor tenha de desagradar geralmente” (ROMERO 1980, p. 142).

De volta ao prólogo da **História**, vejamos como ele encaminha a inserção de sua obra no debate público, enfatizando agora sua *utilidade*. Da formação pessoal que abre o texto, onde expressa sua dimensão afetiva, Romero passa, em seguida, para as ponderações sobre o país, enumerando os problemas atuais da história nacional. No “momento atual” - onde o autor se inscreve, *sua instância do discurso* -, os problemas dividem-se pela face política (federalismo, república e organização municipal), pela face econômica (emancipação dos escravos, aproveitamento da força de trabalho, distribuição de terra) e pelo lado social (colonização estrangeira, naturalização, reforma do ensino). Todas essas facetas que configuram as preocupações principais de uma esfera pública em constituição são tomadas como fim último de reflexão: “Todo homem que empunha uma pena no Brasil, deve ter uma vista assentada sobre tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus *deveres*, se não quer embair o *povo*” (ROMERO 1980, p. 36. Grifos meus). É ao povo, como entidade histórica maior, encarnação dessa individualidade plural que é a nação, a quem deve se dirigir o historiador.

25

Esse deslocamento, como foi dito, insere-se em um movimento mais amplo no qual uma geração marcada pela marginalização política, alimentando expectativas sintetizadas em noções como “república”, “democracia” e “abolicionismo”, procurava instaurar uma nova ordem. Como bem destacou Ilmar de Mattos, não era apenas “um bando de idéias novas” o que marcou essa experiência de transição: novas atitudes e valores também precisavam se afirmar.

Assim, pouco a pouco, foram sendo erigidos o prestígio militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência, que tenderiam a se encontrar por meio das representações de fundo positivista que, além de exprimirem o cientificismo que prevalecia nos meios intelectuais, preconizavam uma atitude cívica, intensamente vividas pelos propagandistas republicanos, civis e militares. De outra parte, o “sentimento aristocrático” – identificado por Ferreira Resende como o traço dominante da sociedade imperial em meados do século – parecia ceder lugar a um “sentimento democrático”. Aqueles que o compartiam reivindicavam o federalismo, exigiam o final do trabalho escravo, aborreciam o Império e reclamavam a República. Ou, melhor dizendo, diferentes repúblicas, porque, para os homens de então, a passagem do Império à República poderia seguir por diferentes caminhos (MATTOS 1989, p.165).

A atividade intelectual de Sílvio Romero insere-se, desse modo, em um complexo movimento de mudanças de atitudes e valores, sendo parte ativa desse mesmo movimento. Tanto a crença depositada na ciência, como a dimensão cívica da escrita, são aspectos centrais para compreender a inserção

de sua obra e sua relação com um movimento histórico que procura efetivar. Todo esse saber - na forma de crítica, folclore, poesia, filosofia, etnografia - deve ter uma utilidade, e apenas uma: a consolidação de uma nação republicana, democrática, como um ser histórico efetivo. Saber o que é a nação, delimitando sua população, permite saber o que ela *deve ser*. A ciência social dirige-se para um projeto de *reforma* da sociedade, legitimando, ao mesmo tempo, seus praticantes como "médicos" do social (cf. BLANCKAERT 2005). Passo natural, do diagnóstico à propedêutica: "A *aplicação* ao Brasil é a preocupação constante; as considerações etnográficas, a teoria do mestiçamento, já físico, já moral, servem de esteios gerais; o evolucionismo filosófico é a base fundamental" (ROMERO 1980, p.48. Grifo meu). Parcialidade e objetividade, conhecimento histórico e prognóstico se entrelaçam nesse projeto historiográfico. Daí a intencionalidade crucial que sustenta o texto: a expectativa de que gere seqüência, que a promessa venha a se efetivar em algo, cumprindo, quem sabe, as aspirações científicas, narrativas e democráticas que o discurso carrega.

Resumindo o que foi visto até aqui, pode-se dizer que Romero insere-se em uma ritualização da prática historiográfica constituída pela tradição imperial. Contudo, sua inserção é acompanhada de uma resignificação, ou deslocamento. Opera-se aí uma tentativa de autonomizar a escrita histórica, e isso a partir da legitimidade do método e da seleção do povo tanto como objeto principal de estudo como de referência ética do historiador. Esse deslocamento operado por Romero, convém ressaltar, não vai implicar a dissolução daquela tríade que vinha caracterizando a figura do historiador. Não levou, por exemplo, (e esse era apenas um dos caminhos possíveis) à recusa ou mesmo ao apagamento progressivo daquela mesma funcionalidade compartilhada com a memória, o reencontro de si. A verdade proferida pelo historiador, cuja materialização é a narrativa nacional, continuava a ser mediada pelos três *topoi* referidos, a sinceridade, a cientificidade e a utilidade. O historiador inscrito no texto de Romero, apesar de reclamar uma autonomia fundada mais na figura do viajante-naturalista (aquele que observa e compara segundo um método), mantinha seu perfil delineado pelos reflexos parciais, porém fundamentais, do vate e do publicista, conjugando a celebração e a utilidade no ato de enunciar da verdade nacional.

Referências bibliográficas:

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.23, março de 1989.
- ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento**: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. Epílogo do romantismo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 1, p. 139-162, 1996.

- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.1, pp. 10-21, 1839.
- BLANCKAERT, Claude. **La nature de la société: Organicisme et sciences sociales au XIX siècle**. Paris: L'Harmattan, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CALLARI, Cláudia Regina. Os institutos históricos do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 21, n.40, p. 59-83, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária**. São Paulo: Edusp, 1978.
- _____. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.
- CANO, Jefferson. **O fardo dos bacharéis: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2001
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n.1, pp. 123-152, 2000.
- CÉZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire ai Brésil au XIX siècle: Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen**. Tomo I. Tese apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002.
- _____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural**. Bauru: Edusc, 2004.
- FURET, François. **L'atelier de l'Histoire**. Paris: Flammarion, 1982.
- GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, pp. 437-506, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988,
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Galimard, 1997.
- LENCLUD, Gérard. Qu'est-ce que la tradition?. *In*: DETIENNE, Marcel (org). **Transcrire les mytologies**. Paris: Albin Michel, 1994.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n.24, jan. 1844, p.381-403, 1844.

MATOS, Raimundo José da Cunha. "Dissertação acerca do systema de escrever a Historia Antiga e Moderna do Imperio do Brasil", **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n.26, p. 121-143, 1863.

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema**: A formação do Estado imperial. São Paulo, Hucitec, 2004.

_____. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. II, n. 4, 1989.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero**: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XIX. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

PALTI, Elias. **El tiempo de la política**: El siglo IXI reconsiderado. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: Um ensaio de potética do saber. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

_____. **Políticas da escrita**: São Paulo: Editora 34, 1995.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

_____. **Obra filosófica**. São Paulo: José Olympio Editora, 1969.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n.15, pp. 7-23, julho de 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**: Antes de sua separação e independência de Portugal. 3ª. Ed.. São Paulo: Cia. Melhoramentos, s/d.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Sílvio Romero, historiador literário. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.145, abr/jun., p. 57-72, 2001.

WELLBERY, David E. Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica (com Jonh Bender). In _____. **Neo-Retórica e Desconstrução**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998.

Entre a *opsis* e a *akôe*: as marcas de enunciação na pintura histórica e na crítica de arte do oitocentos*

Between *opsis* and *akôe*: the enunciation marks in the historical painting
and in the art criticism of the 19th century

Isis Pimentel de Castro

Doutoranda em História Social
Universidade de São Paulo (USP)
isispimentel@yahoo.com.br
Rua Augusta, 1059/904 - Consolação
São Paulo -SP
01305-100

Resumo

Este artigo analisa a relação entre a pintura histórica e a disciplina história durante o século XIX e traça paralelos entre o trabalho do artista e do historiador. Estes profissionais estavam engajados na formação de uma memória nacional e no estabelecimento de uma identidade. A Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) eram as instituições responsáveis pela construção simbólica da nação, por meio da narrativa sobre o passado, através da pintura histórica ou dos artigos do IHGB. Este texto busca entender as escolhas estéticas de Vitor Meireles e Pedro Américo a partir dos mecanismos utilizados por eles para legitimar suas obras.

Palavras-chave

Conhecimento histórico; Cultura historiográfica; Arte.

Abstract

This article analyzes the relation between historical painting and the history discipline during the 19th century and draws a parallel between the artist's work and the historian. These professionals were engaged in the formation of the national memory and establishment of an identity. The Imperial Academy of Fine Arts (AIBA) and the Historical and Geographical Brazilian Institute (IHGB) were the institutions responsible for the nation's symbolic construction, by the narrative about the past, through the historical painting and of the IHGB's articles. This text intends to understand the esthetic choices of Vitor Meireles and Pedro Américo from the mechanisms used for the artists to legitimize their paintings.

Keyword

Historical knowledge; Historiographical culture; Art.

Enviado em: 23/10/2008

Autor convidado

* Este artigo é uma adaptação da dissertação **Os pintores de História**, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS-UFRJ) com o apoio da Capes. Cf: CASTRO 2007.

Na pintura histórica, a arte cava seus alicerces no terreno sólido da verdade, ou, se julgarem melhor, da Verossimilhança; edificar sobre outras bases é patentear desejo de aumentar o não pequeno número de ruínas existentes (SAMPAIO 1880, p.26).

A natureza do diálogo entre arte e história no século dezenove recaiu sobre outra relação também muito estreita, a estabelecida entre imagem e palavra. A negação da experiência sensorial como meio de obtenção de conhecimento levou à construção de uma hierarquia entre texto e imagem. Desta forma, a pintura histórica, tema deste artigo, buscou estreitar suas relações com a escrita para legitimar sua autoridade sobre a representação do passado. Em relação a esta legitimação temos algumas questões que lhe são concernentes, e tratadas a seguir. Os pintores de história amparam suas imagens em obras consagradas e documentos originais. Os textos dos catálogos das exposições produzem imagens através de uma narrativa que torna o leitor uma testemunha ocular do evento representado. A crítica de arte avalia a pintura pela sua capacidade de contar uma história tal qual uma crônica e no século XX. O ofício de pintor passa se identificar com o de historiador, sustentando-se na escrita e no método científico. A correlação imagem/palavra está restrita ao dezenove e particularmente à pintura de História. Sendo assim, o termo narrativa será empregado na análise das telas de História para pensar a especificidade do diálogo entre imagem/palavra nesse gênero artístico.

Os pintores de história imprimiam em suas telas elementos que serviam para legitimar a credibilidade de seu relato. Um dos principais instrumentos de validação da pintura de história era o procedimento de citações, que serão aqui divididas em duas categorias: citações às obras de outros pintores e referências às fontes de pesquisa – cartas, livros ou viagens.

1. A tradição artística: pesquisa, legitimidade e citação

O domínio da tradição artística e o diálogo com as obras de arte do passado e do presente referem-se à natureza do trabalho do pintor. “Para o pintor nada pode se tornar um ‘tema’, senão aquilo que ele é capaz de assimilar no vocabulário que já aprendeu” (GOMBRICH 1990, p.170). Desta forma, a citação era um instrumento legítimo da arte oitocentista. A 25ª Exposição Geral foi marcada pelas acusações de plágio feitas a Pedro Américo e Vítor Meireles, episódio conhecido como “Questão Artística de 1879”. A referência a outras obras era uma forma do artista exibir sua erudição e demonstrar seu domínio sobre a tradição artística.

A citação a outros pintores também poderia garantir a *veracidade* da cena representada, valendo-se da pesquisa da tradição artística para imprimir nas telas testemunhos mais fidedignos do acontecimento. A análise do historiador

da arte Jorge Coli do quadro "A Primeira Missa no Brasil" (1860), de Vítor Meireles, expressa essa finalidade do instrumento de citações (COLI 2005). Meireles não se restringiu à pesquisa de fontes primárias,¹ mas também valeu-se da referência à obra de outros pintores, como no caso da tela "Première messe en Kabilie" (1855), de Horace Vernet.



31

Primeira Missa no Brasil. Vitor Meireles, 1860. 268 X 356 cm. Óleo sobre tela. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

A missa representada por Vernet ocorreu em 1853 e celebrava o sucesso do projeto colonizador francês na África do Norte. O artista francês participou pessoalmente do evento e projetou o altar em que foi realizada a missa. Testemunha ocular do episódio e realizador da imagem que imortalizaria a submissão da colônia francesa, Horace Vernet conferiu à tela uma legitimidade que não poderia escapar a Meireles. Incumbido de produzir uma imagem que simbolizasse o ato fundador da sociedade brasileira, Meireles examinou minuciosamente "Première messe en Kabilie". A referência à obra de um artista que não somente representou uma cena análoga, como também vivenciou o momento em questão, imprimia à "Primeira Missa no Brasil" o elemento legitimador necessário à canonização dessa tela. Nas palavras de Coli,

(...) Vernet presenciara o acontecimento, fora mesmo seu *metteur-en-scène*. Esta situação, na qual um outro pintor, ainda mais de grande prestígio,

¹ A "Carta de Pero Vaz Caminha" foi utilizada como fonte por Vitor Meireles para realizar seu quadro "A Primeira Missa no Brasil", de 1860. Esta carta foi publicada em 1817, na "Corografia Brasília", de Aires de Casal.

era testemunha e participante do fato histórico, introduz um aspecto suplementar na 'verdade' que Meireles buscava: além da carta de Caminha, além do estudo da natureza local, havia uma experiência visual contemporânea análoga àquela passada em 1500, que permitia um reforço na verossimilhança da imagem. Por todas essas razões, nosso brasileiro tomou-a como modelo, e dela extraiu o núcleo de sua obra (COLI 2005, p. 38).

O pintor de História legitima sua obra não apenas pelo conhecimento da tradição artística, ocupa um lugar central na sua produção a referência às obras de renomados historiadores, aos relatos de testemunhas oculares e à sua experiência pessoal. A alusão a esses materiais podia ser feita na própria imagem ou em instâncias indiretas, como nos catálogos das exposições ou na crítica de arte. A esses dispositivos de ratificação de um texto visual ou verbal é dado o nome de marcas de enunciação.² São esses códigos que conformam uma narrativa como verdadeira, expressões como "eu vi" e/ou "eu ouvi" configuram-se como centrais na demarcação dos limites do verossímil em uma narrativa historiográfica. É a ausência ou a presença desses códigos que tornam o relato mais ou menos crível. Os pintores históricos deixavam suas marcas de enunciação nas telas que produziam com o intuito de validar sua narrativa como verdadeira. A relação entre o público e o artista também era estabelecida por meio de critérios de credibilidade por meio dos quais era o estatuto de veracidade que definia aquela obra como pertencente a esse gênero artístico.

Nos oitocentos, a pintura de História buscava fundar uma identidade nacional através da representação dos momentos históricos eleitos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, como símbolos de nossa história. O sucesso da função didática destas telas somente seria possível se fossem apreendidas como um relato fiel do fato histórico, pois assim o observador a tomaria como real e estabeleceria uma relação de confiança com a mesma. Esses quadros estavam cercados de mecanismos de legitimação, seja no catálogo da exposição – onde havia roteiros de apreciação dos quadros que adequava o olhar do observador ao do artista –, na crítica de arte – que elegia quais telas eram mais fidedignas ou não – e, é claro, na própria pintura – que trazia consigo códigos que a conformavam como real.

O século XIX, dessa maneira, inaugurava no campo artístico um novo debate acerca do realismo. O grau de aproximação do real tornava-se um dos componentes fundamentais da arte, em especial da pintura histórica. O objetivo deste gênero artístico parece ter sofrido um deslocamento da sua função didática para sua capacidade de apreensão do real, mesmo sem haver uma completa sobreposição desta em relação àquela, permitindo que progressivamente as pinturas fossem se tornando uma representação que se pretendia verdadeira e objetiva do passado.

² Esse termo foi utilizado por François Hartog, no livro "O Espelho de Heródoto", onde o autor busca através de um jogo de espelhos fazer-nos refletir por meio da narrativa herodotiana sobre os princípios epistemológicos que marcam o conhecimento historiográfico ainda hoje. Cf: HARTOG, 1999.

As temáticas religiosas foram pouco a pouco deixadas à margem por aquelas voltadas para a história nacional, em alguns casos a religião foi posta a serviço da História, como no caso da tela "Primeira Missa no Brasil, de Vitor Meireles. Os pintores históricos viram-se confrontados com novas exigências e buscavam em outros campos os instrumentos para saciá-las. O grau de idealização aceito em uma obra sobre a história nacional é bem inferior ao permitido numa pintura mítica. A consulta às fontes não é mais uma opção, mas uma exigência. O artista precisava reunir dados sobre o fato a ser representado, então realizava observações *in loco*, arrolava a documentação e a bibliografia existentes sobre o assunto e, se possível, entrevistava testemunhas contemporâneas ao evento. A orelha (*akoê*) e o olho (*opsis*), as bases do método herodotiano, aparecem, aqui, como fortes marcas de enunciação. A pesquisa bibliográfica passa a ocupar a dimensão do "eu ouvi" – a leitura transformada no saber de oitiva –, enquanto a observação dos cenários de guerra e de seus vestígios materiais configuravam-se como uma extensão do "eu vi".

No livro "O Espelho de Heródoto", Hartog sublinha a supremacia da visão sobre a audição no que se refere à credibilidade do relato histórico (HARTOG 1999). A visão pressupõe uma experiência com o passado através da participação direta no evento narrado ou do contato com algum vestígio. O "eu vi" torna crível a fala do historiador, na medida em que a legitima pela experiência. A pesquisa apóia-se na *opsis*, na autópsia, naquilo que se pode ver com seus próprios olhos, contudo, quando as barreiras do tempo e do espaço se colocam a *akôe* a substitui. Mas é a autópsia a responsável pelo conhecimento de natureza mais verdadeira e confiável. Os pintores de história trabalham entre a *opsis* e a *akôe*, legitimando a partir dessas dimensões as suas narrativas como verossímeis.

33

2. Resumo Histórico: a construção de imagens através de palavras

Os catálogos das Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1826, começaram a ser publicados a partir de 1841.³ Até o ano de 1862, esse arrolamento de artistas e obras era divulgado no periódico "Notícia do Palácio da Academia Imperial de Belas Artes" e somente em 1864 passou a ser publicada de maneira independente. Esses catálogos não eram ilustrados, tratavam-se de relações com os nomes dos artistas, suas obras, e a localização dessas na exposição. Alguns traziam informações complementares, como é o caso dos textos sobre as pinturas de História, e são eles, justamente, o objeto de nosso maior interesse nos catálogos das Exposições de 1872 e 1879.

Esses textos visavam dar maior clareza ao público dos episódios narrados nas telas. Entendemos que eles eram parte integrante da pintura histórica, pois as completavam, na medida em que conformavam o olhar do observador de

³ A primeira exposição data de 1829 e não teve catálogo publicado.

acordo com a interpretação oficial da obra. O roteiro de leitura dessas obras divide-se em dois momentos: o resumo histórico propriamente dito e a descrição do quadro. O resumo histórico buscava inserir o observador no momento representado na tela e a descrição do quadro, além de identificar os personagens, o lugar e a data, também justificava as escolhas do artista.

O resumo histórico narra passo a passo as etapas que conduziram até a batalha representada na tela. Utilizando-se, às vezes, de uma linguagem pessoal, relatava cada lance do embate, recorrendo a uma narrativa que primava pela emoção e pelo dinamismo. O leitor poderia acompanhar cada um dos momentos da batalha, como se fosse uma testemunha do próprio combate. Recursos como a data, a hora, as tropas, os objetos e as pessoas encontradas durante o conflito eram utilizados para que o leitor produza ele mesmo imagens do evento. O visitante da Exposição Geral já era envolvido em imagens antes mesmo de apreciar as obras de arte. O catálogo era o responsável por fazer com que o espectador produzisse imagens da tela antes mesmo de vê-la. Imagem e palavra pareciam, ao longo dos oitocentos, se complementar.

Às 3 ½ horas da madrugada, logo depois de nascer a lua, dado pelo navio chefe o sinal de avançar, rompeu a honrosa marcha o *Barroso* levando a seu lado o monitor *Rio Grande*, seguido pelo *Bahia* com o *Alagoas*, e após estes, o *Tamandaré* com o *Pará* (CATÁLOGO 1872).

O leitor do catálogo poderia visualizar o amanhecer num acampamento militar ou o anoitecer a bordo de um navio de guerra, ou imaginar e sentir a tensão da tropa com o avanço das forças paraguaias por entre a correnteza das águas, durante a Guerra do Paraguai.

Na manhã do glorioso e para sempre memorável dia 11 de Junho de 1865 às 9hs, anunciavam as vigias ter à vista uma esquadra inimiga, a qual, favorecida pela grande correnteza das águas, em poucos minutos passou em frente a nossa margem oposta, e foi seguindo águas abaixo, para colocar-se junto da barranca do Riachuelo (CATÁLOGO 1872).

A especificação da data, assim como do horário, servia como forma de localização do leitor no tempo. E podemos ir mais além, atuava como uma forma de canonização daquela data, inserindo-a na linha do tempo dos fatos gloriosos da história brasileira, como é o caso do dia da primeira luta no Monte dos Guararapes.

No memorável dia 19 de abril de 1648, destinado a marcar mais um triunfo em testemunho de quanto pode o ardor e o patriotismo de um povo, ferido nos seus brios e que, firme na verdadeira justiça da causa que defende, e pela fé com que combate, sabe ser o vencedor; acharam-se os dois exércitos enfrentados para renhida luta (CATÁLOGO 1879).

Aliada à delimitação temporal, também se recorria à descrição do clima e

da topografia do terreno da batalha. O resumo histórico concedia mais que um relato de fatos, ele dava ao leitor as ferramentas para que imaginasse a cena, fornecendo, durante a narrativa, paisagens da batalha.

No dia 11 de dezembro de 1868, sob o comando do invicto general Duque de Caxias deu-se esta memorável batalha as margens do Rio Avahy, confluyente do Paraguai.

Era chuvoso o dia e a batalha que feriu-se as 10 horas da manhã terminou cerca de meio-dia pouco antes o sol rompeu as densas nuvens que escureciam o céu, e iluminou ao longe as coxilhas de Lomas Valentinas (CATÁLOGO 1879).

Esses textos nos fornecem por diversas vezes imagens épicas das batalhas nacionais, assemelhando-se mesmo com uma composição de pintura histórica.

Nesta ocasião, no meio do medonho estampido que partia de Humaitá, e dentre as densas nuvens de fumaça que toldavam o ar, vê-se subir um foguete que, partindo do Barroso, anuncia a toda a esquadra que o Passo de Humaitá está vencido (CATÁLOGO 1872).

O resumo histórico acabava complementando a pintura, pois é a partir da leitura que o visitante da exposição começava a ser seduzido pela narrativa da batalha, deslocando-se da postura passiva de leitor para a de testemunha ocular do combate, posição coroada quando se colocava diante da tela. Em alguns casos, o autor utilizava-se da primeira pessoa do plural para reforçar a inserção do leitor da narrativa:

A luta prolongou-se terrível, porque indecisa, durante algum tempo, até por vezes pareceu-nos necessário ceder. (...) A presença do general em chefe na extrema vanguarda do exército, o aspecto a um tempo galhardo e imponente dos oficiais que o acompanhavam, e sobretudo a impetuosidade dos nossos soldados, que seguiam tão nobre exemplo, foram motivos que determinaram a retirada precipitada dos paraguaios, os quais, à medida que fugiam para se entrincheirarem em uma defesa próxima, iam, segundo é seu costume, incendiando a macega e o sarçal do campo, para assim nos anteporem um obstáculo invencível, e ao mesmo tempo subtraírem-se aos nossos olhos, envoltos eles e nós nas labaredas e nos imensos turbilhões de fumo que se levantavam da terra (CATÁLOGO 1872).

Os resumos históricos também apresentavam a descrição dos quadros. Em algumas descrições, seus autores indicam onde e como os artistas realizaram suas pesquisas e qual o material analisado. A legitimação do relato presente nas telas passava a ser garantida através da utilização de procedimentos científicos pelo pintor. No caso do texto que acompanhava o quadro "Batalha de Campo Grande" (1871), existe a especificação das pesquisas realizadas por Pedro Américo para compor os soldados paraguaios, desde seu aspecto físico até seus uniformes.

As figuras paraguaias foram tiradas, mais ou menos modificadas pelas exigências da composição, dos muitos prisioneiros, e outros paraguaios, que estiveram nesta capital. Os uniformes e as armas brasileiras, bem como todos os objetos paraguaios, foram fielmente copiados do natural (Para maiores esclarecimentos, consultem-se as primorosas descrições, apreciações ou análises do painel, que correm impressas) (CATÁLOGO 1872).



36

Batalha de Campo Grande ou Nhuassú. Pedro Américo, 1871. 530 X 332 cm. Óleo sobre tela. Petrópolis: Museu Imperial.

As viagens ao local da batalha também eram um ponto importante para imprimir credibilidade ao tema representado. Essas viagens indicavam que o artista realizou pesquisas no local da batalha, mas principalmente imprimia na tela a dimensão do “eu vi” – o caráter da experiência. A autópsia como elemento por excelência de ratificação de uma narrativa como verdadeira, pois os conhecimentos produzidos através da visão são mais confiáveis do que os obtidos pelo ouvido.

(...) o autor fez uma viagem a Pernambuco com o único fim de estudar a topografia do lugar, onde se deu a batalha, conforme o refere a História (CATÁLOGO 1879).

Estes dois quadros (“Passagem de Humaitá” e “Combate Naval de Riachuelo”) encomendados em 1868 pelo Exmo. Sr. Conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo, então Ministro da Marinha, e que *o artista para o seu maior desempenho, foi a custa do governo ao Paraguai fazer os indispensáveis estudos*, pertencem aquele ministério (CATÁLOGO 1872, grifos nossos).

O resumo histórico relativo à tela “Primeira Batalha dos Guararapes” (1879), de Vitor Meireles, é especialmente representativo. Ele é o único que, além de trazer todos os códigos acima mencionados, também se utilizou de outros instrumentos de legitimação, como por exemplo, a citação direta de uma obra historiográfica.



37

A Primeira Batalha dos Guararapes. Vitor Meireles, 1879. 500 X 925 cm. Óleo sobre tela. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

O autor do texto do catálogo especifica a bibliografia a partir da qual encontrou determinadas informações, valendo-se duas vezes de notas de rodapé – uma referindo-se à obra “Castrioto Lusitano”, de Rafael de Jesus e outra à “História das Lutas contra os Holandeses no Brasil”, de Varnhagen.

“Castrioto Lusitano”, de Rafael de Jesus, é sublinhada por José Honório Rodrigues como uma das obras setecentistas mais importantes acerca da história dos holandeses no Brasil (RODRIGUES 1963, p.75). Esta biografia foi encomendada pelo próprio João Fernandes Vieira e conta a história da invasão e da restauração através de sua trajetória. É importante ressaltar que João Fernandes Vieira foi representado na tela “Primeira Batalha dos Guararapes”, de Meireles – personagem em segundo plano à esquerda que corre em direção a André Vidal de Negreiros, no centro da pintura. Após a publicação desta obra, o autor foi nomeado o cronista-mor do reino no ano de 1681. Embora Varnhagen tenha criticado este livro, considerando-o evasivo, utilizou-o como fonte para a sua “História das Lutas com os Holandeses no Brasil”.

Sua primeira edição data de 1679, vinte e cinco anos depois da expulsão dos holandeses e trinta e um anos após a primeira batalha ocorrida no Monte

dos Guararapes. Em 1844, "Castrioto Lusitano" foi reeditado e oferecido em homenagem a D. Pedro II. Título importante a ser incluído na bibliografia selecionada pelo artista, já que foi encomendado por um dos principais personagens do combate – representado na tela – e considerado referência sobre a invasão holandesa – consultado inclusive por Varnhagen. O autor do texto do catálogo pauta-se na obra de Rafael de Jesus para dar a hora precisa em que o combate nos Guararapes começou e em que o artista se baseou para definir a iluminação da cena.⁴

Em 1871, o historiador Varnhagen publicava o ensaio "História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654", impresso em Viena. No mesmo ano em que Meireles recebeu a encomenda para a tela "Primeira Batalha dos Guararapes", Varnhagen já publicava a segunda edição de sua obra, que só foi concluída em 1874.

O conhecimento que Meireles tinha da obra de Varnhagen é inquestionável. O resumo histórico também faz alusão ao autor na referência bibliográfica, mas não se limita a isso, o texto parafraseia a narrativa de Varnhagen em alguns momentos. Seguem abaixo trechos das duas narrativas, onde podemos observar sua semelhança. Primeiro o texto do resumo histórico:

Dispondo o ataque em três corpos, confia um dos flancos a Camarão, outro a Henrique Dias e o centro a João Fernandes Vieira, ordenado mais, que, dada a primeira carga, acometessem todos a arma branca. Avançaram os nossos com a maior resolução, e tal foi o ímpeto, que rompendo logo os batalhões inimigos, ficaram estes completamente desordenados, perdidos, e cheio de grande confusão. Henrique Dias, esse novo Cipião, mais uma vez mostra quanto pode o valor dos seus pretos, apossando-se por um momento da artilharia do inimigo, das suas munições e caixa do dinheiro; mas, lançando o inimigo a sua brigada de reserva comandada por Van-Elst e Hous contra Henrique Dias, não pode este sustentar-se, recuperando aquele o que havia já perdido (CATÁLOGO 1879).

38

Agora o mesmo evento, porém nas palavras de Varnhagen:

Ordenou, pois, o ataque em três corpos, confiando o de um dos flancos ao Camarão, o do outro a Henrique Dias, e o centro a João Fernandes Vieira. Dada a primeira descarga, acometeram todos a arma branca, e conseguindo romper o inimigo, chegaram a ter-lhe tomada a artilharia, munições e caixa do dinheiro. Lançando, porém, o chefe contrário a brigada de reserva, com os terços de van Elst e Haus, contra Henrique Dias, obrigou-o a retirar-se, sem lhe poder acudir a tempo a nossa reserva; pelo que conseguiu recobrar a sua artilharia, e o mais que se lhe havia tomado, visto que os nossos, ao romper as fileiras do inimigo, haviam ficado mais desordenados que ele (VARNHAGEN 2002, p. 237-238).

⁴ A nota do catálogo diz o seguinte: "Vide CASTRIOTO LUSITANO, p 508 da nona edição, segundo a de 1679, imprensa por Claesbeerch, e publicada em Paris por J. P Arland, no ano de 1844". Cf. CATÁLOGO 1879.

A presença de Varnhagen entre a bibliografia é mais um mecanismo utilizado para dar credibilidade não só ao texto do catálogo, mas à própria pintura.

3. A crítica de arte: instância de controle e consagração

As Exposições Gerais da Academia Imperial na década de 1870 foram marcadas pela expressiva presença do público.⁵ Graças a essa popularidade, diversos periódicos da época ocuparam-se desses eventos. Não só no Brasil, mas também em diversos países da Europa e da América Latina, a crítica de arte exercia um papel-chave, debatendo a função didática da arte, o valor do realismo na pintura, a importância das leis acadêmicas, os parâmetros que configuravam esta ou aquela obra como arte, além de fornecer roteiros de leituras das peças e da exposição como um todo.

É possível identificar nessas narrativas os mecanismos de legitimação da pintura histórica enquanto um relato fiel da história, além da própria definição e função deste gênero que circulava nos oitocentos. Assim como a história, a arte possuía um sentido moral.

A arte moderna tem um norte, a verdade; tem um fio, a justiça.
A justiça e a verdade, eis a missão civilizatória que lhe pode impor, sem o rebaixar (SAMPAIO 1880, p. 245).

39

A crítica de arte não raras vezes especificava os procedimentos de pesquisa utilizados pelos artistas, como é o caso das citações, do levantamento bibliográfico, da coleta de relatos de testemunhas sobre o tema das telas, entre outros.

Mantendo a primazia anteriormente ressaltada da experiência do olhar, na crítica de arte a visão tornava-se o elemento central nas acusações e defesas das obras de Meireles e Américo. No Jornal do Comércio do ano de 1879, Vítor Meireles foi recriminado pelo crítico por usar como modelos armas e roupas pertencentes ao Teatro do Sr. Ferrari e não os originais da época para executar a tela "Primeira Batalha dos Guararapes".

No Rio de Janeiro, afora algumas setas, arcos e toucados de plumas dos nossos selvagens, que se encontram no Museu Nacional, os artistas tem de se contentar com os recursos fantásticos e anacronismos do guarda-roupa do Teatro do Sr. Ferrari, e ainda assim só durante dois ou três meses

⁵ A Exposição Geral de 1872 foi a primeira a apresentar números significativos de visitação do público. As telas de batalhas causaram tamanha curiosidade que atraíram um total de 63.949 pessoas à exposição, sendo prorrogada graças ao interesse da população (ROSEMBERG 2002). A exposição de 1879 ficou marcada como a mais concorrida na trajetória da Aiba. A historiadora Ana Maria Cavalcanti aponta que este evento contou com um público de 292.296 visitantes, "praticamente o equivalente ao total da população da cidade do Rio de Janeiro da época" (CAVALCANTI 2004, p.58).

do ano.

A respeito de armas notáveis só conheço aqui a lança-obelisco do General Osório, e a bengala tortuosa do Barão de Caiapó.

Modelos desenhados também os não há no Brasil, e como estes objetos indispensáveis à feitura de um quadro histórico, faltam muitos outros (...). Com estes elementos ou, melhor ainda, com a falta deles, pintou o Sr. Vítor Meireles a sua *Batalha dos Guararapes*.

Agora, pergunto eu, poderá alguém exigir neste quadro: exatidão na aparência dos principais personagens do quadro, verdade absoluta nos acessórios, e correção minuciosa no desenho do nu, quando Vítor Meireles não teve a sua disposição nem retratos, nem museus, nem modelos?

Em que poderá, com justiça, exercer-se severidade para o quadro deste pintor?

Composição? (SAMPAIO 1880, p.24-5, grifos do autor)

Rangel de Sampaio, por outro lado, defende o artista na questão do contato com os objetos originais do século XVII, lembrando aos críticos que Meireles foi a Pernambuco e lá pode “ver” diversos artefatos dessa época.

Engana-se, pois, quem pensar que Victor, por carecer de modelos para a reprodução da armas, vestuários e outros acessórios do fato, a que deu o último traço de imortalidade, deixou alguma coisa a desejar a semelhante respeito.

Se ele não os teve com a abundância, com que os encontraria na Europa, principalmente nos Países Baixos, não deixou de obtê-los em Pernambuco. Há no Recife uma associação importante, que só não tem compreendido bem seu papel civilizador, porque só tem olhos para o período holandês: — É o Instituto Arqueológico Pernambucano. Pois bem, nele Vítor Meireles encontrou armas e muitos outros acessórios, de que teve necessidade (SAMPAIO, 1880, p. 259).

40

É interessante questionar por que Sampaio não menciona a coleção de cópias de armas do século XVII do amigo pintor. Meireles reuniu cópias de diversos instrumentos bélicos para ajudá-lo a compor seu quadro, porém a defesa que Sampaio fez do artista não mencionou essa coleção, optou por validar a obra pelo contato visual com as peças originais. Afirmar que o artista viu os vestígios do passado e que a partir deles compôs sua tela garante mais legitimidade do que um conhecimento obtido por meio de cópias. O pintor viu as peças, tocou-as, experimentou esse passado através do tato e da visão, esse passado não lhe foi transmitido por meio da *akôe*, mas sim da autópsia. A defesa é muito mais legítima quando pautada na experimentação do passado.

Nesse sentido, as viagens ocupam um lugar central nos argumentos de defesa ou acusação às pinturas de História; a marca “ele viu”/“eu vi” é constantemente retomada pelos críticos e pelo próprio artista. O ato de ir até o local da guerra invoca a dimensão da vivência.

Na obra “O quadro da Batalha de Guararapes, seu pintor e seus críticos”, Rangel de Sampaio recorre com freqüência à viagem do artista a Pernambuco, região em que se desenrolou o combate representado na tela “Primeira Batalha dos Guararapes” (SAMPAIO 1880). Nesse mesmo livro, o autor também sublinha a expedição do artista ao cenário da Guerra do Paraguai, com o intuito de reunir

informações para pintar “Combate Naval de Riachuelo” (1881) e “Passagem de Humaitá” (1871).

A primeira viagem mencionada por Sampaio foi a Pernambuco e durou cerca de três meses; teve como objetivo visitar o Monte dos Guararapes, lugar onde se desenrolou a batalha contra os holandeses no século XVII. Na outra viagem, o artista seguiu para o campo de batalha, em Humaitá, e observou a bordo do vapor *Brazil* alguns momentos da Guerra do Paraguai, inclusive a tomada da fortaleza localizada nessa região, em 1868. Essas incursões atuaram como marcas de credibilidade no relato do artista através da “experiência”, embora o façam de formas diferentes.

No caso da viagem a Humaitá e a Riachuelo é explícita a dimensão do testemunho, o artista vai à guerra para “ver ele mesmo” a batalha que pretende representar. Meireles pinta o que *viu*, ou melhor, ele pode pintar a Guerra do Paraguai por que ele a “experimentou”. Segundo Tucídides, somente por meio da *opsis* se poderia escrever a história, a visão entendida como o sentido humano mais confiável, era o único capaz de produzir um conhecimento válido. A história deveria ser sempre a história do presente, pois seria a única possível de ser verdadeiramente relatada, nenhuma informação obtida por meio da *akôe* era digna de confiança. Somente aquele que experimentou pode narrar à posteridade sua vivência; o fato de ter experimentado a guerra, dessa maneira, qualificaria Meireles a narrá-la.

Em Pernambuco, a vivência dá-se de modo mais sutil. Enquanto no caso particular da viagem a Humaitá, o artista vê o evento e é isso que o gabarita para retratá-lo, no caso da Invasão Holandesa a distância temporal impossibilitaria a visão *in loco*. Entretanto, a experimentação desse passado não lhe era de todo inacessível na perspectiva do século XIX. Rangel de Sampaio enfatiza a dimensão da experiência na História através da viagem de Meireles a Pernambuco.

Conscioso como é, atento ao estudo topográfico, e todos os acidentes físicos, que se ligam aos assuntos que intenta imortalizar em suas telas, ele, encarregado de comemorar a batalha dos Guararapes, ia examinar o teatro da ação.

E fazia bem. Os lugares célebres como que se prestam a narrar-nos os gloriosos feitos de que foram testemunhas – assim saibamos interrogá-los. Quando sobe-se pelo dorso inclinado dos Guararapes em demanda da Igreja dos Prazeres, do meio d’aquela paisagem esplêndida, iluminada por um céu da mais pura e nítida safira, e bafejada pelas mais frescas brisas do Atlântico; e de cima d’aquela solo esburacado pelas chuvas torrenciais do inverno e endurecido pelo sol de fogo d’aquelas regiões: *parece que homens, feitos, hábitos, costumes – todo o passado se desperta do túmulo da história*, como no poema árabe os cavalheiros desencantados, mediante a aspersão da água cor de ouro, pela Princesa Parizade (SAMPAIO 1880, p.10, grifos nossos).

O contato com o lugar da batalha parece permitir a vivência desse passado, através da visão do palco da ação, essa dimensão do “eu vi” dá condições ao

artista representá-la. A pintura é responsável por resgatar o passado, dar-lhe vida; a autópsia executada pelo artista e impressa na tela possibilita que o passado desperte do "túmulo da história". A fixação da cultura oitocentista com ressurreição do passado, ou seria melhor dizer com a morte, com a ausência, aparece-nos como questão uma vez mais.

(...) assim como a visita à necrópole é acto memorial de *re-presentificação* – suscitado a partir de *sinais* que referenciam um objeto ausente –, também a escrita (e a leitura) da história se constrói a partir de *traços* e de *re-presentações* que visam situar, na ordem do tempo, algo que se sabe ter existido mas que já não existe (CATROGA 2001, p.41-2, grifos do autor).

Ao lado da escrita e da leitura podemos colocar o ato de pintar e apreciar uma tela de história como uma forma de luto,¹ que paga as dívidas do presente com o passado, permitindo que as sociedades se situem temporal e moralmente.

Uma das principais críticas à tela de Pedro Américo, "Batalha do Avaí" (1877), deve-se ao fato do artista não ter ido ao lugar da batalha como o fez Meireles. Entretanto, para defender-se, Américo também recorre a outro *topos* da história, a *akôe*. O artista chama em sua defesa a troca de correspondência com os participantes da batalha, que não só conhecem o ambiente do combate, mas participaram do mesmo, tornando-os qualificados a narrar o episódio. Américo legitima sua interpretação como fidedigna a partir do recolhimento de informações de testemunhas da batalha; para ele, mais importante que observar o espaço onde a guerra se desenrolou, seria consultar seus próprios participantes.

42

Poderão taxar este testemunho como não tendo mais do que um valor genérico, por isso que o ilustre oficial que o presta não esteve na batalha. Pois bem, leiamos o depoimento de um que esteve, e até foi gravemente ferido:

"Illm. Sr. Dr. Pedro Américo. – Corte, 8 de Outubro de 1877. – Respondo à sua carta de 4 do corrente. Tive a satisfação de examinar cuidadosamente o seu belo quadro. É uma obra d'arte admirável, e penso que muito justos forão os elogios que lhe fizeram os célebres pintores da Itália.

Quanto à parte histórica o que posso dizer é que, apreciado no todo o seu quadro dá uma perfeita idéia da batalha do Avahy; se, porém, nos detalhes apresenta algum senão, eu não descubro; poderá ele existir, mas o que afianço é que nem ao próprio soldado que assistiu a batalha é dado descreve-la minuciosa e completamente.

Sou, etc. – Marques do Herval."

Ora aí tem como é o meu *idealismo*: muito mais positivo do que o *positivismo*

Na obra "Luto e Melancolia", de 1917, Sigmund Freud buscou compreender a relação estabelecida pelos homens com a experiência da perda, seja ela consciente ou inconsciente. Segundo ele, o luto seria antes de tudo um comportamento patológico, uma resposta à privação do objeto amado: "O luto, via de regra, é a reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela, como pátria, liberdade, ideal etc" (FREUD 1992, p. 131). O indivíduo percebe que o objeto amado já não existe mais e investe no deslocamento da libido que a ele estava vinculado. O processo de desligamento do objeto amado conduz a uma supervalorização do mesmo. Curiosamente, o ato de lembrança é, ao mesmo tempo, um movimento de desligamento do objeto de amor: "Assim como o luto leva o ego a renunciar ao objeto, declarando-o morto e oferecendo-lhe como prêmio permanecer vivo, também cada uma das batalhas de ambivalência afrouxa a fixação da libido ao objeto, desvalorizando-o, rebaixando-o, como que também matando-o" (*Idem*, p. 140). A ausência gera a possibilidade da lembrança, o ato de lembrar é a ratificação dessa perda e a possibilidade de vida.

dos que negão e criticam sem saber; idealismo que baseia-se nos fatos essenciais e só despreza ou transforma aquilo que pode ser alterado ou omitido sem ofensa dos grandes princípios da arte ou da dignidade da história.

Agora vejamos se as afirmações dos que não foram ao Paraguai, e só nesta circunstância se lembrarão dele, serão mais valiosas do que a do artista que meditou sobre o assunto durante mais de 4 anos, que foi guiado pelas informações, partes oficiais, diário de campanha, etc., etc., a ele mandados de propósito pelo general em chefe, e que depois de tantos sacrifícios para realizar uma obra digna do seu país, tem a satisfação de vê-la sancionada pelos próprios generais que assistirão a batalha (MELO 1877, p.02, grifos nossos).

O fato de Pedro Américo não ter visitado Campo Grande ou Avaí também depunha contra ele em relação à descrição topográfica. A credibilidade de sua representação geográfica da região de combate foi questionada pela ausência de estudos *in loco* realizada pelo artista. A desconfiança gerou uma série de críticas contra "Batalha de Campo Grande" e "A Batalha de Avahy" e novamente foram os relatos dos participantes da batalha que argumentaram a seu favor.

A fidelidade da paisagem tem sido contestada com alguma aparência de razão, e sobre este assunto os realistas, ou materialistas da arte, têm – muito de indústria – raciocinado *á priori*, isto é, contrariamente ao seu modo sistemático de raciocinar, que é todo *indutivo*, o raciocínio é este: "Quem nunca foi a um país não o pode retratar. Ora, o autor do quadro não foi ao Paraguai, ao lugar da ação, logo, a pintura é inexata".

Neste caso, em vez de estarmos a negar ou a afirmar aquilo que nós não sabemos ao certo, recorramos ao testemunho insuspeito dos que lá estiveram. Foi o que fiz, já há dias, perguntando por carta a diversos oficiais que estiveram no Paraguai, "qual a impressão que lhes causará o fundo do quadro".

Eis o que me responderão:

"... Honrado pois com o seu conhecimento pessoal em uma das ocasiões que fôra saciar o espírito naquela fonte de sobrenatural inspiração, abster-me, com cuidado, de articular uma palavra sequer em referencia ao que já fôra julgado pelos competentes, mas não pude conter-me quanto a propriedade com que V. S. soube transplantar para a sua tela esses campos e esteiros característicos do Paraguai, essa paisagem a que me acostumara durante três anos, e que agora aí vi-a desenvolvida diante de mim, tão fiel em todos os seus detalhes, tão verdadeira em todos os seus acidentes como se realmente me houvesse transportado repentinamente a esse país de dolorosas recordações para tantas famílias brasileiras.

Foi sem duvida em virtude desta minha exclamação, *ao reconhecer aquelas regiões de fisionomia somente peculiar ao Baixo-Paraguai*, que V. S. me honrou com sua carta de hoje, pedindo o meu parecer sobre o seu sublime quadro.....

Seu, etc. – *Barão de Teffé*. – Outubro 4 de 1877".

Bastava este testemunho, mas vamos a outro: é o do oficial que está no quadro a direita do Sr. Duque de Caxias.

"Rio de Janeiro, 13 de Outubro de 1877. – Illm. Sr. Dr. Pedro Américo de Figueiredo. – Respondendo á pergunta que V. S. me dirigiu em sua carta de 14 do corrente, a saber: 'Qual a impressão que me causou a paisagem representada no quadro da batalha de Avahy?' vou cumprir esse dever, repetindo as mesmas palavras, pouco mais ou menos, que lhe dirigi por

ocasião de ir ver o dito quadro.

Não me admira a reprodução da configuração de todo o terreno, sua ondulação, o rio, brejos e montanhas pouco elevadas que se avistam lá ao longe no fundo do quadro, porque para isso V. S. poderia ter sido socorrido por fotografias e esboços que tivesse obtido do campo do Avaí; *o que me admira e surpreende de forma a me supor transportado aqueles lugares é a natureza do Paraguai em toda a paisagem, e sobretudo na cor da vegetação, do campo e do arvoredo. Seu, etc. – Barão da Penha*. (MELO 1877, p.02, grifos nossos)



44

Batalha do Avaí. Pedro Américo, 1877. 500 X 1000 cm. Óleo sobre tela. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

O artista através do método herodotiano, pautado na *opsis* e na *akôe*, consegue imprimir na tela a *cor local*, tornando possível ao apreciador do quadro sentir-se transportado para aquele lugar e época. Desta forma, o espectador pode experimentar aquele passado, graças ao exímio talento e pesquisa do pintor.

A troca de correspondência estabelecida entre Pedro Américo e os protagonistas do combate também ratificava a tela "Batalha do Avaí" como um relato verdadeiro. Sempre que foi acusado de alguma imprecisão histórica foi ao relato dos combatentes que o artista recorreu. As críticas mais recorrentes à sua infidelidade ao fato histórico centravam-se em três elementos: a colocação do Barão do Triunfo em segundo plano, a representação da farda do Duque de Caxias desabotoada e o fato de ter chovido no dia do combate e o artista ter pintado raios de sol na obra.

Em relação ao episódio da farda desabotoada de Duque de Caxias, primeiro o artista desdenha a importância de tal detalhe.

O fato de desabotoar-se a meio a farda de um general, que está absorto no êxito de uma grande batalha, e que figura num quadro de tantos pormenores, não constitui atentado contra a integridade dos seus costumes, não fere os seus brios militares, não atinge ao seu caráter; e, se o fizesse, era em bom sentido, mostrando-o despreocupado de si próprio, e todo entregue aos seus terríveis e solenes deveres. Bem o sabe o Sr. duque, o qual riu-se muito, quando lhe perguntei se queria que eu retocasse a pintura para satisfazer aos inventores de boatos (MELO 1877, p.02).

Logo depois, porém se utiliza do próprio parâmetro da precisão histórica para legitimar a sua representação. Defende-se afirmando que a farda de Duque de Caxias estava desabotoada e ele assim a pintou, baseado no próprio depoimento do duque. E nesse momento a preocupação com a verdade chega à minúcia.

A prova, porém, de que o costume do general em chefe era todo individual, que não tinha esse alcance que se lhe quer atribuir, que não era propriamente para dar o exemplo – como já se disse – é que o chefe do seu estado-maior na mesma batalha trazia "*a farda abotoada somente pela parte superior, por três botões*", segundo me escreveu em papel que ainda conservo.

Mas quando mesmo o fosse, era fato que teria muita significação no terreno da disciplina militar, mas nenhuma em um conjunto estético tão complexo, aonde primeiro que tudo é necessário atender-se às mil exigências da arte, essa outra disciplina do gosto, que muitas vezes exclui a própria realidade naquilo que não é puramente essencial e característico (MELO 1877, p.02, grifos nossos).

45

No caso da representação do Barão do Triunfo em segundo plano, Pedro Américo afirma que assim o fez para ser fiel "à situação real dos personagens". Respalado no testemunho do Duque de Caxias, o artista sublinha que não é ele que peca em relação à história, mas sim aqueles que o criticam, pois não possuem nenhuma documentação ou relato para ratificar seu argumento, apenas partem de suposições. Ele, ao contrário, somente afirma aquilo que suas pesquisas lhe asseguraram, utilizando inclusive citações da carta de Caxias para provar que sua representação condizia com o ocorrido.

Objecção muito mais importante seria a que põe em duvida a situação real dos personagens, se, todavia, de leves alterações nas distâncias relativas dos personagens representados num quadro resultassem grandes perturbações para a história, ou grandes desaires para a estética. No caso a que se aplica esta observação, direi que, tanto quanto pude, fui fiel à verdade. O general Barão do Triunfo não podia estar colocado no primeiro plano sem grande desprezo das informações que colhi da fonte a mais autorizada e competente.

"No momento em que se deu o episodio acima – diz o Sr. Duque de Caxias, aludindo ao ferimento do Sr. Marques do Herval, *num documento expressamente escrito para guiar-me na composição do quadro* – apareciam ao longe, pelos flancos do inimigo, duas colunas de cavalaria brasileira que o cercavam, e das quais uma era comandada pelo general Barão do Triunfo". Ora, eu aproximei a tanto, essa coluna, quanto, sem violar a história, podia fazê-lo no interesse da arte e da semelhança individual.

Sob esse ponto de vista, se há em mim algum pesar é o de não ter podido

colocar mais próximo o Sr. Visconde de Pelotas “o qual, como oficial de cavalaria, foi – segundo o Sr. Duque de Caxias – o que mais fez nessa batalha, pelo que foi elevado a general nesse dia”.

As informações do Exm. Sr. duque, além de serem da maior competência, provam uma grande imparcialidade, bem digna da atenção do artista que se inspira na confiança dos testemunhos, muitas vezes astuciosos, dos contemporâneos (MELO 1877, p.02, grifos nossos).

Do mesmo modo como nos casos anteriores, o artista também legitima a sua representação dos raios solares na pintura pautado em fontes documentais, mais uma vez é a carta de Caxias que ancora a sua pintura. Outro ponto importante surge nessa citação de Pedro Américo, a relação imagem/palavra. Aqui ele explicita que a palavra, representada pela carta do Duque de Caxias, guia seu pincel. O texto verbal conduz a composição do quadro definindo o que deve ser representado ou não.

A falta de chuva torrencial em todo o quadro foi considerada como uma omissão anti-histórica. Vejamos.

“Principiou o combate às 10 horas da manhã, pouco mais ou menos, diz o Exm. Sr. Duque de Caxias no documento supracitado.

O dia estava *escuro e chuvoso ao principiar o fogo: de repente desfizeram-se as nuvens e apareceu o sol radiante*”.

Não fui, pois, inexato em representar a chuva já ao longe, e cessada nos primeiros planos, quando é evidente que pinte a batalha próxima ao seu desenlace (MELO 1877, p.02, grifos nossos).

3.1. O caso de Filipe Camarão

46

A representação do índio Filipe Camarão na tela “Batalha dos Guararapes” gerou uma grande polêmica entre os críticos de Vítor Meireles. Segundo eles, na ocasião deste combate, Camarão já estaria em idade avançada e não jovem como o artista o colocou. O interessante é que Meireles para defender-se de tais acusações cita dois autores: Varnhagen e d’Orbigny.

Em “História das lutas com os holandeses no Brasil”, Varnhagen narra sua pesquisa para estabelecer a data de nascimento de Antônio Filipe Camarão. A partir dos nomes Filipe e Antônio o historiador conclui que Camarão teria sido batizado por volta de 1580, ano em que “lutavam em Portugal pela Coroa, o Prior do Crato D. Antônio e Filipe II” (VARNHAGEN 2002, p. 248), seu nome seria uma homenagem a esses dois religiosos. Da possível data do batismo até a sua morte teriam se passado 68 anos, estimando que ele tivesse sido batizado pelo menos com 10 anos de idade, ele teria falecido aos 78 anos.

Após a leitura dessa obra, Vítor Meireles afirmou que havia começado a pintar Filipe Camarão como um senhor de idade avançada.

O Visconde de Porto-Seguro, na sua última obra *Holandeses no Brasil*, diz positivamente, tratando do célebre Camarão, que, adoentado e enfraquecido em parte pelo cansaço e pela velhice, terminava aquele índio os seus dias, tendo, pelo menos, setenta anos de idade.

Neste pressuposto tinha-o eu pintado, já velho, notando-se-lhe mesmo alguns cabelos brancos (SAMPAIO 1880, p.241).

Dois fatores o fizeram mudar de idéia: a importância de Filipe Camarão para a história do Brasil e o acesso a teorias raciais em circulação nos oitocentos. Meireles afirmou que durante a execução do quadro recebeu a visita de diversas pessoas, entre elas o desembargador Tristão de Alencar Araripe, e todas elas julgaram inoportuno a representação deste personagem como um idoso, sua aparência cansada não estaria condizente com um herói de nossa história. A função moral da pintura sobrepõe-se à fidelidade ao passado. Um herói não poderia ser retratado de forma caricatural, seu papel de exemplo à posteridade não pode se submeter a esse preciosismo histórico. O papel pedagógico da pintura histórica está acima dessas minúcias, mesmo que verossímeis.

Uma circunstância, porém, que julguei não dever desprezar, pela sua origem respeitosa, foi que me fez alterar a fisionomia do índio em questão, para dar-lhe a aparência que hoje se nota na tela dos *Guararapes* e que se particulariza como defeito...

(...) O Sr. Desembargador Tristão de Alencar Araripe, por mais de uma vez honrando com sua presença o meu *atelier*, também manifestou o seu pesar por ver assim caracterizado aquele personagem. E eu, que só desejo acertar, já pela fé que me mereciam as observações judiciosas, já por não parecer uma obstinação, entendi dever ceder, modificando-o no sentido em que hoje o apresento (SAMPAIO 1880, p.241).

47

Além das sugestões para alterar a aparência de Camarão, outro fator foi decisivo para esta mudança: os estudos científicos. Respalando-se na obra "O homem americano da América Meridional", de Orbigny, Meireles afirma que os índios envelheceriam lentamente e mesmo com a idade em torno dos cem anos, eles continuariam com a aparência jovem.

Mais de uma pessoa me afirmou que Camarão, que eu havia representado, apesar dos seus setenta anos, não podia ser afigurado como velho, porque era ele índio, e que essa raça do norte, tão robusta, só começa a mostrar indícios de velhice depois de cem anos, e ainda em apoio de uma tal asserção temos o que nos diz d'Orbigny na sua obra *O homem americano da América Meridional* (SAMPAIO 1880, p.241).

As escolhas de Meireles são legitimadas pelas fontes que consultou, pelo seu conhecimento da bibliografia sobre o tema e pelas teorias raciais em circulação no século XIX. Ao optar por uma representação jovem de Camarão, mesmo aos 70 anos de idade, o fez ancorado em pesquisas de teor científico e histórico. O artista de uma só vez legitima sua representação como verdadeira e a vincula ao discurso científico, irrefutável na perspectiva oitocentista.

Artistas e crítica de arte ratificavam seus argumentos através de métodos familiares ao campo da História. Desde Heródoto, a *opsis* e a *akôe* formam as bases do método historiográfico e ainda hoje permanecem como *topos* da história, transformadas em notas de rodapé, citações e referências bibliográficas. As marcas de enunciação presente nas citações dos artistas em suas telas configuram-se como peças-chaves do diálogo entre a pintura de História e a disciplina História.



Estudo para Batalha dos Guararapes: Filipe Camarão. Vitor Meireles, c. 1874-1878. 45 X 53 cm. Óleo sobre tela. Rio de Janeiro: Acervo Museu Nacional de Belas Artes.

As relações entre pintura de História e História no oitocentos transcendiam as temáticas abordadas por ambas. A disciplina inspirou-se no exemplo da pintura para legitimar a objetividade de sua narrativa, tomando a imagem como reflexo do passado. Concomitantemente, os pintores apoderaram-se não só dos métodos de pesquisa da disciplina, mas também se apropriaram dos debates sobre concepção de História e a tarefa do historiador para definir a natureza de sua obra e de sua condição de pintor. Conforme o observado neste artigo, arte e História nos oitocentos possuíam uma estreita relação que perpassava a natureza, a função e o método de ambas – ao contrário do que se observa hoje após um longo processo de autonomização e especialização desses saberes.

48

Referências bibliográficas:

AS BELAS ARTES. Enciclopédia de Pintura, Desenho, Escultura, vol. 10. Porto Publicações e Artes Gráficas, 1997.

BARANTE, Prosper de. **Histoire des ducs de Bourgogne, 1364-1477.** In: GAUCHET, Marcel (org.). **Philosophie des sciences historiques. Le moment romantique.** Paris: Seuil, 2002.

CASTRO, Isis Pimentel de. **Os Pintores de História.** A relação entre arte e história através das telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007. [Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro]

CATÁLOGO da Exposição Geral de 1872. Arquivo da Academia Imperial de Belas Artes. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 1872.

- CATÁLOGO da Exposição Geral de 1879.** Arquivo da Academia Imperial de Belas Artes. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 1879.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Coimbra: Quarteto, 2001.
- CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. A relação entre o público e a arte nas Exposições Gerais da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Anais do XXIII Colóquio de História da Arte.** Rio de Janeiro: CHBA/UERJ/UFRJ, 2004.
- COLI, Jorge. A invenção da descoberta. In _____. **Como estudar a arte brasileira no século XIX?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005, p.23-43.
- FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. **Novos Estudos.** (32): 130-141, mar. 1992
- GOMBRICH, E. H. **Norma e forma:** estudos sobre a arte da Renascença. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto.** Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. Sobre a tarefa do historiador. **Anima.** História, teoria e cultura. Rio de Janeiro 1(2): 79-89.
- KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia.** Madrid: Editorial Trotta, 2004.
- MELO, Pedro Américo de Figueiredo e. O Brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil. In OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. & MATTOS, Claudia Valladão de (orgs.). **O Brado do Ipiranga.** São Paulo: Edusp/ Museu Paulista, 1999.
- _____. Bellas Artes – O quadro historico da batalha do Avahy. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, 27 de out 1877.
- RODRIGUES, José Honório. **Historiografia del Brasil.** Siglo XVII. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1963.
- ROSEMBERG, Lilian Ruth Bergstein. **Pedro Américo e o olhar oitocentista.** Rio de Janeiro: Barroso Edições, 2002.
- SAMPAIO, João Zeferino Rangel de. **O quadro da Batalha de Guararapes, seu pintor e seus críticos.** Rio de Janeiro: Serafim, 1880.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil.** Desde 1624 até 1654. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)

The temple of holy scriptures: the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and the writing of the Brazilian history (1889-1912)

Hugo Hruby

Doutorando em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

hugohruby@yahoo.com.br

Rua Assunção, 395/101

Porto Alegre - RS

91050-130

Resumo

A possibilidade de observar as ricas e contraditórias discussões sobre a institucionalização e disciplinarização dos estudos históricos é obscurecida quando partimos de um assentado caráter científico no século XIX. Nestes debates, fé, leis e razão buscavam subsidiar a História enquanto campo do conhecimento. O limiar da República, no Brasil, é um período profícuo para estes estudos pelo choque entre espaços de experiências e horizontes de expectativas de atores diversos, como a Igreja Católica, os governos republicanos, os burocratas monarquistas e os homens de letras. O objetivo deste artigo é o de analisar as propostas de escrita da História do Brasil dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na cidade do Rio de Janeiro, diante da proclamação do novo regime político em 15 de novembro de 1889.

50

Palavras-chave

Historiografia; Catolicismo; Brasil República.

Abstract

The possibility of observing the rich and contradictory discussions about the institutionalization and disciplinarization of historic studies are erased when we see them from the scientific point of view typical of the 19th century. In such debates, faith, laws and reason considered History only as a knowledge field. The start of the Republic period in Brazil is a profitable period for such studies for the shock between spaces of experience and horizons of expectations of different characters, such as the Catholic Church, Republican governments, monarchist bureaucrats and intellectuals. The purpose of this paper is to analyze the proposals in the writing of the Brazilian History by the members of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), in the city of Rio de Janeiro, when a new political regime is established on 15th November 1889.

Keyword

Historiography; Catholicism; Brazil Republic.

Enviado em: 23/10/2008

Autor convidado

"Sendo este Instituto uma espécie de arca santa, que flutuando sobre as ondas revoltas do tempo e vencendo sua voracidade, exerce o glorioso mister de recolher a herança das gerações transactas, as lições do passado, os oráculos da história para legá-los à posteridade."
(Discurso de posse de Monsenhor Vicente Lustosa *In* RIHGB 1905, p. 183)

O IHGB entre a laicização e catolicização do Estado brasileiro

O fim do padroado e do regalismo imposto pela proclamação da República foi recebido pelos representantes da Igreja Católica, no Brasil, com alívio e apreensão. Os novos tempos permitiriam uma maior liberdade de ação ante o poder temporal, há muito reclamada por uma parte das lideranças eclesiais, ao mesmo tempo que limitava a esfera de ação da Igreja e dos religiosos na sociedade. Não bastassem tais incertezas, essas discussões tumultuavam ainda mais o ambiente político no início do novo regime. Monarquistas procuravam intrigar a população contra a República pela alegação de impiedade religiosa, ao passo que republicanos viam a ameaça clericalista atrás de todas as tentativas de restauração monárquica (AZZI 1992; BRUNEAU 1974; LUSTOSA 1990; MALATIAN 2001; MARTINS 1978; MICELI 1988; MOURA, ALMEIDA 1990; OLIVEIRA 1990).

51

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *locus* privilegiado e autorizador na elaboração de discursos sobre os tempos pretéritos, foi tragado por este turbilhão. Os estreitos laços estabelecidos com o monarca exilado, uma historiografia comprometida com o projeto monárquico-centralizador-católico do antigo regime e a efetiva participação dos seus sócios na estrutura governativa da burocracia deposta (GUIMARÃES, L. 1995; GUIMARÃES, M. 1988) permitiram que as prédicas dos púlpitos e as manifestações das tribunas entrassem ruidosamente na Casa da História, após a instauração do novo regime. No entanto, principalmente pelas ações empreendidas na gestão de Olegário Herculano de Aquino e Castro (1891-1906), a instituição, passados os difíceis e tormentosos anos dos governos dos Marechais (1889-1894), retomou e ampliou o ritmo dos trabalhos da época em que D. Pedro II conduzia as reuniões periódicas.¹

No IHGB, após 1889, ao lado de fervorosos cristãos, como Conde de Afonso Celso, Barão de Studart, Barão de Ramiz (todos nobres por concessão papal), Eduardo Prado, Carlos Kliet e César Augusto Marques, estavam Cardeais, Bispos, Monsenhores e párocos. A presença de sacerdotes, nos quadros do Instituto, não era novidade. Na sua fundação em outubro de 1838, entre os 27 sócios, estava o atuante cônego Januário da Cunha Barbosa. No ano seguinte, na relação dos 46 sócios efetivos, constavam 4 sacerdotes (WEHLING 1983, p. 9). Ao final do antigo regime, dentre os 19 sócios honorários, havia o Monsenhor

¹ É vasta a produção acadêmica acerca da importância do IHGB, especialmente, para os estudos históricos no e sobre o Brasil. Contudo, sua ampla maioria se detém no período de 1838 a 1888. Uma abordagem de cunho institucional sobre a fase republicana com ênfase a partir de 1907 (GUIMARÃES 2007, *passim*).

Manoel da Costa Honorato e, nos 48 nacionais correspondentes, João Pedro Gay e D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Quase dois anos após a proclamação da República, foi admitido, pela primeira vez sob o novo regime, um integrante da Igreja Católica. Tratava-se do Bispo de Olinda, D. João Fernando Tiago Esberard, em 25 de setembro de 1891. Entre novembro de 1889 e o final da presidência do Barão do Rio Branco, em 1912, ingressaram 23 sacerdotes nos quadros do IHGB. Entre os "sócios de batina" estavam não só os residentes em território nacional, mas também os estabelecidos na Santa Sé como o Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro, secretário de Estado do Papa Leão XIII, e D. Jerônimo Maria Gotti, Internúncio apostólico.

A grande maioria dos residentes, no Brasil, tinha destacada posição na hierarquia eclesiástica, como o Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti; os Bispos de Manaus, José Lourenço da Costa Aguiar; de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza; de Cuiabá, D. Carlos Luiz d'Amour; de Niterói e, posteriormente, de Belém do Pará, D. Francisco do Rego Maia; de Petrópolis e depois de Curitiba, D. João Francisco Braga; de Campinas, D. João Batista Correa Nery; de Fortaleza, D. Joaquim José Vieira; de Belém do Pará e depois de Salvador, D. Jerônimo Tomé da Silva. A proposta de admissão dos sacerdotes seguia, em sua maioria, o § 1º art. 10 dos Estatutos de 1890 ou o § 1º art. 9 dos Estatutos de 1906, isto é, ingressavam no Instituto pelo "consumado saber". Tal nível de sapiência acabava se traduzindo no alto grau hierárquico do religioso. Justificava-se, por exemplo, a candidatura de D. João Esberard por ser um dos virtuosos príncipes da Igreja Católica e Apostólica Romana. (RIHGB 1895, p. 380-1) A indicação dos sócios para ingresso, no Instituto, de D. Jerônimo Tomé da Silva dava-lhe destaque pela aptidão literária e serviços prestados ao Estado e à Religião. Nesta mesma sessão, na proposta para admissão de D. Francisco do Rego Maia constava que os serviços prestados a sua Diocese eram "serviços feitos à nossa civilização" (RIHGB 1897b, p. 329-30). Na do sacerdote D. Joaquim Arcoverde, "pelos importantes serviços prestados à Igreja Católica Apostólica Romana" (RIHGB 1897b, p. 370). Especificamente sobre as contribuições dos prelados aos estudos históricos, destaco a proposta de D. Joaquim José Vieira para sócio honorário, cujas cartas pastorais, conforme a Comissão de Admissão de Sócios, eram "verdadeiros documentos históricos não só inerentes ao desenvolvimento das idéias religiosas no Brasil como também a importantes ocorrências locais" (RIHGB 1908b, p. 669-70). Estes pareceres, confeccionados pelos consócios, mostram, claramente, a aproximação do Instituto com a elite eclesiástica do período: os candidatos ingressariam, no IHGB, como representantes da Igreja. Para o padre Rafael Galanti, o Instituto ao admiti-lo estava honrando a Companhia de Jesus (RIHGB 1897b, p. 316) e para D. João Batista Correa Nery, engrandecendo a religião católica (RIHGB 1911, p. 648-49).

Após a queda do trono, nos pronunciamentos das sessões periódicas, a laicização do Estado foi um dos temas que alimentou as críticas aos governos republicanos. O presidente do Instituto, Aquino e Castro, em discurso de recepção

a D. Joaquim Arcoverde, defendeu o Catolicismo por ser uma "escola de patriotismo". Lamentava-se que, em outros tempos, compreendiam-se melhor os sentimentos religiosos que davam força e vitalidade ao fervor pátrio. Patriotismo e religião, segundo ele, achavam-se unidos na história dos povos. O "patriotismo ateu" era uma criação "nova, absurda e monstruosa". Rogava para que o Cristianismo não fosse renegado pela Pátria (RIHGB 1899, p. 651-52). Dentro destas argumentações de defesa, o parecer da Comissão para admissão do Padre Júlio Maria gerou polêmica no Instituto. O relator Barão de Alencar apontou que a Igreja era tão importante como instituição quanto o próprio Estado. Defendeu o direito daquela de reclamar quando se via desprestigiada por este. Para ele, o Brasil, como país católico, tinha assumido uma "temerária responsabilidade" ao inovar desconhecendo a religião tradicional do povo. O Estado, naquele momento, segundo Alencar, desconhecia a doutrina revelada e baseada na fé, essa "faculdade mãe que guia providencialmente o homem em todos os misteres da vida" (RIHGB 1900, p. 334-35). Este parecer da Comissão de Admissão de Sócios forçou o presidente do Instituto a declarar que as considerações do relator, acerca da doutrina católica, eram de caráter individual e não institucional. As explicações decorriam do fato de que o parecer de Alencar não ficou restrito ao interior do Instituto. O secretário na ocasião, Henrique Raffard, eximiu-se da divulgação declarando que não foi a Secretaria do Instituto que fornecera à imprensa cópia dele (RIHGB 1900, p. 339-40). Esta polêmica gerada em cima de seu parecer fez com que o Barão de Alencar pedisse exoneração das Comissões de Admissão de Sócios e de Estatutos e Redação da Revista (RIHGB 1900, p. 343).

Entretanto, os discursos em prol do Catolicismo não cessaram. No parecer da Comissão de História sobre a obra *A Igreja Católica e o Estado* do Monsenhor Vicente Lustosa, o Visconde de Ouro Preto fez a ressalva de que a separação da Igreja Católica do Estado foi "um ato desacertado, impolítico e contrário à consciência da enorme maioria dos brasileiros" (RIHGB 1905, p. 159). Em outra oportunidade, Ouro Preto chegou a afirmar que a maior parte dos brasileiros não havia se desvinculado da Igreja Católica e "continuará a consagrar-lhe, com veneração filial, profundo amor numa fé inquebrantável" (RIHGB 1908a, p. 440-41). O Barão de Loreto, por sua vez, elogiou o sentimento religioso que havia no Império "naquela época de fé em que não se tentava substituir a santa religião do Cristo pela *religião da Humanidade*" (RIHGB 1897a, p. 340, grifo no original). O padre Júlio Maria, com uma postura mais conciliadora, também se posicionou diante desta polêmica, dizendo que aceitava a nova forma de governo, pois lhe era indiferente. A legislação, com seus erros e omissões, é que deveria ser combatida quando fosse infensa ao Catolicismo. Júlio Maria pregava a aceitação da República harmonizada com a religião, a fim de acabar com aquilo que ele observava nos colégios e academias, através de uma mocidade não instruída no Catolicismo, e na direção da sociedade, pelos que acreditavam na incompatibilidade dos dogmas católicos com a razão e a ciência (RIHGB 1900, p. 375-81).

Além da apologia, há, nos discursos dos sócios publicados na Revista, o uso constante de metáforas de cunho religioso. O IHGB, para João Xavier da Mota, era um templo da História pátria (RIHGB 1893, p. 367). O caráter sereno em prol da tradição, diante dos acontecimentos políticos, dava ao Instituto, conforme Damasceno Vieira, a característica de um “tabernáculo santo erguido aos ombros de dedicados levitas” a atravessar as tempestades contemporâneas, guardando em seu interior os “graníticos monumentos” de suas constantes investigações (RIHGB 1893, p. 315). Alfredo do Nascimento Silva, como orador do Instituto, de forma semelhante, se referia aos sócios-historiadores como “levitas que labutavam em preservar a arca santa das tradições do povo” (RIHGB 1896, p. 342 e 433).

Padre Belarmino comparava o homem, que estudava e investigava, a um asceta, que meditava e orava, pois, após colher os elementos de nossa história, trazia-os para o Instituto como o sacerdote levava “a hóstia do sacrifício” para o altar (RIHGB 1897a, p. 285-86). Se, porventura, o IHGB viesse a fechar as suas portas, Antônio Zeferino Candido dizia que, mesmo sem o seu templo, “a tribo de Levi” vagaria tendo a Revista do Instituto como uma Bíblia onde permaneceria “eternamente gravada a história do povo de Deus” (RIHGB 1900, p. 395). Souza Pitanga, ao ser admitido no Instituto, via-se ungido como um crente penetrando sob os umbrais do “santuário de nossas tradições” em cujo culto ele fazia companhia aos “consagrados levitas” que lá estavam (RIHGB 1902a, p. 479). Nesse santuário, segundo ele, a liturgia era simples: o culto da ciência e da História, praticando-se uma religião livre de toda a impureza da intolerância e do fanatismo (RIHGB 1902a, p. 517). Ao se reportar à entrada de Eduardo Prado, no Instituto, Souza Pitanga o viu como um “templário” em sua peregrinação ao Sepulcro do Divino Mestre (D. Pedro II), a fim de receber a sua “investidura” (RIHGB 1901, p. 392).

Conforme Belisário Pernambuco, os “evangelizadores do saber”, juntos em um “apostolado científico”, eram tidos como “verdadeiros apóstolos do patriotismo”, que se empenhavam na pugna científica através da investigação dos pergaminhos (RIHGB 1901, p. 266). Luiz Henrique Pereira Campos se referia aos sócios como “os paladinos da cruzada santa” e ao Instituto, um “santuário de chão abençoado” (RIHGB 1905, p. 208). Cândido de Oliveira, ao lá ingressar, dizia-se dominado por um “terror religioso, que se apossa dos espíritos em frente das cousas sagradas” (RIHGB 1906, p. 436). João Coelho Gomes Ribeiro comparava o IHGB aos mosteiros medievais que guardavam e cultuavam o “fogo sagrado do amor à ciência”. A este “claustro majestoso” ele vinha pedir guarida como um peregrino (RIHGB 1911, p. 638). Nesta mesma sessão, após o Bispo de Campinas ter equiparado os sócios a monges, Afonso Celso, como Orador na ocasião, agradeceu e reiterou tal semelhança pela “austeridade de suas normas, pureza de seus ideais, união e concórdia de sua comunidade” (RIHGB 1911, p. 638 e 667).

Entre a laicização e catolicização do Estado brasileiro, em que pese a postura moderadora-conciliadora da diretoria, o Instituto não calou as vozes

de seus sócios, novos ou antigos, na defesa da Igreja Católica; a elite eclesiástica, por seu notório saber, sentou-se lado a lado, nas sessões periódicas, com outras figuras da intelectualidade e da burocracia brasileira, contribuindo para o recrudescimento do quadro social da instituição e para o tom polissêmico dos ditos e escritos; a presença de nostálgicos homens de letras, incluindo atuantes restauradores, que criticavam as diretrizes secularizantes dos novos governos, não comprometeu os êxitos da diretoria da instituição em suas estratégias de aproximação e manutenção do mecenato, não mais da Coroa, e sim de um Estado laico.

A História entre a ciência e a fé

O imbricamento da ciência com a fé, nos discursos publicados na Revista do Instituto, extrapolou o simples uso metafórico, exigindo de alguns sócios explicações mais robustas. Convém, antes de prosseguir na análise, destacar o momento de inflexão pelo qual o Catolicismo estava passando. Na segunda metade do século XIX, mundialmente, a Igreja Católica se submeteu a profundas remodelações. O Papado de Pio IX (1846-1878) se caracterizou pela retomada de ações enérgicas de Roma na condução dos negócios eclesiásticos. Durante seu pontificado, foi celebrado o *I Concílio do Vaticano* (1869), cujas diretrizes gerais eram:

55

[...] contra a fatuidade da ciência natural, a revelação divina; contra a moral 'científica' laica, a moral cristã de origem divina; contra o naturalismo na visão do homem e da vida, o 'supranaturalismo', o transcendentalismo católico; contra a sociologia, o direito natural de fundamento divino; contra a pretensão exclusiva das línguas vivas, o latim; contra o laicismo, a educação religiosa; contra a razão, a fé; contra o império que se seculariza e se aproxima da república, a 'teocracia' – em uma palavra, contra a cidade dos homens, a cidade de Deus (BARROS 1986, p. 51-52).

Tais ações acabaram por colocá-la em uma posição de isolamento num mundo em que predominava a idéia de progresso contínuo, fundado sobre o desenvolvimento da ciência. Entretanto, nos últimos anos do século XIX, a Igreja, já sob o pontificado de Leão XIII (1878-1903), propôs uma harmonização entre a razão, a ciência e o discurso católico. Roma almejou uma "reconciliação com o mundo moderno" (OLIVEIRA 1990, p. 161). Em razão disso, quando da proclamação da República no Brasil, as questões políticas suscitadas pela formação de um Estado laico ligavam-se a outras mais gerais englobando a doutrina católica. Antes da instauração do novo regime, havia uma indiferença recíproca, uma "quase dissociação", entre a Igreja e o século, entre a religião e as "forças vivas da sociedade". Após 15 de novembro de 1889, contudo, iniciou-se o mais vigoroso movimento católico já visto no país "pela amplitude de sua ação social, por uma nova interpenetração da Igreja e do século, pelo renascimento do espírito religioso e nacional a um tempo e pela combatividade" (AZEVEDO 1996, p. 260-261). É nesse rearranjo dos espaços de experiências

e horizontes de expectativas (KOSELLECK 2006) na conduta católica que os discursos, não só mas principalmente dos “sócios de batina” no Instituto Histórico, devem ser considerados. Suas falas sobre a História, ciência e fé procuravam seguir um programa preconizado pelo Vaticano. Nas palavras de alguns dos membros do IHGB estavam expressas as tentativas de reconciliação da Igreja com o mundo moderno.

Seguindo tais ditames, a religião, de acordo com o sócio Monsenhor Vicente Lustosa, não era somente uma crença, era também uma ciência. Crença, pois muitas verdades reveladas ainda pairavam acima da inteligência; e ciência, porque a revelação da palavra, como um fato histórico, poderia ser demonstrada pela Filosofia e pela História. A religião e a ciência não eram incompatíveis devendo viver “eternamente unidas”. Vicente Lustosa atacava a “crítica moderna” que dava uma origem mitológica à Bíblia, ressaltando que a religião cristã era inacessível ao mito. De acordo com o sacerdote, à incredulidade pela religião cristã respondia a ciência com a veracidade de três fatos que formavam “o tecido da história religiosa”, a saber, o povo hebreu, Jesus Cristo e sua Igreja (RIHGB 1905, p. 183-96). D. João Esberard, Bispo de Olinda, em seu discurso de posse, criticou aqueles que propagavam a falsa idéia de que existia antagonismo entre a religião e a ciência, entre a fé e a razão. O imaginado conflito entre elas era impossível pois, de acordo com a argumentação do Bispo, tanto a fé como a ciência buscavam a verdade. Enquanto a fé católica procurava a verdade revelada por Deus, a ciência tinha por objeto a verdade descoberta pela razão. Ambas tinham o mesmo objeto, ambas procediam de Deus e ambas deveriam conduzir os homens a Ele. Segundo Esberard, era descabido ter preconceito porque os preâmbulos da fé, estabelecidos por São Tomás de Aquino, eram fornecidos pelas ciências racionais. O dogma da fé católica era confirmado pelas ciências. E dentre elas, a História com suas leis e processos confirmava a revelação cristã como um grande fato acontecido. Em razão disso, o Bispo de Olinda viu no convite feito pelo Instituto Histórico para seu ingresso a aceitação de um homem de fé para laborar em prol do “aumento do patrimônio científico” (RIHGB 1892, p. 286-287).

A relação entre a História e a religião fora destacada, também, no discurso de posse de D. Joaquim Arcoverde ao apontar que os estudos históricos se mostravam proveitosos “quando iluminados pelos clarões do Evangelho”. A História era relevante para mostrar a direção dada pela Providência Divina aos passos da Humanidade. Em todas as transformações mundiais, no decurso dos séculos, se observava, de acordo com Arcoverde, o triunfo da Providência. O governo de Deus se manifestou no passado dos povos, cujo destino era conduzido por Ele (RIHGB 1899, p. 650). O padre Júlio Maria, de semelhante maneira, apontou que era a razão que averiguava as provas da fé e que atestava a possibilidade, a utilidade e o fato da revelação. Os dogmas e os mistérios eram superiores à razão, mas não contrários. A fé católica não excluía a razão nem a ciência. Para Júlio Maria, a ciência da nossa época era a ciência dos fatos – a História. Verificaríamos, segundo ele, que nos tempos pretéritos não houve

outra ocorrência com tantas características de um fato histórico como o Cristianismo, que, por sua vez, era todo histórico, seja no fundo, como na forma. No fundo, pois os seus dogmas eram fatos, e na forma, porque se caracterizava pela narração destes fatos. O Cristianismo, assim, não era somente uma doutrina, era a própria História (RIHGB 1900, p. 370-79).

No discurso de posse do Monsenhor João Guedelha Mourão, foi enfatizada a perfeita harmonia entre a Igreja e a História. Tal identificação era oriunda do fato de ter sido a religião cristã, através da Bíblia, exposta em forma narrativa pelos seus autores. Além disso, a Igreja constantemente se consagrava ao estudo da História, como se podia observar, por exemplo, na ação do Papa Leão XIII de franquear os arquivos do Vaticano às investigações dos eruditos para conhecimento dos fatos, "nas fontes mais puras", sobre os quais haviam divergências. Aos "pseudo-sábios" que procuravam converter a História em "arsenal de guerra" contra a Igreja, Guedelha Mourão disse que tais acusações só atingiam o lado exterior e contingente da Igreja e não a sua vida interior, seus intuitos sublimes e sua ação santificadora no mundo. A História, para ele, era a melhor apologia da Igreja ao atestar a sua perpetuidade em vinte séculos de grandes dificuldades e por em evidência a ação sobrenatural de Deus (RIHGB 1902b, p. 532-4). Se a força de tais reflexões pode ser relacionada à atividade sacerdotal destes sócios, ciência, religião e História também se imbricavam nos discursos dos sócios leigos. A ciência e a religião possuíam, para Souza Pitanga, um "nexo lógico e necessário" na condução progressiva e harmônica da evolução da Humanidade e estavam protegidas por um "anjo misterioso e benfazejo": a História. Graças a essa ação tutelar, a ciência acumulou todos os documentos e monumentos para edificação da Humanidade. Ao lado das ciências, Souza Pitanga colocava a fé como o mais alto traço da superioridade humana ao lhe iluminar a alma com a idéia de Deus (RIHGB 1907, p. 655). De acordo com o Marquês de Paranaguá, a religião não renunciava à História, pois possuía nela seus fundamentos essenciais. A História era a fiel depositária dos sucessos da Igreja através dos séculos (RIHGB 1908a, p. 436). Mas estas prédicas não foram feitas sem discordâncias entre os ouvintes. Contrapondo-se a elas, destaco as considerações de dois sócios.

57

O discurso de Alfredo do Nascimento Silva, como 2º secretário, na sessão comemorativa do Quarto Centenário do Descobrimento da América, causou indignação em alguns de seus colegas. Maximiano Marques Carvalho chegou a escrever uma carta ao presidente do Instituto, atacando a afirmação de Nascimento Silva de que o homem não fora criado à imagem e semelhança de Deus, sendo considerado somente um átomo que se movia como todo o Universo. Cristóvão Colombo, que fora um homem muito religioso e temente a Deus, se estivesse vivo, ficaria insatisfeito, segundo Marques Carvalho, com as afirmações de Nascimento Silva. Para Marques Carvalho, não haveria problemas se, pessoalmente, o secretário acreditasse que ele próprio era um átomo da matéria, mas não deveria fazer proselitismo no Instituto Histórico. Solicitou, por isso, que se anexasse à transcrição daquele discurso, nas páginas da Revista, sua carta protestando contra as "idéias positivistas" de Alfredo do Nascimento

Silva, fazendo constar que tais doutrinas não eram defendidas pelo IGHB (RIHGB 1893, p. 370 e 379). Já não era de agora que este sócio protestava contra o que ele chamou de Positivismo, como se observa em uma das sessões do Instituto em 1884. Naquela oportunidade, Marques Carvalho alertou que uma nova escola havia se levantado na França, propondo-se ressuscitar as idéias de Demócrito e Epicuro, entre os antigos, e de Bento Espinosa e Augusto Comte, entre os modernos. Esta escola designava-se positivista (RIHGB 1884, p. 593).

Tais admoestações não calaram Nascimento Silva. Como Orador na sessão Magna em 1897, diante de uma assistência na qual estavam presentes os Bispos D. Jerônimo Tomé da Silva e D. Francisco do Rego Maia, ele afirmou que, durante o processo evolutivo, o domínio da razão e as leis da natureza vinham sobrepujando o domínio da imaginação e da fé. O orador acreditava serem inúteis as discussões sobre as relações da religião com a ciência. Para Nascimento Silva, quando a ciência conseguisse demonstrar a causalidade de todos os fenômenos terá completado o seu ciclo, destruindo inúmeros erros firmados pelos dogmas da Igreja. A ciência dia-a-dia vinha atacando a concepção teológica da causalidade sobrenatural, através do estabelecimento de leis que ligavam todos os fenômenos, subordinando-os em uma relação de causa e efeito. Diante disso, a religião se via obrigada a aceitar as “verdades positivas” demonstradas pela ciência em substituição a muitos de seus dogmas. Mas esta substituição deveria ser cautelosa, pois segundo Nascimento Silva, o Catolicismo era também a religião das massas populares. Abalar a fé daqueles que estavam alheios ao *culto da Humanidade* era inútil e até perigoso. A religião funcionaria como um escudo, justamente, contra esta “grossa falange” (RIHGB 1897b, p. 487-489).

Assim como Nascimento Silva, seu colega, Pedro Lessa, demarcou os limites entre a ciência e a fé. A Providência, assim como o acaso, não oferecia fundamento racional para uma explicação científica, pois exprimia uma vontade superior sem a necessidade de leis. Ademais, ressaltou que, ao se propagar uma descoberta da ciência que contrariava os textos bíblicos, a Igreja tratava de, inicialmente, declarar uma guerra cruel contra os propugnadores da nova idéia para, em seguida, oferecer uma doutrina oposta fundamentada nos livros sagrados. Por último, tentaria uma conciliação entre os textos sacros e a verdade científica. Lessa se mostrava otimista quanto ao embate da ciência contra a religião, pois a ciência acabaria por triunfar (RIHGB 1908a, p. 193-285).²

Incompatível para alguns e perfeitamente harmonizável para outros, as discussões sobre História, ciência e fé marcaram os discursos dos sócios em pleno início do século XX. No contexto europeu, paradoxalmente, as idéias cristãs penetraram nos livros modernos de História, nos séculos XVIII e XIX, quando a fé no Cristianismo estava em sua maior baixa. E, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o número de historiadores profissionais que tomavam

² O sócio Augusto Olímpio Viveiros de Castro, ao redigir a biografia de Pedro Lessa, dizendo-se “filiação à doutrina católica” questionava estas idéias do falecido, vide: (CASTRO 1927, p. 343-58).

a Igreja por uma instituição divina aumentou no lugar de diminuir (MOMIGLIANO 2004, p. 211-217). Diante disso, ao retomar os estudos sobre os primórdios do Instituto (1838), deparei-me com a afirmação de que o antiprovidencialismo iluminista dos fundadores do IHGB recusava a idéia agostiniana de um processo histórico fixado por Deus (WEHLING 1983, p. 14-15). No entanto, mais de cinquenta anos depois, a Providência era um elemento que não poderia ser relegado dos estudos históricos realizados pelos sócios do Instituto. A História, ao final do século XIX e limiar do XX, encontrava-se em meio aos debates entre a fé e a razão, buscando se legitimar através das leis da Natureza, dos homens ou de Deus.

As contribuições litúrgicas para a escrita da História do Brasil

Um dos maiores historiadores brasileiros do Dezenove, Francisco Adolfo de Varnhagen, autor de *História Geral do Brasil* (1854-1857), além de uma concepção providencialista e metafórica da História, exaltou a contribuição da religião como um instrumento civilizador. Porém, foi um crítico da Igreja quando esta comprometeu a presença do Estado. Neste sentido estavam focadas suas diatribes contra a ação dos jesuítas no Brasil (ODÁLIA 1997, p. 79-81). Posteriormente, Capistrano de Abreu, a mais lúcida consciência da historiografia brasileira (RODRIGUES 1997, p. LVI), em obra publicada em 1907, *Capítulos de história colonial, 1500-1800*, contemporânea aos debates no IHGB aqui analisados, afirmou que era urgente uma história dos jesuítas, para que se pudesse escrever a do Brasil (ABREU 1998, p. 175).

No Instituto, seja pelos estatutos ou pelo reiterado posicionamento dos sócios, não havia o objetivo de escrever a História do Brasil, mas auxiliar na sua preparação. O grande livro se constituiria na abrangente e definitiva obra que seria escrita reunindo os vários documentos e relatos. No limiar da República, além de faltar fontes para tal intento, os ódios, paixões e partidarismos impediriam, segundo eles, a sua redação. Somente o tempo traria o apaziguamento das fortes emoções, possibilitando uma crítica imparcial para que, no futuro, pudessem escrevê-lo. A partir da Revista do Instituto, os futuros historiadores teriam sólidas bases para assentar uma obra monumental. Os pósteros iriam encontrar, nas páginas do periódico, os subsídios e dados seguros acumulados para que pudesse ser escrita com "verdade, retidão, crítica e imparcialidade" a História da Pátria (RIHGB 1897b, p. 340). Enquanto isso, os religiosos laborariam como obreiros para os arquitetos do amanhã e seus relatos entrariam como potenciais peças neste constructo. Sobre a expressividade de tal contribuição, em uma das últimas sessões sob o Império, o presidente na ocasião, Joaquim Norberto de Souza e Silva, enunciou as vantagens de tê-los no quadro social do Instituto Histórico. Os prelados, ao percorrerem em visita as suas vastas dioceses, poderiam escrever diários de viagens sobre suas impressões, sendo tal material de grande proveito ao Instituto e à Pátria (RIHGB 1889, p. 485). A estes relatos somavam-se as manifestações nas sessões periódicas, mesclando-se as dos demais consócios. Entre 1889 e 1912, observa-se, na Revista

do Instituto, tanto documentos e relatos sobre o papel dos sacerdotes (e da Igreja), como redigidos por eles. Deste amplo leque de trabalhos, seleciono alguns para exemplificar como as contendas políticas e eclesiásticas fomentavam as historiográficas e, primordialmente, quais seriam as propostas para a escrita futura da História do Brasil.

No parecer da Comissão de História sobre a obra de José Feliciano de Oliveira, *O Descobrimento do Brasil, esboço de apreciação histórica*, as discussões sobre a casualidade ou premeditação da ação de Cabral, no descobrimento do Brasil, envolviam a mão de Deus (RIHGB 1905, p. 265-66). A descoberta deveria ser vista, de acordo com o bispo Correa Nery, como fruto da forte fé de Portugal. Teria sido ela o segredo de todas as grandezas lusitanas, "o ponto de apoio de todas as suas conquistas e a explicação de todo o seu renome". Fora a fé que lhe imprimiu a força vivaz. Pedro Álvares Cabral, ao receber de D. Manuel a bandeira da Ordem de Cristo, se portou como o apóstolo preparado por Deus para alargar as conquistas gloriosas da cruz (RIHGB 1911, p. 650). A história no Brasil, de acordo com Guedelha Mourão, só havia começado quando os europeus aqui chegaram trazendo a ação redentora da Igreja. Desde a época colonial era visível nas múltiplas fases da sua existência "a colaboração civilizadora da Igreja" (RIHGB 1902b, p. 532-4). A essa ação conversora da religião no passado do país justapunha-se, segundo Correa Nery, o patriotismo ao aconselhar, confortar e inspirar os feitos de nossos heróis (RIHGB 1911, p. 658).

O padre Rafael Galanti destacou que a Companhia de Jesus, preocupada desde outrora na educação da mocidade, desejava, através de seu ingresso no Instituto em 1897, promover o estudo da história pátria, a fim de estimular os jovens na imitação das façanhas gloriosas dos antepassados (RIHGB 1897b, p. 316). José Luiz Alves se dizia um apologista dedicado e sincero das ordens religiosas. Ricos de tradições, para não serem apagados da memória do povo, defendia que: "A ressurreição gloriosa do passado dos claustros e do clero fará forçosamente renascer a crença no presente, e preparará um futuro tão glorioso como foi o passado" (ALVES 1895, p. 43). Outro exemplo está no artigo *Refutação das calúnias contra os jesuítas contidas no poema 'Uruguay' de José Basílio da Gama*, onde o autor (anônimo) ressaltou sua grande veneração pelos relevantes serviços prestados por estes religiosos.³ O padre Júlio Maria, por sua vez, disse que de forma semelhante à história geral do mundo não havia na história particular do Brasil um "fato mais perfeitamente histórico" que a religião católica. Além de ser o Cristianismo a religião histórica do povo brasileiro, o Catolicismo era um "fato histórico por excelência" na história do país. Fora a religião católica que educou o Brasil, fazendo dele um povo civilizado. Nesta empreitada, o IHGB aparecia entre a Pátria e Cristo:

³ Refutação das calúnias contra os jesuítas contidas no poema 'Uruguay' de José Basílio da Gama. (RIHGB 1907). Não consta a autoria nesta publicação. Entretanto, no índice da Revista (n. 400, 1988) aparece Lourenço Kaulen como autor.

[...] no Brasil os usos e os costumes, as tradições, o sentimento nacional, as famílias, os lares, os templos, as próprias pedras, em cujo cimo se elevam os Cruzeiros, tudo diz, tudo exclama, tudo brada: o Brasil pertence a Jesus Cristo. [...] Se o intuito supremo do Instituto Histórico é *glorificar a Pátria revelando a sua história*, que fato da história pátria glorifica mais o Brasil do que a religião de Jesus Cristo (RIHGB 1900, p. 372-3, grifo no original)

61

A publicação de artigos com enaltecimentos e desmerecimentos foi recorrente na Revista envolvendo outras situações neste conflituoso período.⁴ Joaquim José Gomes da Silva Neto, em dois artigos publicados ao final do século XIX, realizou os maiores ataques ao Catolicismo e, mais particularmente, aos jesuítas. Em *História das mais importantes minas de ouro do Estado do Espírito Santo*, o autor analisou o segredo que envolvia a jazida da Serra do Castelo, estabelecida por volta de 1551. Neste estudo, Silva Neto apontou o “hábito afoito” que os padres tinham de se lançarem em empresas arriscadas, mas lucrativas, inspirados pela ambição de dominar dissimulada por pretextos de missões evangélicas. Internavam-se, nos sertões, em busca de metais preciosos. Em tom irônico, o autor designou-lhes de *desinteressados* e *generosos* padres, *louros neófitos*, *bons* religiosos e *dignos* missionários. Além da prática mineradora, o autor fez referências aos pecados carnis destes padres ao levarem para a selva o rebanho das ovelhas mais novas, as *cunhatins* [moças], e alojarem-nas perto de si. Para Silva Neto, aqueles religiosos tinham a ambição, a cobiça e a avareza grafadas na testa. E, apesar de mais poderosos que reis, não tiveram, segundo ele, “forças para deterem o braço armado do destino”. As más paixões conduziram-nos à morte moral (RIHGB 1893, p. 35-58).

Três anos depois, foi publicado outro trabalho de sua autoria que versava sobre as artimanhas dos religiosos na aquisição de terras auríferas. Neste artigo, intitulado *Terras auríferas do Caparaó*, Silva Neto apontou que, independente das fontes que defendiam a descoberta destas minas pelos jesuítas ou por alguns aventureiros desagregados da Bandeira de 1572, o fim de ambas era o mesmo, ou seja, capturar o gentio e procurar o metal precioso. Na composição da Companhia de Jesus, além de jesuítas sábios e bons, não poderiam ser esquecidos os maus e ignorantes (SILVA NETO 1896, p. 249-83). As críticas de Silva Neto juntavam-se às de Souza Pitanga que, no artigo *O selvagem perante o direito, aspecto americano da comemoração do centenário*, publicado em 1901, apontou o abandono da missão catequética dos jesuítas por reduções “fanáticas e políticas” na busca da supremacia temporal de sua ordem. Deste modo, contribuíram para a decadência dos indígenas através de um processo exótico de civilização, impregnando-os de um servilismo fanático, restringindo-os

⁴ As contribuições de D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II e dos movimentos contestatórios ao poder monárquico para a História do Brasil foram rediscutidas e ressignificadas, no IHGB, após a queda do trono.

os a perímetros limitados, contrapostos a seus hábitos nômades, e exercendo sobre eles um poder quase divino (PITANGA 1901, p. 19-38).

Na missão maior do Instituto de coleta e arquivagem de documentos, o sócio Luiz Antonio Ferreira Gualberto questionou o trabalho dos primeiros cronistas que, segundo ele, eram, na sua grande maioria, sacerdotes católicos. O estudo sobre o passado do país se restringia a relatos sobre o advento de missões, à edificação de conventos e igrejas, ao aldeamento de indígenas, à biografia de missionários e à narração de seus martírios e milagres, à conversão dos gentios pelo batismo, enfim, à consagração da fé católica. Além de limitar os estudos, tal visão dava aos acontecimentos pretéritos uma interpretação pela ação de Deus, julgando os fracassos como castigo e os sucessos como bênção. Ferreira Gualberto rogava, por isto, que a esfera das investigações das cousas pátrias pelos sócios do Instituto fosse alargada e que o preconceito religioso, extrapolado (RIHGB 1909, p. 564).

* * *

Os debates sobre a ciência deram novo ímpeto às ações da Igreja Católica, fazendo com que os estudos históricos estivessem inseridos nas discussões sobre a cientificidade da fé. Estas controvérsias que aqui aportavam, oriundas de uma miríade de teorias de além-mar, alimentavam este *melting-pot*. Por isso, devemos ter cautela em não partirmos de uma cientificidade assentada e unânime dos estudos históricos, fazendo rápidas e descauteladas relações com o ambiente historiográfico europeu ocidental. As próprias concepções dos sócios do IHGB sobre o que constituía uma ciência da História diferem de outras propagadas no período, que associavam cientificidade com objetividade, imparcialidade e neutralidade. Para a grande maioria deles, a existência de leis é que daria um caráter científico à História, ou seja, falar de ciência implicava encadear os fatos culminantes no passado da Pátria para verificar as relações de subordinação e dependência entre eles. No entanto, se isto era possível ou não, as discussões arroladas nas páginas da Revista do Instituto mostram novas polêmicas.⁵ Às leis históricas no passado misturavam-se as leis divinas. A mão da Providência legitimava os estudos históricos e amarrava o passado ao presente e ao futuro do país. Estas indefinições epistemológicas vinham fomentar o mal-estar de uma consciência histórica (GADAMER 2003, p. 17-18) entre os consócios, alicerçada num difuso projeto historiográfico praticado no IHGB.

Os religiosos, como obreiros diligentes e zelosos, tinham uma efetiva contribuição aos estudos históricos por suas peregrinações em amplos espaços do território nacional e porque representavam a maior instituição propagadora

⁵ A possibilidade de extrair ou não leis do passado está diretamente relacionada com o caráter autônomo, subordinador ou auxiliar da História para com outros campos do saber como a Geografia e a Sociologia. Tais discussões envolvem, também, as Filosofias da História.

da Civilização Universal. Além disso, o amor à Pátria viria através do exercício do amor a Deus: do púlpito emanariam lições de patriotismo. O nó górdio do Catolicismo estava na falta de comprovação documental. A fé, a crença e o dogma dispensavam a necessidade de documentos. Que maior prova do que a vontade divina? A própria religiosidade estava a alimentar muitas das lendas sobre o passado do país que deveriam ser extirpadas pela crítica documental. No entanto, não se poderia dispensar esta imensa rede de testemunhos com seus registros e estudos pelos mais distantes cantões do país. Assim como os clérigos se utilizavam da História para legitimar suas pregações, os historiadores não poderiam dispensar a estrutura da Igreja Católica em suas pretensões arquivísticas, patrióticas e civilizadoras. Se o vínculo condicional entre o Catolicismo e a História era veementemente defendido, haveria mais um motivo para excluir alguns sujeitos/povos dos estudos sobre os tempos pretéritos: seu não pertencimento ao rebanho de Cristo.⁶ Definia-se, de igual forma, o marco delimitador e inaugural da história em terras brasílicas: a chegada dos evangelizadores. O grande livro a ser escrito – a História do Brasil – beberia dos ensinamentos de outra monumental narrativa – as Sagradas Escrituras. E, através das profecias sagras ou das leis históricas, o futuro da Pátria poderia ser descortinado.

63

Esta análise da operação historiográfica (DE CERTEAU 2006) nos trabalhos publicados pelos sócios do IHGB, entre 1889 e 1912, com ênfase na temática religiosa, foi enriquecida pelas características do momento, ou seja, pelas profundas e amplas transformações na sociedade brasileira. Uma conjuntura privilegiada pela rearticulação entre espaços de experiências e horizontes de expectativas, não só no campo político, mas sobretudo historiográfico. Dessa maneira, no final da Monarquia e limiar da República, pelo lugar, práticas e escritas, o lema do Instituto – *pacifica scientiae occupatio* – não destoaria, para a maioria, se colocado ao lado daquele da Companhia de Jesus – *ad majorem Dei gloriam!*

Referências bibliográficas

- ABREU, C. de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- ALVES, J. L. **Os claustros e o clero no Brasil**. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 57, parte 2, 1895.
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996.

⁶ Os povos civilizados e com escrita eram estudados pela História; os povos selvagens e ágrafos caberiam à Etnografia. De acordo com o sócio João Coelho Gomes Ribeiro, somente os povos cultos poderiam fornecer a matéria-prima das indagações históricas, cf. (*RIHGB* 1911, p. 642). Não havia um consenso no IHGB a respeito do papel dos índios e negros na história brasileira. Especificamente sobre o trabalho de von Martius, Cezar aponta que os índios, juntamente com os portugueses, fariam parte da História do Brasil, ao contrário dos africanos que apenas teriam relações para com ela (*CEZAR* 2003, p. 202).

- AZZI, R. **O altar unido ao trono**: um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a idéia de Universidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BRUNEAU, T. C. Conflito e separação entre Igreja e Estado. In: _____. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. p. 57-75.
- CASTRO, A. O. V. de. O ministro Pedro Lessa. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 94, v. 148, 1927.
- CASTRO, O. H. de A. e. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 60, parte 2, 1897.
- CASTRO, O. H. de A. e. O Quarto Centenário do Brasil. In **RIHGB: Suplemento Especial**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1901.
- CEZAR, T. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 173-208.
- DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GADAMER, H. G. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- GUIMARÃES, L. M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, p. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- KAULEN, Lourenço. Refutação das calúnias contra os jesuítas contidas no poema 'Uruguay' de José Basílio da Gama. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 68, parte 1, 1907.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LESSA, P. A. Reflexões sobre o conceito da História. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, 1908.
- LUSTOSA, O. de F. (Org.). **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MALATIAN, T. M. Confronto de projetos. In: _____. **Império e Missão**: um monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 19-25.
- MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**: 1877-1896. São Paulo: Cultrix, 1978. v. 4.
- MICELI, S. A transição do regime de Padroado para o novo status político no regime republicano. In _____. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Difel, 1988. p. 11-29.

MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

MOURA, S. L.; ALMEIDA, J. M. G. de. A Igreja na Primeira República. In FAUSTO, B. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano (Sociedade e Instituições, 1889-1930)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. v. 2, p. 323-342.

ODÁLIA, N. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

OLIVEIRA, L. L. Terra de Santa Cruz. In: _____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 159-174.

PITANGA, A. F. de S. O selvagem perante o direito, aspecto americano da comemoração do centenário. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 63, parte 1, 1901.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 47, parte 2, 1884.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 52, parte 2, 1889.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 54, parte 2, 1892.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 55, parte 2, 1893.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 57, parte 2, 1895.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 58, parte 2, 1896.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 59, parte 2, 1897a.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 60, parte 2, 1897b.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 61, parte 2, 1899.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 62, parte 2, 1900.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 63, parte 2, 1902a.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 64, parte 2, 1901.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 65, parte 2, 1902b.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 66, parte 2, 1905.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 67, parte 2, 1906.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 68, parte 2, 1907.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, 1908.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, 1908a.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 70, parte 2, 1908b.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 71, parte 2, 1909.

RIHGB. Rio de Janeiro, t. 74, parte 2, 1911.

ROCHA, Alfredo Augusto da. As Caixas Econômicas e o Crédito Agrícola, na 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 71, parte 2, 1909.

RODRIGUES, J. H. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. In _____. (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. v. 1, p. XXXVIII-LVI.

SILVA NETO, J. J. G. da. História das mais importantes minas de ouro do Estado do Espírito Santo. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 55, parte 2, 1893.

SILVA NETO, J. J. G. da. Terras auríferas do Caparaó. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 58, parte 2, 1896.

SILVA, A. do N. Um átomo da história pátria, sociedade amante da instrução.

RIHGB, Rio de Janeiro, t. 55, parte 2, 1893.

WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 338, p. 7-16, 1983.

O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em *Os sertões**

The narrator and the observer: notes on the rhetoric of sight in *Os sertões*

Fernando Nicolazzi

Professor Adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
f.nicolazzi@hotmail.com
Rua do Seminário, s/n - Centro
Mariana - MG
35420-000

Resumo

O artigo traça uma reflexão sobre as estratégias de escrita utilizadas por Euclides da Cunha na feitura de seu *Os sertões*, notadamente no recorte discursivo que separa as figuras do *narrador*, enquanto aquele que relata, e do *viajante*, enquanto aquele que observa. A partir da análise da "retórica do olhar" euclidiana, sugiro que um dos elementos constituidores da força argumentativa do livro reside na idéia de *distância*, no caso, a que cria o hiato entre narrativa e observação.

Palavras-chave

67 História da Historiografia; Brasil; Euclides da Cunha.

Abstract

The work brings a reflection on the writing strategies used by Euclides da Cunha when he wrote his *Os sertões*, specially on the discursive cut which opposes the *narrator*, as the one who relates, from the *observer*, as the one who sees. After analyzing the Euclides da Cunha's "rhetoric of sight", I suggest that one of the main aspects of the argumentation in *Os sertões* is the notion of *distance*, in this case, between the narrative and the observation.

Keyword

History of Historiography; Brazil; Euclides da Cunha.

Enviado em: 23/10/2008
Autor convidado

* O presente artigo é uma versão revista de um trecho de minha tese de doutorado defendida na UFRGS em abril de 2008, sob orientação de Temístocles Cezar. Agradeço a leitura generosa dos colegas do GT de Teoria da História e Historiografia, do núcleo da ANPUH/RS, que em uma manhã de sábado, em setembro de 2007, debateram uma versão preliminar do texto. Durante o período da pesquisa, contei com apoio financeiro da Capes.

Dedicado à professora
Ana Maria de Oliveira Burmeister

"O senhor tolere, isto é o sertão. Uns
querem que não seja [...] O sertão está
em toda parte"

João Guimarães Rosa

Um olhar clínico: a observação e a figura do observador

Do princípio ao final de *Os sertões*, Euclides da Cunha estabelece sua filiação a uma tradição extensa de representação do real. Em 1901, na nota preliminar que abre o livro, a menção a Hippolyte Taine para definir o "narrador sincero que encara a história como ela merece", aponta desde o início as pretensões do autor: a sinceridade do relato, o desenho correto dos eventos sem, todavia, fazer perder seu colorido e, por conseguinte, sua própria realidade. Dois anos mais tarde, nas notas acrescidas à segunda edição do texto, Euclides retorna alguns séculos para abrir seu precedente e fechar por definitivo sua obra. Desta vez Tucídides, narrador fiel das coisas que ele próprio testemunhou, surge nas páginas do livro para informar ao leitor que aquele que ali escreve, embora sem "a mesma visão aquilina" do historiador grego, também assim o faz porque viu e porque presenciou os feitos ora narrados (CUNHA 2004, p. 14 e 510).¹ Aquele que narra a "epopéia de Canudos", portanto, se coloca, através da própria narrativa, como aquele que observou para representar veridicamente os eventos relatados.

Personagem múltiplo que percorre sem cessar tanto os confins do sertão como as páginas de *Os sertões*, o "observador-viajante" desempenha na obra uma função essencial para sua compreensão.² Sua existência permite a Euclides trabalhar sobre um duplo fundamento: ele tanto assegura que o autor viu aquilo que relata – sua função na primeira pessoa –, como propicia que, ao mesmo tempo, o próprio ato da visão seja problematizado – quando atribuído

¹ Como é sabido, Taine está presente inclusive na divisão da obra, respeitando as definições de meio, raça e momento que o historiador francês estabeleceu para seu estudo da literatura inglesa, ainda que em *Os sertões* ocorra a inversão dos fatores, sendo o meio preponderante à raça. Luiz Costa LIMA. *Terra ignota. A construção de Os sertões*, p. 99. Leopoldo Bernucci, por sua vez, considera que "seria ingênuo pensar que o narrador sincero tomado de Taine [...] deva ser sempre o porta-voz objetivo d'Os sertões". Bernucci salienta ainda, quanto à divisão da obra, a influência do *Quatrevingt-treize*, de Victor Hugo, cujo primeiro livro da terceira parte, intitulada "En Vendée", subdividindo-se em sete capítulos, contém três cujos títulos são significativos: (I) *Les fôrets*, (II) *Les hommes* e (V) *Leur vie en guerre*. Leopoldo BERNUCCI. *A imitação dos sentidos*, p. 28. A referência a Tucídides, embora não explícita dessa maneira no livro, pode ser também percebida pela ênfase com que Euclides define o confronto no sertão baiano, como se nenhum dos anteriores se equivalesse à desmedida da guerra em Canudos, justificativa semelhante à dada pelo historiador grego para narrar sua guerra do Peloponeso. TUCÍDIDES, I, I. Utilizo a edição estabelecida por Jacqueline de Romilly e traduzida para o português por Anna Lia Amaral de Almeida PRADO. *História da Guerra do Peloponeso*, p. 3.

² O personagem como tal já se encontrava nos escritos anteriores ao livro, na caderneta de campo e nas reportagens enviadas ao jornal *O Estado de São Paulo*. Ver Roberto VENTURA. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*, p. 156 e ss.

à terceira pessoa.³ Há um motivo prático para isso: boa parte das descrições feitas por Euclides, sobretudo em relação à primeira parte da obra, foram elaboradas a partir de informações colhidas em outros autores, outros viajantes e, notadamente, nas cartas cartográficas produzidas pelo engenheiro Teodoro Sampaio, à época companheiro na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo. Sampaio seguiu para o sertão por volta de 1880, fornecendo, não apenas ao seu colega, mas também ao próprio comando do exército, importantes instruções geográficas sobre a região.⁴ Nesse sentido, a criação de um personagem serve justamente para contornar o fato desse conhecimento indireto utilizado no livro: se o saber resulta de uma observação, o sujeito que o produziu nem sempre coincide com o sujeito que observou. Não obstante, quando em ambiente sertanejo, Euclides fez questão de aproveitar o momento da melhor forma possível e dali extrair tudo o que sua observação direta lhe permitia para melhor escrever sobre o lugar. Segundo o depoimento de Alfredo Silva, repórter do jornal carioca *A Notícia*, ainda em Monte Santo o correspondente de *O Estado de São Paulo* observava com precisão a natureza, tal como um viajante-naturalista (VENTURA, 1998, p. 168-169).⁵

No livro, portanto, nem sempre se estabelece a coincidência direta entre narrador e viajante, pois Euclides joga com ambos de maneira a tentar criar um único e quase impessoal olhar legitimador; uma espécie de “olho de Zeus” que alguns historiadores antigos almejavam.⁶ Se o motivo aparente pode ser o acima ressaltado, o que importa manter, entretanto, são as conseqüências epistemológicas de uma tal escolha, pensar o que ela implica e o que determina para a força interpretativa do livro. Uma vez que é através desta figura eminente do observador-viajante atravessando o relato do narrador que a observação desvela o olhar que a sustenta e a narrativa evidencia os fundamentos que a tornam possível.

³ Essa distinção entre o emprego de uma voz impessoal do viajante que desloca a figura do “eu” no discurso já foi notada em Gínia Maria de Oliveira GOMES. *A travessia de uma Terra ignota*, sobretudo, o terceiro capítulo, “Uma narrativa de viagem”, p. 109-161. Todavia, a autora mantém certa ambigüidade nessa perspectiva, pois, em outro momento, justapõe narrador e observador, como na passagem em que afirma que “a viagem tem no olhar atento do narrador a marca distintiva”, p. 132. Leopoldo Bernucci considera que a multiplicidade de vozes no texto euclidiano seria mais uma maneira de compreender a “literariedade” de seu discurso, já que ela seria “atípica do discurso sociológico ou histórico da época”. Leopoldo BERNUCCI. *Op. cit.*, p. 22. Como se verá, a proposta deste texto é trabalhar a partir da divergência criada por Euclides entre aquele que vê e aquele que escreve, possibilitada pela “invenção” do personagem do observador-viajante. Nesse sentido, pretende-se entender *Os sertões* menos como um relato de viagem, da maneira como ele é compreendido por Gínia Gomes, do que como um relato sobre a viagem. A diferença, espero, ficará evidente no decorrer da argumentação.

⁴ Em artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía*, publicado em 1919, Sampaio teria escrito as seguintes palavras: “Levou-me [Euclides] algumas notas que eu lhe ofereci sobre as terras do sertão que eu viajara antes dele em 1878. Pediu-me cópia de um meu mapa ainda inédito na parte referente a Canudos e vale superior do Vaza-Barrís, trecho do sertão ainda muito desconhecido, e eu lho forneci”. Citado em Gilberto FREYRE. *Atualidade de Euclides da Cunha*. (versão eletrônica disponível no site da Fundação Gilberto Freyre).

⁵ Sobre a conjugação entre história natural e viagem, ver Jean-Marc DROUIN. “De Linné à Darwin: les voyageurs naturalistes”. In: SERRES, Michel (sous la direction de). *Éléments d’histoire ds sciences*, p. 321-335.

⁶ “Ver como Zeus”, ou seja, enxergar com equivalente precisão (à distância, de cima) os dois lados da contenda. Sobre isso, remeto a Adriana ZANGARA. *Voir l’histoire. Théories anciennes du récit historique*, p. 23 e ss.

Primeira parte, *A terra*, seção primeira, eis sua aparição: “e o observador que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...” (CUNHA, 2004, p. 22). O narrador relata a observação, sendo o observador, no livro, justamente aquele que se deixa surpreender pela paisagem. Mas é também aquele que sabe ver com um olhar mensurador, treinado segundo os conceitos das ciências naturais; é aquele que, na boa linguagem técnica dos manuais, descreve com minúcia o lugar que servirá de palco para o drama narrado com minúcias na terceira parte. Mais do que tudo, ele é aquele que sabe ver melhor que seus predecessores. Se, por um lado, a grandeza daquilo que vê permite justificar certos “exageros descritivos – do gongorismo de Rocha Pita às extravagâncias geniais de Buckle”, por outro, permite retificar também outros excessos descritivos, de Eschwege ao “ilustre” Martius (CUNHA, 2004, p. 18, 19 e 26). Pautado pelo rigor, seu olhar de viajante e de engenheiro,⁷ tenta não se deixar levar pelos engodos da paisagem sertaneja. Aquilo que se afigura para olhos quixotescos como ruínas de antigos castelos e suntuosas civilizações, para o olhar geológico do cientista não passam de “assomadas gnáissicas caprichosamente cindidas em planos quase geométricos, à maneira de silhares, que surgem em numerosos pontos, dando, às vezes, a ilusão de encontrar-se, de repente, naqueles ermos vazios, majestosas ruínas de castelos” (CUNHA, 2004, p. 27).⁸

Sobre a descrição do habitante do sertão, já na parte seguinte da obra, ele adverte para a pluralidade das análises antropológicas. Condena, nesse sentido, o exagero que levou alguns autores à sobredeterminação das capacidades étnicas na formação dos povos. Sem discordar plenamente de tal perspectiva, Euclides tenta se distinguir dessa exaltação racial, a qual determinaria, nas suas palavras, a “irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estéreis”. Haveria, portanto, “como que um excesso de subjetivismo no ânimo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de cousas tão sérias, com uma volubilidade algo escandalosa, atenta as proporções do assunto. Começam excluindo em grande parte os materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica” (CUNHA, 2004, p. 70). Por tais razões, reitera a primazia da observação direta nos procedimentos descritivos dos quais se vale. Para descrever fielmente as características dos “nossos patrícios retardatários”, ele procura evitar “os garbosos

⁷ “Definidos como os ‘profissionais da observação’, ‘especialistas em olhar competentemente’, os engenheiros substituíam os viajantes europeus em passagem pelos trópicos, sendo capazes de sistematizar um trabalho de observação científica em relatórios que constituíam a base para as reformas necessárias”. Regina ABREU. *O enigma de Os sertões*, p. 88.

⁸ O engano da paisagem como castelo aparece ainda em outra passagem da terceira parte, *A luta*, p. 226. Segundo Flora Sússekind, analisando o processo de historicização da natureza que se dá coetânea à formação do narrador ficcional no século XIX, “a paisagem natural passa, portanto, por diversas transfigurações históricas possíveis. E por vezes se medievaliza em castelos, torres, abóbadas e águas que se encontram em relação de vassalagem, por vezes se converte numa curiosa duplicata da torre do Tombo, funcionando também como depósito de pergaminhos e itinerários a rigor importantíssimos para o desenrolar das tramas”. Flora SÚSSEKIND. *O Brasil não é longe daqui*, p. 201.

neologismos etnológicos” e prega com uma convicção notável: “sejamos simples copistas. Reproduzamos, intactas, todas as impressões, *verdadeiras ou ilusórias*, que tivemos quando de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos” (CUNHA, 2004, p. 104, *itálico meu*). Está tudo ali: o limite quase indistinto para a observação entre verdade e ilusão, o acaso que coloca o observador diante de seu objeto, a insuficiência das palavras (os “garbosos” conceitos) diante da preponderância dos olhos.

Mas, de fato, o sertão se mostra objeto incerto e perigoso para aquele que tenta domesticá-lo pelo olhar, inclusive para o olhar treinado. São constantes, sobretudo na primeira parte da obra que descreve a terra e justamente quando a descrição é pautada em grande parte pelo registro de outros observadores, as menções à surpresa e ao pasmo do viandante em face de semelhante paisagem, como se tudo aquilo que fora lido se encontrasse, de repente, em descompasso com o que os olhos podiam contemplar: “é uma paragem impressionadora” e “ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...” (CUNHA, 2004, p. 26 e 22). Os três pontos finais, recorrentes em diversos parágrafos do livro, dramatizam ainda mais a cena, permitindo ao leitor o tempo necessário para se aperceber do fato e constatar a própria surpresa relatada. Ela persiste ainda em outras cenas, como na aproximação ao terreno da luta, em que “inesperado quadro esperava o viandante que subia, depois desta travessia em que supõe pisar escombros de terremotos, as ondulações mais próximas de Canudos” (CUNHA, 2004, p. 34). Com isso, tanto o que se vê quanto o ato mesmo da visão e da surpresa assumem relevo particular, já que não basta apenas dirigir o olhar para o objeto, é preciso também ultrapassar este primeiro momento de assombro para que a observação não se perca nos meandros das impressões fabulosas.

Entre o inesperado e o impressionante existe uma região nebulosa onde é constante o perigo do erro e da ilusão. O sertão não se deixa apreender facilmente; ele inibe, destoa, ofusca o olhar a ele dirigido: “à luz crua dos dias sertanejos aqueles cerros aspérrimos rebrilham, estonteadoramente – ofuscantes, num irradiar ardentíssimo...” (CUNHA, 2004, p. 28). Mais adiante na obra, o autor explica com detalhes o fenômeno causado pelo sertão: trata-se de uma “moléstia extravagante”, a *hemeralopia*: “esta falsa cegueira é paradoxalmente feita pelas reações da luz; nasce dos dias claros e quentes, dos firmamentos fulgurantes, do vivo ondular dos ares em fogo sobre a terra nua”. Paradoxalmente, o perigo maior para o observador é justamente esta “pletora do olhar” (CUNHA, 2004, p. 122); ver em demasia, pelo menos neste espaço distinto que parece inverter e subverter as leis do mundo, é correr o risco da ilusão e da cegueira. A observação requer uma justa medida. Se a vastidão do terreno, imenso desconhecido que as melhores cartas cartográficas apontavam como uma “terra ignota”, causa a vertigem do olhar, o excesso de luz irrita os olhos prejudicando a tarefa. Tudo no sertão é demais: o tamanho, a

luminosidade, o atraso, a ignorância (*do sertão e sobre o sertão*). Aquele que se presta a tal empreendimento, desvendar pela ciência e interpretar pelas letras seus segredos, trabalha sempre na fronteira do erro, da civilização e do tempo. “E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens...” (CUNHA, 2004, p. 29). O sertão como um oceano antigo incita o equívoco, embora Euclides se esforce em comprovar a tese da suposta ancestralidade marítima do deserto sertanejo.

O calor excessivo induz a “fenômenos óticos bizarros”, como o de ver o movimento das vagas em pleno deserto. E também, olhando-se a favela de cima e ao longe, a impressão que se tem é de uma planície desprovida de solo. “O olhar fascinado perturbava-se no desequilíbrio das camadas desigualmente aquecidas, parecendo varar através de um prisma desmedido e intáctil, e não distinguia a base das montanhas [...] a ilusão maravilhosa de um seio de mar, largo, irisado, sobre que caísse, e refrangesse, e ressaltasse a luz esparsa em cintilações ofuscantes...” (CUNHA, 2004, p. 39). Assim todo em desequilíbrio e excesso, o sertão acaba também por desequilibrar a própria ciência ávida em capturá-lo nas malhas fortes de seu tecido discursivo.⁹ “O penoso regime dos estados do Norte está em função de agentes desordenados e fugitivos, sem leis ainda definidas”. O mesmo valendo para seu regime climático, cujo ritmo notável recorda ao autor “o desdobramento de uma lei natural, ainda ignorada” (CUNHA 2004, p. 42 e 40). Fora da lei ou das leis determinadas pela acolhida científica, o sertão parece escapar a este tipo de apreensão.¹⁰

Ainda: se para a “imaginativa ingênua” do caboclo o lugar se assemelha ao céu, tamanha a ilusão causada pela paisagem, à igual desventura está fadado aquele que não souber observar com precisão e da maneira que o objeto requer. Antes de tudo, a visão demanda tempo, e o desconhecimento do sertão é também uma falha causada pela pressa, pois “nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para o

⁹ Em seu aprofundado estudo sobre a escrita de *Os sertões*, Leopoldo Bernucci defende a tese de que, dadas as dificuldades em se descrever a realidade sertaneja, Euclides se valeu de um intenso esforço mimético tendo por base outros tantos textos importantes, seja romance (José de Alencar), seja escrito jornalístico (Afonso Arinos). Dessa maneira, explica-se o recurso constante à intertextualidade na feitura do livro, o que o empurraria para o espaço da ficcionalidade, pois o referente de seus enunciados seria, antes da natureza sertaneja, outras descrições feitas anteriormente. Nas palavras de Bernucci, “sendo a realidade, muitas vezes, fisicamente inalcançável ou concebida por Euclides como objeto de representação, de certa maneira inapreensível, intraduzível pelo aparato discursivo do autor, sobram a este nada mais que os sentidos atribuídos por outros a esta realidade”. Leopoldo BERNUCCI. *Op. cit.*, p. 17.

¹⁰ Importante notar que Euclides, ele próprio, opera uma relativização do determinismo das leis científicas ao sugerir, por exemplo, que as teorias climatológicas gerais devem respeitar as particularidades locais de cada região específica e, sobretudo, a própria história delas: “toda a climatologia, inscrita nos amplos lineamentos das leis cosmológicas gerais, desponta em qualquer parte adicta de preferência às causas naturais mais próximas e particulares”. Ou seja, as leis obedecem também a princípios históricos. (CUNHA, 2004, p. 71).

definir” (CUNHA, 2004, p. 35).¹¹ Mesmo Euclides, ele próprio o reconhece, não estava nas melhores condições para o empreendimento proposto. Dessa maneira, no livro “o que se segue são vagas conjecturas. Atravessamo-lo [o sertão] no prelúdio de um estio ardente e, vendo-o apenas nessa quadra, vimo-lo sob o pior aspecto. O que escrevemos tem o traço defeituoso dessa impressão isolada, desfavorecida, ademais, por um meio contraposto à serenidade do pensamento, tolhido pelas emoções da guerra. Além disto os dados de um termômetro único e de um aneróide suspeito, misérrimo arsenal científico com que ali lidamos, nem mesmo vagos lineamentos darão de climas que divergem segundo as menores disposições topográficas, criando aspectos díspares entre lugares limítrofes” (CUNHA, 2004, p. 36). Sem tempo e desprovido de aparato técnico apropriado, o observador deixa clara a complexidade da sua prática. Em alguns momentos, uma situação inusitada cerca o seu trabalho, permitindo uma análise de improviso, como por exemplo a mensuração da “secura da atmosfera” no ambiente: “não a observamos através do rigorismo de processos clássicos, mas graças a higrômetros inesperados e bizarros”. No caso, o corpo murcho e seco de um soldado que “descansava” sob o sol poente, morto havia três meses (CUNHA, 2004, p. 37-38).

Na sua retórica do olhar, Euclides se vale de procedimento peculiar. A ênfase recorrente nos perigos do objeto e na dificuldade da observação é também uma estratégia discursiva para ressaltar a competência do observador e o valor do trabalho realizado.¹² Objeto indócil, o sertão expulsa e violenta o observador-viajante: “a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o, enlaça-o na trama epinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças” (CUNHA, 2004, p. 44).¹³ Mas o observador ressurgue, com o corpo marcado e a veste rasgada, já então ocupando para o leitor a figura do herói de civilização, aquele que não se deixa sucumbir pela crueza do objeto primitivo. Se a vegetação o agride, ela também lhe revela sua história, mesmo que à revelia. Enquanto que nas florestas a batalha travada entre as espécies da flora é pela luz solar, ali no sertão, um mundo invertido, o astro é o inimigo a evitar. A prova dessa luta insana que a natureza mantém consigo mesma reside em detalhes quase imperceptíveis: “as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda” (CUNHA, 2004, p. 45). A competência do viajante reside, pois, na sua capacidade de interpretar tais vestígios, no saber bem observar a paisagem que, por sua vez, tende sempre a

¹¹ Neste ponto, vale notar a crítica do botânico José de Campos Novaes sobre a tábula rasa que Euclides fez dos demais cientistas que estiveram nos sertões antes dele, salientando (Novaes) a validade das observações e descrições sobre a flora realizadas por von Martius. José de Campos NOVAES. “Os sertões”. *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, 31/1/1903, reproduzido em Valentim FACIOLI; José Leonardo do NASCIMENTO (orgs.). *Juízos críticos*, p. 115 e ss.

¹² Rodrigo Turin desenvolve esta idéia, a da ênfase na dificuldade de uma tarefa como forma de valorizá-la, para a escrita da história no século XIX. Ver Rodrigo TURIN. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista, passim*.

¹³ De igual maneira, a caatinga será também um dos grandes inimigos das forças expedicionárias enviadas para debelar e “rebelião monarquista”, p. 203.

afastar o observador que pretende capturá-la. Quanto mais difícil o olhar, portanto, tanto maior é a qualidade daquele que vê, reconhecida por seus próprios pares.¹⁴ As palavras contemporâneas de José Veríssimo são emblemáticas dessa boa acolhida da obra: Euclides é autor “que sabe vêr e descrever...”. Além dele, J. dos Santos atesta o mesmo veredicto, pois, no que se refere propriamente à campanha, “a sua descrição é a de quem esteve presente, de quem viu todos os fatos – fatos que ele nos força a ver, com uma intensidade admirável de estilo, um estilo nervoso, colorido, original”. Euclides é, conseqüentemente, “uma testemunha preciosa. Sabe ver e sabe contar” (*apud* FACIOLI; NASCIMENTO, 2003, p. 39 e 41). Passado mais de meio século da publicação do livro, ainda é certificada a competência do observador da história, apesar de algumas críticas em contrário, entre elas a conhecida de Moreira Guimarães, ainda em 1903, para quem “esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo” (*apud* FACIOLI; NASCIMENTO, 2003, p. 87). Além dele, como confidenciou Gilberto Amado em suas memórias, o general Siqueira de Menezes, participante ativo do conflito baiano e, talvez, tocado pela visão pouco positiva que Euclides construiu sobre o exército brasileiro, reclamava sobre o autor: “tudo mentira! Não passou por lá [...] Não viu nada. Nada daquilo é verdade” (*apud* LIMA, 1997, p. 127). Contra isso, Olímpio de Sousa Andrade sugere, já em 1960, que “a probidade de Euclides como historiador de fatos que presenciou, à base de documentos que citou, continua de pé” (ANDRADE, 1960, p. 287).

Todos estes pontos surgem de maneira clara já na primeira parte da obra, onde reside o “núcleo duro” da sua cientificidade, ainda que seja ela proporcionalmente menor que as duas outras partes que compõem o livro.¹⁵ O observador que ali emerge traz consigo um olhar mensurador e produz um registro clínico sobre a terra; ele mede seus espaços, atribui-lhe significados, classifica suas formas, analisa sua formação geológica e assim por diante. Por meio de instrumentos conceituais e técnicos que a ciência lhe fornece, alguns sem boas condições de uso (como o aneróide mencionado) e outros cujo uso apresenta contradições (como a abordagem demasiado livre que faz de alguns autores), tal personagem se situa solitário diante de seu objeto, pairando por sobre ele a uma distância razoável que lhe permite uma visão de conjunto, a despeito da enorme dificuldade da tarefa. A observação euclidiana é toda ela marcada por aquilo que Anthony Pagden definiu como “*the objectifying habit*” (PAGDEN, 1997, p. 225), ou seja, pela idéia de ruptura entre sujeito-observador e objeto-observado; é apenas no estabelecimento e na manutenção constante

¹⁴ Gínia Gomes sugere, por outro lado, que a ênfase nas dificuldades da tarefa seria motivada por uma “imaginação cristã” assumida por Euclides. A partir dela, a viagem é encarada como *provação* (o caminho necessário para a redenção). A autora mostra com propriedade como em vários momentos do livro as dificuldades em se observar o sertão vêm sempre acompanhadas de uma visão compensatória, uma espécie de “visão do paraíso”. A surpresa do viandante cederia lugar ao encanto sublime da paisagem. Gínia Maria de Oliveira GOMES. *Op. cit.*, p. 139 e ss.

¹⁵ Leopoldo Bernucci sugere também que, notadamente desenvolvido na primeira parte, mas presente ainda de forma intensa nas subseqüentes, o discurso geológico seria a matriz organizadora do corpus discursivo de *Os sertões*. Ver Leopoldo M. BERNUCCI, “Prefácio”. In CUNHA, 2001, p. 13-49.

dessa diferença que um saber positivo sobre o sertão poderia ser produzido. Tal é a razão também para a distinção, fundamental para a obra, entre o observador-viajante e o narrador. Sem esta justaposição de personagens, ou pelo menos sem que ela seja constante, ao narrador é possível situar com precisão o lugar ocupado na cena pelo viajante que observa, em alguns casos ele próprio assumindo tal tarefa; sobretudo, ao primeiro é dada a possibilidade de narrar inclusive o ato mesmo da observação, informando ao leitor seus infortúnios e seus sucessos, mas sempre colocando o narrador numa posição de resguardo: não como aquele que viu, mas sim como aquele que soube avaliar as muitas e diversas visões, escolhendo dentre elas as mais condizentes com seu intuito, qual seja, representar verdadeiramente o real.¹⁶

Seguindo, entretanto, o percurso do livro, é possível notar uma lenta, porém não definitiva, aproximação entre viajante e narrador (até o fim do livro Euclides joga indefinidamente com a primeira e a terceira pessoa), ao mesmo tempo em que a distância entre observador e observado é reduzida sensivelmente, mesmo que por breves instantes. Da longa duração da *terra* ao tempo curto da *luta* ocorre, não uma mutação, mas um deslocamento do olhar, como seria de se esperar em tal redução de escalas.¹⁷ Contudo, para que isso ocorra é necessária a mediação pela análise sobre o tipo sertanejo, o homem e o tempo médio, segunda parte da obra. Historicizado desde as causas genéticas de sua condição étnica até os motivos econômicos e sociais de sua permanência e de sua situação singular em lugar tão inóspito, o jagunço aparece no livro como ponto de convergência entre natureza e história, entre o olhar distanciado da terra e a visão próxima da luta; é através dele que biologia, geologia e ciências sociais se cruzam formando o esquema interpretativo do livro. É, então, a ele que a interpretação, elaborada segundo os princípios cognitivos da civilização litorânea, é dirigida. E para o engenheiro e futuro professor de lógica Euclides da Cunha, tal civilização forneceu, entre outros, os preceitos lógicos da matemática para perceber tão peculiar figura, o mestiço sertanejo. No caso das misturas entre raças, há um fator primeiro a ser levado em consideração: “como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço – mulato, mameluco ou cafuz – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (CUNHA, 2004, p. 110).

E se a evolução das espécies, marcada pelo confronto constante entre as raças, leva sempre à culminância da raça superior – “é que são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies” (CUNHA, 2004, p. 101) – essa lógica

¹⁶ Essa dicotomia e separação entre viajante e narrador foi também notada, embora não desenvolvida, por Roberto VENTURA. *Op. cit.*, p. 66.

¹⁷ Para uma atenção dirigida à redução da escala de observação na parte destinada à descrição da terra, ver José Carlos Barreto de SANTANA. “Geologia e metáforas geológicas em *Os sertões*”, p. 117-132.

requer uma revisão pormenorizada. Por um lado, o mulato acaba por desprezar o elemento negro de sua formação, procurando apagar os vestígios de suas inaptidões inatas; por outro, o mameluco do sul se torna bandeirante, elemento ativo de uma raça forte. Até aqui a lei é obedecida, pois se caminha evolutivamente rumo à civilização da espécie. O sertanejo, pelo contrário, não segue os mesmos passos desse desenvolvimento e dessa lei já não tão inexorável. Pois aqui, a matemática do papel cede espaço ao exame empírico: "a observação cuidadosa do sertanejo do Norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente" (CUNHA, 2004, p. 102). Mais do que evoluir, o homem do sertão cessa o movimento natural da biologia. Mas Euclides, consciente de seu papel, acaba por diluir por um efeito conceitual essa aparente contradição. O caso singular do sertanejo se torna a "contraprova frisante" da validade da lei; o esquema cognitivo da civilização não corre risco de se encontrar contradito pela barbárie do sertão. Na sua leitura ou quiçá equívoco sobre Gumplowicz, de onde extrai *forçosamente* (LIMA, 1997, p. 24 e ss; LIMA, 2000, p. 40 e ss) que a luta de raças é o motor da história, no sertão ela assume forma ímpar. Seguindo o sociólogo austríaco que lhe serve de fonte, ele pôde concluir que "a raça forte não destrói a fraca pelas armas [mas sim] esmaga-a pela civilização" (CUNHA, 2004, p. 102); mas para os sertanejos "o fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização" (CUNHA, 2004, p. 103). Desse modo, conceitualmente falando, o jagunço é menos um degenerado que um retrógrado. E como tal, ele requer outras medidas: se a civilização, pelo seu próprio movimento, não sucede impor a lei da sua história, que as armas assim o façam!

Essa inflexão teórica tem na obra um inusitado caráter legitimador, como notou Costa Lima: ela permite não apenas explicar, mas mais precisamente justificar os eventos de Canudos.¹⁸ É evidente que essa perspectiva, embora a amenize, não retira de todo o caráter de denúncia do livro de Euclides, para quem, antes que armas, o litoral deveria levar livros para o sertão; ela possibilita, todavia, situar com maior propriedade os efeitos teóricos de sua escrita. Pois é por meio dela que narrativa (neste caso, como um trabalho a partir de conceitos) e observação parecem caminhar, senão lado a lado, ao menos em uma proximidade maior que aquela notada na primeira parte, onde a observação era também um objeto para a narrativa. O olhar coloca à prova a palavra, mas apenas para confirmá-la com maior acuidade. Observação e conceituação se sustentam de forma recíproca; a primeira assegura a validade da segunda, ao passo que esta garante que aquela não incorra em erro ou ilusão. Algo sensivelmente distinto da primeira parte, onde a palavra parecia definir os modos

¹⁸ "A desleitura de Gumplowicz é pois o esteio inarredável para a interpretação 'científica' do país e, involuntariamente, o amenizador da denúncia contra o que se perpetrara em Canudos". Luiz Costa LIMA. *Op. cit.*, p. 32. "É verdade que *Os sertões* denuncia o massacre dos prisioneiros, mas a destruição do arraial assumiria um peso menor se, em última análise, seus agentes apenas apressaram o que a História por si se encarregaria de fazer". Luiz Costa LIMA. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*, p. 46.

de visão utilizados e a narrativa é que definia os caminhos da observação; a terminologia técnica, os elementos de quantificação, os modelos de medida, tudo era já dado de antemão pela ciência, bastando ao observador utilizá-los e ao narrador descrevê-los. As dificuldades do olhar, porém, como notadas pelo abandono dos “garbosos neologismos da ciência”, foram aos poucos abalando estas certezas sobre a infalibilidade do discurso.

Conforme indicou Leopoldo Bernucci, “o que desnorteia Euclides, que busca uma relação congruente entre o que previamente (pensava que) sabia e o que depois vê, é a impossibilidade de facilmente harmonizar essas duas perspectivas, uma cognitivamente livresca; e a outra do saber da própria experiência ou da testemunha ocular” (BERNUCCI, 2001, p. 41).¹⁹ Flora Sússekind chegará à constatação semelhante, embora tratando dos escritos de Euclides sobre a Amazônia. A autora cita passagem em que o engenheiro-viajante descobria, não sem certa frustração, que o Amazonas “real” não equivalia necessariamente àquele descrito, entre outros, por Humboldt. Euclides, sobre isso, escrevera: “todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hyloe* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada” (CUNHA, 1926, p. 5). Ocorre para Euclides uma tensão importante entre uma realidade prefigurada pelos registros alheios e aquilo que seus próprios olhos puderam constatar. O problema colocado, dessa maneira, era encontrar o meio válido para re-figurar a realidade observada no âmbito de tal tensão. “É a partir desse confronto entre olhar previamente direcionado, paisagem real e olhar agora desarmado – mas consciente da figuração utópica que o habita – que Euclides constrói o seu relato sobre a Amazônia” (SÜSSEKIND, 2000, p. 33). O mesmo pode ser dito para a escrita de *Os sertões*.

Gínia Maria de Oliveira Gomes, por sua vez, sugere que o descompasso entre o olhar e o conceito teria levado Euclides a abandonar, por sua insuficiência, as teorias científicas de que dispunha para elaborar sua interpretação, privilegiando com isso apenas o âmbito da investigação empírica, isto é, o olhar ou, nas palavras da autora, o “primado da experiência”: “as teses da época são, pois, abandonadas para darem lugar as suas ‘impressões’, verdadeiras ou ilusórias” (GOMES, 1999, p. 65). Levando ao extremo o mencionado abandono dos conceitos científicos, com isso torna-se possível reafirmar o privilégio da imaginação literária na construção de *Os sertões*. Todavia, contra isso é possível argumentar que a renúncia de certas teorias interpretativas não significa

¹⁹ Ao tratar da questão da identidade nacional no texto de Euclides, Marçal Paredes sugere que “frente a essa ‘tensão’ entre o ‘visto’ e o que as categorias científicas permitiam ‘explicar’, o autor organiza uma idéia de nação brasileira que expressa a fissura da dualidade da relação identitária”. Marçal de Menezes PAREDES. *Memória de um ser-tão brasileiro*, p. 16. Esse descompasso entre a visão e a narração já havia sido notado por Mário de Andrade, como lembra Luiz Costa Lima. O autor de *Macunaíma* escreveu que “Euclides transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão”. Citado em Luiz Costa LIMA. “*Os sertões*: história e romance”, p. 376.

necessariamente, para o caso de Euclides da Cunha em particular, um descrédito do valor da ciência na apreensão da realidade. Apesar de tudo, e contra o gosto de alguns leitores, Euclides manteve ainda o uso dos tais “garbosos neologismos”. O que o autor procura empreender em seu livro é justamente uma espécie de “correção” da perspectiva científica *a partir* da experiência *in loco*.²⁰ Em outras palavras, Euclides parece sugerir que mesmo as “leis da ciência” devem ser empregadas segundo uma perspectiva historicizada, de acordo com o objeto ao qual são destinadas.²¹ Tal como o viajante moderno que, conquistando paragens desconhecidas, acaba por colocar em suspeita os textos familiares, que não mais dão conta de representar o que se coloca diante dos olhos (GRAFTON; SHELFORD, 1992). Desde então é necessário re-trabalhar as relações entre visão e linguagem, de maneira que a ciência sobre a qual se assenta o discurso não se encontre subjugada pelas intempéries do campo de observação, mas sobretudo que encontre nele novos elementos de legitimação. E para tanto, a observação passa a definir os passos da narrativa; o que se vê não estando mais determinado *a priori* pelo que foi lido.²² Narrador e observador se encontram... apenas para, ao final do percurso, estarem novamente apartados.

Outros olhares: o historiador e as testemunhas

No livro, Euclides traça a linha divisória, ainda que complementar, entre a primeira e a segunda parte, salientando para aquela uma análise geológica e para esta um estudo historiográfico e psicológico: “da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou” (CUNHA, 2004, p. 132). O autor se refere explicitamente a Antônio Conselheiro, personagem síntese da sociedade sertaneja e do jagunço, de quem é preciso escavar todos os substratos psicológicos que compõem sua personalidade tão peculiar. A escolha pela história, mais do que uma opção intelectual, aparece como necessidade prática, uma vez que tal estudo, para o objeto proposto, não fora ainda realizado. Assim como a formação das comunidades sertanejas no interior da Bahia “não tiveram

78

²⁰ Embora tal correção tenha falhado, no julgamento de Roquette-Pinto, pelo menos uma vez. Segundo o cientista, Euclides permaneceu refém da teoria na sua descrição da população mestiça: ele que viu a destreza e o valor moral do jagunço em pleno combate, preferiu repetir os conceitos sobre a degradação resultante da mestiçagem. “Ora, aquelle pessimismo, injustificavel numa testemunha ocular da tragedia de Canudos, é a repetição dos conceitos errados de Agassiz”. E. ROQUETTE-PINTO. “Euclides da Cunha naturalista”, p. 286.

²¹ Luiz Costa Lima, nesse sentido, aponta que a ciência defendida por Euclides era menos o simples uso do instrumental teórico do que sua aplicação empírica. Se ele praticava uma espécie de culto à ciência, era, pois, à ciência aplicada. Luiz Costa LIMA. *Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil*, p. 23. Costa Lima tece sobre isso um juízo rigoroso, indicando a série de abusos conceituais praticados por Euclides: “o verdadeiro nome do aplicacionismo cientificista de Euclides era este: um pragmatismo grosseiro”, p. 49.

²² Para um desenvolvimento das relações entre o *ver* e o *dizer*, isto é, entre a prática da observação e o espaço do discurso na experiência moderna, em particular sobre a experiência médica ocidental, ver Michel FOUCAULT. *O nascimento da clínica, passim*.

um historiador”, sendo que “a extraordinária empresa apenas se retrata, hoje, em raros documentos, escassos demais para traçarem a sua continuidade” (CUNHA, 2004, p. 95), o mesmo acontece com movimentos sociais da região, onde “as agitações sertanejas, do Maranhão à Bahia, não tiveram [também] um historiador” (CUNHA, 2004, p. 127). É, pois, no esforço de suprir esta lacuna bibliográfica que o autor procura inserir seu livro, como um escrito de história sobre o sertão. Na terceira parte continua a falar o historiador, na fronteira imprecisa que o aproxima do etnógrafo, misturando no texto o trabalho de pesquisa sobre fontes (jornais, relatórios militares, depoimentos e memórias) com os dados obtidos através de sua observação direta aos acontecimentos e anotados em seu “caderno de campo”.

Para a questão fundamental da qual se ocupa esta análise, o uso que Euclides faz de outros registros, sobretudo registros de olhares, assume uma posição particular. Alguns exemplos servem para demonstrar a maneira pela qual ele pretende legitimar sua apropriação. Nesse sentido, o que conta para a utilização de outros observadores é obviamente a qualidade de seus relatos. Exemplo: comentando, em carta ao rei de Portugal, o desregramento dos colonos e caboclos nos distantes ermos baianos, o padre Nóbrega definiu bem a situação, “pintando com ingênuo realismo a dissociação dos costumes” daquele lugar bem como a incorporação “dos hábitos gentílicos” por parte dos novos habitantes (CUNHA, 2004, p. 86). Ainda que ingênuo, o “realismo” do jesuíta justifica seu uso na obra em questão. Em outro caso, embora não se trate de um observador direto dos eventos que relata, mas sim de um registro de segunda mão, seu uso é legitimado por se tratar de um “narrador sincero” (CUNHA, 2004, p. 86).²³ Essa prática definidora da maneira como Euclides administra as provas de seu discurso se multiplica pelo livro de forma notável. Sobre a genealogia de Conselheiro, um Coronel João Brígido dos Santos aparece como “narrador consciencioso”. Ainda sobre a história pessoal do profeta, um Manuel Ximenes, apesar da sisudez de suas *Memórias*, surge como “cronista sincero”. E quanto à fama notória do “doudo” que desafiou a república, a *Folhinha Laemmert* de 1877 traz em suas páginas “dizeres rigorosamente verídicos” (CUNHA, 2004, p. 135, 137, 144). Ao leitor do livro não são informados os critérios de tais escolhas; apenas sabe-se tratar de relatos verossímeis e aceitáveis, ao menos se se acreditar no juízo crítico do autor, como ele assim o quer.

Não é apenas, porém, de palavras alheias de que se vale o escritor de *Os sertões*; vale-se também de outros olhares, daquilo que definiu como “testemunhas de vistas”. E para tanto, no seu uso se faz obrigatória uma separação entre os registros válidos e os outros carregados de desvios e superstições, próprios, por exemplo, da cultura narrativa dos sertanejos (“todas as histórias, ou lendas entretecidas de exageros, segundo o hábito dos narradores do sertão”) (CUNHA, 2004, p. 140). Na reconstituição feita da vida de Conselheiro,

²³ Euclides se refere a Aires de Casal e sua *Corografia Brazilica*.

Euclides narra uma situação que considera curiosa, quando, preso pelas forças da ordem, ele teria sido “espancado covardemente nas estradas” pela escolta que o acompanhou, sem ter jamais feito qualquer queixa ou denúncia aos oficiais graduados: “quedou na tranqüila indiferença superior de um estóico”. Seu único gesto teria sido solicitar às autoridades que evitassem a vexação da curiosidade popular no dia de seu embarque para o Ceará. Segundo Euclides, “este pormenor curioso *ouvimo-lo a pessoa insuspeita*” (CUNHA, 2004, p. 146, *italico meu*). Se essa “fonte” não é nomeada, mas apenas autorizada como alguém passível de crença, em outra ocasião, discorrendo sobre os atos religiosos de Conselheiro que, em alguns casos com a condescendência dos párocos locais, chamava seus seguidores à reconstrução de igrejas envelhecidas sendo-lhe inclusive permitido realizar batismos, desobrigas, festas e novenas, à “fonte” é concedido seu nome: trata-se do tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar, presente à cena relatada e que, por isso, aparece como “*testemunho valioso*” a dar-se crédito. É possível sugerir aqui que não é apenas a presença *in loco* o que define a validade desse tipo de registro; ao apontar sua profissão ou seu lugar social Euclides também acaba por criar um outro vínculo que autoriza esse tipo de relato. Em momento diverso, sobre as condições arquitetônicas de Canudos, a visita do padre “V. F. P., vigário de Itu,” ao arraial aparece como fonte valiosa, por ser “testemunho de um sacerdote”. E, já na terceira parte do livro, quanto à quantidade de jagunços escondidos por detrás de uma barranca oferecendo considerável resistência à expedição, o número de quarenta dado por um “espectador do quadro”, Dr. Albertazzi, parece digno de crença, já que retirado de um “depoimento fidedigno” e, acima de tudo, do médico da expedição, indivíduo cuja profissão reside justamente nas qualidades de bom observador (CUNHA, 2004, p. 150, 157, 230, 233, n. 68).

Os qualificativos em torno dos documentos e testemunhas utilizadas têm uma função legitimadora na escrita de Euclides da Cunha: eles portam certa garantia de veracidade, pois são autorizados pelo autor que os utiliza ao mesmo tempo em que autorizam a própria narrativa a que ele se presta, mesmo que os parâmetros da escolha não sejam plenamente esclarecidos ao leitor. Narradores *consciosos*, cronistas *sinceros*, dizeres *verídicos*, testemunhas *contestes*... Sua validade, contudo, não está apenas na definição positiva daquilo que eles são ou representam, mas também na determinação da sua contraparte, pelo negativo, isto é, os registros *não* dignos de fé. Acima de todos, são os sertanejos e os relatos populares os menos passíveis de crença. Sobre a versão existente de que Conselheiro teria assassinado a esposa e a mãe, antes que narrativa sincera ela aparece como “lenda arrepiadora”; é que “a imaginação popular, como se vê, começava a romancear-lhe a vida, com um traço vigoroso de uma originalidade trágica” (CUNHA, 2004, p. 145). A razão, como o próprio Euclides aponta, parece residir nas perversões que Antônio Conselheiro teria avultado no imaginário do povo. A inverossimilhança aqui é consequência patológica. No caso da vez em que o pregador de Canudos teria feito verter lágrimas de sangue em uma imagem da virgem santa, Euclides, mesmo situando o relato no âmbito das lendas, acrescenta surpreso: “ouvi o estranho caso a

peças que se não haviam deixado fanatizar!”. Alguns parágrafos adiante, acresce que “é natural. Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa personalidade” (CUNHA, 2004, p. 153). Contudo, não obstante o seu aspecto lendário, que acaba por deslocar as pretensões de verdade que carregam, os relatos das populações do sertão povoam as páginas do livro, talvez não tanto com um caráter de prova daquilo que dizem, mas certamente como comprovação dos desvios de caráter que seu meio natural e social promove. Mas sobretudo, eles funcionam também para legitimar pelo avesso as narrativas e observações corretas e fidedignas. O recorte social dos registros críveis dos inverossímeis, que é também um recorte geográfico, pode ainda ser percebido por uma omissão importante que revela a escrita de *Os sertões*: o garoto Agostinho, que na caderneta de campo aparecia como fonte importante para Euclides, não encontra lugar referenciado nas páginas do livro. Marco Antonio Villa sugeriu uma razão plausível para a omissão: tal informante contradizia a explicação com base no milenarismo de Canudos e, dessa maneira, ele foi suprimido na escrita da obra (VILLA, 2002). Mas, além disso, o fato dele estar do “outro lado”, de ser um elemento oriundo do sertão, também pode ser colocado como razão forte para a escolha do escritor.

81

Novamente, a magnitude de uma das batalhas travadas na Bahia pôde ser assegurada por testemunhas fiéis. Se um “chefe expedicionário se confessou impotente para descrever a imensa ‘chuva de balas que desciam dos morros e subiam das planícies num sibilo horrível de notas’, que atordoavam”, por outro lado “o comandante da 1ª coluna, afirmou, em ordem do dia, que durante cinco anos, na guerra do Paraguai, jamais presenciara coisa semelhante” (CUNHA, 2004, p. 329). Além de testemunhos oculares, trata-se efetivamente de indivíduos que, por sua própria experiência, permitem situar com precisão as dimensões do ocorrido: são oficiais graduados e experientes do exército. Não obstante o fato de que mesmo eles, membros das forças republicanas, não tinham conhecimentos exatos sobre o inimigo, sem jamais ter ao menos uma vaga noção de seu número, cuja variação cria um lapso de informação importante: “os jagunços eram duzentos ou eram dous mil. Nunca se lhes soube, ao certo, o número. Na frente dos expedicionários o enigmático da campanha se antolhava mais uma vez, destinando-se a ficar para sempre indecifrável” (CUNHA, 2004, p. 340). O sertão não se deixa apreender impassível, confunde e dificulta a tarefa da observação e da produção de um conhecimento adequado sobre ele. Exemplo considerável é dado pelos relatos dos soldados. Apesar de pertencerem às forças civilizadoras, a longa presença em terreno inóspito acaba por corromper a validade de tais testemunhos. “Os soldados enfermos, em perene contacto com o povo, que os conversava, tinham-se, ademais, constituído *rudes cronistas* dos acontecimentos e confirmavam-nos mercê da forma imaginosa por que a própria ingenuidade lhes ditava os casos, *verídicos na essência, mas deformados de exageros*, que narravam” (CUNHA, 2004, p. 401, *italico meu*). Cabe notar que Euclides aponta para o fato de que

muitos dos soldados que compunham os quadros do exército eram de origem sertaneja. Perigo maior, o sertão perturba a vista e corrompe a verdade.

De tal sorte que o observador da primeira parte se faz novamente presente; aquele mesmo que penou para descrever a terra aparece agora nos perigos e nos engodos da imagem da cidadela tresloucada. “E no primeiro momento, antes que o olhar pudesse acomodar-se àquele montão de casebres, presos em rede inextrincável de becos estreitíssimos e dizendo em parte para a grande praça onde se fronteavam as igrejas, o observador tinha a impressão exata, de topar, inesperadamente, uma cidade vasta” (CUNHA, 2004, p. 273). Tal como o lugar onde foi construída, a favela ilude o observador que de longe a avistava. Finda a luta, quando o olhar próximo se torna enfim possível, tem-se uma noção assustadora de suas medidas:

Canudos tinha naquela ocasião – foram uma a uma contadas depois – cinco mil e duzentas vivendas; e como estas, cobertas de tetos de argila vermelha, mesmo nos pontos em que se erigiam isoladas mal se destacavam, em relevo, no solo, acontecia que as vistas, acomodadas em princípio ao acervo de pardieiros compactos em torno da praça, se iludiam, avolumando-a desproporcionalmente [...] A observação mais afincada, quando transitório armistício a permitia, não lograva distinguir um vulto único, a sombra fugitiva de um homem; e não se ouvia o rumor mais fugaz. (CUNHA, 2004, p. 440-441).

Aqui, Euclides traça com todas as cores o perigo mortal da observação: o olhar exato, como a contagem das casas, por exemplo, apenas ocorreu após o fim da luta quando, em certa medida, já não havia mais nada para ser visto. Durante o confronto, olhando por cima da favela, “que o observador, porém, não avultasse demais sobre o parapeito: as balas ressaltando a súbitas, de baixo, revelavam-lhe, de pronto, a população entocada” (CUNHA, 2004, p. 442).

A passagem acima indica, em poucas linhas, o traço fundamental que caracteriza o observador euclidiano: a distância. Sobre a luta, com a presença efetiva do narrador em campo (pelo menos por cerca de três semanas), ele que agora poderia assumir por completo a justaposição com o viajante que foi ensaiada anteriormente, ainda assim mantém-se a ruptura. Seja pelo perigo das armas seja pelo perigo do erro, fato é que o que se olha está sempre do outro lado, do *lado de lá*, jamais no mesmo ponto a partir de onde a observação acontece. Prova disso é a utilização quase imperceptível da primeira pessoa no caso do olhar; Euclides a utiliza em ínfimas passagens: além da já mencionada retirada da primeira parte em que ressaltava a dificuldade e a precariedade dos instrumentos, fez uso dela posteriormente, por exemplo, para descrever a personalidade singular de Moreira César (“vimo-lo nessa época”) (CUNHA, 2004, p. 250), embora não se tratasse de um momento contemporâneo ao conflito de Canudos. Outro exemplo, de fórmula semelhante e ainda não sobre o confronto, é encontrado na descrição do sertanejo e suas práticas de vaqueiro, notadamente na caçada da rês fugidia (“vimo-lo neste *steeple chase* bárbaro”)

(CUNHA, 2004, p. 106). Já sobre o contexto da expedição, uma passagem é significativa da sua presença: salientando que “a luta sertaneja não perdera por completo o traço misterioso, que conservaria até o fim”, em diversas ocasiões os soldados da República eram surpreendidos e “tinham entre as fileiras aguerridas irrefreáveis frêmitos de espanto. *Fui testemunha de um deles*” (CUNHA, 2004, p. 438, *itálico meu*). Em outra ocasião, sua presença é notada de maneira tangencial, embora não a partir da forma direta “eu vi”. É quando narra a cena da rendição de um grupo de sertanejos que acabam informando à tropa a morte de Conselheiro; trata-se, no livro, de uma longa citação retirada de seu diário de campo, o qual continha apontamentos “escritos à medida que se desenrolavam os acontecimentos”, ou seja, *in loco*. Em nota acrescenta uma informação importante que reitera todo o livro: “estas notas, esboçadas durante o dia no acampamento e completadas à noite, no alto da Favela – têm o valor da própria incorreção derivada do tumulto em que se traçaram” (CUNHA, 2004, p. 489 e n. 93).

Mesmo os seus olhos, portanto, nas poucas menções que deles são feitas, Euclides coloca numa posição de incerteza; mas esta, menos de uma imperfeição por parte do observador, deriva sobretudo do caráter singular e inesperado dos eventos. A distância que a princípio aparecia como requisito para a boa observância dos acontecimentos, uma vez que estes não obedeciam a nenhuma lógica possível e compreensível, desponta ela também como fator de dificuldade, a qual nem mesmo instrumentos óticos conseguem reduzir. Próximos ao calor dos últimos combates, já no interior do vilarejo, os oficiais observavam de maneira ímpar:

83

atestadas de curiosos, todas as casinhas adjacentes à comissão de engenharia formavam a platéia enorme para a contemplação do drama. Assestavam-se binóculos em todos os rasgões das paredes. Aplaudia-se. Pateava-se. Estrugiam-se bravos. A cena – real, concreta, iniludível – aparecia-lhes aos olhos como se fora uma ficção estupenda, naquele palco revolto, no resplendor sinistro de uma gambiarra de incêndios (CUNHA, 2004, p. 450-451).

No sertão, mesmo a realidade mais “iniludível” vista através de lentes de aumento e de uma visão complementada pela técnica do binóculo traz sempre o risco da ilusão e do fictício.

Esta é a razão da distância sempre ensejada na obra. Mas ela é também ambígua: condição prática para a observação proposta, é ao mesmo tempo a situação que faz o observador perder o equilíbrio. Nas últimas páginas do livro, após o anúncio direto – “fechemos este livro” – Euclides, em duas linhas, resume de forma lapidar todo o empreendimento do observador de *Os sertões*, significativamente valendo-se da primeira pessoa, como que num último ensaio para fazer convergir o que desde sempre esteve separado, isto é, o narrador e o viajante, a palavra e o olhar. Sua expressão é notável: “vimos como quem vinga uma montanha altíssima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...”. E esse olhar distante, atordoado pelo incrível e pelo excêntrico da

paisagem, é o que coloca em risco a própria palavra. Fecha-se o livro pois não há mais descrição possível para o que os olhos avistam mal e o espírito não compreende, pois “não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?...” (CUNHA 2004, p. 497).

Mariana, setembro de 2008.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

BERNUCCI, Leopoldo. **A imitação dos sentidos**. *Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. “Prefácio”. In CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 2001.

CUNHA, Euclides. “Terra sem historia (Amazonia)”. In **Á margem da história**. 4ª. edição. Porto: Livraria Chardon, de Lelo & Irmão, L.da, 1926.

_____. **Os sertões**. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004.

_____. **Os sertões: campanha de Canudos**. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 2001.

DROUIN, Jean-Marc. “De Linné à Darwin: les voyageurs naturelistes”. In SERRES, Michel (sous la direction de). **Éléments d’histoire des sciences**. Paris: Bordas, 1989.

FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (orgs.). **Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época**. São Paulo: Nankin Editorial; Editora da Unesp, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Atualidade de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1941 (versão eletrônica disponível no site da Fundação Gilberto Freyre).

GOMES, Gínia Maria de Oliveira. **A travessia de uma Terra ignota: leitura de Os sertões, de Euclides da Cunha**. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRAFTON, Anthony; SHELFORD, April; SIRAISSI, Nancy. **New Worlds, Ancient Texts: The Power of Tradition and the Shock of Discovery**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota: a construção de Os sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobrás, 2000.

_____. “Os sertões: história e romance”. In **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PAGDEN, Anthony. "Eighteenth-century anthropology and the 'history of mankind'". In KELLEY, Donald R. (edited by). **History and the disciplines: the reclassification of knowledge in early modern Europe**. Rochester: The University of Rochester Press, 1997.

PAREDES, Marçal de Menezes. **Memória de um ser-tão brasileiro: Tempo, história e memória em Os sertões de Euclides da Cunha**. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

ROQUETTE-PINTO, E. "Euclides da Cunha naturalista". In **Seixos rolados (estudos brasileiros)**. Rio de Janeiro, 1927.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTANA, José Carlos Barreto de. "Geologia e metáforas geológicas em *Os sertões*". **Manguinhos - História, Ciências, Saúde**, vol. V (suplemento), 1998.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VENTURA, Roberto. "Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha". In BRAIT, Beth (org.). **O sertão e Os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

_____. **Euclides da Cunha: Esboço biográfico**. Organização de Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VILLA, Marco Antonio. "O 'Diário de uma expedição' e a construção de *Os sertões*". In NASCIMENTO, José Leonardo (org.). **Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

ZANGARA, Adriana. **Voir l'histoire: Théories anciennes du récit historique. II^e siècle avant J.-C. – II^e siècle après J.-C.** Paris: Vrin/EHESS, 2007.

A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu*

Noting and writing: on João Capistrano de Abreu's history in chapters

Maria da Glória de Oliveira

Doutoranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

mgloriaprof@gmail.com

Rua Carlos Ferreira, 155/201

Porto Alegre - RS

91720-040

Resumo

O artigo pretende discutir os impasses entre as operações de pesquisa e escrita que marcaram os escritos de Capistrano de Abreu, com base em seu trabalho de anotação crítica da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, e as relações com a elaboração dos *Capítulos de História Colonial*.

Palavras-chave

Escrita da História; Historiografia brasileira; João Capistrano de Abreu.

Abstract

This article aims at discussing on the deadlocks between research and writing procedures that characterized Capistrano de Abreu's writings, based on the analysis of his critical notes on Francisco Adolfo de Varnhagen's *História Geral do Brasil* and its relation with the composition of *Capítulos de História Colonial*.

Keyword

History writing; Brazilian historiography; João Capistrano de Abreu.

86

Enviado em: 23/10/2008

Autor convidado

* Este artigo teve origem em minha dissertação de mestrado, *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2006, sob orientação do prof. Temístocles Cezar.

"Acabo de pingar o último ponto do meu esboço. Custou! Deu trezentas páginas o período anterior a D. João VI. Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz, dir-te-ei francamente: não! Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido".
Capistrano de Abreu, 1907.

87

Ao saudar a publicação do primeiro volume da terceira edição da *História Geral do Brasil*, revista e anotada por Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues avaliava que o Visconde de Porto Seguro "não pudera ter achado um colaborador, ou se quiserem um continuador mais circunspecto, mais reverencioso, mais capaz" (apud RODRIGUES, 1963, p. ix). Naquela mesma data, em janeiro de 1907, o próprio Capistrano anunciava, em carta ao amigo cearense Guilherme Studart, a conclusão do que chamava de seu "esboço histórico e geográfico do Brasil", obra que levaria o título de *Capítulos de História Colonial*. Era considerado, então, o mais importante historiador brasileiro, o que alimentava expectativas quanto à escrita de uma história do Brasil de largas proporções. Apresentava, em contrapartida, um trabalho de síntese interpretativa, consagrado ao período colonial, que atentava para problemas históricos até então pouco estudados como o povoamento e a ocupação do território interior.¹

Desde meados da década de 1880, quando Capistrano se referia ao seu projeto historiográfico, era freqüente a idéia de uma obra de modestas proporções, mas que, acima de tudo, fosse capaz de elucidar os inúmeros pontos obscuros que podiam ser detectados na história brasileira.

Quando comecei os meus estudos de história pátria, chamou-me especial atenção o século XVI. Ainda hoje gosto muito dele; mas agora o que mais me seduz é o século XVII, principalmente depois da guerra holandesa. Vejo nele tantas questões e, sobretudo tanta obscuridade! Na obra de Varnhagen, tirado o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar este século. Preencher estas lacunas é, portanto, meu interesse principal. (RODRIGUES, 1977a, pp. 112-113).

Entre os seus pares persistiria, durante décadas, a indagação acerca dos motivos pelos quais o "herdeiro" de Varnhagen não elaborou uma história do

¹ A formação dos caminhos do povoamento do interior do Brasil foi tema de pesquisa recorrente e uma das contribuições mais originais de Capistrano. A esse respeito, cf. PEREIRA, 2002, pp. 73-123.

Brasil em escala monumental e digna de seus dotes eruditos.² Muitos amigos, entre eles José Veríssimo, Mário de Alencar e Paulo Prado, formularam insistentemente a questão em diferentes momentos, ora lamentando, ora conjecturando as razões para tal lacuna. Sílvio Romero, por exemplo, apoiar-se-ia nesse argumento para desferir o seu ataque ao historiador em 1914: “Hoje, depois de tantos anos, e não se havendo realizado as esperanças que toda gente depositava no Sr. Capistrano, de quem se aguardava uma vasta e completa História do Brasil, vejo que fui vítima, até certo ponto, de uma ilusão” (apud CÂMARA, 1969, p. 166). Mário de Alencar, um de seus correspondentes mais próximos, ao comentar a publicação dos *Capítulos*, indagava-se por que Capistrano não escrevera uma história do Brasil completa, e esboçava uma explicação:

Excesso de honestidade, é que era: escrúpulo de consciência exigente demais. Havia sempre um ponto obscuro a esclarecer, um documento a consultar, a necessidade de um manuscrito que pertencia a uma biblioteca da Europa; e, entretanto ele ia derramando o saber em monografias, em artigos de jornais e revistas, e nos intervalos, alongados o mais possível, continuava o estudo. (Apud CÂMARA, 1969, pp. 165-166).

Evidentemente não se trata aqui de reeditar a interrogação, nem tampouco de minimizar a sua pertinência no contexto historiográfico brasileiro dos anos iniciais do século XX, mas de considerá-la tendo em vista os caminhos da operação historiográfica de Capistrano que os “grandes traços e largas malhas” de seus escritos sugerem. E uma hipótese possível seria a de que a sua escrita em *capítulos* corresponderia a um modo de fazer história que, pautado pelos procedimentos da crítica documental, tornariam mais explícita a intencionalidade do historiador em produzir um relato verdadeiro sobre o passado, como também demarcariam os limites e a incompletude dessa intenção. Na base de tal formulação estaria o conceito de *representância* proposto por Paul Ricoeur como variação do termo “representação” e com o qual ele define “a capacidade do discurso histórico de representar o passado” (RICOEUR, 2007, p. 250). Com esta noção, acentua-se o caráter inconcluso e, sobretudo “a pretensão intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora” (RICOEUR, 2007, p. 248). Por outro lado, a escrita deixa de ser entendida como ponto de chegada “natural” da investigação histórica, ou simples exposição de seus resultados, para se converter em momento privilegiado da operação historiográfica que traz à tona a ambição referencial que marca todo o trabalho do historiador (RICOEUR, 2007, p. 248).

² Em 1937, quando esboçou um panorama do trabalho histórico no Brasil, Henri Hauser fez a seguinte avaliação da contribuição de Capistrano: “Este historiador, muito pouco conhecido na França, tem contra si o fato de não ter o seu nome ligado a uma grande obra, de aparecer como um ensaísta. Mas se para ser historiador é necessário saber estudar os textos, ter um espírito crítico sempre vigilante, distinguir as épocas e informar o leitor o sentido agudo destas diferenças, enfim, escrever com uma sobriedade elegante e fazer reviver o passado, nós diremos que este erudito foi um grande historiador” (HAUSER, 1937, pp. 89-90).

Ora, uma imagem usada por Capistrano no final da vida sugere os fundamentos precários para a arquitetura de uma história completa, segundo ele, obliterada pela insuficiência das fontes: "A história do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo a grampiola" (RODRIGUES, 1977b, p. 161). Daí a premência de investigar, cotejar criticamente testemunhos e estabelecer as fontes fidedignas dessa história, mais do que escrevê-la. A elaboração das notas à obra de Varnhagen iria de encontro a este propósito e, longe de representar um mero exercício de erudição do historiador, impor-se-ia como uma pré-condição incontornável para a escrita de sua projetada história do Brasil.

Conversações ao pé de página

E procuramos, tanto quanto nos foi possível, ser concisos, na persuasão de que não era uma história mais minuciosa a que hoje podia ser mais útil, ainda quando fora possível escrevê-la, com certa harmonia, digamos assim, em todas as suas proporções arquitetônicas, o que alias não seria fácil, quando algumas destas estão ainda pouco examinadas, e tal exame tem de ser feito pouco a pouco, já pelos futuros editores de documentos inéditos, já por novos historiadores parciais, que não tardarão a aparecer. (VARNHAGEN, 1927, p. xx)

89

Três anos após a sua migração para a Corte, em 1878, Capistrano de Abreu, então com 25 anos, incumbir-se-ia da escrita do *Necrológio* do Visconde de Porto Seguro, dando início a um diálogo crítico e tenso que, ao longo da vida, manteria com a sua obra.³ Definia a *História Geral do Brasil* como "um dos livros mais ariscos e mais fugidios" que, mesmo submetido ao escrutínio de inúmeras leituras, parecia possuir "um quê, que escapa, que resiste, que não se acha quando se procura, mas que é preciso procurar para achar" (ABREU, 1975, p. 139).⁴ Era indubitável, porém, que a obra de Varnhagen representava "um grande progresso na maneira de conceber a história pátria" (ABREU, 1975, p.89).⁵ Como Alexandre Herculano o fizera pela história portuguesa, Varnhagen assumira a tarefa de fazer "quase tudo" pela história brasileira. Não apresentara obra melhor e definitiva, argumentava Capistrano, pela incapacidade "de ter uma intuição de conjunto, imprimir-lhe o selo da intenção e mostrar a convergência das partes" (ABREU, 1975, p. 140). No entanto, como investigador incansável, tornara tangíveis, pela primeira vez, as marcas do passado nacional, apresentando uma "massa ciclópica de materiais acumulados" (ABREU, 1975,

³ O *Necrológio*, além de publicado no *Jornal do Comércio*, em 16 e 20 de dezembro de 1878, foi reproduzido em *Apenso à 4ª edição da História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo 1º.

⁴ O primeiro volume da *Historia Geral do Brasil* fora publicado em Madrid em 1854. A segunda edição, datada de 1877, seria publicada em Viena, um ano antes da morte do Visconde de Porto Seguro. Cf. CEZAR, 2002, pp. 539-566.

⁵ Para José Honório Rodrigues, tanto o *Necrológio* quanto o ensaio de 1882, ambos de Capistrano, marcariam a reabilitação de Varnhagen, até então pouco reconhecido pelos letrados brasileiros do Oitocentos, sobretudo dentro do IHGB, cf. (RODRIGUES, 1953, pp. 120-121).

p. 87) e, por esta singularidade, deveria ser reverenciado por suas contribuições à historiografia nacional.

Em 1882, no artigo *Sobre o Visconde de Porto Seguro*,⁶ Capistrano voltaria a destacar as suas importantes descobertas, sobretudo aquelas relativas às fontes documentais para o estudo do primeiro século de nossa história em detrimento dos períodos seguintes. A despeito das suas deficiências no estudo dos tempos coloniais, um mérito lhe era devido: não existia, naquele momento, obra alguma que pudesse ser equiparada à *História Geral*. Para Capistrano, confirmavam-se os prognósticos do maranhense João Francisco Lisboa de que uma história do Brasil, depois de Varnhagen, não seria escrita tão cedo: “as palavras de Timon vão se verificando; o trabalho é muito grande, as dificuldades não são pequenas...” (ABREU, 1975, p. 136). Pois, para se escrever uma história do Brasil melhor do que a do Visconde de Porto Seguro, concluía, seriam necessários o adiantamento e a acumulação dos estudos históricos, como se cada monografia servisse de “pedra para o monumento”. Somente quando muitos desses trabalhos estivessem terminados e reunidos, Varnhagen desceria de seu pedestal. Até lá, restava reconhecê-lo como predecessor legítimo da historiografia brasileira. Com efeito, ao atribuir-lhe um tal lugar, tratava-se de mantê-lo à parte, como um historiador a ser evocado, mas também criticamente examinado. Por sua vez, a condição de marco fundador, atribuída à sua *História Geral*, a convertia em cânone historiográfico e também objeto de possíveis acréscimos e necessárias retificações.

No início do ano de 1900, encarregado pela Livraria Laemmert da terceira edição revista da obra, Capistrano anunciaria a Guilherme Studart: “Já comecei a impressão e espero dar o primeiro volume até maio: ao todo hão de ser três” (RODRIGUES, 1977a, p. 149). Solicitava ao amigo que remetesse documentos que o auxiliassem na revisão.⁷ Naquele momento, finalizava a publicação crítica e a atribuição de autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* e redigia uma memória para o livro comemorativo do 4º centenário do Descobrimento.⁸ Na nova tarefa, combinavam-se o desafio e a oportunidade para a materialização de seu acalentado projeto de escrita da história do Brasil. “Pretendo acompanhar cada volume do Varnhagen de uma introdução de cem páginas, fazendo a síntese do período correspondente. Se levar isto a cabo, fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da História do Brasil, um volume de formato de um romance francês” (RODRIGUES, 1977a, p. 162).

Contudo, diferentemente do que planejaram Capistrano e os seus editores, o trabalho de revisão do primeiro tomo da *História Geral* prolongar-se-ia até o final de 1906, marcado por constantes adiamentos. No decurso desse período,

⁶ Publicado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 1882 na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro e reproduzido como *Apenso à História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo III, 3ª edição.

⁷ O Barão de Studart (1856-1938) foi autor de bibliografias, livros de referência e catálogos de fontes e, segundo consta em RODRIGUES, 1978, pp. 97-98, possuía uma coleção particular que compreendia 1.333 documentos.

⁸ Sobre o trabalho de Capistrano na atribuição de autoria dos *Diálogos das grandezas do Brasil* a Ambrósio Fernandes Brandão, cf. RODRIGUES, 1978, pp. 361-362.

os impasses do processo seriam relatados pelo próprio historiador em cartas datadas de 1902, 1903 e 1904, respectivamente:

O primeiro dos três volumes devia ter saído à luz, mesmo o segundo e até o terceiro. Do atraso a culpa, em parte, mas só em parte, foi minha; agora, porém, o editor quer pressa, e creio que antes do fim do ano a parte que alcança até a conquista do Maranhão aos franceses será publicada. (RODRIGUES, 1977a, p. 153)

Dou-lhe a agradável notícia que espero pôr para fora até o fim do ano o 1º volume de Varnhagen. Tem-me dado um trabalhão; ele é muito mais descuidado e inexato do que pensava a princípio: basta ver a cambulhada que fez de Francisco Caldeira e Alexandre de Moura. Toda a expedição do Maranhão precisa ser escrita de novo [...] (RODRIGUES, 1977a, p. 162).

Estou às voltas com a edição de Varnhagen e espero publicar até o fim do ano [1904] o primeiro volume, que chegará até a conquista do Maranhão. Tem me dado muito mais trabalho do que pensava: o autor é de um descuido que se parece bastante com relaxamento. Pensava eu a princípio que os documentos examinados por ele não precisassem de novo exame, e que eu só tivesse que aproveitar novas monografias ou o material que ele não conhecia. Triste ilusão! (RODRIGUES, 1977c, p. 360).

91 A anunciada publicação do primeiro volume em 1904 tampouco se consumaria. A demora na consecução do trabalho justificava-se, em grande medida, pelo árduo e minucioso procedimento de corroboração das fontes, a “massa ciclópica de materiais” sobre as quais o Visconde de Porto Seguro erigira a sua *História Geral*. Para tanto, Capistrano continuaria a recorrer à solicitude dos amigos para o acesso à documentação dos arquivos portugueses com a qual esperava não apenas apurar as informações fornecidas por seu predecessor, mas também lhe acrescentar “fatos novos”. Tal propósito o faria insistir veementemente na obtenção da “justificação de Mem de Sá”, existente na Torre do Tombo. E, nesse caso, a correspondência do historiador oferece pistas importantes que apontam para a centralidade imperiosa da fonte documental no percurso da sua operação historiográfica.

Em maio de 1901, Capistrano requereria ao compadre Francisco Ramos Paz que lhe remetesse de Lisboa cópia do documento não referenciado na *História Geral* e ainda pouco conhecido no Brasil: “Nas anotações ao Varnhagen já estou me aproximando deste período e desejaria aproveitar-me dele, que deve conter muita novidade”.⁹ Ele voltaria a reiterar a premência da solicitação em outubro de 1902: “Vai este bilhete só para avisá-lo de que até agora não me chegou às mãos a encantada justificação de Mem de Sá. [...] Tem-me feito falta enorme; demorei a anotação de Varnhagen por causa dela” (RODRIGUES, 1977a, p. 14). Em agosto de 1904, prestes a recebê-la, reafirma a expectativa

⁹ “Disse Eduardo Prado que num trabalho de Sousa Viterbo sobre trabalhos marítimos dos portugueses, que ainda não vi e provavelmente não existe aqui, dá-se notícia de uma justificação dos serviços de Mem de Sá, existente na Torre do Tombo. Peço-lhe o obséquio de me mandar extrair cópia deste documento, já em forma de poder imprimir, e enviar-me com a maior brevidade”. (RODRIGUES, 1977a, p. 13).

das informações inéditas que a fonte poderia revelar: “Pode imaginar a impaciência com que espero a justificação de Mem de Sá: quanta novidade não há de conter! Apenas chegue, tratarei de imprimi-la nos *Anais da Biblioteca* [...]” (RODRIGUES, 1977a, p. 15). Por fim, em posse da documentação, julgava possível adicionar dados e preencher as lacunas dos capítulos relativos ao governador-geral:

[...] recebi a última parte da justificação de Mem de Sá e conheço já a maior parte do conteúdo. Contém grandes novidades sobre a primeira e terceira expedições do Rio de Janeiro, e agora ficam explicadas certas alusões de uma carta do Governador e de Nóbrega. Dá diversas particularidades sobre a viagem, até agora mal conhecidas, de Lisboa para a Bahia. Finalmente fixa certas datas e revela certos fatos de todo ignorados. Em suma, é documento muito importante, que completa outros. (RODRIGUES, 1977a, p. 19).

A justificação de Mem de Sá seria utilizada amplamente por Capistrano na elaboração das notas de rodapé e, sobretudo dos numerosos e extensos apêndices ao primeiro tomo da *História Geral*.¹⁰ Os documentos relativos à administração do governador-geral, citado como *Instrumento dos serviços*, serviriam para adicionar pormenores factuais à narrativa varnhageniana. Exemplo desse tipo de anotação encontra-se já no início da seção XVIII, subscrita a uma assertiva lacônica de Varnhagen acerca da nomeação de Mem de Sá. Diz o Visconde de Porto Seguro, no corpo do texto: “Foi nomeado em 23 de julho de 1556, por três anos, com os mesmos vencimentos e poderes que o seu predecessor” (VARNHAGEN, 1927, p. 378). Em nota de pé página introduzida ao final desta afirmação, Capistrano acrescenta-lhe dados mais precisos sobre a partida do governador para o Brasil, ao mesmo tempo em que se vale do testemunho de um “companheiro de viagem”, também transcrito do *Instrumento*, para o detalhamento da travessia até a chegada à Bahia.

O uso de uma fonte não referenciada por Varnhagen, representava um ganho significativo no intento de “quebrar” os seus “quadros de ferro”. Afinal, para Capistrano, a crítica e a corroboração documental constituíam o cerne de suas atividades de historiador, o que o levaria a sustentar, já no final da vida, que “no Brasil nós não precisamos de história, precisamos de documentos” (RODRIGUES, 1977b, p. 165).¹¹ Nesse sentido, a revisão da obra do Visconde de Porto Seguro assentava-se não somente nas retificações a serem feitas ao seu relato, mas nas “descobertas” possíveis a lhes serem acrescentadas mediante o absoluto *poder de veto* concedido às fontes.¹²

¹⁰ Nas seções XVIII, XIX e XX, contabiliza-se um total de 64 notas de rodapé e 21 notas explicativas anexas subscritas por Capistrano. Cf. VARNHAGEN, 1927, pp. 377-455.

¹¹ Os procedimentos de crítica documental podiam, muitas vezes, aparecer diretamente explicitados nos textos de Capistrano. A esse respeito, Ricardo Benzaquen de Araújo foi quem apontou para a “forma pouco narrativa”, próxima a uma “peça judiciária”, de elaboração da tese *O Descobrimento do Brasil* (1883), apresentada no concurso para o Colégio D. Pedro II. Cf. (ARAÚJO, 1988, pp. 28-54).

¹² Sobre o “poder de veto das fontes”, cf. (KOSELLECK, 2006, p. 188) e (RÜSEN, 2007, pp. 125-126).

Acabei com a parte de Varnhagen relativa a Mem de Sá. A justificativa serviu-me muito. E com que mágoa vou meter-me agora no período de 1572 a 1602, sem poder consultar os documentos citados por Varnhagen e ainda não publicados. Apenas disponho de três documentos inéditos, mandados ainda pelo Lino de Assunção. (RODRIGUES, 1977a, p. 26).

O trabalho de reedição da *História Geral* pressupunha, portanto, que a própria obra monumental do Visconde de Porto Seguro fosse perscrutada como um documento. Com o reconhecimento de sua condição de incompletude, o texto historiográfico tornava-se suscetível a correções, acréscimos e reinscrições. Na intenção de narrar uma história verdadeira sobre o Brasil, Varnhagen o fizera tanto quanto lhe fora possível. Com efeito, Capistrano não hesitara em atribuir-lhe o epíteto de “desbravador” por ter cumprido um papel inaugural na escrita dessa história (ABREU, 1975, p. 139). Tratava-se, pois, não tanto de contestá-lo, mas de seguir o rastro de suas numerosas fontes, certificar-lhes a procedência, confrontá-las com outros testemunhos, de modo a *retificar*, ou seja, tornar mais exata e menos incompleta a sua narrativa. Com este propósito, Capistrano se lançara à revisão de Varnhagen, uma tarefa que, em suas operações fundamentais, não se diferenciava daquela empreendida na edição da *História do Brasil* (1627) de Frei Vicente do Salvador.¹³ Tal como para a obra do frade baiano, na edição crítica da *História Geral*, as numerosas notas subscritas e anexas ao texto produzem o efeito de uma conversação entre os dois historiadores.¹⁴ Entretanto, esse colóquio não se efetiva sem que nele intervenham outras vozes – as inúmeras citações bibliográficas e documentais – que, por sua vez, acentuam a forma *duplicada* do relato historiográfico, funcionando como “um suporte empírico para as histórias narradas e aos argumentos apresentados” (GRAFTON, 1996, p. 7).

Os planos de Capistrano de preceder cada volume de Varnhagen com a síntese do período correspondente não se efetivaram e as suas anotações à obra ficariam circunscritas ao primeiro tomo (até a seção XXIII). Um incêndio nas oficinas da Companhia Tipográfica do Brasil destruiria quase todos os exemplares dessa impressão parcial em 1907. O trabalho seria concluído por Rodolfo Garcia, autor do prefácio e das notas adicionais à terceira edição integral publicada em 1927, que serviria de modelo para as publicações posteriores.

A história em capítulos

Os *Capítulos de História Colonial* tornaram-se a obra mais conhecida e referenciada de Capistrano, não obstante os méritos de *Caminhos antigos e o*

¹³ A primeira edição crítica e integral da *História do Brasil* de Frei Vicente foi publicada em 1889, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, com prefácio de Capistrano. Analiso esse trabalho em (OLIVEIRA, 2006, pp. 216-239).

¹⁴ Sirvo-me aqui da imagem sugerida por Anthony Grafton: “Somente o uso das notas de pé de página autoriza o historiador a fazer de seus textos, não apenas monólogos, mas conversações nas quais os eruditos que lhe são contemporâneos, bem como os seus predecessores e sucessores, podem tomar parte”. (GRAFTON, 1998, p. 176).

povoamento do Brasil, das monografias sobre o *Descobrimento do Brasil* e das importantes anotações críticas como os da *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*. Nas biobibliografias do historiador, a publicação em 1907, simultaneamente à edição revista da *História Geral* de Varnhagen, marcaria uma espécie de coroamento do trabalho de toda uma existência. (VIANNA, 1999).

O esboço histórico, encomendado a Capistrano pelo Centro Industrial do Brasil dois anos antes, deveria servir de introdução a uma série de publicações destinadas à propaganda do país no exterior. Em sua primeira impressão, apareceria como *Breves traços da História do Brasil*. O título definitivo, circunscrito ao período colonial, surgiria apenas em separata a essa primeira publicação (CARMO, 1942, pp. 55-56). Os *Capítulos* nasceram, portanto, como uma narrativa acerca do passado da nação, com vistas à projeção das suas potencialidades futuras.

José Veríssimo seria o autor do comentário paradigmático que definiria a obra como “a síntese mais completa, mais engenhosa, mais perfeita e mais exata que poderíamos desejar da nossa evolução histórica” (apud RODRIGUES, 1963, p. 27). Entretanto, sobre a sua publicação, persistiria um paradoxo: o texto desprovido do aparato distintivo da moderna operação historiográfica, a saber, as referências bibliográficas e documentais. A explicação usual para essa falta apoiou-se nas condições que delimitaram a sua gênese. A pressa da encomenda, o prazo exíguo para a elaboração e o limite de páginas imposto pelo editor teriam impedido Capistrano de cumprir a obrigação que ele próprio tantas vezes cobrara de seus companheiros de ofício. Esses são os argumentos, por exemplo, de José Honório Rodrigues, que justificaria assim as ausências de citações e notas: “a rapidez com que teve de elaborar em um ano os *Capítulos* e especialmente o limite de 120 páginas imposto pelo editor [...] o impediram de cumprir uma obrigação a que se sentia consciente e moralmente ligado” (1963, pp. 3-4).¹⁵

Recentemente, Ilmar Rohloff de Mattos (2005) questionou a validade dessa hipótese como razão explicativa convincente para o modo de escrita dos *Capítulos*. O tempo curto e as dimensões impostas para a composição do trabalho, de fato, não permitiriam a materialização da história do Brasil tal como fora idealizada pelo historiador. Todavia, em muitos momentos da sua elaboração, Capistrano servir-se-ia de material já previamente redigido, como a série de artigos intitulados “História pátria”, publicados na revista *Kosmos* em 1905.¹⁶ Por conseguinte, não haveria maiores dificuldades para a citação dos documentos e da bibliografia utilizada. A ausência de notas poderia ser justificada, talvez, pelo público de leitores mais amplo a que a obra se destinava. Sem deixar

¹⁵ Não por acaso, José Honório foi o responsável pela 4ª edição da obra, em 1953, em que acrescenta notas ao final do texto, visando registrar alterações ocorridas nas edições anteriores, mas, sobretudo “dar a procedência das citações” de Capistrano.

¹⁶ Daniel Pereira, em sua análise sobre a elaboração dos *Capítulos*, demonstra como neles existem reproduções quase integrais de passagens da introdução escrita por Capistrano para a edição dos *Diálogos das grandezas do Brasil*. (PEREIRA, 2002, pp. 151-157).

de ponderar ainda sobre a notória relutância de Capistrano à prática da escrita, Mattos entende que a forma com que os *Capítulos* foram redigidos representaria muito provavelmente uma opção.

Ora, mesmo que a consideremos condicionada por essa série de circunstâncias, a síntese histórica capistraniana apóia-se em um despojamento mais radical que não se restringe tão somente à omissão das citações. Sobre esse aspecto específico, Paulo Prado, seu discípulo e contemporâneo, notaria que, nos últimos escritos, Capistrano chegara “à perfeição de extrema brevidade e singeleza, contraída numa sintaxe sem artigos, sem verbos auxiliares, despojada de adjetivos redundantes” (apud VIANNA, 1999, p. xli). Com efeito, uma prosa enxuta e quase telegráfica marca inúmeras passagens dos *Capítulos* como, por exemplo, a frase que encerra o terceiro deles, que trata das expedições dos primeiros exploradores: “Pau-brasil, papagaios, escravos, mestiços, condensam a obra das primeiras décadas” (ABREU, 1963, p. 56). Ou ainda a célebre sentença, a um só tempo concisa e eloqüente, com que Capistrano conclui o balanço de três séculos de colonização:

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos. (ABREU, 1963, p. 228).

95

Para além das questões de estilo e dos condicionamentos da sua redação, a qualificação dos *Capítulos* como obra de síntese pressupõe que eles sejam reconhecidos como relato histórico cuja credibilidade prescinde da apresentação de provas por meio de notas de pé de página e apêndices documentais. O que, de imediato, poderia ser tomado como uma transgressão à regra fundamental da prática historiadora moderna, no caso de Capistrano, serviu para demarcar um novo regime de escrita para a história do Brasil. Isso porque, a despeito da ausência do aparato documental, os *Capítulos* não deixariam de ser reverenciados por suas características genuinamente historiográficas, como texto *pleno*, dotado de coerência própria, *saturado* de fatos precisos e marcas de historicidade.¹⁷ Estes traços distintivos da obra histórica remetem, por sua vez, ao problema da construção de sua escrita, quando o historiador transita do trabalho investigativo à elaboração textual. Não por acaso, a relutância declarada de Capistrano a “pegar na pena”, o pouco gosto por escrever, contribuíram para que ele revestisse esse momento da operação historiográfica de uma particular dramaticidade. A obrigação de colocar “o último ponto” em seu esboço histórico, longe de provocar a satisfação da tarefa cumprida, aguçava-lhe a percepção de suas lacunas. Prestes a revisar as provas da primeira impressão da obra,

¹⁷ A noção de “marcas de historicidade” refere-se aos elementos e dispositivos do texto histórico que remetem o leitor para fora desse texto, para uma realidade exterior à própria narração, assinalando, assim, que o relato historiográfico não pretende ser suficiente em si mesmo. (POMIAN, 1999, p. 31 et seq). Sobre a idéia de texto histórico como *texto pleno* e *saturado*, cf. (PROST, 1996, pp. 265-266).

lamentava-se pela não inclusão de certos temas: “E as sesmarias do Rio Grande do Norte? E a memória de João Pereira Caldas sobre a conveniência de reunir Ceará e Piauí? [...]. Vou já agora tratar da continuação e da monografia sobre o comércio. Como vês, trabalho não falta” (RODRIGUES, 1977a, p. 178). O esgotamento do prazo para a entrega do texto condicionou a delimitação cronológica do texto que, projetado originalmente para se estender até os tempos da República, ficaria circunscrito ao período colonial. “Agora tenho de passar ao século XIX. Conheço-o pouco e mal. Creio que não entrará no livro de Vieira Souto, porque não pode esperar, já esperou demais” (RODRIGUES, 1977a, p. 178).

Após o término dos *Capítulos*, Capistrano confessava que sentia “minguada a capacidade para trabalhar”, enquanto que “escrever torna[va]-se cada vez mais difícil e mais penoso” (RODRIGUES, 1977a, p. 178). O dever da escrita e todo o fechamento que o espaço textual impõe à pesquisa histórica apresenta-se como um trabalho penoso para o historiador porque pressupõe uma *inversão* do próprio princípio da prática de investigação – esta movida sempre pela falta e limitações impostas pelos documentos, e aquela pela premência da elaboração de um sentido (CERTEAU, 1975, pp. 120-121). Nas palavras de Antoine Prost, “o pesquisador vai de lacuna em lacuna, sempre insatisfeito e cada vez mais consciente de sua ignorância. Ele não pode fechar um dossiê sem abrir muitos outros. Daí a dificuldade de passar da pesquisa à escritura, e a insatisfação do historiador diante do livro acabado” (PROST, 1996, p. 265).

Durante o ano em que se dedicou intensivamente à elaboração do texto encomendado, além da imposição do prazo a ser cumprido, Capistrano enfrentava o desafio de compor uma narrativa histórica completa, mesmo sendo reconhecidas a precariedade e a insuficiência das fontes para o estudo do passado colonial.

Estou às voltas com o trabalho para o livro do Vieira Souto, ainda não impresso por minha culpa. Já escrevi a guerra holandesa; hoje pretendo liquidar os bandeirantes. Calculo cento e cinqüenta páginas para o período colonial. As lacunas são muitas, mas isto é minha menor preocupação. Levantados os andaimes, saberei melhorar o tujupar. (RODRIGUES, 1977a, p. 176).

O fechamento do texto historiográfico, com as exigências de estrutura e coesão que o discurso impõe à pesquisa, não implica que sejam sonegadas ao leitor, questões a que o historiador não conseguiu responder. Ao contrário, a exposição histórica, se por um lado, deve se apresentar saturada de dados precisos, por outro, exige que essas faltas sejam por ele cuidadosamente demarcadas. Nos *Capítulos*, tornar-se-iam conhecidas as referências diretas de Capistrano às lacunas da documentação: “Faltam documentos para escrever a história das bandeiras...” (ABREU, 1963, p. 123). Da mesma forma, não deixaria de assinalar a necessidade do aprofundamento de temas históricos específicos: “Uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso quem quiser escrever a do Brasil” (ABREU, 1963, p. 123).¹⁸

Ciente das suas deficiências, no mesmo ano em que eram publicados os *Capítulos*, Capistrano anuncia a revisão e uma segunda edição ampliada do texto (RODRIGUES, 1977a, p. 180). O plano não se concretizaria, embora ele voltasse a cogitar do assunto nos anos seguintes. Assim, em 1916, dizia-se “afrontado para entregar os originais do 1º volume de Varnhagen”, esperançoso por terminar as notas e “trabalhar com muito mais afinco na revisão de [seus] meus *Capítulos*, simultaneamente” (RODRIGUES, 1977b, p. 20). Retomava a incumbência da edição anotada da *História Geral* “porque com os documentos mais ou menos conhecidos não se pode fazer obra inteiramente nova, e a de Varnhagen, revista com cuidado, pode atravessar este período de transição. Além disso, o trabalho não estorva, antes fomenta a edição de meus *Capítulos de História Colonial*, em que ultimamente tenho pensado” (RODRIGUES, 1977b, p. 12). Dois anos depois, confessava a João Lúcio Azevedo: “A idéia de nova edição dos *Capítulos* ora me atrai, ora me repele. Precisaria, para que atraísse, encontrar documentos relativos à região entre o S. Francisco e o Parnaíba, aonde acho que está o nó de nossa história” (RODRIGUES, 1977b, p. 82).

97

Do que foi exposto até aqui, destaca-se a articulação entre o empenho diligente de Capistrano na investigação de novas fontes para a escrita da história e o seu trabalho incansável de anotação e edição crítica das obras historiográficas de seus predecessores. Nesse caso, a fórmula cara aos historiadores do século XIX, bem poderia ser acrescida de uma sutil variação: *a história se faz*, mas também *se reescreve, com documentos*. Submetida a essa demarcação epistemológica, a escrita histórica permanece regulada pelas práticas e procedimentos de investigação dos quais resulta e que lhe servem de justificação. As relações, a um só tempo, de diferença e imbricação mútua entre a intenção de verdade e validação do método histórico e as coerções da escrita, tornariam mais visíveis os impasses da construção historiográfica. A par disso, os *Capítulos* de Capistrano, na medida em que despontam como uma tentativa bem sucedida de síntese histórica, também assinalam o inacabamento manifesto das suas pretensões.

A resistência do historiador a “pegar na pena” e os constantes adiamentos na elaboração de sua história do Brasil, também poderiam ser entendidos como manifestação do dilema da moderna disciplina histórica que, não obstante os esforços em se distanciar dos domínios da retórica em favor da argumentação discursiva, não a desobrigavam de enfrentar a questão da *forma* de narração e representação do passado.¹⁹

¹⁸ Em 1916, continuaria a defender a importância do tema: “Eu tenho conseguido, com muito esforço, colocar-me no ponto de vista jesuítico; enquanto um da Companhia não escrever seus fastos brasileiros, minha atitude é a do geógrafo consciencioso que deixa em branco os terrenos desconhecidos...”. (RODRIGUES, 1977b, p. 14).

¹⁹ Jörn Rüsen refere-se a um “processo de anti-retórica” que corresponderia às novas formas discursivas de apresentação do conhecimento histórico, quando este se transforma em ciência. Cf. (RÜSEN, 2007, pp. 16-17). Para os desdobramentos dessa questão no caso da historiografia francesa, cf. (HARTOG, 2003, pp. 127-131).

Como, então, proceder à elaboração desse saber que se ambicionava científico, sancionado pela crítica metódica de documentos e testemunhos?

No contexto historiográfico oitocentista brasileiro, uma das respostas possíveis talvez estivesse na *história em capítulos* de Capistrano. Ela corresponderia, enfim, à instauração de um regime de escrita cujos dispositivos de credibilidade não se encontrariam tão somente na explicitação do aparato documental utilizado pelo historiador, mas na coerência explicativa própria do texto que ele elaborou. Não fora precisamente tal unidade de sentido ou “uma intuição do conjunto” que Capistrano apontara como a deficiência maior da *História Geral* de Varnhagen? Em sua edição original, os *Capítulos de História Colonial* não apresentaram as marcas que configuram o discurso historiográfico moderno – o aspecto textual *folheado* de citações ou a narrativa histórica *duplicada* pelas notas de pé de página (GRAFTON, 1998). A ausência desses traços, contudo, nunca colocaria em xeque o seu valor como obra histórica, nem tampouco subtrairia o mérito e a autoridade do autor.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In **Ensaios e Estudos: crítica e história. 1ª série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, pp. 81-91.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In **Ensaios e Estudos: crítica e história. 1ª série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, pp. 131-147.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 28-54.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu. Tentativa biobibliográfica**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

CARMO, José Arimatéia Pinto do. **Bibliografia de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1975.

CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX^e siècle**. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen. Paris: EHESS, 2002. 2 vols. Tese de Doutorado.

GRAFTON, Anthony. **Les origines tragiques de l'erudition**. Une histoire de la note en bas de page. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

HARTOG, François. **O século XIX e a história**. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HAUSER, Henri. Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil. **Revue Historique**. Paris, Tomo CLXXXI, janeiro-março, 1937, pp. 89-90.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Capítulos de Capistrano. Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acesso em setembro de 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 216-239.

_____. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/>

PEREIRA, Daniel Mesquita. **Descobrimientos de Capistrano**. A História do Brasil "a grandes traços e largas malhas". Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002. Tese de doutorado. <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acesso em setembro de 2008.

POMIAN, Krzysztof. **Sur l'histoire**. Paris: Gallimard, 1999.

PROST, Antoine. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório (org.). **Correspondência de João Capistrano de Abreu**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977a. Volume 1.

_____.(org.). **Correspondência de João Capistrano de Abreu**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977b. Volume 2.

_____. (org.). **Correspondência de João Capistrano de Abreu**. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977c. Volume 3.

_____. Capistrano e a historiografia brasileira. **RIHGB**, vol. 221, 1953, pp. 120-138.

_____. Introdução. In ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5ª ed. Brasília: Editora UnB, 1963, pp. ix-xix.

_____. Explicação. In ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 5ª ed. Brasília: Editora UnB, 1963, pp. 3-28.

_____. **Teoria da história do Brasil**. *Introdução metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora UnB, 2007.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 3ª/4ª ed anotada por João Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1927-1928. 5 volumes.

VIANNA, Hélio. Ensaio biobibliográfico. In ABREU, J. C. **O descobrimento do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. vii-xxvii.

Artigos
articles

O General Marshall em Princeton, Tucídides na Guerra Fria*

General Marshall in Princeton, Thucydides in the Cold War

Francisco Murari Pires

Professor Adjunto

Universidade de São Paulo (USP)

murari@usp.br

Av. Itacira 2603 - Planalto Paulista

São Paulo - SP

04061-003

Resumo

Este artigo analisa os apelos aos ensinamentos tucididianos feitos por George C. Marshall, em 1947, e por Laurie Johnson, em inícios da década de 1990. O primeiro, a partir das demandas do *establishment* americano frente às vicissitudes da Guerra Fria, e o segundo reclamando a necessidade de retomar os ensinamentos do saber histórico tucidideano para o melhor entendimento das realidades políticas do mundo contemporâneo. Procura-se demonstrar como as formulações discursivas da academia norte-americana atualizam seus ideários em correspondência com os momentos históricos de ideologia política e com os paradigmas de conhecimento histórico que a eles (cor)respondem.

Palavras-chave

Tucídides; Narrativa historiográfica; Guerra Fria.

Abstract

This paper analyzes appeals to Thucydidian lessons made by George C. Marshall, in 1947, and Laurie Johnson, at the beginning of the 1990's. The first one reacting to the American establishment demands face the vicissitudes of the Cold War, and the second one claiming the necessity of reacquiring Thucydidian lessons to the political realities of contemporary world. It is demonstrated how the United States scholarly discourse has adapted its ideals regarding different moments of the political ideology and historical knowledge paradigms correspondents to these ideologies.

Keyword

Thucydides; Historical narrative; Cold War.

Enviado em: 30/04/2008

Aprovado em: 13/08/2008

* O presente texto integra-se em um horizonte mais amplo de investigações voltado para o acompanhamento histórico dos momentos de (re)memorização da história tucidideana no âmbito da tradição ocidental moderna. As considerações acerca da *Guerra Fria* atendem aqui tão apenas aos termos com que sua *ideologia* é vislumbrada como sentido histórico por que responde o pronunciamento do General Marshall em Princeton e os discursos subsequentes que intentaram equacionar os dilemas da política externa americana promovendo o diálogo com as elaborações modernas de teores ou doutrínarios ou estratégicos que eventualmente se (re)conhecessem na história tucidideana. O estudo não almeja, portanto, instaurar, como sua pretensão de procedimento crítico, ajuizar tal ideário por algum padrão acadêmico de (in)correção historiográfica que afira a (in)consistência "anacrônica" versus "diacrônica" de suas projeções de paralelismos históricos (ambição de juízo historiográfico aliás já contemplada pelo olhar histórico constituído justo no momento de crise e dissolução da Guerra Fria, de que os artigos de W. Robert Connor citados na bibliografia dão emblemático testemunho), mas antes delinear os avatares desses ideários em correspondência com os momentos históricos de ideologia política e associados paradigmas de conhecimento histórico a que eles (cor)respondem.

No imediato pós-guerra, entre 1945 e 1946, os desejos do povo americano eram todos no sentido de que seus filhos logo retornassem para casa, aspiração esta conformada em pressão latente no sentido da desmobilização de suas tropas ainda acantonadas no exterior. Tais apelos populares, mais imediatos e naturais, conjugavam-se com os reclamos de uma retomada da tradicional política americana, descortinada desde o tempo dos pais fundadores da Nação, especialmente George Washington e Thomas Jefferson, de que os Estados Unidos da América se abstivessem de envolvimento militares nos conflitos europeus, confiando que os princípios e valores civilizatórios da humanidade, corporificados pelos poderes das grandes nações “amantes da paz”, assegurassem a manutenção da ordem mundial.

Ao mesmo tempo, entretanto, começava a aflorar uma atmosfera de medos e aflições de que a paz permanente fosse frágil, com novas ameaças surgindo no horizonte. Em fevereiro de 1946, George F. Kennan, então comissionado junto à Embaixada Americana em Moscou, enviou um relato ao Departamento de Estado em que tecia uma apreciação sobre os modos, de descortinos expansionistas, da política soviética no cenário internacional, pelo que sugeria a urgência de uma reformulação das concepções da política exterior norte-americana, porque agora contemplasse os imperativos reclamados pela situação mundial. Recomendava também a necessidade de que se informasse, explicasse e, pois, conscientizasse o povo americano acerca dos novos perigos que desafiavam os empenhos da nação.

102

A 5 de março de 1946, Moscou anunciava a disposição de não retirar suas tropas do Irã, apesar dos acordos firmados em sentido contrário. Quatro dias mais tarde, em uma palestra ministrada em Fulton (Missouri) na presença do presidente Truman, Winston Churchill expressou claramente a consciência daqueles temores que pairavam no ar: uma “cortina de ferro” avançava, a assinalar “os perigos sombrios do expansionismo soviético porque se frustravam os sonhos mundiais de liberdade”, de tanto maior gravidade quanto se aproveitaria da fraqueza militar dos estados europeus.¹

As recomendações por uma nova política exterior americana, expressamente sugeridas por Kennan quanto também advertidas por Churchill em 1946, se concretizariam mais efetivamente no ano seguinte, 1947.

A 21 de fevereiro de 1947, George Catlett Marshall, então há apenas um mês no cargo de Secretário de Estado, dirigiu-se para Princeton onde pronunciaria uma palestra no dia seguinte, sábado, 22 de fevereiro: data altamente significativa, comemoração do aniversário de nascimento de George Washington.

O general Marshall contava 66 anos (nascido em 31 de dezembro de 1880). Vivenciara os conflitos das duas Grandes Guerras. Diante do velho General, ali em Princeton, a nova geração de americanos. Os elos entre passado e presente assim duplamente se atualizavam ao ensejo daquele discurso

¹ Pelos descortinos desse olhar Louis Halle memorizou, pelo ano de 1965, os passos iniciais do advento da Guerra Fria. Confirmam-se: *Civilization and Foreign Policy* (1955) e *The Cold War as History* (1967).

comemorativo, tanto pelos nexos mais imediatos de transmissão de conhecimentos e experiência da geração mais velha para a mais nova, quanto pelos nexos historicamente mais profundos de rememoração dos modelos dos pais fundadores da nação, sobrepostos a todos.

O presente, pelas urgências de sua gravidade atual, impõe a questão a ser refletida: a segurança da nação. Tanto mais grave porque assim paradoxalmente circunscrita por contexto de retomada da paz, em que a nação americana ainda se assegurava dos frutos de sua vitória militar. Em tempo de guerra, segurança nacional não se coloca propriamente como questão, mas antes, sim, como ensinamento de sua resolução imediata e intrínseca em termos unicamente de ação militar mesma, apenas consubstanciada por determinação geral de coesão e solidariedade nacional. O espírito de dedicação cívica, que inerentemente mobiliza a união bélica, funda a segurança da nação (MARSHALL 1947, p. 390-1).

Lição primeira, portanto, que a experiência da Guerra Mundial mais recente, a II do século XX, vivida pelo velho General, já incutia em seus jovens ouvintes. Pois, a ilusão constitui o perigo mais alarmente! A questão da segurança nacional não se restringe a sacrifícios de tempo de guerra, não termina com a consumação da vitória. É natural que todos então relaxem as tensões e desanuviem as inquietações com os destinos da nação, e retornem à normalidade tranquila de seus afazeres e lazeres habituais mais imediatos. O perigo reside em perder, por essa imersão total nos horizontes locais da vida quotidiana, a consciência das questões de relações internacionais que o mundo contemporâneo coloca a todas as nações, especialmente cruciais porque respeitam a uma paz mundial antes periclitante, tanto mais graves para a América pelas responsabilidades históricas que então a envolvem.

O presente do imediato pós-guerra configura a face do destino que a história disponibilizou para os Estados Unidos da América, apontando a missão que chama o país no cenário internacional: a liderança que assegura a ordem pacífica, promove a prosperidade econômica, e consolida a democracia no mundo. Essa é a missão que o presente dispõe para os Estados Unidos, especialmente implicando o futuro de suas novas gerações. Já o passado, a história, disponibiliza os ensinamentos por que devem então eles, os jovens americanos, orientar sua realização e cumprimento.

A experiência retrospectiva do velho General descortina, para a nova geração, uma primeira lição histórica, recuando ao período entre-guerras, agora advertindo contra os erros cometidos, pela velha, após a Primeira. Por não terem devidamente valorizado as lições da história tiradas da Primeira Guerra, que conscientizavam o imperativo de preservação da paz por política ativa de manutenção da ordem mundial, os Estados Unidos da América foram também responsáveis pelas tragédias da Segunda, recém-findas. No trânsito, pois, por que a América passa da Primeira pela Segunda Guerra, o velho General recomenda aos jovens americanos que não repitam o mesmo erro, então dando contrapositivamente maior atenção às novas lições que já assimilam o erro

anterior e, portanto, assim o superam.

A plena realização do destino histórico de liderança mundial dos Estados Unidos da América reclama, então, como disposição de princípio, a conscientização e adesão de cada americano ao cumprimento dessa missão. A melhor consolidar tal consciência e dever, o velho General ainda lembra aos jovens os proveitos de mais outros ensinamentos da história, estes vindos de épocas mais longínquas, a alcançar tempos especialmente tucidideanos, todavia, entende ele, ainda bem atuais: "Duvido seriamente que alguém possa hoje em dia pensar sabiamente e com profundas convicções acerca de determinadas questões internacionais básicas que não tenha pelo menos passado mentalmente em revista o período da Guerra do Peloponeso e a queda de Atenas" (MARSHALL 1947, p. 390-1).

104

Na tarde do mesmo dia 21 de fevereiro em que o general Marshall dirigira-se a Princeton, chegaram ao Departamento de Estado, em Washington, duas mensagens do governo britânico, comunicando a total inviabilidade em manter seu esforço de sustentação militar e econômica na Grécia e na Turquia, pelo que anunciava a decisão de retirada para não mais de trinta e oito dias, já antevendo avanços soviéticos pelas áreas mediterrâneas. Era, ajuiza Louis Halle, o fim da *Pax Britânica*, a colocar, para os Estados Unidos da América, renovada missão histórica, por que agora assumissem as responsabilidades pelos destinos da ordem mundial. Já a 12 de março, em mensagem dirigida à *Special Joint Session of the Congress*, o presidente enunciava os termos do que seria a nova orientação da política externa americana, assim consagrada como *Doutrina Truman*.

Junho de 1947, agora por pronunciamento feito em Harvard, George C. Marshall anunciava publicamente as diretrizes por que seguiria a política externa norte-americana, justamente conhecido por *Plano Marshall*. Pelas visitas do Secretário de Estado George Catlett Marshall, ecos de recomendações tucidideanas ressoavam na consciência do mundo acadêmico americano. A partir de então, *Guerra Fria* se conjuga também por *Tucídides*. Se a consideração da atualidade da história de Tucídides é assim lembrada no pronunciamento do General Marshall em termos antes apenas genéricos e alusivos, Louis J. Halle, integrante da equipe de planejamento político do Departamento de Estado por inícios dos anos 1950, reitera aquela sua proposição de forma mais decisiva e insistente. Consagrou tal lembrança por três vezes: primeiro numa Conferência ministrada diante da *The Literary Society of Washington*, a seguir publicada como artigo no *Foreign Service Journal* de agosto de 1952, e por fim reproduzida como Apêndice em sua obra *Civilization and Foreign Policy* de 1955.

Por todo o texto perpassa o acentuado entusiasmo por que Halle valoriza Tucídides. Diz do "excitamento de sua descoberta". Maravilha-se com a constatação da atualidade dos fatos por ele relatados, comportando similitudes progressivamente crescentes com os acontecimentos contemporâneos do século XX: assim já em 1914 com o declínio da era Vitoriana, mais ainda em 1939 com a II Grande Guerra, e sobretudo pela contextualidade histórica do presente

ano de 1952. Aprecia a arte trágica na composição de sua história, sistematicamente marcando suas afinidades com a concepção shakespeariana, por que aprecia a evolução histórica de Atenas pelo paralelo das tramas do destino de Macbeth. Por fim, reitera toda sua admiração por um historiador que não só alia superlativamente as virtuosidades de uma arte narrativa primorosa tanto por reportagem viva quanto por amplitude de visão histórica, como ainda excele em saber perene acerca da natureza humana.

Entusiasmo tão irrestrito que, uma vez aludida alguma anomalia no reconhecimento de sua categorização moderna como historiador, antes se decide por reformular a definição tradicional de história entendida como conhecimento respeitante ao *passado*, assim dando a entender que é antes por *Tucídides*, historiador excepcionalmente virtuoso pelo zelo de imparcialidade no tratamento dos fatos, que se subordina o ideal do que seja *história* a conceituá-la como *práxis* cognitiva.²

Desde Niebuhr, Humboldt e Ranke, por inícios do século XIX, o projeto de constituição de uma história científica, que respondesse por recomendações de objetividade, privilegiava sua definição como história do passado, para assim instaurar a distância de temporalidade que ensejasse uma sua escrita em perspectiva superior de apreciação dos acontecimentos, já aliviada, por seus procedimentos de análise crítica, das cargas de passionalidade inerentes à sua presentividade. Então, ao publicar em 1967 *The Cold War as History*, Halle arrazoa os fundamentos com que firma sua abordagem historiográfica, assim conjugando as memórias de testemunhos do passado histórico vivenciado com a amplitude da visão presente propiciada pelo recuo da distância. Ora, Tucídides, ao que ajuíza Halle, realizara tal excelência historiográfica, justo porque o descortino de sua percepção e narrativa não se aprisionava pelos parâmetros e limitações que condicionam e restringem as obras dos demais historiadores: na consecução de sua história, passado e futuro se (con)fundem num só presente, de modo que, por suas excepcionais virtudes de inteligência e discernimento, ele dispensa o afastamento próprio da distância temporal, alcançando-o mesmo sem ou contra ela.

Os acontecimentos e processos históricos que, pois, Tucídides presenciara e relatara sobre a Guerra do Peloponeso, século V a.C., Halle reconhecia nos fatos de sua própria vivência, dois milênios depois, *em tempos de imediato*

² “Lord Macaulay afirmou que Tucídides era ‘o maior historiador já existente’ – o que de certo modo é algo curioso, pois Tucídides tratou apenas dos acontecimentos que lhe eram contemporâneos. Foi testemunha de muitos dos acontecimentos narrados em sua obra, tendo participado ativamente de alguns. Hoje em dia o consideraríamos antes um repórter ou jornalista; não o definiríamos como historiador. Spengler, em seu ‘Declínio do Ocidente’ diz que ‘a mestria desse autor consistia em [...] seu poder de tornar vivos e compreensivos em si mesmos os acontecimentos do *presente*’, todavia não o considerando propriamente um historiador no sentido atual. Tucídides, entretanto, é tão eminente historiador que lança descrédito em qualquer definição que não o abranja. Prefiro considerar a história como uma determinada visão ampla das ações humanas, sejam elas passadas, presentes ou futuras; para mim é impossível ler Tucídides sem empolgar-me com sua visão histórica. O que me impressiona como grandeza singular é sua habilidade de projetar uma percepção imparcial sobre um cenário e palco de acontecimentos de que ele próprio participara. E o fez quer retratando seu material tanto em detalhes precisos quanto em perspectiva ampla, compondo-os sincronicamente, sem disparidades ou contradições” (HALLE 1955, p. 262-263; tradução minha).

pós-guerra, porque Estados Unidos da América pós-II Guerra Mundial se identificasse com Atenas pós-Guerras Medas, a atualizar, na trajetória da civilização ocidental, esse singular destino histórico de líderes do mundo livre: "O presente, em que se depara nosso país, assim como Atenas após as Guerras Medas, nos chama a assumir a liderança do mundo livre, dispondo Tucídides virtualmente a nosso lado. Entendo, portanto, ser justo que, mesmo que se tenha lido Tucídides antes da última guerra, quão surpreendente não será descobrir o quanto os acontecimentos de nossa própria época realçam o que ele disse, o como a história por ele escrita se tornou mais vívida e aguda" (HALLE 1955, p. 262).

A consciência dessa similitude entre a situação histórica da Atenas tucidideana e a conjuntura da contemporaneidade mundial de meados do século XX, lembra Halle, fora já apontada em 1939 por Elmer Davis, que justo então também recomendava, a todos que aspirassem compreender as vicissitudes de seu próprio tempo, a urgência da leitura do historiador ateniense, preferível a todos os modernos: "[...] deixe de lado todos os modernos e leia Tucídides [...] jamais alguém escreveu tão bem quanto ele a história de um mundo pacífico e progressista, cujos ideais e cultura estavam séculos à frente de sua organização política, mas que entrou em colapso por erros cometidos. Ninguém se igualou a ele enquanto observador e intérprete da deterioração da natureza humana no decorrer de uma longa, incerta e cada vez mais amarga guerra [...]. A Guerra do Peloponeso tornou-se um modelo em miniatura de todas as guerras entre coalisões, e também, já mais para o fim, de todas as guerras ideológicas [...]. Alguns dos comentários que os corcíreus teceram sobre a neutralidade poderiam ser literalmente incorporados em um discurso que rejeitasse o embargo de armamentos. E o discurso dos coríntios na assembléia de Esparta dariam, em agosto passado, os termos de uma mensagem de Varsóvia a Londres, ou, no ano passado, de Praga a Paris" (HALLE 1955, p. 265).

Assim rememorando os ensinamentos tomados à Guerra do Peloponeso porque Elmer Davis, por inícios da II Guerra, advertira os ingleses e franceses acerca de quais orientações devessem então seguir, Halle, por sua vez, também o faz, agora dirigindo-se aos americanos do pós-guerra, para similarmente mapear em Tucídides quais rumos os conselhos de sua história recomendassem à nação moderna: "Parece-me que desde a II Guerra Tucídides está ainda mais próximo de nós, falando-nos junto a nossos ouvidos. Ele bem pode ser o sábio conselheiro do povo americano" (HALLE 1955, p. 265).

E atualizando a voz do *sábio conselheiro* Tucídides, firmada por antiga experiência histórica, Halle faz ressoar alertas trágicos aos *ouvidos* da América, *nova Atenas*, a advertir contra destinos desastrosos por que homens, de fraca moralidade e ambições imprudentes, perdem e arruinam a nação conduzindo-a por rumos de política leviana ditada por interesses escusos. A história de Atenas espelha exemplo de incisiva contundência. Ela, que ao final das Guerras Medas, era a *maravilha do mundo civilizado por caráter moral e competência política, a primeira democracia liberal* conhecida da história, *devotada à causa da liberdade*

e dos *direitos humanos*, que gozava da *confiança* de todos os gregos que reconheciam sua *liderança*, eis que, como novo *Macbeth*, viu-se seduzida por maus conselheiros, os arvorados *realistas* e *pragmáticos* daquela época, instigadores de *ambições trágicas*, abrindo no corpo da nação estigmas *corruptores* porque a *prosperidade* material e a avidez de *poderio ilimitado* degeneraram as virtudes, de que os proclamas da voz original, assim registrada pela história tucidideana, ganhavam, ecoados por Halle, traduções de retórica mais livremente adaptada: “o que mais alto desejas, não podes tê-lo piedosamente”. Excitado o *apetite de Atenas pelo gosto do poder*, liderança primorosa descaiu por *império despótico*, e os *aliados*, que no princípio regozijavam por *liberdade e independência* preservados, agora ressentiam *revoltosos a subjugação* (HALLE 1955, p. 266-7).

O arrazoado de Halle, ao compor as idéias de sua argumentação em livre trânsito pelas distintas histórias referenciadas – a de Atenas pelo século V, a americana pelo XX, mais o *Macbeth* shakespeariano a figurar seus modos trágicos – assimila suas (ir)realidades históricas, assim (des)entendendo e (des)conhecendo uma pela outra. Atenas aparece então como primeira “democracia liberal”, congênere das modernas, em particular a americana, assim apreciada, ou na ignorância ou à revelia da célebre diferenciação conceitual firmada já por Benjamin Constant por inícios do século XIX. Indiferenciação conceitual por que Halle então diz de Atenas o que Wendell Wilkie diz da América, assim configurando a identidade do princípio virtuoso de seu(s) poder(es), à semelhança também de *Macbeth*. E irrelevância de diferenças de historicidade que então lhe enseja projetar sobre a história ateniense as vozes que soam dizeres contemporâneos, transpondo regressivamente para o destino de Atenas quer a opção de missão histórica que a América do pós-guerra estadeava para si, quer as mazelas de suas tendências de descaimentos “realistas” ou “pragmáticos” atuais. Discurso, pois, homogeneizador a projetar que um destino histórico vale pelo outro, de modo que os desfechos conhecidos do passado ateniense ensejem descortinar a (pre)visão dos apenas virtuais do presente americano. As lições da história, por esse jogo de leituras, transparecem cristalinas a acusar os erros desastrosos dos modos despóticos por que Atenas desviou ruinosamente o glorioso destino histórico de sua liderança no mundo (grego), assim transmutando os afetos solidários de uma aliança igualitária nos ódios adversos de um mundo conluiado contra um império opressivo.

Lições da história grega que então Halle articula mais cerradamente, lembrando os preceitos políticos já conscientizados pelos sábios antigos – assim as vozes de Sólon e de Péricles - que advertiam contra a irreversibilidade da opção pela tirania, jamais remediável (HALLE 1955, p. 267-8). Conjugação de vozes de memórias antigas, todavia, algo estranhas, pois, se as duas primeiras, por Sólon e Péricles, são facilmente reconhecíveis respectivamente nos textos de Plutarco e de Tucídides, já a última soa tons de modernidades dissonantes: “Não devemos deixar que a grande aliança degenere em um império ateniense cercado apenas por satélites e dependentes. Nosso zelo ateniense fundamental

é a preservação e o desenvolvimento da liberdade do povo ateniense, e se viermos a ser nós mesmos os únicos senhores, sem parceiros em igualdade conosco, a corrupção de nossa liberdade – que agora mesmo perde a pureza – é indubitável” (HALLE 1955, p. 267-8).

O mistério, todavia, logo se desfaz, com Halle então identificando a fonte deste seu último lembrete: “Confesso agora ter mudado uma palavra na citação feita, mas apenas uma: coloquei ‘ateniense’ ao invés de ‘americano’. Essa declaração foi feita por Walter Lippman, publicada no Washington Post de 7 de janeiro de 1952” (HALLE 1955, p. 268).

Para o público americano em geral, não necessariamente familiarizado com os teores precisos dos discursos clássicos, o truque textual intentava melhor efeito persuasivo, a ser decantado pelo espanto admirado da similitude das histórias assim comutadas: o que vale para América do século XX pode ser ecoado como voz em Atenas do século V, *mutatis mutandis*. Ecos de renovados ensinamentos históricos, assim regressivamente transpostos para o mundo ateniense, que Halle vai também buscar em outras vozes modernas – o memorando composto em 1907 pelo mandatário supremo do Ministério de Negócios Estrangeiros britânico, Mr. Eyre Crowe – as advertências de lições refletidas então pela experiência do império britânico por fins do XIX a adentrar o XX, as quais reiteravam o credo liberal da ideologia política moderna porque a nação hegemônica fosse no cenário mundial o paladino da independência das nações e liberdade de comércio. Ora, pela nova advertência lembrada por Halle, a inteligência de sua retórica política, como a voz de antigo profeta, faz reviver a catástrofe da história passada como anúncio da futura: se nada mais há a fazer, a não ser lamentar que essa lição britânica alertada por Mr. Cowe não tivesse soado aos ouvidos de Temístocles na Atenas do século V aconselhando-o contra os males do império que assim evitasse o advento da guerra ruinosa, imperdoável seria que os americanos do século XX fossem surdos e igualmente a ignorassem (HALLE 1955, p. 268-9). Os conselhos de advertência conformam, dados os modos da retórica discursiva de Halle, tramas e paradoxalmente invertidas, voltadas do mundo moderno para o antigo, e assim apenas aparente as desdizendo face à sua lamentável inviabilidade ontológica. Retórica, então, tanto mais contundente onde ela se vislumbra viável, do passado para o presente, transferindo e conjugando as respectivas (des)recomendações de experiências imperialistas, britânica moderna contra antiga ateniense, porque se augurasse boa fortuna para a hegemonia mundial americana da segunda metade do século XX. Advertências tanto mais contundentes que, vislumbradas por Halle já em 1952, ainda reverbera a validade de seus ecos pelos anos de 1967, quando os americanos começam, pelas desventuras de sua intervenção na Indochina, a conhecer os estigmas da Guerra do Vietnã.

Em artigo publicado em dezembro de 1964, George Kateb firma clara e decidida apreciação sobre “a imensa utilidade” da história tucidideana: um manual de arte política, um compêndio para a educação de estadistas.³ Uma história que

configura verdadeiro tratado de propedêutica política, repleto de lições disponibilizadas aos estadistas e agentes governamentais futuros, indicando-lhes os preceitos e princípios por que deveriam melhor orientar suas decisões. Ensinamentos de várias ordens. Por um lado, lições respeitantes a observações que, em geral conformadas por um tom de profundo pessimismo, constataam, e assim expõem, as permanências dos modos de ser da natureza humana.⁴ Por outro lado, lições que compõem verdadeiras advertências que acusam a desintegração dos nexos da vida social mais a falência das disposições morais, desencadeadas quando os homens se encontram em situações extremas, então submetidos às violentas tensões e pressões dos tempos de guerra: o que, ele, Tucídides, descreve para a Guerra do Peloponeso, algo sinistramente diz também dos horrores dos campos de concentração na II Guerra Mundial, já descortinando todos os modos (des)humanos de crueldades e aberrações (KATEB 1964, p. 491-3). E, em especial, manual de educação política tanto ainda mais útil dada sua atualidade: similitudes históricas estabelecem um paralelo entre a América do presente e o mundo da Guerra do Peloponeso, ambos dominados por conflitos bélicos entre duas superpotências, de modo que as previsões alicerçadas no conhecimento histórico da guerra passada poderiam ser valiosos para conformar mais sabiamente as orientações por que conduzir os rumos da nação atual: “Na essência da história tucidideana está o conflito de duas grandes potências. E os típicos apuros políticos que coube a Tucídides descrever eram justo aqueles com que poderes de primeiro plano se defrontam [...] de que no centro encontram-se as causas e a condução de uma guerra que se deflagra entre tais potências” (KATEB 1964, p. 494-5).

109

Os ecos modernos da Guerra Fria ressoam pelos recortes dos dizeres da leitura de Tucídides por George Kateb. As declarações proclamadas por Corinto em Esparta compõem todos os teores retóricos da voz política que preceitua o moderno lema da “*guerra preventiva*”, princípio porque se combate inimigo de ambições *expansionistas*, assim ancorando doutrina por fundamentos de (suposta) realidade histórica a persuadir sua (alegada) legitimidade política (KATEB 1964, p. 495). Na postura política de Atenas, Kateb percebe as razões que o realismo político moderno teoriza, em particular a questão da mobilização “agressiva” associada ao princípio da segurança nacional, em que a justificação de iniciativas bélicas alegam o imperativo de defesa antecipada da nação porque temerosa de ameaças expansionistas de outros poderes rivais em um cenário internacional conflitante. Pela leitura de Kateb os ditames da filosofia política de Maquiavel então se conjugam, confundidos, com os decantados pela narrativa historiográfica de Tucídides, assumindo que ambos intentavam, pelos modos diversos de seus respectivos discursos, apontar as diretrizes de convicção histórica

³ Kateb retoma a tese já formulada por John Finley Jr em 1947: “Finley concludes, surely correctly, that ‘the former alternative seems essentially what he had in mind’. In short, ‘readers at any like future period would consequently find his work useful as helping them to understand and even, in very general ways, to predict what was or would presently be happening then’. Thucydides’ History is thus ‘a manual of statecraft’ (KATEB 1964, p. 482).

⁴ “These observations are marked throughout by a very deep pessimism” (KATEB 1964, p. 85).

realista porque se reagem às perplexidades da “power politics”, as quais consagram o primado da política sobre a ética. Os discursos tucidideanos que debatem os dilemas defrontados pelos antigos gregos ao desencadear-se a Guerra do Peloponeso, refletiriam então lições pontuais com que os modernos americanos equacionassem as aflições do presente, tendo plena consciência do imperativo porque as nações jamais devem descuidar os resguardos belicistas que assegurem a preservação da soberania nacional (KATEB 1964, p. 494 e 497).

As lições que o paralelismo histórico entre a Atenas da Guerra do Peloponeso retratada por Tucídides e a América da Guerra Fria assim projeta ensejando vislumbres conscientizadores de uma política previsiva, recomendam a atualização das orientações descortinadas por Péricles, justamente o líder que também delineou, no Discurso Fúnebre, os ideais de qualquer “sociedade democrática ou aberta”. Uma política de firme determinação que não se ilude com os enganos discursivos dos adversários e, portanto, não fragiliza a nação por concessões feitas a seus reclamos. Uma política que, por realismo consciente da natureza das regras do jogo entre centros de poder conflitantes, não compromete as razões imperativas da segurança da nação por desvios de perigosas ingerências de ordem moralista que filósofos propugnam, mas que estadistas não se permitem (KATEB 1964, p. 498-9). Virtuoso de realismo político pericleano, assim plenamente endossado por Tucídides, que perdura na história de Atenas até “aproximadamente quinze anos após o início da Guerra do Peloponeso”, quando Alcibíades fez vingar seu projeto de invasão da Sicília. A história tucidideana passa então, pela apreciação da leitura de George Kateb, a advertir contra a face reversa, negativa, do imperialismo ateniense. Atenas, agora, perde a prudência e a dignidade de sua postura de superpotência, ciente de suas missões e limites, descambando por uma busca desenfreada e cega por poderio (KATEB 1964, p. 501-2).

110

Assim, há um realismo político mais míope, que mera e exclusivamente atende às ambições obsessivas da política de poder, como o realizou historicamente o projeto expansionista de Alcibíades. Já o realismo político mais aprimorado, como o pericleano, se não arrisca a segurança da nação contra os reclamos de moralidade, jamais perde, com isso, o descortino da visão prudente. Pelo que George Kateb conclui suas recomendações finais que estimam a ainda extremada valia dos ensinamentos da história tucidideana: “No discurso de Alcibíades, então, comparece um novo estilo de política na narrativa de Tucídides. Não foi a última vez que um tal estilo se apresentaria no cenário mundial, e ao lermos a seu respeito em Tucídides e sobre suas consequências, ganha-se ampliado conhecimento político. O que justifica plenamente a proclamação por ele feita de que escrevera não para receber o aplauso em seu próprio tempo [...] mas sim compor um bem para sempre” (KATEB 1964, p. 503).

De Louis J. Halle, por 1952 (reverberado em 1967), a Georg Kateb, por 1964, o jogo de vozes que compõem as harmonias ecoadoras do discurso tucidideano desloca seus tons dominantes. Em 1952, a América tinha que refletir

a decisão por que assumiria, como missão de seu destino histórico, os encargos da hegemonia mundial. Agora, em 1964, império americano já em curso, novas lições tucidideanas são solicitadas, especialmente se as vagas e apenas genéricas alusões advertidas por Chateaubriand intrigarem as vicissitudes que levam da Crise dos Mísseis à Guerra do Vietnã. Somos nós, modernos, dá assim a entender Chateaubriand, que corroboramos o valor da história de Tucídides, se bem aprendermos e devidamente seguirmos suas lições! Já Chateaubriand, por inícios do século XIX, assim também o sentenciara.⁵

Em *Thucydides and the Politics of Bipolarity*, datado de 1966, Peter J. Fliess lança sobre o mundo da Guerra do Peloponeso o olhar da Guerra Fria. Logo na abertura do livro, um diálogo de epígrafes sela os avais de autoridades por que se descortina o experimento de uma tal hermenêutica tucidideana. Tucídides, confiante na permanência dos modos da natureza humana, projetara sobre o futuro a atualidade valiosa de sua visão histórica (FLIESS, 1966, p. vi). A Tucídides, Fliess faz (cor)responder Jakob Burckhardt, assim revertendo a direção do olhar da história, por que agora a percepção do presente também ilumina a inteligibilidade do passado (FLIESS, 1966, p. vi). A inesgotável riqueza com que homens excepcionais apreendem em um texto a história de seu tempo reclama séculos de leituras para que se revelem todas as faces das realidades ali condensadas. Imagens do passado, despercebidas pelo trânsito do tempo, ganham consciência histórica quando o presente as (re)atualiza.

Justamente, a Guerra Fria, que o presente americano contemporâneo (meados do século XX) conhece, reaviva a memória do passado grego da Guerra do Peloponeso (século V a.C.) por similares experiências de um mundo bipolarizado: "Há um crescente entendimento de que valiosas lições pragmáticas podem ser aprendidas do estudo das circunstâncias políticas que, embora remotas no tempo, não são diferentes das que nos confrontam no mundo atual. É por esta razão que a grande guerra entre Atenas e Esparta tem recebido renovada atenção nos últimos anos junto a um público que vai bem além dos universitários dos Estudos Clássicos e da História Antiga. A distribuição característica daquela época de poderio internacional entre duas super-potências comporta notável similitude com a bipolarização de poderio que vem se configurando em escala mundial a partir de 1945 e que relegou todas as nações, que não os Estados Unidos e a União Soviética, a um *status* inferior. (...) Comparando-se a conjuntura internacional daquela época com a de agora, deve-se compreender de que análogas posições foram assumidas por Esparta e os Estados Unidos, por um lado, e Atenas e a União Soviética, por outro. É necessário também lembrar as diferenças básicas existentes entre a democracia ateniense do século V e a americana atual. A estrutura interna da concepção liberal representativa é bem diferente daquela antiga de democracia radical" (FLIESS, 1966, p. vii-viii).

111

⁵ *Le génie du christianisme*, Livro III, capítulo 3: "Thucydide retraça avec severité les maux causés par les dissensions politiques, laissant à la postérité des exemples dont elle ne profite jamais" (CHATEAUBRIAND 1978, p. 836).

Pela dialética dos olhares da história, primeiro projetado do passado tucidideano para o presente americano e então revertido no sentido contrário, conforma-se a ciência da política que conjuga suas lições, justo porque uma mesma essência humana atravessa a temporalidade (FLIESS, 1966, p. viii-ix). Pela proposta de Fliess, uma espécie de “boomerang” histórico circula entre o passado e o presente atualizando lições para os perenes desafios com que o homem se depara na história. O olhar que, então, reflete a Guerra do Peloponeso pelo espelho da Guerra Fria, disponibiliza a consciência política que melhor possa vislumbrar o futuro da América.

Todavia, as lições que Tucídides nos ensina, reconhece Fliess, não são nada óbvias. Leituras que almejam situar suas reflexões nos quadros de perspectivas identificadoras consagradas, ou idealismo ou realismo político, provam-se deficientes, antes as manietando, pois, se, em sua história, Tucídides parece, por determinados momentos, sustentar uma ou outra posição, por outros, as solapa.⁶ Sua obra histórica conjuga ciência de realismo político com sabedoria de consciência ética, assim ambivalentemente entrelaçadas em suas apreciações factuais (FLIESS, 1966, p. ix). As lições da história tucidideana, ao que arrazoar Fliess, recomendam, pois, um jogo dialético na condução da práxis política por que poder e moral mutuamente se delimitem. Por um lado, não há que comprometer os imperativos dos destinos do poder em sacrificando a segurança pela moral. Por outro, entretanto, não há também que arruinar a liberdade do comando em sacrificando a racionalidade prudente pelo extravazamento das paixões do poder abusivo. A missão do estadista requer acuidade primorosa de descortino político, capaz de discernir o delicado e tênue limiar que separa necessidade de liberdade na práxis governamental. Ao observar e atender aos reclamos de ambas, a política plenifica racionalidade. Em 1966, os dizeres de Fliess, que notavelmente ressoam similares aos de Morgenthau, reapreciam a contribuição analítica por que a leitura de Tucídides possa aprimorar tal acuidade, especialmente para tempos (modernos) de Guerra Fria.

Pela leitura de Fliess, a Grécia da *Pentecontetia* (re)aparece sob nova face, assim sobrepostos à sua história as questões e os dilemas vigentes nos tempos da Guerra Fria, uma vez traduzida sua semântica histórica quer pelos teores das categorias discursivas quer pelos retratos das ambiências imagéticas modernas (FLIESS, 1966, p. 54-5). Recompostas as cenas da história helênica, o crítico moderno então empreende o exercício analítico que nela apreende o diagnóstico da dialética das determinações que desencadeiam os fatos históricos, especialmente apreciada em termos dos choques em que conflitam os móveis objetivos impostos pela dinâmica da política de poder contra os desígnios subjetivos reclamados pela ética de um humanismo civilizado. O campo da política é assim focado como que cindido entre o domínio da necessidade,

⁶ “The lessons which Thucydides’ *History of the Peloponnesian War* teaches are anything but obvious. They support neither an idealistic nor a consistently realistic position. Thucydides seems to accept the general thesis of the Athenian imperialists that they had no choice but to hold on their empire; yet in specific instances he often seems to condemn their actions” (ix).

por realidade de poder exteriorizada, e o horizonte da liberdade humana, por um leque de opções e alternativas disponíveis.

Assim Fliess interroga a história helênica colocando-lhe o encadeamento de questões que melhor aprecie as lições a dela serem tiradas, especialmente em termos de responsabilização dos agentes humanos envolvidos no processo de decisão política.

Poderia o bipolarismo ter sido evitado, caso os líderes de ambos os estados tivessem agido com mais circunspeção do que o fizeram? Que responsabilidades podem ser imputadas, ou a Esparta ou a Atenas, pela emergência do alinhamento bipolar? (FLIESS, 1966, p. 49-52).

Estruturado o bipolarismo, poderia a guerra ter sido evitada? Que jogo de circunstâncias fez romper o frágil e precário equilíbrio de poder entre as superpotências? Que opções e alternativas tiveram os estadistas de ambos os lados de contornar os impasses adotando políticas de maior sobriedade e espírito conciliatório? (FLIESS, 1966, p. 66-72).

Desencadeada a guerra, que aspectos, faces e obras ela revela, seja por repertório de táticas e estratégias militares empregues seja por panorama de objetivos e procedimentos políticos efetivados? Em especial, que ordem de realidades mobilizou o empreendimento bélico? Os imperativos da política de poder por seus reclamos de segurança nacional e consoante afirmação de supremacia? Ou os princípios de protestos éticos e ideológicos de virtuosidade superior que revestem a guerra por auras de legitimidade? (FLIESS, 1966, p. 121-137).

Que impactos tiveram as injunções da política interior sobre a ordem social doméstica de cada estado? Em especial, como poderia ter sido evitada a desintegração do *ethos* por que essa ordem se fundamenta? Por quais desvios e descaimentos de poder abusivo se arruinou a política de moderação que a ética de um humanismo civilizado preceitua? (FLIESS, 1966, p. 138-59).

Aferidas as respostas históricas que a Guerra do Peloponeso enseja, que lições, então, no entender de Fliess, Tucídides nos ensina? Que axiologia política sua história projeta enquanto *ktema es aiei*? Primeiro de tudo, a necessidade da guerra, que se impôs como desencadeamento inerente a uma realidade política de bipolarismo (FLIESS, 1966, p. 160-3). Pela operação da hermenêutica de Fliess, as vozes da Guerra Fria preenchem os interstícios dos silêncios factuais da memória histórica tucidideana, assim (des)compondo viciosamente a historicidade de seus sentidos, então aferidos não tanto por reconhecimento de similitudes, mas antes por transposição tautológica de identificações. Não é, conseqüentemente, difícil especular os travestimentos históricos a que tal hermenêutica induz, se contextualizada pelo momento histórico da América de meados da década de 1960 a que ela (cor)responde. Guerras Persas e despotismo oriental, a promover a aliança de Atenas e Esparta pela causa da liberdade, vale por Alemanha Nazista e II Guerra Mundial, a promover aliança de EUA e URSS, a seguir ambas desfeitas e desdobradas em bipolarismo? Dilemas de uma Esparta, de tradicional política de isolacionismo, que então confronta os

perigos do expansionismo ateniense a ameaçar sua segurança, parecem-se com similares impasses americanos face aos avanços soviéticos por inícios da Guerra Fria? E Péricles vale por Kennedy? E descomedimentos e destemperos de imprudências imperialistas de Atenas em Melos e Sicília valem por similares americanos no Vietnã?

Como num filme moderno, que (re)cria episódio histórico ou obra literária antigos em cenários, figurações e discursos de atualidade contemporânea, as lições assim retiradas pelos politólogos americanos projetam antes fabulações metafóricas, algo tautológicas em seus nexos de trânsito histórico porque o presente teleologicamente se (re)conhece pelo passado, pois, *de te fabula narrator*, América! Décadas seguintes, anos 1970 a 1990 pela virada do milênio, vozes revigoradas por cantos *pósmodernistas* de zelos mais ou menos “*politicamente corretos*” com que os membros do mundo acadêmico (de Walter Robert Connor mais Laurie Johnson a Shifra Sharlin) interpelaram os pronunciamentos dos próceres dos órgãos governamentais (do General Marshall a Collin Powell)⁷ porque se contrabalançassem os reclamos políticos (neo)realistas contra os éticos humanistas em discursos de renovadas fábulas consoantes com os sucedâneos adventos de mais guerras que se estendem do Iraque ao Afeganistão contemplado Irã pelo meio, assim tanto mais aflitivas pós 9/11, a reflexão da politologia americana busca reiteradamente os (des)alentos de sua inspiração fundante pelas correspondentes (re)viradas hermenêuticas da leitura do *ktema es aei tucidideano* porque os destinos de vezos imperiais da América (não) fossem os de Atenas!

114

Referências Bibliográficas

CHATEAUBRIAND, François-Auguste-René de. **Essai sur les révolutions**. *Génie du Christianisme*. Paris: Gallimard, 1978.

CONNOR, Walter Robert. “Polarization in Thucydides”. In Richard Ned Lebow and Barry S. Strauss (eds.). **Hegemonic Rivalry from Thucydides to the Nuclear Age**. (Boulder 1991), pp. 53-69.

CONNOR, Walter Robert. “Reading Thucydides in the Post-Cold War World”. In J.Th.A. Papademetriou (ed.). **Acta: First Panhellenic and International Conference on Ancient Greek Literature**. Hellenic Society of Humanistic Studies. Athens 1997, pp. 479-93.

FLIESS, Peter J. **Thucydides and the Politics of Bipolarity**. Nashville/ Louisiana: State University Press, 1966.

HALLE, Louis J. **Civilization and Foreign Policy: an Inquiry for Americans**. With an introduction by Dean Acheson. New York: Harper & Brothers Publishers, 1955.

HALLE, Louis J. **The Cold War as History**. New York/Evanston/San Francisco/London: Harper & Row Publishers, 1967.

⁷ Para todas estas referências vejam-se nossos comentários nos textos indicados na bibliografia (Murari Pires: 2006: 830-837; 2007: 21-27).

KATEB, George. "Thucydides History: a manual of statecraft". **Political Science Quarterly**, LXXIX (1964), pp. 481-503.

MARSHALL, George C. World Order and Security: Youth's Responsibilities. **Department of State Bulletin**, v. 16 (1947), pp. 390-391.

PIRES, Francisco Murari. "Ktema es aei: a prolixidade do silêncio tucidideano". **Anos 90**, Porto Alegre, n. 17, pp. 87-109, 2003.

_____. **Modernidades Tucídideanas I. No Tempo dos Humanistas: (res)surgimento(s)**. São Paulo: Edusp-Fapesp, 2007.

_____. "Thucydidean Modernities: History between Science and Art". In Antonios Rengakos & Antonis Tsakmakis (orgs.). **Brill's Companion to Thucydides**. 1a. ed. Leiden: Brill, 2006, pp. 811-837.

Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial*

New trends in historiography of Minas Gerais in the colonial period

Júnia Ferreira Furtado

Professora Associada

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq

juniaf@ufmg.br

Avenida Antônio Carlos, 6627

Belo Horizonte - MG

31270-901

Resumo

Este texto pretende analisar a produção historiográfica sobre a capitania das Minas Gerais produzida a partir dos anos 1980, o que aqui denomino "Historiografia sobre Minas Gerais". Esse momento recente da historiografia colonial mineira foi inaugurado com o livro *Desclassificados do ouro*, de autoria de Laura de Mello e Souza. Pretende-se mapear os temas hegemônicos, as tendências e os recortes teóricos utilizados, destacando a produção acadêmica realizada pelos pesquisadores, especialmente os brasileiros. O texto aponta para a pluralidade das temáticas, fontes e interpretações como característica dessa produção e que a originalidade das novas interpretações ocorreu num contexto de ampla renovação metodológica característica dos estudos históricos no Brasil nas últimas décadas. O texto também procura apontar os novos rumos, as tendências e os contrastes dessa produção historiográfica recente.

116

Palavras-chave

Historiografia; Minas Gerais; Colônia.

Abstract

This text aims to examine historiography production on the captaincy of Minas Gerais produced from the 1980s, which we call the "Historiography of Minas Gerais". This historiography's recent period was initiated by the book of Laura de Mello e Souza, titled "*Desclassificados do Ouro*". It is intended to map the hegemonic issues, trends, and the theories, specially the production carried out by academic researchers, mainly the Brazilians. The text points to the plurality of topics, sources and interpretations as characteristic of this generation and the originality of new interpretations occurred in a context of extensive renovation methodological feature of historical studies in Brazil in recent decades. The text also seeks to point the new directions, trends and contrasts the recent historiography production.

Keyword

Historiography; Minas Gerais; Colony.

Enviado em: 14/11/2008

Aprovado em: 05/01/2009

* Este texto foi escrito inicialmente para apresentação no Seminário Internacional sobre Historiografia sobre Minas Gerais, promovido pelo Instituto Amílcar Martins - ICAM, realizado em Belo Horizonte de 19 a 21 de julho de 2004. (Agradeço à professora Laura de Mello e Souza a delicadeza de disponibilizar a consulta do levantamento bibliográfico sobre História de Minas por ela realizado para integrar a 2ª edição dos "Desclassificados do ouro", que compõe parte da bibliografia apontada neste artigo.).

1. Os desclassificados do ouro

Até as últimas décadas do século XX, os estudos históricos sobre as Minas Gerais haviam se dedicado eminentemente aos acontecimentos políticos e econômicos da capitania no período colonial. Mesmo o barroco mineiro, enquanto objeto de análise, mereceu abordagens notadamente no campo da história da arte e da literatura (ÁVILA, 1967). Raras foram as exceções, como os trabalhos de Eduardo Frieiro, que abordaram a cultura mineira, os costumes ou a vida social da capitania. Seu livro sobre as leituras que inspiraram os inconfidentes, baseado na análise da biblioteca do Padre Luís Vieira, intitulado *O diabo na livraria do cônego*, (FRIEIRO, 1981) se tornou clássico. Até então, os estudos acerca da capitania das minas do ouro pouco tinham explorado os temas instigantes sobre a vida cotidiana e o universo cultural sugeridos por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, em "Metais e pedras preciosas", ou mesmo em *Caminhos e fronteiras* (HOLANDA, 1994).

Em contraste, por essa época, era o marxismo que exercia influência marcante nas análises sobre a História do Brasil colônia e da capitania Minas em particular, o que fez com que os autores priorizassem os aspectos econômicos da colonização, procurando compreender os impasses e as contradições do Brasil contemporâneo a partir de sua herança ibérica colonial. Análises baseadas nos ciclos econômicos exportadores se tornaram referências obrigatórias quando se tratava de analisar a mineração aurífera ou diamantífera colonial (FURTADO, C. 1980). Nesta dimensão, o período minerador foi compreendido como a fase áurea da história mineira, ao realizar plenamente a vocação exportadora da economia brasileira (PAULA, 1988). O ciclo do ouro seria, nesta medida, de expansão econômica, caracterizado pelo fausto da sociedade, por uma relativa democratização do acesso à riqueza e por uma expansão da vida urbana. Em oposição, o século XIX seria marcado pela ruralização da região, pela endogenia de uma economia agrícola não-exportadora, voltada para o mercado interno, simbolizando a idade das trevas mineira.

Até essa época, a influência de Caio Prado Jr., com sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JR, 1942), de 1942, foi decisiva para a análise da administração mineradora. Em seu livro, ele investigou a sociedade brasileira contemporânea como desdobramento dos elementos constituintes do período colonial, (IGLÉSIAS, 1974) e salientou que o sistema então instalado pela metrópole era caótico e irracional. Transplantado diretamente do modelo português, não se ajustou às especificidades da colônia, pois, extremamente centralizador, parecendo uno e indivisível, provocou na imensidão da colônia uma sensação de desgoverno. A dificuldade de estender o poder metropolitano à periferia da colônia gerou uma situação de indisciplina, que marcou indelevelmente a formação da cidadania brasileira. Para o autor, a imensidão geográfica do Brasil foi determinante na incapacidade das instâncias administrativas portuguesas de se fazerem presentes e de instituírem com

eficiência o mando e a autoridade. Com efeito, a predominância do mundo rural deu vez ao aparecimento de potentados e régulos, que estendiam o domínio do privado, e faziam suas a voz do Estado. Em sentido contrário à tendência dominante, a urbanização mineira seria um freio a esse impulso centrífugo e tornaria em particular o distrito diamantino no raro lócus de uma efetiva presença do Estado metropolitano, representado na região por todo um aparato tributário e fiscalizador opressor (PRADO JR, 1979, 169-185).

Os primeiros ventos de mudança no panorama histórico sobre as Minas setecentistas surgiram em fins dos anos 70. No célebre artigo *Economia do Ouro em Minas Gerais*, de 1978, Wilson Cano chamou a atenção para a necessidade de se estudar a história das Minas a partir de outro contexto que não o da opulência (CANO, 1977). Seu apelo encontrou eco em uma dissertação de mestrado, escrita na aurora dos anos 80, que, por suas perspectivas inovadoras, tanto metodológica quanto temática, se tornou importante marco na historiografia sobre Minas Gerais sobre o período colonial. *Desclassificados do ouro*, de Laura Mello e Souza, (SOUZA, L.M. 1982) provocou uma verdadeira revolução nas interpretações do século XVIII mineiro. Embalada pela influência do capítulo “Vida social” de Caio Prado Jr. e da moderna historiografia social européia, representada particularmente pelas reflexões de Michael Foucault sobre a microfísica do poder, (SOUZA, L.M. 2006, 9-10) o estudo salientava o universo da pobreza e dos marginais, na esteira da centralização do estado moderno. A autora recusou a noção de riqueza da sociedade mineira e mergulhou no universo dos desclassificados, procurando ao mesmo tempo desvendar o processo de constituição da administração portuguesa na região. Em oposição à bipolarização senhor - escravo, o tema da vadiagem descortinou uma sociedade mineira multifacetada e plural. Nesta medida, o livro despertou o interesse por parte da nova geração de historiadores por objetos que estavam relegados ao esquecimento, entre outros, o cotidiano, o abastecimento, os pobres, as mulheres, as crianças ou o universo social da escravidão das Minas Gerais.

Também na análise da administração e do estado, o texto exerceu profunda influência nos estudos que lhe seguiram. Ao amalgamar a análise de Caio Prado Jr, que via no desgoverno a marca da presença portuguesa, e a de Raymundo Faoro, que acentuava o centralismo e o controle efetivo da região por parte das autoridades, (FAORO, sd.) Laura de Mello e Souza cunhou a expressão “o agre e o doce”, como representativa da forma como o poder metropolitano se efetivou na colônia, a partir do estudo de caso das Minas Gerais. De um lado, as autoridades metropolitanas pareciam se agigantar, pois uma vez longe do centro do poder – o rei –, esses funcionários tomavam para si a voz do soberano, de outro, a imensidão rural da capitania facilitava o alargamento do poder privado e acentuava a sensação de desgoverno (SOUZA, L.M. 1982, 91-140).

Desclassificados do ouro também se debruçou sobre a posição e o tipo de vida desfrutada por homens e mulheres na capitania, demonstrando que a mesma era decorrente de suas posses. A massa de pessoas de cor e mestiças que infestavam a região vivia em eterna instabilidade e à margem da sociedade

senhor-escravo que se institucionalizara. A autora aponta que a sociedade mineradora antes de ser a sociedade da riqueza, nivelou a população por baixo, democratizando a pobreza e gerando uma massa significativa de desclassificados sociais. Entre esses, a vida corria completamente fora do controle das instituições, sendo que desvios da norma, como concubinatos e bastardias, foram constantemente arrolados como crimes nas visitas episcopais que periodicamente esquadrihavam as Minas.

Foi a partir da obra pioneira de Laura Mello e Souza que a influência das novas metodologias, que há muito dominavam os estudos históricos na Europa, vão se fazer sentir na historiografia referente às Minas Gerais setecentistas. Só então, a Escola dos *Annales* e a História Social Inglesa, nos seus mais diversos matizes, vão se tornar parâmetros, tanto metodológica, quanto tematicamente para os historiadores da região. Este revisionismo histórico não significou a pura adaptação das análises sobre o continente europeu à realidade da capitania, mas permitiram uma releitura da história das Minas à luz de sua própria especificidade. Os novos estudos que se seguiram buscaram não apenas o particular, o rotineiro, mas, a partir do que fosse específico nas Minas Gerais, captar as linhas de força que caracterizavam a sociedade mineradora.

Conseqüência dessa renovação foi também a ampliação nunca vista do conceito de fontes. Em consonância com as novas metodologias, deixou-se de privilegiar os documentos escritos e oficiais, de caráter eminentemente administrativo, para que praticamente qualquer vestígio da ação humana na região mineradora se tornasse ferramenta para o historiador (MAGALHÃES, 1989; LIBBY, HARGREAVES E MARTINS, 2002; CASTRO, 1994). Isso permitiu a reconstrução do dia-a-dia de seus habitantes, utilizando, entre outros, os censos populacionais, os registros de batismo, as devassas episcopais, a iconografia, os ex-votos, os compromissos de irmandades, os livros que circularam na capitania, as edificações, o próprio espaço urbano e mais raramente, porque mais incomuns, as cartas, os diários, etc. Em relação às fontes, cumpre destacar o esforço recente de catalogação, organização e disponibilização de importantes acervos documentais sobre a História de Minas Gerais no período colonial, tanto no Brasil, quanto no exterior (BOSCHI, 1998; BOSCHI e FURTADO, J.F. 1998; MAGALHÃES, 1999; FIGUEIREDO, KANTOR e CAMPOS, 1999b; TUGNY, 2001; CAMPOS, 2004b; BOSCHI, FIGUEIREDO e MORENO, 2006; CARRARA, 2008).

Uma das características marcantes destas novas abordagens sobre o período colonial mineiro foi o fato de tais estudos serem frutos das universidades, o que evidencia a influência da implantação e expansão das pós-graduações no Brasil após os anos 1950. Num primeiro momento, grande parte desses trabalhos foi oriunda da pós-graduação em História da USP, para depois se descentralizar progressivamente, destacando-se também os programas da UFMG, UFF, UNICAMP e mais recentemente UFU, UFJF, UFSJ e UFOP.¹ De caráter monográfico,

¹ Para fins desse artigo, como o levantamento de teses e dissertações foi realizado até 2006, não contempla as defendidas nesses três últimos Programas, criados posteriormente a essa data.

esses estudos apresentavam, no seu conjunto, aspectos mais analíticos, com rigor metodológico e preocupação de se nortear a partir de um viés teórico e de uma problematização do objeto, o que lhes imprime um caráter eminentemente científico.

Para se fazer uma análise das características e perspectivas da produção historiográfica sobre as Minas Gerais no período colonial, realizada nos últimos vinte e oito anos, torna-se necessário escolher um eixo norteador. Como exemplo, pode-se optar por arrolar a produção pelos diferentes recortes metodológicos, tentar perceber os temas escolhidos pelos historiadores, partir da tipologia das fontes empregadas ou ainda utilizar recortes geográficos locais ou regionais, tomando como eixo as vilas mineradoras ou as comarcas de que se compunha a capitania (IGLÉSIAS, 1973; GOMES, 1994; FIGUEIREDO, 1995c; DUTRA, 1996; FURTADO, J.F. 1999b; GONÇALVES, 1998). O presente texto tentará fazer uma mescla dessas abordagens, analisando as várias perspectivas inovadoras, seja nos temas, nas fontes ou na metodologia, como também o processo de releitura das grandes temáticas da História de Minas Colonial em suas diversas dimensões espaciais a partir de 5 grandes eixos: 1) as relações de poder, as revoltas e as inconfidências; 2) a escravidão; 3) o universo da vida social e familiar; 4) a vida cotidiana e material; e, finalmente, 5) a cultura e a religiosidade. Em relação aos grandes marcos temáticos, a produção histórica sobre a Inconfidência Mineira será analisada apenas de forma tangencial, apesar de representar uma vertente pujante dessa historiografia, pois uma análise mais esmiuçada do tema mereceria um artigo a parte. Pelo mesmo motivo, se privilegiará a produção nacional – doravante denominada genericamente historiografia sobre as Minas Gerais – em detrimento dos estudos realizados pelos estudiosos estrangeiros, os chamados *brazilianistas*, os quais serão citados apenas de forma ocasional e não sistematicamente. É necessário chamar a atenção para o fato de que, ao se privilegiar a análise da historiografia sobre a capitania de Minas Gerais, não significa que esta seja produzida ao largo da historiografia sobre a América portuguesa de forma mais geral. Os pontos de contato entre a sociedade mineradora e a das demais regiões coloniais é estrutural e não apenas circunstancial. Por isso, o diálogo e o intercâmbio de análises, temas, fontes, etc. entre a historiografia sobre a capitania de Minas Gerais, a América portuguesa, o Reino e o restante do império tem sido imperativo e constante. (FURTADO, J.F. 2001a; PAIVA, 2006) Tanto os trabalhos sobre Minas têm sido influenciados pela renovação historiográfica mais geral sobre a colônia, como sua influência têm se feito sentir nesses trabalhos. Porém, para os fins desse artigo, pela amplitude decorrente dessa perspectiva analítica, se restringirá a análise aos estudos produzidos sobre a capitania, sem destacar a sua relação direta ou indireta com a historiografia brasileira.

A primeira dificuldade em analisar essa produção historiográfica consiste em conseguir delimitar em unidades estanques os diferentes tipos de estudo. Devido ao caráter interdisciplinar, à fluidez dos temas e das abordagens, as linhas demarcatórias de cunho metodológico são muito tênues, situando muitos

dos estudos nas áreas de fronteira, ao integrarem as esferas do social, do econômico, do político ou do cultural. Também este artigo não pretende dar conta de toda a produção historiográfica dos últimos vinte anos, tarefa dificultada por essa produção ter crescido em ritmo vertiginoso, mas lançar mão de obras que possam exemplificar as tendências marcantes desse conjunto. Nesse sentido, também devido ao volume de trabalhos, se privilegiou a análise de livros (até 2008), teses e dissertações (até 2006) respectivamente e, em menor grau, de artigos (até 2008). A lista das obras consultadas (longe de esgotar o conjunto total da produção realizada no período) encontra-se no final do artigo e apresenta-se como uma ferramenta estimulante de pesquisa.

2. Minas de todo o delírio: relações de poder, motins, revoltas e inconfidências

Um dos campos de estudo em que a historiografia sobre as Minas Gerais no período colonial mais contribuiu para a renovação historiográfica no Brasil e em Portugal, tema sugerido a partir de *Os desclassificados do ouro*, foi o da conformação do poder metropolitano nas Minas Gerais. Ao dar um novo significado às interpretações clássicas de Caio Prado Jr. e de Raymundo Faoro, redimensionando o papel das autoridades coloniais na capitania, o livro inaugurou uma pujante veia historiográfica que elegeu como vertente de estudos as formas como a administração colonial se conformou na região mineradora.

Ao longo dos últimos 28 anos, as análises sobre as formas como as relações de poder se configuraram na capitania se transformaram e, mais recentemente, grande parte dos trabalhos realizados sobre a temática da administração colonial na capitania de Minas Gerais passou a se insurgir contra a dicotomia colônia *versus* metrópole como o modelo ideal para explicar as relações entre Portugal e seu império ultramarino na época moderna. Muitos desses estudos têm procurado salientar que a fidelidade ao trono português e a percepção de serem súditos de um império transoceânico foram fundamentais para a manutenção e a expansão do poder real na América portuguesa. Nesse sentido, a historiografia sobre as Minas Gerais tem servido de referência para a análise da administração metropolitana em toda a América portuguesa (FURTADO, J.F. 1999a; SILVEIRA, 2000; PAES, 2000; CAMPOS, M.V. 2002; MONTEIRO, 2003).

Estes estudos têm convergido para a percepção de que a compreensão das formas como o poder se estruturou nas Minas só é possível a partir de entendimento dos mecanismos de legitimação da monarquia portuguesa, considerados elementos-chave para a análise da questão (HESPANHA E XAVIER, 1993, 381-393). Essas formas eram decorrentes do discurso jurídico formulado para justificar a Restauração portuguesa, que defendia a autonomia nacional e a Coroa como pertencente de direito a dom João IV, e que se baseou no axioma de que o poder político pertencia ao povo, que o concede ao rei na forma de um contrato que, apesar de perpétuo, pode ser retomado em situações

de tirania (XAVIER, 1998). Essa concepção de que o poder real se legitimava por meio de um pacto constituiu-se no mecanismo central que garantia a fidelidade dos governados tanto no reino quanto no império oceânico, estendendo-se às Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII. Era o amor, e não o temor, o principal valor intercambiado entre o rei e seus vassallos, não importando em que espaço geográfico do vasto império se encontrassem. Mas era esse mesmo poder, emanando diretamente do povo para seu soberano, que impunha limites à atuação dos monarcas, os quais buscavam o constante beneplácito dos governados ao se apresentarem como reis magnânimos e misericordiosos, o que acabou por conferir à Coroa portuguesa a sensação de fragilidade e revelava os limites desse mesmo poder (VILLALTA, 1999; CAMPOS, M.V. 2002; MONTEIRO, 2003).

Em geral, o que a nova historiografia sobre Minas Gerais tem buscado foi de que forma a articulação entre esses mecanismos infra-estruturais, descritos no parágrafo anterior, como a legitimação do poder régio na forma de um pacto com os soberanos, essenciais à reprodução do poder régio, se reproduzia no império, e de que maneira o governo das Minas foi uma experiência ímpar, redimensionando as próprias maneiras de governar no império: “a experiência da coroa em Minas foi renovadora, pois refundiu, revigorou e aprofundou modelos de centralização monárquica iniciados no governo geral” (CAMPOS, M.V. 2002, 23). Também tem apontado que, durante o período pombalino, as tentativas de transformações nesse axioma, até então base de legitimidade do poder régio, na busca de um reforço do absolutismo monárquico, pretendia diminuir o poder de negociação aos súditos, conferindo-lhes um novo *status* na ordem política. Essas ações trouxeram apreensão e inconformismo e se refletiram em inúmeros levantes ocorridos em Minas, no terceiro quartel do século XVIII (VILLALTA, 1999; ANASTASIA, 2002; CATÃO, 2005).

Na mesma direção, parte desses trabalhos atentou para a reprodução do poder fora das instituições, procurando demonstrar que vários mecanismos informais se situavam além do aparelho de Estado, tornando inseparáveis e não simplesmente opostos os interesses que ligavam a colônia e a metrópole (SILVEIRA, 1997; FURTADO, J.F. 1999a; CAMPOS, M.V. 2002). Muitos deles buscaram apontar que os mecanismos de identificação entre os súditos e os soberanos remontavam na capitania ao período de expansão das fronteiras para a região mineradora, quando os bandeirantes paulistas alargavam o território do ultramar. Esses eram motivados não apenas por interesses econômicos, mas estavam em busca de serviços e de práticas que pudessem ser usados como moeda de troca na concessão de honras, mercês e títulos que conferiam prestígio e os inseririam nas cadeias hierárquicas que se teciam desde o reino (ANDRADE, F.E. 2008; SANTOS, 2004; ROMEIRO, 2008).

Essas cadeias hierárquicas se estendiam desde Portugal e envolviam as autoridades que se deslocavam não só pelas diferentes capitanias, mas por diversos territórios do império oceânico português. Nesse sentido, os historiadores que têm trabalhado sobre Minas Gerais têm apontado para a

necessidade de articular a atuação desses funcionários não apenas na capitania, mas no desempenho de inúmeros outros cargos em diversas porções do império. Novo campo temático que tem se apresentado para auxiliar a compreensão das práticas políticas e das relações de poder que se estabeleceram na região e que promoveram a identificação ou o embate entre os administradores e a população local é o do estudo vertical da composição da elite mineradora e da trajetória de vida e administrativa dos funcionários régios, com destaque para o caso dos governadores (SOUZA, L.M. 1995; VALADARES, 1997, 175-199; SOUZA, L.M. 1999; SOUZA, L.M. 2006; FIGUEIREDO, 1999; 175-199; ROMEIRO, 1999; FURTADO, J.F. 1999c; FURTADO, J.F. 2003, 207-224; ALMEIDA, 2001; ALMEIDA, 2007; MYRUP, 2002; VALADARES, 2004; SILVA, V.A.C. 2004, MIRANDA, 2006; MATHIAS, 2007; PIRES, 2006; PIRES, 2008).

Mas como introjetar nos vassallos o poder da coroa? Em muitos casos a lei se tornou o campo de intermediação do poder entre o rei e seus vassallos, como também campo de conflito. A partir desse entendimento, as novas abordagens não se limitam a repetir o paradigma de que a realidade era um simples reflexo da legislação, pois "a história local não se limita à execução de uma legislação perversa, formulada pelos impiedosos legisladores e ampliada pelo autoritarismo dos administradores" (FURTADO, J.F. 1996, 219). A lei passou a ser estudada como um instrumento dinâmico, que refletia os embates que a sociedade enfrentava, e que procurava enquadrar e se adaptar à realidade da capitania sempre em transformação (ANASTASIA, 2002; ANTUNES, 2004, 169-221). Na mesma direção, tem-se buscado analisar as instituições jurídicas em vigor nas Minas Gerais e o papel de seus funcionários no desempenho de seus cargos e funções administrativas (LEMONS, 2003; ANTUNES, 2004; SOUZA, M.E.C. 2000). Esses novos estudos têm acentuado o papel de intermediação ocupado tanto pelas elites locais, quanto pelos funcionários régios em atuação na capitania.

O controle estatal nas Minas se manifestou em grande parte por meio do fiscalismo e da tributação. O aspecto exógeno da produção da riqueza mineral na capitania e sua importância para a manutenção do exclusivo metropolitano foi em menor grau a problemática que norteou os novos estudos sobre a tributação (RENGER 2006), superada pelas tentativas de compreensão dos significados da tributação tanto para o poder que a instituía, quanto para os súditos que a pagavam. Importante prerrogativa do poder régio, o pagamento do tributo pelos governados implicava na aceitação da legitimidade desse mesmo poder (FIGUEIREDO, 2002; CAMPOS, M.V. 2002, 105-134; ARAÚJO, L.A.S. 2003). Desta forma, os tributos também se tornaram fonte de embate entre governantes e governados, conflito esse intermediado pelos contratadores, que conferiam à administração dos tributos na capitania um caráter privado (FURTADO, J.F. 1999c; ARAÚJO, L.A.S. 2003; FERREIRA, 2004).

"O elemento de maior originalidade na política tributária em Minas Gerais (...) esteve representado no peso representado pelo contrabando e pelo descaminho. (...) A intensidade com que transcorria o contrabando trazia novos

conteúdos ao pacto que constituía a relação entre governantes portugueses e súditos mineiros”. (FIGUEIREDO, 2002, 4) O contrabando de ouro e diamantes passou a ser visto não apenas como atividade ilegítima, mas também na medida em que impunha novas formas de governar e redimensionava a relação de poder entre a população local e os administradores metropolitanos (PINJING, 1997; OLIVEIRA JUNIOR, 2002; PARRELA, 2002). Para as Minas, ao mesmo tempo que se tem procurado compreender a dimensão total do volume alcançado pelo contrabando, buscou-se analisar a dimensão social e o significado dessas redes de contrabando e em que medida elas reproduziam as cadeias hierárquicas que eram os mesmos mecanismos de identificação formal e informal da sociedade colonial. Redimensionar as intrincadas relações entre a prática do lícito e do ilícito, mesmo no interior do próprio aparelho administrativo, e de que maneira a população local usufruiu dessas atividades ilegais têm sido o desafio dos historiadores.

Desses estudos se conclui que mesmo com inúmeros mecanismos de reforço das identidades no interior do império, a sociedade mineira não era puro espelho da do reino e se apresentava de maneira múltipla e plural (FURTADO, J.F., 1996; FURTADO, J.F. 1999a; STUMPF, 2001). Nesse sentido, era constante a dificuldade dos administradores de controlar uma população que se caracterizava, em parte, pela fluidez e pela indistinção social (SILVEIRA, 1997). A violência individual e interpessoal foi fenômeno constante nessa sociedade, onde muitas vezes os conflitos resultavam em práticas agressivas que, não raro, terminavam em mortes (SOUZA, L.M. 1982; ANASTASIA, 1989; ANASTASIA, 2000; ANASTASIA 2005; ARAÚJO, 1993; GROSSI, 1999; SILVA, C.N. 1998; SILVA, C.N. 2004; REIS, 2002; REIS, 2004). Muitos estudos têm se direcionado para o entendimento dessa violência cotidiana que marcava o viver nas Minas, que se evidencia a partir de várias fontes como os processos crimes e outras menos evidentes como os tratados de medicina (DIAS, M.O.L.S. 2001, 45-105). Nas páginas do *Erário Mineral*, Luís Gomes Ferreira, preocupado em contar seus feitos médicos, retrata a violência interpessoal que marcava as relações do espaço urbano minerador nos inúmeros casos, por ele tratados, ocasionados pelo uso de armas brancas e de fogo (FURTADO, J.F. 2001d).

Novos trabalhos têm se debruçado sobre a política de militarização da capitania, buscando compreender os diferentes níveis de organização das forças militares – Ordenanças, Pedestres, Dragões, etc – e seus diversos papéis. Também têm procurado desnudar a superposição e os enfrentamentos dos interesses das elites locais, recrutadas nos diversos destacamentos, além de procurar compreender os interesses metropolitanos em jogo nessas forças militares (MELLO, 2002; COTTA, 2003; COTTA, 2004; REIS, 2004).

Esse longo século XVIII nas Minas se caracterizou pela lenta afirmação e consolidação do poder real na região, mas também foi marcado por constantes ameaças à dominação da monarquia, seja por meio dos perigos internos – os motins, os atentados e as conspirações – ou externos – as guerras e as invasões estrangeiras. Tema abordado por vários trabalhos foi o da violência coletiva,

manifesto nos diversos motins e revoltas coloniais, que apontaram para a importância e a generalização dos movimentos de rebeldia nas Minas setecentistas (SOUZA, L.M. 1992; SOUZA, L.M. 1995; ANASTASIA, 1998; ANASTASIA E SILVA, 2001; FIGUEIREDO, 1995b; FIGUEIREDO, 1999; FIGUEIREDO, 2001; ROMEIRO, 2007; ROMEIRO, 2008), inclusive de escravos (GUIMARÃES, C.M. 1988; GUIMARÃES, C.M. 2000, 324-338; GUIMARÃES, C.M. 2002; ANDRADE, M.F. 1996; SOUZA, L.M. 1999, 83-150; REIS, 2004). Recentemente, estas análises mais aprofundadas desses movimentos buscaram os padrões de comportamentos, de objetivos, do papel e do perfil dos atores na tentativa de esboçar uma tipificação desses movimentos e os padrões que se repetem no diferentes levantes que sacudiram todo o império. Também de que maneira a rebeldia nas Minas se configurou em padrões inéditos de comportamento e violência, e como introduziu práticas novas no espectro da cultura política rebelde do império.

O trânsito de idéias entre os dois continentes constituía pano de fundo comum capaz de unificar o mundo transoceânico português, configurando semelhanças que se revelam não só no compartilhar das formas de submissão, mas no próprio espectro político das rebeliões (FIGUEIREDO, 1995b; ANASTASIA, 1998; CATÃO, 2005; ROMEIRO, 2008). Em geral, as rebeliões não questionaram a fidelidade ao rei, mas imputavam aos administradores locais uma ação tirânica, que poderia ser revogada por meio da violência direta, na medida em que visavam o retorno a uma situação anteriormente pactuada com o soberano. As justificativas para a rebeldia se colocavam, assim, no próprio universo das próprias práticas políticas que legitimavam o poder real. A repressão também se pautava e encontrava seus limites nestas mesmas práticas e, a menos que se conjugassem a ameaça externa e a interna, privilegiava-se uma política de cooptação dos rebeldes, conforme demonstrou o desenrolar dos motins mineiros.

O estudo da Inconfidência Mineira se destaca como um tema relevante para a compreensão do espectro rebelde que de tempos em tempos sacudiu as Minas, das novas formas de dominação do estado, das formas de conflito e acomodação entre colonos e a administração portuguesa, do trânsito de antigas e da produção de novas idéias de rebeldia. Ao longo do tempo, muitos autores mergulharam na história desse movimento, sufocado antes mesmo de nascer, para tentar compreender as motivações, idéias, projetos, inspirações e alcances de seus planos de revolta. Nesse sentido, apontaram não só para a importância das tensões internas que se acumulavam no interior da capitania, a composição social dos rebeldes, como para o compartilhar das idéias iluministas, para o redimensionamento das antigas formas de compreensão da legitimidade do poder régio, e para as novas práticas administrativas decorrentes da tentativa de mitigar os conflitos entre governantes e governados (MAXWELL, 1978; MAXWELL, 2001, 389-414; FURTADO, J.F. 1993/1994, 70-91; LEITE, 1991, 18-23; VILALTA, 1992; VILALTA, 1999; FURTADO, J. 1995; FURTADO, J. 1997; FIGUEIREDO, 1996, XIX-XLIX; LUCAS, F. 1998; GONÇALVES, A. 1999; MILLIET,

2001; FURTADO, J.P. 2002; RODRIGUES, 2002a; RODRIGUES, 2002b; ALCIDES, 2003; POLITO, 2004; SOUZA, R.F. 2004).

Estes estudos sobre Minas Gerais também têm contribuído para a compreensão da delicada estratégia política que, em fins do século XVIII e início do XIX, unia os distantes pontos do império e que passava por uma vigorosa transformação. A antiga conquista portuguesa e seus súditos de além-mar participavam dos planos de remodelação do ultramar, sugerindo medidas pouco ortodoxas de revitalização da economia das diferentes partes do Brasil e que em muito significavam estruturar as relações de poder entre os dois pólos do império sobre novas bases. Além disso, os colonos resistiam às tentativas de recolonização de cunho ortodoxo que a coroa portuguesa por vezes procurava implementar, pois consolidava-se a consciência do papel que o Brasil, particularmente com a descoberta das riquezas minerais, tomava no conjunto do império oceânico ultramarino, e as elites locais pressionavam por novos rearranjos da ordem política. Os intelectuais brasileiros procuravam estrategicamente aliar-se ao poder em busca de reformas do sistema, garantindo dessa forma a inserção do Brasil sob novos patamares na balança de poder. Ao mesmo tempo, a ruptura apresentava-se como uma das soluções possíveis na impossibilidade de reequilibrar de garantir um novo *status* político ao Brasil, sob novas bases de valorização hierárquica, e as Minas não estavam alheias a essas questões (SILVA, M.B.N. 1995; VERSIANI, 1996; STUMPF, 2001; VALADARES, 2004; FURTADO, J.F. 2008b).

126

Entre os inúmeros temas ainda pouco explorados nessa vertente, destacam-se, entre outros, o papel e a composição das câmaras municipais (RUSSELL-WOOD, 1977; GOUVÊA, 2004; GOUVÊA, 2006; LIBBY, 2006; PIRES, CHAVES e MAGALHÃES, 2008); as formas de cobrança e pagamento dos diversos tributos coloniais; quem eram, como atuavam e eram cooptados diversos administradores coloniais, tais como juízes de fora, juízes de vintena, ouvidores, escrivões, notários, contratadores de impostos, etc. Se a violência coletiva ou individual tem estimulado várias obras, estudos sobre as penalidades decorrentes da ruptura da ordem são praticamente inexistentes (REIS, 2006)

3. Negros como a noite: o mundo da escravidão

Uma das vertentes que se firmou na Historiografia sobre Minas Gerais foi herdeira da História Social, fortemente influenciada pelas análises e pelos temas sugeridos por *Desclassificados do Ouro*. Na esteira da História Social Inglesa, que muito se dedicou ao estudo dos setores marginalizados e dos esquecidos, vários foram os trabalhos que se debruçaram sobre os temas das mulheres, da família, dos marginais, dos libertos, das crianças, entre outros, ainda que o conceito de "desclassificado" nem sempre tenha sido adotado, face à complexidade das relações sociais tanto na capitania, quanto na América portuguesa como um todo. A exemplo dos estudos históricos europeus, buscou-se compreender as tentativas de ordenação da sociedade moderna, durante o

processo de centralização e expansão para o Novo Mundo dos estados absolutistas, e de que maneira as transformações provocadas pela descoberta do ouro e do diamante refletiram e contribuíram para a reconfiguração histórica desses processos.

Uma nova visão sobre a população escrava e de cor da capitania emergiu da historiografia sobre Minas Gerais recente, demolindo uma série de conceitos tradicionais sobre esse segmento da sociedade colonial. Os historiadores, perscrutando cada arraial minerador, como também procurando esmiuçar sua composição a partir de vertentes monográficas, revelaram uma sociedade heterogênea e múltipla, paradoxal em relação a uma administração, que procurava ser repressora e excludente, mas que nem sempre conseguia moldar essa sociedade conforme seu intento (RESENDE e VILLALTA, 2007). Dessa forma, os trabalhos em História Social se proliferaram, particularmente no que diz respeito aos estudos sobre a massa de cativos (RAMOS, 1972, 189-225; LUNA, 1983; PAIVA, 1996; PAIVA, 2001a, 116-166; BEGARD, 1999; BOTELHO, 2001; BRÜGGER, 2002, 23-47; FURTADO, J.F., 2006b).

Muitas dessas análises valeram-se das ferramentas da demografia histórica, reunindo dados quantitativos, e desta forma realizaram leitura instigante de uma gama de fontes seriais tais como inventários, registros de batismo e morte, censos populacionais, testamentos, entre outros. Neste particular, um dos temas que mais se renovaram foi o da escravidão e do universo escravo em Minas Gerais, que se libertou das análises marxistas tradicionais, as quais imobilizavam os escravos como coisas e privilegiavam seu papel econômico no interior do sistema produtivo. A partir da influência dos estudos anglo-saxões em História Social, de viés neo-marxista, que passaram a reconhecer a autonomia do sujeito enquanto atores do seu devir histórico, os novos estudos abordaram a multiplicidade de experiências de vida dos cativos e libertos no dia-a-dia das Minas Gerais.

Os censos populacionais apontaram para o fato de que, nas Minas, os homens eram numericamente superiores às mulheres, tanto entre proprietários, como entre os escravos, sendo que os últimos constituíam a massa populacional da capitania, dedicando-se principalmente à mineração, mas não apenas a esta atividade. O estudo do comportamento dessa população cativa ou liberta revelou que estes segmentos por vezes criavam normas inéditas de comportamento, mas também se fixavam nos parâmetros que a sociedade branca impusera. Observou-se que suas práticas contrariavam duas crenças arraigadas na historiografia tradicional: a de que o cativo criava uma aversão à escravidão entre a população negra e mestiça e a de que, reduzindo os negros a uma situação de animais, impedira-os de estabelecerem laços estáveis de relacionamento. Neste aspecto percebeu-se que era freqüente a realização de casamentos entre escravos e, mesmo os altos custos do matrimônio não foram impedimentos para a criação de famílias legítimas entre os cativos, ainda que seus números não fossem tão significativos como entre os livres. Ainda que menos freqüentes, os casamentos figuravam nas relações familiares dos

cativos, não sendo essas distintas das do resto da população mineira (FIGUEIREDO, 1995a, 81-86; KLEIN e LUNA, 2000; BRÜGGER, 2002, 129-133; LEWKOWICZ, 1992; CHAVES, M.L.R. 1998; PEREIRA, A.L.C. 2004, 57-80; LOTT, 2008, 117-152).

Ao contrário do que usualmente se pensava, os escravos foram capazes de estabelecer níveis significativos de organização familiar e de lutarem por seus direitos (PACÍFICO FILHO, 2004; FREITAS E SOUZA, 2008). Alguns cativos transmitiram propriedades, e cuidavam de sua descendência, deixando como herdeiros seus filhos, cônjuges e parentes próximos (LEWKOWICZ, 1989; VENÂNCIO, 1991; AGUIAR, 1999; FARIA, 2001; FARIA, 2004; DANTAS, s.d.). Também estes demonstravam preocupação com a religiosidade, freqüentando os cultos, determinando sobre seus funerais e missas de ressurreição, mostrando-se afinados com as estratégias de conversão ao catolicismo orquestradas pela igreja católica, realizada sob a batuta de seus senhores (AGUIAR, 1999; PEREIRA, M.A.P. 2002; LIBBY e GRAÇA FILHO, 2004). Algumas vezes, porém, as autoridades reagiam de forma hostil às formas de ostentação da fé de cativos e forros (SOUZA, L.M. 1987, 253-256, 264-269; MOTT, 1996; MOTT, 1997). Mas o universo cultural da população de cor não se restringia a uma simples imitação dos valores dos brancos, como diversos estudos revelaram. Os escravos trouxeram consigo da África vários de seus costumes, crenças, objetos e, num movimento circular, os incorporaram à cultura local, imprimindo-lhe por vezes novos significados (QUEIROZ, 1998; BORGES, 1998; SOARES, 1999; LARA, 1999; RAMOS, 2000; PAIVA, 2001a; PAIVA, 2001b; PAIVA, 2002b; PANTOJA, 2001; CASTRO, 2002; SOUZA, M., 2002, 170-227; FARIA, 2004). Também se tem procurado apontar para a necessidade de estudos mais pontuais e verticais sobre esta população cativa, buscando-se perceber as nuances entre as diversas nações africanas que foram trazidas para a capitania e sua diversidade cultural, étnica e lingüística, o que certamente serviu "como critério para organização de africanos escravos e forros com diferentes finalidades desde a devoção aos santos até as rebeliões" (SOARES, 1999, 693).

Por toda a capitania, e ao longo do século, observou-se a proliferação das alforrias e "durante todo o período colonial (e durante o Império também) Minas Gerais contou não só com o maior plantel mancípio, mas, ainda, com a maior população forra da Colônia" (PAIVA, 1996, 106). Nas localidades abrangidas pelos diversos trabalhos, observou-se a presença constante e significativa de forros proprietários de escravos (REIS, 1990; MÓL, 2002; FURTADO, J.F. 2002). Neste aspecto, assim como em relação ao casamento, o comportamento dos negros quanto à herança, ao dote e à posse de cativos também pouco diferia dos brancos. Por exemplo, "o dote projetava uma noção de honra a qual, como veremos, foi continuamente apropriada pelos africanos e seus descendentes em ações defensivas e positivas. Ao que tudo indica, redes familiares extensas no interior da comunidade negra surgiram nas Minas" (AGUIAR, 1999, 44).

Algumas trajetórias individuais lançaram luz sobre o universo das mulheres

escravas e de seus descendentes. Tais foram os casos da mulata Chica da Silva e da negra Rosa Maria Egipcíaca, cujas vidas foram objetos de detalhadas biografias. Rosa Egipcíaca acabou nos cárceres do Santo Ofício, apesar de se considerar santa. A figura negra e nada erudita da africana acirrou a intolerância dos órgãos da igreja em relação a suas pretensões, apesar da mesma ser o exemplo de uma verdadeira aceitação da religião católica por parte dos africanos (MOTT, 1993). A vida da mulata Chica da Silva revela as possibilidades e os limites de inserção das forras na sociedade branca das Minas Gerais. Imersa num mundo onde o negro escravo era duplamente discriminado, pela cor e por viver do trabalho de suas próprias mãos, Chica soube se aproveitar das poucas possibilidades que o sistema lhe oferecia. Uma delas, disponível principalmente às mulheres escravas, era o concubinato com os brancos, das quais significativa parcela de alforriadas soube tirar proveito. (FURTADO, J.F. 2003).

Num caminho inverso ao dos estudos biográficos, a maioria dos trabalhos sobre escravidão tem se pautado na utilização de dados seriados, a partir do levantamento sistemático de censos, inventários, testamentos, registros de batismo, óbitos, capitação, casamentos, entre outros. Estes levantamentos, realizados para a capitania, para comarcas específicas ou para uma vila e seu termo, têm permitido desnudar a composição da extensa camada de escravos que povoaram a região das Minas. Esses eram oriundos, no início, majoritariamente da África, com predomínio das minas. Com o passar do século, houve maior diversidade de nações africanas, inclusive a presença de escravos importados do reino e, à medida que o tráfico declinava, no início do século XIX, ocorreu a progressiva substituição do elemento africano pelo crioulo. (COSTA, 1986; LUNA, 1983; LUNA, 1999; BEGARD, 1999; SOARES, 1999; LARA, 1999; VENÂNCIO, 2000a; BOTELHO, 2001; FURTADO, J.F. 2006b) .

Questão relevante e que vem sendo discutida pelos historiadores refere-se aos mecanismos de acesso às alforrias (AGUIAR, 1999, 2-44; SOUZA, L.M. 2000; LIBBY e GRAÇA FILHO, 2000; GONÇALVES, A.L. 2001; PAIVA, 2001a, 167-216; PAIVA, 2002a). Na região aurífera a liberdade esteve muito mais acessível às escravas, mas também escravos de ganho ou empregados na mineração. Muitos conseguiam formar um pecúlio e assim comprar sua alforria, ocorrendo nas Minas Gerais o sistema de coartação. Alguns eram libertados pelos senhores sem contrapartida, apenas como retribuição por seus serviços já prestados. A conformação do povoamento mineiro, onde as mulheres eram escassas, principalmente as brancas, fez também com que o concubinato se generalizasse e muitos senhores brancos alforriavam suas companheiras negras ou mulatas. Geralmente, este ato era realizado na hora da morte, muitas vezes estipulando um prazo para o pagamento da liberdade ou o cumprimento de mais alguns anos de serviço para com seus herdeiros. Mais raramente, a alforria a estas companheiras era concedida durante o período de vida dos senhores. O acesso à alforria de parcela dos escravos e a miscigenação entre brancos e negros fez com que, nesta perspectiva, a sociedade mineira apresentasse uma diversidade muito significativa. Em Minas Gerais, surgiu, à medida que o século

XVIII avançava, uma camada crescente de mulatos(as), e negros(as) forros(as) (RUSSELL-WOOD, 1982; LEWKOWICZ, 1989; RAMOS, 1991; PAIVA, 1996; HIGGINS, 1999; KLEIN e LUNA, 2000; LIBBY e GRAÇA FILHO, 2002; DANTAS, 2003).

Quanto aos forros, tem-se percebido que este segmento era composto, em contraste ao dos livres e cativos, em sua maioria por mulheres, sugerindo que a sociedade mineradora oferecia mais oportunidades de libertação a elas. Em geral, a concessão de alforrias permitia a ascensão, quando não social, pelo menos econômica de parte da camada de libertos, mas as oportunidades não foram iguais para todos. Uma vez forras, muitas mulheres continuavam a ocupar um papel marginal na sociedade, pobres, encontravam sua dura sobrevivência em pequenos ofícios, como prostitutas, negras de tabuleiro, vendeiras. Percebeu-se também que se generalizou entre os forros a posse de escravos, como forma de sobrevivência, de distinção social e maneira de se afastarem do mundo do trabalho. Muitas vezes, a desclassificação social gerava a delinquência e o espaço da rua era local de crimes, muitos deles cometidos por escravos contra seus senhores. Mas, não raro, os forros também encontravam possibilidades de enriquecimento rápido que veio com o ouro. Essa autonomia econômica permitiu que, por vezes, as mulheres forras respondessem com práticas tidas por desabusadas aos discursos misóginos e moralistas da Igreja e do Estado português, generalizando-se nas Minas o costume da mancebia e do concubinato, que a desigualdade entre os sexos só fez acentuar. O papel marginal que as negras e forras ocupavam nessa sociedade, a relativa liberdade e autonomia em que viviam eram contínuos fatores de tensão ao modelo familiar tradicional, organizado hierarquicamente segundo os padrões sociais estabelecidos. Mergulhadas em ofícios variados que lhes asseguravam a sobrevivência, as forras possuíam uma ética própria para constituir laços familiares e afetivos. Nessa perspectiva, a sociedade aurífera do século XVIII foi caracterizada pelo aumento da mobilidade social e pelo amolecimento das estruturas tradicionais patriarcais, pelas quais a família colonial deveria idealmente se moldar (REIS, 1990; FIGUEIREDO, 1993; FIGUEIREDO, 1995a; VENÂNCIO, 1995; PAIVA, 1996; HIGGINS, 1999; PANTOJA, 2001; FARIA, 2001; FARIA, 2004; FURTADO, J.F. e VENÂNCIO, 2000; FURTADO, J.F. 2001e; FURTADO, J.F. 2003; MÓL, 2002).

Apesar do esforço das instituições coloniais - Estado e Igreja - na ordenação social e moral da sociedade mineradora, essa, no entanto, se constituía muito freqüentemente à margem dos poderes instituídos ou na resistência a essa opressão. Ao contrário da definição clara de papéis e da cristalização das hierarquias sociais, os libertos possuíam escravos, propriedades urbanas e transmitiam bens a seus descendentes. Enfim, a vida cotidiana nas Minas transcorria múltipla e muitas vezes fora do controle das autoridades.

Temas instigantes a serem ainda melhor explorados seriam, por exemplo, o volume e o papel da coartação no conjunto das alforrias, a composição das etnias africanas no seio da população escrava e de que maneira elas se articulavam entre si nos plantéis mineradores, o tráfico de escravos no interior da capitania.

Também o estudo de algumas trajetórias individuais deve ser estimulado, inclusive com o intuito de desnudar algumas figuras míticas, como é o caso de Chico Rei. São pontuais ainda os estudos sobre a escravidão indígena, tema desafiador, pelo quase silêncio das fontes (LANGFUR, 1999; RESENDE, M.L.C. 2004; RESENDE, M.L.C. 2008). Também são raros os estudos comparativos, que permitem observar as semelhanças e as nuances entre os diferentes sistemas escravistas das Américas (DANTAS, 2003; FURTADO, J.F. e LIBBY, 2006).

4. Por detrás das rótulas: a vida social dos mineiros

Os arquivos cartoriais dispersos pelas vilas e cidades mineiras se tornaram fontes inesgotáveis sobre a vida social cotidiana e o universo familiar, temas que começaram a despertar o interesse dos historiadores. Ao inquirir essas fontes, não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, diversos estudos foram capazes de captar as peculiaridades das relações sociais que se estabeleceram na região mineradora da época. A partir da década de 80, várias pesquisas começaram a criticar a assertiva já tão arraigada do predomínio da família patriarcal extensa tanto na sociedade colonial brasileira, quanto na mineira em particular. A partir de vasta pesquisa documental e, principalmente, ao fazerem outras perguntas às fontes, os historiadores apresentaram uma nova visão das relações familiares que se estabeleceram na época. Com a incorporação dos instrumentos analíticos da Demografia Histórica e da História Social ocorreu uma emergência de uma série de temas ligados à estrutura familiar, como a mulher, a criança, a sexualidade, etc., e a História da Família no Brasil se tornou um ramo específico de estudo, ao qual se vinculam os estudos realizados sobre a capitania das Minas Gerais (PRIORE, 1989).

O movimento tentacular da Igreja católica em direção à conformação da sociedade na busca de seu controle começara na Europa em séculos anteriores. Pretendia não só a vigilância sobre o exercício da fé, mas também sobre a moral e os bons costumes dos fiéis. Na região mineradora, onde a inquisição só atuou de forma indireta, o principal braço de ação do clero foi a visita episcopal ou diocesana, também chamada de "a pequena inquisição" (FIGUEIREDO e SOUZA, R. 1987; BOSCHI, 1987; FIGUEIREDO, 1995a, 41-69; SOUZA, L.M. 1999, 19-29).

No aspecto das vivências familiares, essa cruzada moralizadora, da qual fez parte também o Estado português, se concentrava em instituir a família monogâmica, unida pelos sagrados laços do matrimônio católico, processo que se fazia às custas da normatização dos comportamentos e da repressão e, ao contrário do que usualmente se pensa, com muitas idas e vindas. Para fugir ao controle da Igreja e tentar manter as aparências em público, nas Minas Gerais, muitos cônjuges viveram em lares separados, ainda que mais freqüentemente nos períodos que precediam ou se desenrolavam as devassas episcopais, constituindo uma organização familiar original: a *família fracionada* (FIGUEIREDO, 1995a, 157-163). Dessa forma, o conceito de domicílio, unidade

que a maioria de estudos demográficos sobre família tradicionalmente utilizava como dado para a análise, não era capaz de abranger a diversidade das relações familiares então estabelecidas na capitania, pois muitas vezes as famílias se organizavam para além de um único lar, num movimento dinâmico e plural (RAMOS, 1975; RAMOS, 1978; RAMOS, 1990; RAMOS 1991; LEWKOWICZ, 1992; FIGUEIREDO, 1995a; CHAVES, 1998; HIGGINS, 1999, GRAÇA FILHO, 2007; FREITAS E SOUZA, 2008).

Conforme apontam diversos estudos, as diferenças sociais e de condições (livres, forros ou escravos) entre os nubentes, as taxas demográficas desiguais entre os sexos, a constante mobilidade geográfica, a persistência de práticas matrifocais entre os escravos, a transplantação de arranjos familiares fora do âmbito do casamento oficial entre migrantes oriundos do norte de Portugal, a autonomia das mulheres forras, além dos altos custos e da burocracia do casamento concorreram para que as taxas de concubinato e de ilegitimidade fossem altas em Minas Gerais. O universo desses ilegítimos foi desnudado em diversos trabalhos que revelaram que a prática de registro dessas crianças como naturais diminuía o estigma moral que recaía sobre eles, permitia o seu acesso à herança dos pais, e escondia diversos pecados mais graves como o adultério ou o aparecimento de filhos ilegítimos de clérigos – os sacrílegos (RAMOS, 1991; FIGUEIREDO, 1993; VILLALTA, 1993; FADEL, 1994; PAIVA, 1996; CHEQUER, 2002; MÓL, 2002, 40-44; PRAXEDES, 2003; PEREIRA, A.L.C.2004; LIBBY e BOTELHO, 2004).

132

Assim, o abandono ou a exposição de crianças em casas alheias, muitas vezes dos próprios progenitores, familiares ou amigos, foi forma comum de impedir o registro dessas crianças como ilegítimas e de garantir-lhes condições mais propícias de sobrevivência e reinserção social. Diferentes análises sobre abandono infantil apontaram para a especificidade das Minas Gerais, onde a roda dos expostos apareceu de maneira tardia e dessa forma coube às câmaras municipais e às irmandades o principal ônus na assistência às crianças abandonadas. Muitas vezes, o cuidado com os órfãos era delegado a terceiros, sendo comum o aparecimento das criadeiras, que faziam disso um modo de vida e sustento (BOSCH , 1984; SOUZA, L.M. 1996; SOUZA, L.M. 1999, 47-79; VENÂNCIO, 2000b; DANTAS, s.d.) .

Na direção inversa, estudos mais recentes, delimitados a regiões específicas da capitania, têm revelado a incidência e o alargamento dos índices de uniões legítimas sagradas pelos laços do matrimônio católico ao longo do século. Se tais uniões eram mais recorrentes entre os brancos livres, pois o matrimônio visava diretamente a preservação da linhagem e do patrimônio, também negros e forros casavam-se legalmente, conforme já foi apontado anteriormente (RAMOS, 1975; LEWKOWICZ, 1992; BRÜGGER, 2002; LOTT, 2008).

As análises já realizadas sobre a sociedade mineira, devido à enormidade dos dados disponíveis e às diversidades sociais e dos arranjos familiares, têm se pautado por um arranjo monográfico, restringindo-se em geral a uma comunidade

ou a uma faixa social específica e muitas vezes tendo utilizado dados demográficos. Tentativas de síntese do conhecimento já disponível são recorrentes (FIGUEIREDO e CAMPOS, 1999a; ROMEIRO e BOTELHO, 2003; CAMPOS, 2004; RESENDE e VILALTA, 2007, v.2). O espaço de autonomia feminina era alargado, cabendo especialmente às mulheres forras o domínio do pequeno mercado ambulante que dominava o cenário urbano das Gerais. Os escravos reproduziam muitos dos valores da sociedade branca, inclusive casando-se legalmente, mas criavam novas normas de comportamento muitas vezes refundindo suas tradições africanas. Porém, há ainda muito a ser realizado ainda que o somatório destas abordagens já seja suficiente para demonstrar que a família mineira era heterogênea, constituindo-se muito freqüentemente à margem da lei, dividindo o espaço com as famílias tradicionais de bases patriarcais. Temas ainda pouco trabalhados são, por exemplo, a exposição de ilegítimos, as formas de criação e de educação infantil que se diferenciavam conforme o status social (SCARANO, 1999; PRIORE, 2007; VILLALTA, 2007), a maneira como se dava a relação entre famílias legítimas e ilegítimas nos espaços urbanos, as formas de transmissão de herança, os grupos sociais desviantes dos padrões de comportamento tradicionais, como os homossexuais (MOTT, 1996; VAINFAS, 2007), entre outros tantos assuntos do cotidiano da sociedade mineradora.

5. Vida cotidiana e material

133

O espaço urbano nas Minas se tornou o local preferencial de identificação cultural. Ali, a administração metropolitana e a Igreja católica dispunham os símbolos de sua dominação e a utilização da pedra, como material construtivo preferencial, por sua durabilidade, marcava o tempo eterno do estado e da fé cristã (PAES, 2000). Mas, para além da dicotomia rural – urbano, os novos trabalhos sobre a realidade espacial da capitania têm salientado as relações complementares e complexas que se estabeleceram entre o mundo da cidade, do campo e do sertão distante. Ainda é desafio para os historiadores a compreensão das relações que a área central e mineradora estabeleceu com as áreas limítrofes da capitania, com as outras capitanias, com o Reino e demais regiões do império português, bem como com a África de onde provinha o imenso contingente de escravos.

Sérgio Buarque de Holanda afirmou que, enquanto os espanhóis construíaam cidades geométricas, a fantasia era a marca das vilas portuguesas, pois suas casas, em desalinho, pareciam que eram colocadas de acordo com a vontade dos moradores (HOLANDA, 1993). Na direção contrária apontada pelo célebre autor, os estudiosos buscaram reconstruir a configuração das urbes mineradoras, que redesenham o panorama da capitania, buscando compreender a estreita articulação entre as iniciativas administrativas, as regulamentações do espaço urbano e o movimento dinâmico da ocupação populacional. Nesse sentido, observou-se que as cidades se constituíram em sintonia com a diversificação

econômica e promoveram a interação das diferentes atividades produtivas internas à capitania. Era papel das câmaras municipais, entre outras obrigações, zelar pelo bom alinhamento das ruas e das casas, pela conservação das pontes, pela limpeza e fornecimento de água, mandando construir os chafarizes, pela regulamentação do comércio de víveres. Os vereadores legislavam contra a ocupação urbana irregular e espontânea e, mesmo com toda a regulamentação, era sempre difícil exercer um controle severo, principalmente nos morros da periferia (RAMOS, 1972; BOSCHI, 1994, 59-76; FONSECA, 1998; TERMO, 1998; CARRARA, 2001b; CUNHA, 2002a; CUNHA, 2002b; ALCIDES, 2003; BORREGO, 2004).

Mesmo nas Minas, que se caracterizaram por uma colonização mais urbana, os estudos apresentam o aspecto precário dos períodos iniciais da ocupação, o que imprimiu um caráter efêmero e transitório às edificações nas urbes mineiras, devido à constante mobilidade da população, mudando-se sempre que um novo descoberto mineral se anunciava. Com o passar do tempo e com o progressivo assentamento da população, os arraiais cresceram e alguns foram elevados a vilas. As construções mesclavam a pedra e o barro, sendo a primeira mais utilizada nas construções imponentes e a segunda nas mais rústicas e populares. Os arraiais eram construídos nos morros, próximos a algum rio e, aos poucos, as edificações se diversificaram e o traçado urbano se tornou mais complexo. Era também função das câmaras zelar pelo saneamento do espaço urbano, porém isto era sempre muito difícil. As construções muito próximas, as ruas muito estreitas, a falta de pavimentação, o abandono de animais e do lixo, a falta de sistema de esgoto, tudo contribuía para que a vida fosse insalubre, o que facilitava a proliferação de doenças. O ambiente da cidade era pestilento e a disposição das edificações dificultava a circulação dos ares. (RUSSELL-WOOD, 1977; ARAÚJO, 1993, 29-82; FURTADO, J.F. 1999a, 197-216; GOUVÊA, 2004; SILVA, F.M. 2008). Médicos circulavam pela capitania e seus tratados de medicina são ricas fontes não só sobre a prática da profissão, mas também sobre a vida cotidiana da capitania (DIAS, M.O.L. 2001; WISSEMBACH, 2001; FURTADO, J.F.2001c).

Os estudos tradicionais salientavam as questões políticas decorrentes das disputas de poder envolvidas nas contendas que indispunham as autoridades dos diversos núcleos urbanos nas Minas, atribuindo ao rigor metropolitano a escassez de títulos honoríficos concedidos aos arraiais mineiros e a limitação do número de vilas (IGLÉSIAS, 1974). As novas análises, ao incorporarem as representações de cidades e dos núcleos urbanos que transparecem da análise dos discursos coevos, no entanto, salientam que tais discursos ressaltavam os aspectos que enobreciam as localidades tais como: a ordem dos assentamentos, a fidelidade dos moradores à Coroa, o papel defensivo e/ou estratégico da povoação, entre outros. Refletiam assim os interesses e as disputas dos moradores locais pela autonomia ou não dos espaços urbanos imprimindo novos significados aos conflitos entre os colonos e o poder metropolitano. Era a própria elite das câmaras municipais quem, freqüentemente, desejava limitar o fracionamento

do termo, impedindo a instalação de novas vilas, o que exige dos historiadores uma nova compreensão da configuração das disputas internas à capitania (FONSECA, 1998; FONSECA, 2003a; FONSECA, 2003b; CUNHA, 2007).

O sertão, de início identificado como o lugar da fronteira e da exclusão desde o início da ocupação portuguesa, passou a se configurar a partir dos novos trabalhos sobre o tema como espaço no século XVIII em Minas Gerais de resistência, de negros aquilombados e de índios selvagens, que a coroa buscava extirpar ou assimilar, apagando-os da história da capitania. Representado nos discursos oficiais como um lugar vazio, mas verdadeiramente ocupado pelo outro desconhecido, esse espaço tornou-se, na ótica das autoridades, terra a ser ainda conquistada e incorporada ao mundo civilizado dos brancos (PAULA, 1988; GUIMARÃES, 1988; RUSSELL-WOOD, 1999; LANGFUR, 1999; ARAÚJO, 2000, CORDEIRO, 2001; FONSECA, 2003a, 39-80; AMANTINO, 2003; RESENDE, 2005; RESENDE, 2008; ESPINDOLA, 2005; CUNHA, 2007; ANDRADE, 2007; CARRARA, 2007a).

A conformação do território mineiro tendeu a acompanhar o movimento migratório populacional orientado pela expansão e diversificação econômica do centro minerador em direção às fronteiras da capitania. Conhecer, mapear e delimitar esse espaço foi tarefa que as autoridades metropolitanas não se descuidaram, produzindo um conjunto notável de mapas e descrições geográficas sobre a região, que começou a ser revelado e estudado. A ocupação territorial das Minas é tema que tem permitido inúmeras abordagens. Ferramenta importante de trabalho, a cartografia da região mineradora tem se tornado um objeto em si de estudo, abrindo novos campos de investigação que articula história e mapas (VENÂNCIO, 1994; BORGES, 2002; COSTA, 2002; COSTA, 2004; COSTA, 2005; FURTADO, J.F. 2008). Muitos destes estudos concentraram-se no estudo da Estrada Real. Estes, se aproveitando do movimento turístico-cultural estimulado pelas autoridades locais, têm esmiuçado parte do conjunto de caminhos que ligavam a área mineradora ao litoral da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro (SANTOS, 2001; RIBAS, 2003; BASTOS, 2004; COSTA, 2005; FURTADO, J.F. 2005).

A revisão historiográfica dos últimos vinte anos permitiu que a economia da capitania no século XVIII passasse a ser vista para além da exploração mineral. Aprofundar a composição dessa economia mineradora e sua vinculação com os setores não-exportadores foi desafio que os novos historiadores enfrentaram. Diferentes trabalhos chamaram a atenção para a importância da agricultura interna no abastecimento urbano das Minas, a diversidade da sua economia e das ocupações e a articulação entre os diferentes mercados regionais. Ficou demonstrado o dinamismo dessa economia agrícola interna à capitania assentada no trabalho escravo e voltada para seu próprio abastecimento, como também sua ligação com outras capitanias e sua importância, após a transferência da Corte, para suprir de gêneros de subsistência o mercado do Rio de Janeiro. Distantes do litoral, as mesas dos mineiros eram compostas basicamente a partir de alimentos que eram oriundos e produzidos

na sua terra conjugados aos produtos que eram importados do reino. Produtos agrícolas locais, como o milho e a mandioca, eram essenciais ao sustento da população local. Salientou-se a heterogeneidade e a diversidade dos artigos comercializados nas Minas, que eram trazidos em diferentes carregações dos portos litorâneos (Bahia e Rio de Janeiro), de outras capitanias e dos sertões das Minas Gerais, onde também se produzia uma agricultura de gêneros “da terra” e se criava o gado (GUIMARÃES e REIS, 1986; GUIMARÃES, 1987; ANDRADE, 1994; ANDRADE, 2008; CARRARA, 1997; CARRARA, 2001a; CARRARA, 2005; CARRARA, 2007b; ALMEIDA, 1994; MENESES, 1998; MENESES, 2000; MAGALHÃES, B.R. 2002; RODRIGUES, 2002a; MAGALHÃES, S.M. 2004; ALMEIDA, 2006; CUNHA, 2002b; SILVA, 2008).

Era o comércio que promovia a integração dos mercados internos e externos à capitania, peça fundamental no abastecimento dos núcleos urbanos e forma também de promover a interiorização dos interesses metropolitanos na capitania. A atividade comercial era dinâmica e envolvia os mais diversos setores da sociedade local. Havia o comércio por grosso e a retalho, os estabelecimentos fixos e os mercadores volantes e, apesar das diversas carregações que entravam na capitania serem compostas de variados gêneros de produtos, inclusive escravos, havia uma certa especialização entre aqueles que se dedicavam exclusivamente à atividade mercantil. As câmaras municipais tiveram um papel importante no sentido de estabelecer uma política que propiciasse a organização do mercado de víveres nos núcleos urbanos, ao mesmo tempo que estabelecia uma política de repressão aos atravessadores e ao comércio ilegal (LENHARO, 1979; CHAVES, 1999; CHAVES, 2001; FURTADO, J.F. 1999a; FURTADO, J.F. 2006a; FURTADO, J.F. e VENÂNCIO, 2000; ALMEIDA, 2007).

Esse dinamismo econômico da capitania promoveu a diversificação das atividades e das ocupações, exigindo um conjunto notável de ofícios, que os novos estudos têm revelado, desempenhado por brancos, mulatos e negros de ambos os sexos. Percebe-se que os graus das ocupações refletiam as hierarquias por meio das quais a sociedade procurava se moldar, sendo assim, os cargos administrativos que conferiam honra e prestígio eram geralmente ocupados por brancos e, mais raramente, por mulatos que conseguiam alguma distinção. Os brancos também encontravam lugar no ramo de abastecimento, praticamente monopolizando o comércio por grosso. A atividade mercantil refletia as hierarquias sociais e, dessa forma, o pequeno comércio a retalho e o comércio volante eram desempenhados, majoritariamente, por brancos e mulatos nascidos no Brasil. Já o pequeno comércio de rua e as vendas de morro estavam muitas vezes nas mãos das mulheres forras (FIGUEIREDO, 1993; FURTADO, J.F. 1999a; FURTADO, J.F. e VENÂNCIO, 2000; PANTOJA, 2001; ALMEIDA, 2004).

Os escravos que dominavam algum tipo de ofício eram valorizados dentro dos plantéis e tornavam-se mais valiosos que os demais. O domínio dessas ocupações era mecanismo também para os cativos de acesso à alforria e tornou-se comum encontrar registros nos testamentos de ex-escravos que a liberdade

fora alcançada por meio de sua agência e trabalho. Mesmo a população de cor encontrava na sociedade mineira algumas ocupações de destaque como o ofício de capitão do mato, freqüentemente ocupado por forros. Os artífices e os oficiais mecânicos, desde cedo reunidos em oficinas, foram responsáveis pela construção e ornamentação das edificações religiosas e civis. A decoração das igrejas, as obras de talha e as imagens de santos exigiram a participação efetiva de amplo espectro de trabalhadores manuais (PAIVA, 1996, 167-216; ALVES, 1997; TRINDADE, 2002; MENESES, 2003; ARAÚJO, 2003). Os trabalhos recentes têm procurado desvendar o universo numeroso desses artífices para além da figura emblemática do Aleijadinho (SOUZA, G.M.M.A. 2008).

As mãos desses homens e mulheres davam forma à pedra, à madeira e a outros objetos que, juntamente com as mercadorias que o comércio trazia de longe, compunham o universo material que moldava o cotidiano da sociedade mineradora. Dentro das casas reinava a simplicidade, os móveis eram poucos e rústicos, as roupas, em geral escassas. A maioria das pessoas dormia em redes ou em estrados de madeira, cobertos de palha. As camas de madeira, principalmente as com dossel, eram raras e constituíam um luxo. À mesa, os hábitos eram simples. Sentava-se geralmente em tamboretas e comia-se em pratos de folha ou estanho, quase sem a utilização de talheres. Os talheres de prata serviam mais como pecúlio, penhorado em troca de moedas em uma hora de aperto. Mas havia ambientes onde o luxo imperava, muitas vezes até mesmo onde se esperaria a simplicidade. Não foram poucas as mulheres forras que reuniram entre as paredes de sua casa objetos que rememoravam seu passado africano, junto a outros que permitiam a inserção delas na cultura branca portuguesa, assumindo em parte seus hábitos, a partir do domínio sobre a cultura material, o que lhes distanciava cada vez mais do mundo da senzala onde nasceram (MAGALHÃES, B.R. 1999; DIAS, M.O.S 2001; FURTADO, J.F. 2003, 128-143; MÓL, 2002; BORREGO, 2004; MACHADO; 2004; MAGALHÃES, 2004). Porém, sobre a vida material da capitania ainda há muito que estudar: como as distinções de status se refletiam nas vestimentas e acessórios, como se organizava o abastecimento local, quais gêneros eram produzidos internamente e qual o papel das câmaras municipais nesse setor, como as diferenças sociais e regionais influíam no mobiliário e na arquitetura das casas? Estes são alguns dos muitos temas a serem ainda desvendados.

6. Universo cultural

A História da Cultura em seus diversos matizes, inclusive o das Mentalidades, trouxe um novo panorama aos estudos históricos no Brasil nos últimos vinte anos. O estudo das práticas culturais, libertado das amarras do determinismo econômico, ou dos limites impostos pelo conceito de ideologia, abriu um universo infinito de temas ao pesquisador. O barroco foi estudado de forma ampla, como um conceito capaz de articular o estudo das práticas culturais da capitania, do modo de vida de seus habitantes, da forma de organização

do espaço urbano, etc., enquanto expressões do mesmo ambiente cultural que imperava (PAES, 2000). Esses estudos se caracterizaram por abandonar o entendimento do barroco apenas como um estilo artístico-arquitetônico (OLIVEIRA, sd). O mito do Aleijadinho enquanto artista ímpar e único foi questionado (SOUZA, G.M.G.M.A. 2008) e diversos estudos debruçaram-se sobre o universo mais amplo dos artistas que circularam na capitania, inventariando o fazer-se das obras, esmiuçando a importação de estilos e técnicas, bem como a criatividade e a inventividade local.

Notadamente, o século XVIII mineiro foi inquirido à luz de novas questões. O estudo sobre a vida associativa, em especial sobre as irmandades religiosas e sua relação paradoxal com o Estado, instigou vários debates entre os que salientavam o papel dessas instituições como reprodutoras do aparelho metropolitano e os que acentuavam sua autonomia. Esses trabalhos apontaram para a percepção de que as irmandades e as igrejas onde elas se abrigavam eram locais não só de representação social, de reprodução e fortalecimento das hierarquias pelas quais a sociedade procurava se reproduzir e se identificava, mas também de perversão dessa mesma ordem, pois não raro, apesar dos estatutos restritivos e excludentes, os forros encontravam inserção nas outrora exclusivas associações de brancos (SCARANO, 1978; BOSCHI, 1986; BOSCHI, 1994, 39-58; AGUIAR, 1993; CAMPOS, 1994; BORGES, 1998; AGUIAR, 1999; MARTINS FILHO, 2007).

138

Também se buscou analisar o papel das irmandades enquanto lugar para a realização das práticas religiosas cristãs, em conformação com o ideal evangelizador da Igreja católica. Instigantes estudos sobre a morte, a pompa fúnebre, as devoções mineiras e o gosto do macabro foram realizados, salientando a devoção religiosa e a preferência pelo fausto que marcaram a prática cristã nas Minas Gerais, em consonância com o que ocorria no restante da América portuguesa. Nesse sentido, a documentação das irmandades e os testamentos constituíram importantes fontes para a compressão da religiosidade, ainda que muitas vezes tal prática fosse puramente formal uma vez que era difícil a vida social fora dessas instituições e que a escritura dos testamentos fosse marcada por regras de estilo pré-estabelecidas (FADEL, 1994; DAVES, 1998; ÂNGELO, 1999; CAMPOS, 1992; CAMPOS, 1996; CAMPOS, 2004a; CAMPOS e FRANCO, 2004; FURTADO, J.F. 2001b; PEREIRA, 2002; LIBBY e BOTELHO, 2004; RAMOS, 2004; BOSCHI, 2007; LOTT, 2008).

Os ex-votos passaram a ser utilizados como fontes de estudo da religiosidade da população das Minas, fossem brancos, forros ou escravos, reflexo do alargamento do conceito de documento por parte dos especialistas. A análise das tábuas votivas revelou, entre tantos outros temas, os santos de devoção da população, que constantemente recorriam em busca de sua proteção para se livrarem de doenças, acidentes e infortúnios (CASTRO, 1994; ABREU, 2001). As condições sanitárias e a proliferação das doenças foi tema mais recentemente explorado pelos historiadores das Minas Gerais, que encontraram nos tratados médicos escritos na capitania fonte profícua de informações. A tipologia das doenças

foi reveladora dos diferentes status sociais dos habitantes locais e muitas das práticas de cura estavam imbuídas de práticas mágicas (RIBEIRO, 1997; GROSSI, 1998-1999; GROSSI, 1999b; EUGÊNIO, 2000; WISSENBACH, 2001; FURTADO, J.F. 2001c; FURTADO, J.F. 2001d; FURTADO, J.F. 2007).

A difusão dos livros e as práticas de leitura foram assuntos que despertaram o interesse dos estudiosos, pois se percebeu a importância e a abrangência da cultura letrada que se configurou nas Minas, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Se por um lado, o mobiliário das casas era simples ou quase inexistente; por outro, contrastavam os objetos de adorno, as louças e as bibliotecas. Não raro, a elite mineira encontrou nos livros o arcabouço para as idéias de sedição e inconformismo que, de tempos em tempos, agitaram as Gerais, sendo que muitas delas ancoravam-se no Iluminismo e também na tradição histórica da Segunda Escolástica, apontando para um trânsito de idéias entre as Minas, Portugal e a Europa. Muitos desses jovens foram fazer seus estudos universitários no velho continente, especialmente na Universidade de Coimbra. Esses estudos não pretenderam defender que a simples posse de livros proibidos fosse suficiente para provocar um levante ou revolução, nem que as bibliotecas eram constituídas apenas de livros de teor iluminista, mas certamente a leitura e a difusão sistemáticas de várias obras corroíam os pilares dos estados absolutistas – *a lei, a fé e o rei*. Os inventários mineiros do fim do século XVIII revelaram uma elite sofisticada e intelectualizada, em constante contato com hábitos e idéias que circulavam na Europa, mas não apenas adaptando as idéias que vinham de fora, mas reinterpretando-as a luz das vivências locais (LUCAS, F. 1998; LEITE, 1989a; LEITE, 1989b; LEITE, 1989c; LEITE, 1990a; LEITE, 1990b; LEITE, 1991; LEITE, 2000; VILLALTA, 1992; VILLALTA, 1995; VILLALTA, 1999; BOSCHI, 1994, 11-39; SILVA, M.B., 1995; VERSIANI, 1996; VALADARES, 1997; FURTADO, J. 1997; ALVARENGA, 1999; STUMPF, 2001; RODRIGUES 2002b; ALCIDES, 2003; ANTUNES, 2004; SOUZA, R.F. 2004, FURTADO, J.F. 2006d).

A cidade foi o local ideal para a publicidade do poder real, e o universo urbanístico de Minas foi palco de inúmeros cortejos, procissões, festas e desfiles que, por vezes, se prolongavam por vários dias. Esses eventos serviam para reforço do poder do estado e para a vivência do culto religioso católico. Foram emblemáticos do luxo e do fausto das festas mineiras o Triunfo Eucarístico, celebrado em Vila Rica, em 1733, por ocasião da transladação do Santíssimo Sacramento da igreja do Rosário para a matriz do Pilar, e o Áureo Trono Episcopal que se realizou, em 1748, em comemoração da criação do bispado de Mariana, e da chegada do primeiro bispo, Dom Manoel da Cruz. O poder eternizava-se nos monumentos que se erguiam, na ordenação do espaço e também nos vários acontecimentos sociais, principalmente os que ocorriam na rua, como festas e procissões. Eram momentos que revelavam a ordenação informal pela qual a sociedade mineira dos setecentos procurava se reger, e estavam marcados pelas normas de etiqueta e pela pompa que informavam os padrões de comportamento e hierarquia que se procurava instituir. Ao mesmo tempo,

eram válvulas de escape das tensões que estas mesmas sociedades engendravam e, em muitos de seus aspectos, eram manifestações inversas do quadro social onde estavam inseridas. Neste jogo de oposições, as festas oficiais eram mecanismos de reforço dos laços sociais, pois cumpriam um duplo papel, tinham um aspecto pedagógico, ensinando aos indivíduos o papel que eles ocupavam e também relaxavam das contradições existentes na sociedade, sendo “um hábil meio de diminuir as tensões inerentes à diversidade étnica e às distinções sociais da colônia” (PRIORE, 1994, 15; KANTOR, 1995; KANTOR, 1996; KANTOR, 2001; AGUIAR, 2001; SANTIAGO, 2001; SANTIAGO, 2003).

Durante os festejos, a utilização de recursos auditivos, como a música, trombetas, tambores ou pífanos, servia para despertar a curiosidade dos que estavam atrás das portas, atrair ainda mais a atenção dos passantes e tirá-los de sua rotina. A música era fartamente utilizada em cerimônias civis e religiosas, criando um clima diferente, artificial e de encantamento. A estética barroca projetava um cenário audiovisual, onde o ilusório e o inesperado estavam sempre presentes, o que explica o uso constante de estampidos, tambores, apitos, clarins, trombetas, tiros de mosquetes. “No Triunfo Eucarístico, um grupo de músicos abria o desfile e, no meio, iam um gaiteiro, um moleque tocando tambor e quatro negros tocando trombetas. Na missa de exéquias de D. João V em São João Del Rei, o clima fúnebre e algo etéreo, num tempo suspenso entre a vida e morte, foi criado na igreja, por dois coros, dois rabeções e um cravo” (FURTADO, J.F. 1997, 257). Os sons ouvidos por toda a capitania eram diversos e variados, sintomáticos do viver em colônia (FURTADO, J.F. 2008a). A prática musical em Minas gerou todo um conjunto de profissionais, organizado em corporações e que se punha a serviço das câmaras municipais e das irmandades. O movimento musical na capitania, cujo resgate se iniciou com os trabalhos de Curt Lange, foi marcado pela erudição e refinamento das partituras e é um tema que ainda desafia os historiadores que se esforçam para completar o levantamento sistemático desse acervo a fim de analisá-lo (LANGE, 1979; MONTEIRO, 1995; CASTAGNA, 2000; CASTAGNA, 2001; CASTAGNA, 2002; TUGNY, 2001; MIRANDA, 2002, CASTAGNA, 2008; DIAS, S. 2001; GUIMARÃES, 2001).

A prática das festas não eram prerrogativas dos brancos. Os batuques de negros preenchiam de sons as noites mineiras, aterrorizando senhores, que não compreendiam seus significados, pois não partilhavam do mesmo universo cultural. Os batuques lembravam aos homens brancos que a cultura africana era marcada por um universo de magia que, em Minas Gerais, se amalgamou às práticas de feitiçaria oriundas do universo cultural europeu, conforme estudos inovadores têm apontado. O desconhecimento da cultura africana, inclusive suas línguas, gerava o medo, mas não só isso, o perigo dos caminhos, a natureza agreste e selvagem, os conflitos cotidianos, a ameaça dos quilombolas estavam entre os inúmeros fatores que provocavam temor na população local (QUEIROZ, 1998; LARA, 1999; GROSSI, 1999a; RAMOS, 2000; PAIVA, 2001a; PAIVA, 2001b; AGUIAR, 2001; DIAS, P. 2001; LUCAS, G. 2002; CASTRO, 2002;

FURTADO, J.F. 2008a).

O inconformismo foi prática reinante no universo cultural das Minas Gerais e as heresias, a magia, a moralidade heterodoxa, os resquícios de paganismo e da religiosidade africana eram constantemente perseguidos pelos visitantes diocesanos, que nos legou registros inestimáveis sobre a cultura local às margens dos padrões institucionais. Muitos historiadores se aventuraram no estudo do que se convencionou chamar de circularidade ou reciprocidade entre a cultura erudita e a popular, cujo exemplo clássico foi o de Pedro de Rates Henequim, preso pela Inquisição, condenado como herege e queimado no último Auto de Fé que Lisboa assistiu (GOMES, 1997; ROMEIRO, 1999). A análise de sua visão de mundo e de outros contemporâneos seus revela a existência de um universo mental comum aos moradores das Minas, particularmente os oriundos do reino, no início do século XVIII, no qual o milenarismo ocupava um papel central e levava esses atores à edenização da região. Nesta perspectiva, o olhar se desloca e a América coloca-se como centro a partir do qual idéias novas eram constituídas. As caravelas que cortavam incessantemente os oceanos tornavam-se caravelas de cultura, não só porque eram portadoras de homens e objetos que reproduziam na terra dos papagaios os valores e a cultura européia, mas que no trajeto de volta levavam uma nova percepção do mundo, uma cultura mestiça que imprimia suas marcas na própria cultura do colonizador. O gosto era um dos elementos desses intercâmbios: gosto arquitetônico, culinário, estético, etc. – temas, com raras exceções, ainda bem pouco estudados (MENESES, 1998; ALCIDES, 2003; MACHADO, 2004; MAGALHÃES, 2004; ABDALA, 2006)

141

7. Considerações finais

Deste primeiro balanço emerge um saldo favorável. A proliferação dos estudos, com sua diversidade temática, metodológica e caráter interdisciplinar, tem aberto o campo de investigação para o historiador que se debruça sobre o passado colonial das Minas Gerais. Percebe-se que esse conjunto de trabalhos tem se mostrado sensível ao particular, aos processos históricos correntes na capitania, mas em eterna sintonia com os acontecimentos mais globais, especialmente os que aconteciam em outras regiões do Brasil como no restante do império. A historiografia sobre Minas Gerais recente acompanhou de perto a renovação dos estudos históricos no mundo e no Brasil, mas não o fez apenas como simples imitação de modelos. Procurou contribuir de forma original nos debates que têm sido travados nos últimos anos e utilizando a experiência histórica da capitania para propor novas interpretações sobre temas caros à comunidade acadêmica, particularmente no que diz respeito às relações de poder no interior do império ultramarino português, salientando as identidades e os paradoxos decorrentes das relações entre os dois pólos. Tem-se aberto também o campo de estudos comparativos, ainda que estudos com este perfil sejam ainda em número reduzido. A abertura nunca vista do conceito de fontes

promoveu a incorporação inovadora de um conjunto heterodoxo de documentos, no sentido amplo do termo. Isso permitiu que fosse desvendado o dia-a-dia das Minas, e a sociedade e a cultura mineradora foram temas de inúmeros trabalhos que salientaram a diversidade e a heterogeneidade como suas características intrínsecas, descortinando, como nunca antes aos olhos do público, o mundo dos livres, forros e escravos da capitania que viveram em contínua interação e conflito.

Bibliografia citada no artigo

ÁVILA, Affonso. **Resíduos seiscentistas em Minas**: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1967.

CANO, Wilson. Economia do ouro em Minas Gerais. **Contexto**, São Paulo, v.3, julho de 1977.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 1ª ed. 1vol. s.l, s.e., s.d.

FRIEIRO, E. **O diabo na livraria do cônego**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____. **Feijão, angu e couve**: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros: 1966.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17ª. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GRUZINSKI, Serge. **La colonisation de l'imaginaire**. Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol. Paris: Galimard, 1988.

_____. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HESPANHA, M. e XAVIER, Ângela. As redes clientelares. In MATTOSO, José (org). **História de Portugal**: o antigo regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4, p.381-93.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In **História da Civilização Brasileira**; a época colonial. 6ª.ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 25ª.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. Perspectivas da história econômica de Minas Gerais, 1889-1930. **Colloques Internationaux du CNRS**. N.543. L'Histoire quantitative du Brésil de 1800-1930, n.p. Paris, 1973.

_____. Minas e a imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, vol. 50, p.257-273, 1974.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 21ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** - colônia. São Paulo: Martins, 1979.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** - colônia. 16a. ed. São

Paulo: Brasiliense, 1942

XAVIER, Ângela Barreto. **El Rei aonde póde, e não aonde quer**: razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Historiografia sobre Minas Gerais: Esboço bibliográfico consultado

ABDALA, Mônica Chaves. Sabores da tradição. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.119-130, 2006.

ABREU, Jean Luiz Neves. **O imaginário do milagre e a religiosidade popular**: um estudo sobre a prática votiva nas Minas do século XVIII. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2001. (Dissertação, Mestrado em História)

AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Vila Rica dos confrades**. São Paulo: FFLCH-USP, 1993. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. **Negras Minas Gerais**: uma história da diáspora africana no Brasil colonial. São Paulo: IPE/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

_____. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001. v.1, 361-393.

ALCIDES, Sérgio. **Estes penhascos**: Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas Gerais (1753-1773). São Paulo: Hucitec, 2003.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras** – Mariana, 1750-1850. Niterói: UFF, 1994. (Dissertação em História).

_____. **Homens ricos, homens bons**: produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese, Doutorado em História).

_____. Ricos e pobres em Minas setecentista: a sociedade colonial polarizada. **Oficina da Inconfidência Revista de Trabalho**, Ouro Preto, v. 3, p. 119-159, 2004.

_____. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Locus**, Juiz de Fora, v. 11, p.137-160, 2006.

_____. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, C. M. C. (orgs.) **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-193.

ALVARENGA, Thábata Araújo de. Tradição ou inovação nas leituras: Vila Rica – 1750-1800. **Oficina da Inconfidência, Revista de trabalho**, Ouro Preto, Museu da Inconfidência, ano 1, v.1, p.25-64, 1999.

ALVES, Célio Macedo. **Artistas e irmãos**: o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro. São Paulo: USP, 1997. (Dissertação em História).

AMANTINO, Márcia. O sertão oeste em Minas: um espaço rebelde. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.29, p.79-88, jan.2003.

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras**: os moradores do sertão oeste de

Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, v.9, p.74-85, 1989.

_____. **Vassalos rebeldes**: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII. Belo Horizonte, Ed.UFMG – C/Arte, 1998.

_____. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira. In PRIORE, Mary del. (org). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.115-126.

_____. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.28, p.29-38, dez.2002.

_____. **A geografia do crime**: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria J. e SILVA, Flávio Marcus. Levantamentos setecentistas mineiros, violência coletiva e acomodação. FURTADO, Júnia F. (org). In **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001. p.307-332.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A enxada complexa**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1994. (Dissertação em História).

144

_____. A conversão do sertão: capelas e a *governamentalidade* nas Minas Gerais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.23, n.37, jan.jun.2007.

_____. **Entre a roça e o engenho**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais, primeira metade do século XIX. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2008.

_____. **A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica/ Ed.Puc/ Minas, 2008.

ANDRADE, Marcos F. **Rebeldia e resistência**: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1996. (Dissertação, Mestrado em História).

ÂNGELO, Rosana Figueiredo. **A venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará**: pompa barroca, manifestações artísticas e a cerimônia da Semana Santa (séc. XVIII a meados do séc. XIX). Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História).

ANTUNES, Álvaro de Araújo **Espelho de cem faces**: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. São Paulo: Annablume, 2004.

ARAÚJO, Emmanuel. **Teatro dos Vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In PRIORE, Mary del. (org). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.45-91.

ARAÚJO, Janeth Xavier de. *Para a decência do culto de Deus*: artes e ofícios na Vila Rica setecentista. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em

História).

ARAÚJO, Luiz A. Silva. **Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: o estudo de caso - João de Souza Lisboa (1745-1765)**. Niterói: UFF, 2003. (Dissertação, Mestrado em História).

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo: espinha dorsal de Minas**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

BERGAD, Laird W. **Slavery and demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BORREGO, Maria A. Menezes. **Códigos e prática: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)**. São Paulo: Annablume, 2004.

BORGES, Célia. **Devoção branca de homens negros: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII**. Niterói: UFF, 1998 (Doutorado em História).

BORGES, Maria Eliza Linhares. A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada. In ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.). **O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séc. XVI a XIX**. São Paulo, 2002. p.105-122.

BOSCHI, Caio César. O assistencialismo na capitania do ouro. **Revista de História**, São Paulo, nº.116, p.25-41, jan./jun.1984.

_____. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. As visitas diocesanas e a Inquisição na colônia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, nº.14, p.151-184, 1987.

_____. **Achegas à História de Minas Gerais**. Porto: Poryucalense, 1994.

_____. **Fontes Primárias para a História de Minas Gerais em Portugal**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. (Coleção Mineiriana)

_____. Em Minas, os negros e seus compromissos. In MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. (org.) **Compromissos de irmandades mineiras**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2007, p.275-292.

BOSCHI, Caio César (coord.); FURTADO, Júnia Ferreira (índices). **Inventário dos Manuscritos Avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998b, 3.vol. (Coleção Mineiriana)

BOSCHI, Caio César; FIGUEIREDO, Luciano Raposo; MORENO, Carmen. **Inventário da Coleção Casa dos Contos: livros 1700-1891**. Belo Horizonte: Ed.PUCMinas, 2006.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In BOTELHO, T. R. et alii. (orgs.) **História quantitativa e serial no Brasil: um balanço**. Belo Horizonte, ANPUH-MG, 2001. p.45-63.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

CAMPOS, Adalgisa A. Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 110, p.141-167,

1992.

_____. **Pompa, escatologia e artes na cultura colonial mineira.** São Paulo: USP, 1994. (Tese, Doutorado em História).

_____. Irmandades mineiras e missas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.15, p.19-27, mar.1996.

_____. Locais de sepultamento e escatologia através de registros de óbitos da época barroca – a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.141-175, 2004a.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. (org.) BANCO de dados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Número especial da revista **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, 2004b.

CAMPOS, Adalgisa Arantes e FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.21-40, 2004.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros: de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado – 1693 a 1737.** São Paulo: USP, 2002. (Tese, Doutorado em História).

CARRARA, Angelo Alves. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807).** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (Tese, Doutorado em História).

_____. A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. **História Econômica História de Empresas**, São Paulo Brasil, v. 3, n. 2, p. 47-63, 2001a.

_____. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808-1835. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 25, p. 144-164, 2001b.

_____. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 41, p. 40-59, 2005.

_____. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. **Varia História**, v.23, n. 37, p. 574-596, 2007a.

_____. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807.** Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2007b.

_____. **Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos.** Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2008.

CASTAGNA, Paulo A. **O 'estilo antigo' na prática musical paulista e mineira nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo: USP, 2000. (Tese, Doutorado em História)

_____. Primeiros organistas da Catedral de Mariana. **Caixa Expressiva**. Piracicaba, v.5, n.10, p.20-21, 2001.

_____. As claves altas na prática musical religiosa paulista e mineira dos séculos XVIII e XIX. **Per Musi**. Belo Horizonte, v.3, p.27-42, 2002.

CASTAGNA, Paulo. (coord.) **Patrimônio arquivístico-musical mineiro.** Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais/ Secretaria de Estado de Cultura, 2008, 3v.

CASTRO, Márcia de Moura. **Os ex-votos mineiros: as tábuas votivas do ciclo do ouro.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

CASTRO, Yeda P. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Coleção

Mineiriana).

CATÃO, Leandro Pena. **Sacrílegas palavras**: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Belo Horizonte, UFMG, 2005. (Tese, Doutorado em História).

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes**: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. **Melhoramentos no Brasil**: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822). Niterói: UFF, 2001. (Tese, Doutorado em História).

CHAVES, Maria Lúcia Resende. **Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes**: o distrito do Lage (1780-1850). Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação, Mestrado em História).

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas**. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, mestrado em História).

COSTA, Antônio Gilberto, FURTADO, Júnia F., RENGER, Friedrich E., SANTOS, Márcia Maria D. **Cartografia das Minas Gerais**: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto. (org.) **Cartografia da conquista das minas**. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. (Textos de Antônio Gilberto Costa, Júnia Ferreira Furtado, Friedrich E. Renger e Márcia Maria D. Santos).

COSTA, Gilberto. (org.) **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

COSTA, Iraci del Nero. Minas colonial: características básicas de quatro estruturas demo-econômicas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1,n.1,jan-jun.1986.

CORDEIRO, Ana Paula Meyer. **Minas ocultas**: civilização e fronteira no ocaso da América portuguesa. Niterói: UFF, 2001. (Dissertação, Mestrado em História).

COTTA, Francis Albert. Milícias negras e pardas nas Minas do século XVIII. **Cronos**, Pedro Leopoldo, v.7, p.25-53, 2003.

_____. **Políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Tese: doutorado em História)

CUNHA, Alexandre Mendes da. **Vila Rica - São João del Rey**: uma rota da desarticulação de cultura urbana entre o século XVIII e o XIX. Niterói: UFF, 2002a. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século XVIII. In **10º. Seminário sobre economia mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002b. (publicação eletrônica)

_____. No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. **Estudos Históricos**, Dossiê Território e Espaço, Rio de Janeiro, CPDOC, v.40, p.25-45, julho-dezembro 2007.

DANTAS, Mariana Libânio de Rezende. **Black Townsmen**: a comparative study of the lives of persons of African origin and descent in slavery and freedom in Baltimore, Maryland, and Sabará, Minas Gerais, 1750-1810. Baltimore: Johns

- Hopkins, 2003. (Tese, Doutorado em História)
- _____. Child Abandonment and Foster Care in Colonial Brazil: Exostos and the Free Population of African Descent in 18th-Century Minas Gerais. In BRANA-SHUTE, Rosemary and SPARKS, Randy J. (eds). **From Slavery to Freedom: Manumission in the Atlantic World**. South Carolina: University of South Carolina Press, forthcoming.
- _____. Inheritance practices among individuals of African origin and descent in Eighteenth-century Minas Gerais, Brazil. In KLEIJWEGT, Marc. (ed). **Freed Slaves - Integration and Exclusion**. Leiden: Brill, forthcoming.
- DAVES, Alexandre Pereira. **Vaidades das Vaidades: os homens, a morte e a religião nos testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755)**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação, Mestrado em História).
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nos sertões do rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733. In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001, v.1, p.45-105. (Coleção Mineiriana).
- DIAS, Paulo. A *outra* festa negra. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001. v.2, p.859-888.
- DIAS, Sérgio. Considerações sobre a originalidade da música mineira setecentista. In **ANAIS do IV Encontro de Musicologia Histórica: Música religiosa na América portuguesa**. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2001. p.143-172.
- DUTRA, Eliana. Historiografia sobre Minas Gerais: tendências e contrastes. **LPH - Revista de História**, Mariana, n.6, p.7-15, 1996.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005.
- EUGÊNIO, Alisson. As doenças de escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das Luzes. **Varia Historia**, Belo Horizonte, UFMG, vol. 23, p.154-163, jul. 2000.
- FADEL, Bárbara. **Clero e sociedade: Minas Gerais- 1745-1817**. São Paulo: FFLCH-USP, 1994. (Dissertação, Mestrado em História).
- FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In SILVA, F.C.T. da e MATTOS, H.M. e FRAGOSO, J. (orgs) **Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.
- _____. **Sinhás pretas, "damas mercadoras"**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso de Titular)
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- _____. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**.

São Paulo: Hucitec, 1995a.

_____. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. **LPH. Revista de História**, Ouro Preto, vol.5, p.56-87, 1995b.

_____. Remendar a vida em Minas é costurar o couro da memória ... **Anais do I Encontro dos Cursos de História de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Newton Paiva, 1995c.

_____. "Painel Histórico e A sede e a saga: um percurso historiográfico da Inconfidência". In PROENÇA FILHO, Domício. (org.) **A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1996.

_____. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais – 1736. **Oceanos**, Lisboa, v.40, p. 128-144, Dez. de 1999. "Fronteiras do Brasil colonial".

_____. Rapsódia para um bacharel. In FIGUEIREDO, Luciano R. de A. e CAMPOS, Maria Verônica. (org.) **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, v.1, p.37-154. (Coleção Mineiriana)

_____. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII. In FURTADO, Júnia F. (org.) **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001. p.197-254.

_____. Prudência e luzes no cálculo econômico do antigo regime: fiscalidade e derrama em Minas Gerais (notas preliminares para discussão). In **10º. Seminário sobre economia mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002. (publicação eletrônica)

FIGUEIREDO, Luciano, R. A. & SOUSA, Ricardo. Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição Mineira, **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.11-34, jul./dez.1987.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; KANTOR, Íris; e CAMPOS, Maria Verônica. (orgs.) **CÓDICE Costa Matoso**. Número especial da revista **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.21, 1999a.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. e CAMPOS, Maria Verônica. (org.) **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999b, v.1, p.37-154. (Coleção Mineiriana)

FONSECA, Claudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p.27-86.

_____. **Des terres aux villes de l'or**. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003a.

_____. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.29, p.39-51, 2003b.

FREITAS E SOUZA, Rafael de. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários

e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.24, n.39, p.273-292, 2008.

FURTADO, Joaci. Uma utopia para o passado: a Inconfidência Mineira nas Cartas Chilenas, **LPH: Revista de História**. Ouro Preto, v.5, p.138-143, 1995.

_____. **Uma república de leitores**: história e memória na recepção das cartas chilenas. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope**: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. O outro lado da Inconfidência Mineira. Pacto colonial e elites locais. **LPH. Revista de História** - UFOP, Ouro Preto, v. 4, p. 70-91, 1993/94.

_____. **O Livro da Capa Verde**; a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. Desfile: a procissão barroca. **Revista Brasileira de História** - ANPUH, São Paulo, v.17, n.33, p.251-279, 1997.

_____. **Homens de Negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999a.

_____. Historiografia mineira: tendências e contrastes. **Varia História** – UFMG, Belo Horizonte, v.20, p. 45-59, março de 1999b.

_____. O Labirinto da Fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. In **História: Fronteiras**. Vol. I. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999c, p.309-319.

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001a.

_____. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec/ Imprensa Oficial, 2001b, v.1, p.397-416.

_____. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001c, v.1, p.3-30. (Coleção Mineiriana)

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001d, v.1, p.3-30. (Coleção Mineiriana)

FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001e, p.81-121.

_____. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.) **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: Annablume, 2002, p.497-511.

_____. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do

- mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. Transitar na Estrada Real: o cotidiano dos caminhos. In: COSTA, Gilberto. (org.) **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p.192-205.
- _____. Teias de Negócio: conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia durante o século XVIII. In FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá; CAMPOS, Adriana Pereira. (orgs) **Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Lisboa: Instituto de Investigações Científicas e Tropicais/Vitória: EDUFES, 2006a, p.165-192.
- _____. Quem Nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. In FURTADO, Júnia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. (orgs) **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Editora Annablume, 2006b, p.223-250.
- _____. Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto. In DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Editora Annablume, 2006c. p.69-86.
- _____. Da arte de tratar os dentes. In FURTADO, Júnia Ferreira; STARLING, Heloísa Maria Murgel; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula. (orgs.) **Odontologia: história restaurada**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p.65-119.
- _____. Os sons e os silêncios nas Minas do ouro. In **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África**. São Paulo: Annablume, 2008a, p.19-56.
- _____. Iluminuras da Sedição: A cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira. In CAMPOS, Adalgisa A. **Território, Arte e Sociedade**. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano. *Ouro Preto: C/Arte, 2008b, p.981-1003*. (Publicação eletrônica)
- FURTADO, Júnia F e VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In PRIORE, Mary del. (org.). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.93-113.
- GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade. **A produção do conhecimento histórico e o documento: estudo da relação entre a historiografia sobre Minas Gerais e as fontes primárias**. Belo Horizonte: UFMG, 1994. (Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação).
- GOMES, Plínio F. **Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GONÇALVES, Adeldo. **Gonzaga: um poeta do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p.13-26.

_____. Alforrias na comarca de Ouro Preto. **População e Família**, v.2, p.157-180, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.120-141, 2004.

_____. Desaguadouro de tensões. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.25-34, 2006

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.23, n.37, jan.jun.2007.

GROSSI, Ramon Fernandes. **O medo na Capitania das Minas na segunda metade do setecentos**. Belo Horizonte: UFMG, 1999a. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. O caso de Ignácio mina: tensões sociais e práticas "mágicas" nas minas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.20, p.118-131, março 1999b.

_____. Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (primeira metade do século XVIII). **LPH - Revista de História**, Ouro Preto: UFOP, v. 8, p.11-26, 1998-1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Agricultura e caminhos de Minas (1700-50). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n .4, 1987, p.85-99.

_____. **Uma negação da ordem escravista**: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.

_____. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In SILVA, Maria Beatriz N. (org.). **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.324-338.

_____. Os cabeças e as cabeças: quilombos, liderança e degola nas Minas setecentistas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.26, p. 109-131, jan.2002.

GUIMARÃES, Carlos M., e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n.2, 1986.

GUIMARÃES, Maria Inês. O catálogo temático da obra de Lobo de Mesquita. In **ANAIS do IV Encontro de Musicologia Histórica**: Música religiosa na América portuguesa. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2001, p.173-190.

GRAMMONT, Guiomar Maria de. **Aleijadinho e o Aeroplano**: paraíso barroco e a construção do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HIGGINS, Kathleen J. **Licentious liberty in a Brazilian gold-mining region**. University Park/PA: Pennsylvania State University Press, 1999.

KANTOR, Iris. Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas, **LPH - Revista de História**. Ouro Preto, v.5, p.122-137, 1995.

_____. **Pacto festivo em Minas colonial**: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana. São Paulo: IPE/USP,1996. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (org). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Edusp/Hucitec/

- Imprensa Oficial, 2001, p.169-180
- KLEIN, Herbert S. e LUNA, Francisco Vidal. Free colored in a slave society: São Paulo e Minas Gerais in the early nineteenth century. **Hispanic American Historical Review**, v.80, n.4, p.913-941, November 2000.
- LANGE, Francisco Curt. A música no período colonial em Minas Gerais. In **I Simpósio de Cultura Mineira**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- LANGFUR, Harold. **The Forbidden Lands: Frontier settlers, slaves, and indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830**. Austin: Universidade do Texas, 1999. (Tese, Doutorado em História).
- LARA, Silvia Hunold. Os *minas* em Minas: linguagem, domínio senhorial e etnicidade. In **História: Fronteiras**. Vol. II. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999. p.681-688.
- LEMONS, Carmem Silvia. **A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)**. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em História).
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEITE, Paulo Gomes. A cultura do Tejuco no resgate do Iluminismo em Minas Gerais. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.14, p.22-26, março 1989a.
- _____. Duas edições anônimas de d'Alembert em Diamantina. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.16, p.43-46, maio 1989b.
- _____. Livros perigosos no Tejuco. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.22, p.28-32, Dez.1989c.
- _____. Contestação e Revolução na Biblioteca de Vieira Couto. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.27, p.23, jul.1990a.
- _____. Um iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.32, p.24-29, Dez.1990b.
- _____. A maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.33, p.18-23, jan.1991.
- _____. Pornografia, subversão e ateísmo na biblioteca de um cientista tejucano, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.XXIII, p.222-233, abril de 2000.
- LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 17, p.101-114, 1989.
- _____. **Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: IPE/USP, 1992. (Tese, Doutorado em História).
- LIBBY, Douglas Cole. Subsídios para a História de Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.21-24, 2006.
- LIBBY, Douglas Cole, e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.17, n.1/2, p.17-46, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole, e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-

1850. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.30, p.112-151, jul.2003.
- LIBBY, Douglas Cole e HARGREAVES, Lucy Gonçalves Fontes, MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Inventário dos acervos documentais históricos do Estado de Minas Gerais: metodologia, resultados e diagnósticos preliminares. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.22, p.183-206, jan.2002.
- LIBBY Douglas Cole e BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.69-97, 2004.
- LOTT, Mirian Moura. **Nas formas do ritual romano**: casamento e família nas Minas Gerais. São Paulo: Annablume, 2008.
- LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002.
- LUCAS, Fábio. **Luzes e trevas**: Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores. São Paulo: IPE/USP, 1983.
- MACHADO, David Prado. **A Corte na Fazenda**: costumes, representações e arquitetura em Minas Gerais (1790-1850). Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História)
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e seqüestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História/UFMG**, Belo Horizonte, v.9, p.31-45, 1989.
- _____. Notas para um estudo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.21, p.33-41, 1999.
- _____. Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas. Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In **10º. Seminário sobre economia mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002. (publicação eletrônica)
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. **A mesa de Mariana**: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). São Paulo: Annablume, 2004.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. (org.) **Compromissos de irmandades mineiras**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2007.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. No exercício das atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII. In FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, C. M. C. (orgs.) **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 195-222.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAXWELL, Kenneth. As causas e o contexto da conjuração mineira. In FURTADO, Júnia F. (org) **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001, p.389-414.
- MELLO, Christiane Figueiredo P. de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças**

na segunda metade do Século XVIII. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América. Niterói: UFF, 2002. (Tese, Doutorado em História)

MENESES, José Newton C. O gosto e a necessidade – em torno da cozinha mineira do século XVIII. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, anoVI, n.10, p.18-34, 1998.

_____. **O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas.** Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

_____. **Artes Fabris e Serviços Banais.** Niterói: UFF, 2003. (Tese, Doutorado em História).

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MIRANDA, Daniela. **Músicos de Sabará: a prática musical e religiosa a serviço da Câmara (1749-1822).** Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História).

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Na vizinhança dos grandes. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.107-118, 2006

MÓL, Cláudia Cristina. **Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800).** Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História)

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia, uma santa africana no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

_____. Pedofilia e pederastia no Brasil antigo. In PRIORE, Mary Del. (org.) **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996. p.44-60.

_____. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada: cotidiano e vida privada no Brasil.** v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.155-220;

MONTEIRO, Maurício Mário. **João de Deus de Castro Lobo e as práticas musicais nas associações religiosas de Minas Gerais: 1745-1832.** São Paulo: FFLCH-USP, 1995. (Dissertação, Mestrado em História).

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América.** São Paulo: Hucitec, 2003.

MYRUP, Erik Lars. To rule from afar: Brazil in the making of Portugal's overseas council. In **Imperial (re)visions: Brazil and the portuguese seaborne empire.** New Haven: Yale University, 2002. (working paper – mimeo).

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho.** Edições Dubolso, sd.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcanti de. **Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa.** São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Tese, Doutorado em História).

PACÍFICO FILHO, Miguel. **Práticas sociais dos homens negros em Minas Gerais da América portuguesa.** Assis: FCL, 2004. (Doutorado em História).

PAES, Maria Paula Dias Couto. **Teatro do controle, prudência e persuasão nas Minas do Ouro.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Mestrado em História).

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. **Escravidão e universo cultural na Colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001a.

_____. Celebrando a alforria: Amuletos e práticas culturais entre as mulheres negras e mestiças do Brasil. In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: Cultura e Sociabilidade na América portuguesa. São Paulo, 2001b, v. 2, p.505-518.

_____. Pelo justo valor e pelo amor de Deus: as alforrias nas Minas. In PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. (orgs.) **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira**: 1982-2002: Coletânea de trabalhos, 1982-2000. Belo Horizonte, 2002a, v. 2, p.313-341.

_____. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.). **O Trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver - séc. XVI a XIX. São Paulo, 2002b, p.187-207.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In FURTADO, Júnia F. (org.) **Diálogos oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.45-67.

PARRELA, Ivana Denise. **O teatro das desordens**: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambirucu – 1768-1800. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História).

PAULA, João Antônio. de. **O Prometeu do sertão**: economia e sociedade da capitania das Minas do Mato Dentro Gerais. São Paulo: FFLCH-USP, 1988. (Tese, Doutorado em História Econômica).

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. **O sangue, a palavra e a lei**: facês da ilegitimidade na Vila de Sabará setecentista (1700-1770). Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. **O cativo e a messe nas terras do ouro: escravidão e catolicismo nas Minas Coloniais**: 1700-1764. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História).

PINJING, Ernest. *Controlling contraband*: mentality, economy and society in Eighteenth century. Baltimore: Johns Hopkins, 1997. (Tese, Doutorado em História)

PIRES, Maria do Carmo. **Juízes e infratores**: o tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800). São Paulo: Annablume, 2008.

_____. O provimento da ordem. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.67-80, 2006.

PIRES, Maria Do Carmo; CHAVES, C. M. G.; MAGALHAES, S. M. **Casa de Vereança de Mariana**: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Ed.UFOP, 2008

POLITO, Ronald. **Um coração maior que o mundo**: Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

- PRAXEDES, Vanda Lúcia. **A teia e a trama da 'fragilidade humana': os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 1770-1840.** Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em História).
- PRIORE, Mary del. **A mulher na história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1989. (Col. Repensando a História).
- _____. **Festas e utopias no Brasil colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Crianças das Geraes entre o século XVIII e XIX: uma moeda, várias caras. In RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.2, 505-518.
- QUEIROZ, Sônia. **Pé preto em barro branco: a língua dos negros da Tabatinga.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- RAMOS, Donald. **A social history of Ouro Preto: 1695/1726.** 2 vol. Miami: The University of Florida, 1972. (Tese, Doutorado em Filosofia).
- _____. Marriage and family in colonial Vila Rica. **Hispanic American Review,** North Carolina, v. 55, p.200-225, 1975.
- _____. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. **Journal of Family History,** v.3, n.4, p.361-375, 1978.
- _____. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In NADALIN, S.O et alii. **História e população: estudos sobre a América Latina.** São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.154-163.
- _____. Single and married women in Vila Rica, Brazil, 1754-1838. **Journal of Family History,** Mineapolis, v.16, n.3, p.261-281, 1991.
- _____. A influência africana e a cultura popular em Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da escravidão. In SILVA, Maria Beatriz N. (org) **Brasil: colonização e escravidão.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.142-162.
- _____. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e do compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia,** Belo Horizonte, v.31, p.41-68, 2004.
- REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais no século XVIII. **Revista do Departamento de História – UFMG,** Belo Horizonte, v.9, p.86-95, 1990.
- _____. **Por ser público e notório: escravos urbanos e criminalidade na capitania de Minas (1720-1800).** São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Tese, Doutorado em História).
- _____. Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. **Varia Historia,** Belo Horizonte, v.31, p.166-188, 2004.
- _____. Meios e modos de prender e encarcerar. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.81-90, 2006.
- RENGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.91-106, 2006.

- RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 2v.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas Mestiça: índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro. **Cahiers des Amériques Latines**, França/Paris, v.44, p.61-76, 2004.
- _____. Minas dos Cataguases: Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado. **Varia História**, Belo Horizonte, v.33, p.186-202, 2005.
- _____. **Gentios brasílicos**: índios coloniais nas Minas Gerais do século do ouro. São Paulo: Hucitec, 2008.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Harold. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v.23, p.1-20, 2008.
- RIBAS, Marcos Caetano. **A história do caminho do ouro em Paraty**. Paraty: Contest Produções Culturais, 2003.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos**: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, André Figueiredo. **Um potentado na Mantiqueira**: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: FFLCH-USP, 2002a. (Dissertação, Mestrado em História).
- _____. **O clero e a conjuração mineira**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2002b.
- ROMEIRO, Adriana. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. In *História: Fronteiras*. Vol. I. **Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999, p.321-335.
- _____. **Um visionário na Corte de D. João V**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- _____. Guerra dos emboabas: novas abordagens e novas interpretações. In VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage. (orgs.). **História de Minas Gerais Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 35-70.
- _____. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**: idéias práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008.
- ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário Histórico das Minas Gerais** – período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História** - USP, ano 25, v.55, p.25-80, 1977.
- _____. **The black man in slavery and freedom in colonial Brazil**. New York: St. Martin's Press, 1982.
- _____. The gold cycle. In BETHELL, Lealie (Org.). **Colonial Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- _____. Fronteiras no Brasil colonial. **Oceanos**, Lisboa, n.40, p.8-20, out./dez.1999.
- SANTIAGO, Camila Fernanda. **A Vila Rica em festas**: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica – 1711-1744. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

_____. Os gastos do senado da Câmara de Vila Rica com festas: destaque para *Corpus Christi* (1720-1750). In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa: Cultura e Sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo, 2001.v. 2, p. 487-01.

SANTOS, Márcio. **Estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande**: 1688-1732. Belo Horizonte: FAFICH-MG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. Criança esquecida das Minas Gerais. In PRIORE, Mary del. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p.107-136.

SILVA, Célia Nonata da. **A teia da vida**: violência interpessoal nas minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. **Territórios de mando**: banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um brasileiro nas malhas da Inquisição: o mineiro José Joaquim Vieira Couto e a Maçonaria. In **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p.249-264.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.97-119, 2004.

SILVEIRA, Marco Antonio. **O universo do indistinto**: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Fama pública**: poder e costume nas Minas setecentistas. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. (Tese, Doutorado em História).

SOARES, Mariza de Carvalho. Os mina em Minas: tráfico atlântico, redes de comércio e etnicidade. In **História: Fronteiras**. Vol. II. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999. p.689-695.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In NOVAIS, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.347-366.

_____. D. Pedro de Almeida Portugal e a revolta de 1720 em Vila Rica. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p.193-213.

_____. O senado da câmara e as crianças expostas. In PRIORE, Mary Del. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996, p.28-43.

_____. **Norma e conflito:** aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. Coartação: problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.) **Brasil:** colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 275-295.

_____. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Maria Elisa de Campos. **Administração, justiça e relações de poder:** ouvidorias de comarcas nas minas setecentistas. Niterói: UFF, 2000. (Dissertação, Mestrado em História).

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista:** história da festa de coroação de rei Congo. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002.

SOUZA, Rafael de Freitas. **Combate nas Luzes:** a recepção e leitura do *Recueil* pelos Inconfidentes mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).

STUMPF, Roberta Giannubilo. **Filhos da Minas, americanos e portugueses:** identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792). São Paulo: FFLCH-USP, 2001. (Dissertação, Mestrado em História).

TERMO de Mariana: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

TRINDADE, Jaelson Bitran. **A produção da arquitetura nas Minas Gerais na província do Brasil.** São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Doutorado em História).

TUGNY, Rosângela Pereira. O inventário do Acervo Curt Lange da UFMG: contribuições para uma ética da pesquisa de campo em musicologia. In **ANAIS do IV Encontro de Musicologia Histórica:** Música religiosa na América portuguesa. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2001. p.262-276.

VAINFAS, Ronaldo. Sodomias, amor e violência nas Minas setecentistas. In RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís C. (orgs.) **História de Minas Gerais:** as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.2, p.519-30.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder:** Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Elites mineiras setecentistas:** conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Colibri, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: a criança escrava em Minas Gerais do século XIX. **Estudos Afro-asiáticos**, CEAA, v.18, n.1, p.97-108, 1991.

_____. **Atlas Histórico de Minas Gerais:** economia, sociedade e mentalidades nos séculos XVIII e XIX. Ouro Preto, UFOP, v.1, n.2, p.8 - 9, 1994.

_____. Os pequenos proprietários de escravos em Passagem de Mariana: as listagens de 1723 e 1727. **ANAIS do 7º. Seminário sobre Economia Mineira.** Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1995, p.239-246.

_____. Cativos do Reino: a importação de escravos de Portugal para Minas

Gerais colonial. In SILVA, Maria Beatriz N. (org.) **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a, p.211-220.

_____. Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais, 1775-1875. **Diálogos**. Maringá, v.4, n.4, p.111 - 123, 2000b.

VERSIANI, Carlos. **Cultura e autonomia em Minas Gerais: construção do ideário não-colonial – 1768-1888**. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. (Dissertação, Mestrado em História).

VILLALTA, Luís Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In NOVAIS, Adauto. (org.) **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.367-395.

_____. **A torpeza diversificada dos vícios: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801)**. São Paulo: FFLCH-USP, 1993. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. Os Clérigos e os Livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.8, n.1-2, p.19-52, 1995.

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. São Paulo: FFLCH-USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os símplies da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. v.1, p.107-149. (Coleção Mineiriana)

161

Coletâneas não específicas de interesse:

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org.) **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005.

DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER; Jean-Yves. (orgs.) **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, C. M. C. (orgs.) **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira. (orgs.) **Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Lisboa: Instituto de Investigações Científicas e Tropicais/ Vitória: EDUFES, 2006

FURTADO, Júnia Ferreira e LIBBY, Douglas Cole. (orgs.) **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Editora Annablume, 2006. (Coleção Olhares).

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África**. São Paulo: Annablume, 2008.

JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001.

PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (org.) **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

PAIVA, Eduardo França. (org.) **Brasil-Portugal**: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Editora Annablume, 2006.

Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*

How to make sense of the past: salient issues of metahistory

Jörn Rüsen

Pesquisador sênior
Kulturwissenschaftliches Institut (KWI)
Professor de História Universal e Cultura Histórica
Universidade Witten-Herdecke (UWH)
Joern.Ruesen@uni-wh.de
Alfred-Herrhausen-Strasse 50
58448 Witten
Alemanha

Resumo

O ensaio a seguir aborda a lógica da memória cultural e do pensamento histórico. Primeiramente, dois conceitos básicos para lidar com o passado em nome do futuro são discutidos: "memória" (I) e "história" (II). A parte seguinte trata das questões do fazer história que demandam uma atenção especial nos discursos interculturais do presente: identidade e os problemas do etnocentrismo (III). Adiante se analisa as ferramentas conceituais e metodológicas para a comparação intercultural (IV). Depois disso, aborda-se o excepcional desafio das experiências históricas traumáticas (V) e, finalmente, são trazidos em consideração os novos modos de pensamento histórico como respostas a esse desafio: luto e perdão (VI). A última parte (VII) oferece um rápido panorama sobre a dimensão prática da comunicação intercultural. Em resumo, todo o texto pretende servir como um esboço dos contornos das principais questões da meta-história em uma argumentação sistemática.

163

Palavras-chave

Memória cultural; Trauma; Produção de sentido.

Abstract

The following essay thematizes the logic of cultural memory and historical thinking. First of all two basic concepts of dealing with the past for the sake of the future are discussed: 'memory' (I) and 'history' (II). The following part is dedicated to those issues of doing history which demand special attendance in the intercultural discourse of today: identity and the problems of ethnocentrism (III). The next part analyzes conceptual and methodological tools for intercultural comparison (IV). Furthermore the special challenge of traumatical historical experiences is addressed (V) and, finally, new modes of historical thinking as answers to this challenge are taken into consideration: mourning and forgiving (VI) The last part (VII) gives a short outlook on the practical dimension of intercultural communication. All together, the whole text may serve as a rough outline of the main issues of metahistory in a systematical argumentation.

Keyword

Cultural memory; Trauma; Sense generation.

Enviado em: 05/01/2009

Autor convidado

* Traduzido por Valdeci Araujo e Pedro S. P. Caldas. Agradecemos a revisão atenta e cuidadosa de Estevão de Rezende Martins.

O passado não está morto; ele sequer passou. Nós nos separamos dele e, com isso, nos alienamos.

Christa Wolf¹

A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Ela trama as peças do passado rememorado em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal. Elas precisam dessa interpretação para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas.

A orientação para o futuro da memória e da história não foi ainda intensivamente tematizada e pesquisada. Há diversas razões para isso. Para mim, a mais importante é indicada pela coincidência da perda de confiança do Ocidente no conceito de progresso (pelo menos na mente dos intelectuais ocidentais e ocidentalizados) e a emergência do discurso da memória nas humanidades. No entanto, é o futuro em curso que demanda uma revisão crítica dos conceitos de história e memória até agora desenvolvidos. O processo de globalização confronta diferentes tradições com a ameaça de um "choque de civilizações" devido ao papel que a memória cultural e o pensamento histórico tiveram no processo de formação das diferentes identidades coletivas. Estaremos providos com a ferramenta cultural necessária para superar a dominação, o exclusivismo e a avaliação desigual na conceitualização da identidade? O inquebrantável poder do etnocentrismo no encontro de diferentes grupos, nações e culturas (mesmo ao nível do discurso acadêmico) dá uma clara resposta negativa a essa questão.

Há um outro desafio radical para uma orientação para o futuro, que reflita sobre a memória e a história: o fardo pesado de experiências históricas negativas tais como o imperialismo, as guerras mundiais, o genocídio, o assassinato em massa e outros crimes contra a humanidade. Esse fardo empurra o processo de construção de identidade para o confronto e produz um abismo entre um passado horripilante e um futuro que pretende ser o contrário desse passado. Quais modos de compreensão desse passado e de seu processamento podem contribuir para nos afastar desse mesmo passado em direção a um futuro diferente? Como a identidade histórica pode ser liberada do sofrimento de um fio rompido entre passado e futuro? Este ensaio destaca essas questões e tenta encontrar respostas ao nível da meta-história. Assim fazendo, pressupõe, para as ciências humanas a responsabilidade pela cultura com a qual trabalha e

¹ WOLF, Christa. **Kindheitsmuster** (1976). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989, p. 11 "Das Vergangene ist nicht tot; es ist nicht einmal vergangen. Wir trennen es von uns ab und stellen uns fremd".- Gostaria de dedicar este texto à memória de Richard van Dülmen, falecido em 2005. Além do colega que, por meio de seu comprometimento com a antropologia histórica, contribuiu muito para a geração de sentido histórico, foi o amigo que me encorajou a trabalhar no campo da meta-história.

pelo papel cultural que ela desempenha em seu tempo. Ele tematiza a lógica da memória cultural e do pensamento histórico, uma vez que os desafios a que eles têm que responder recaem no campo dos princípios, no qual os critérios de razão e os modos básicos de interpretação e representação são enfocados. Primeiramente, dois conceitos básicos para lidar com o passado em nome do futuro serão discutidos: "memória" (I.) e "história" (II.). A parte seguinte será dedicada às questões do fazer história que demandam uma atenção especial nos discursos interculturais do presente: identidade e os problemas do etnocentrismo (III.). Adiante se analisa as ferramentas conceituais e metodológicas para a comparação intercultural (IV.). Depois disso, aborda-se o excepcional desafio das experiências históricas traumáticas (V.) e, finalmente, são trazidos em consideração os novos modos de pensamento histórico como respostas a esse desafio: luto e perdão (VI.). A última parte (VII.) oferece um rápido panorama sobre a dimensão prática da comunicação intercultural. Em resumo, todo o texto pretende servir como um esboço dos contornos das principais questões da meta-história em uma argumentação sistemática.

I. Memória histórica

Há diferentes modos de discurso histórico. Primeiramente, pode-se *distinguir memória e consciência histórica*. Essa distinção não é muito fácil, já que ambos os conceitos cobrem o mesmo campo, embora o tematizem de forma diferente. O discurso sobre a memória² faz uma distinção rígida entre o papel das representações históricas na orientação cultural e na vida prática e os procedimentos racionais do pensamento histórico pelos quais o conhecimento do que realmente aconteceu é conquistado. Ele está interessado em revelar todos os modos de fazer e manter o passado presente; não está muito preocupado com a inter-relação estrutural entre memória e expectativa,³ por isso ignora o papel relevante que as intenções orientadas ao futuro jogam na representação do passado. O discurso sobre a consciência histórica⁴ inclui a

² Halbwachs, Maurice: *The collective memory*. Nova Iorque 1980; Nora, Pierre: Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations* 26 (1989), pp. 7-25; Assmann, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis*. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen. Munich 1992; Assmann, Jan. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, 65 (1995), pp. 125-133.

³ Essa inter-relação foi claramente explicitada pela filosofia da temporalidade de Husserl e Heidegger. Husserl, Edmund. *Vorlesungen zur Phänomenologie des inneren Zeitbewußtseins*. Ed. Martin Heidegger. 2nd ed. Tübingen 1980; Heidegger, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen 1984; Cf. Carr, David. *Time, Narrative and History*. Studies in Phenomenology and Existential Philosophy. Bloomington 1986, 2nd ed. 1991; Carr, David. Time-consciousness and historical consciousness In Cho, K. K. (Ed.). *Philosophy and science in phenomenological perspective*. Dordrecht, Boston, Lancaster 1984, pp. 31-44.

⁴ Jeismann, Karl-Ernst. *Geschichte als Horizont der Gegenwart*. Über den Zusammenhang von Vergangenheitsdeutung, Gegenwartsverständnis und Zukunftsperspektive. Paderborn 1985; Rüsen, Jörn: The Development of Narrative Competence in Historical Learning - An ontogenetical Hypothesis Concerning Moral Consciousness. *History and Memory*, 1, 2 (1989), pp. 35-60; Borries, Bodo von; Pandel, Hans-Jürgen; Rüsen, Jörn (Eds.). *Geschichtsbewußtsein empirisch* (Geschichtsdidaktik, Studien, Materialien. New Series, vol. 7). Pfaffenweiler 1991; Angvik, Magne; Borries, Bodo von (Eds.). *Youth and History*. A Comparative European Survey on Historical Consciousness and Political Attitudes among Adolescents. 2 vols. Hamburg, 1997; Borries, Bodo von. "Exploring the Construction of Historical Meaning: Cross-Cultural Studies of Historical Consciousness among Adolescents". In Lehmann, Rainer H. (Eds.). *Reflections on Educational Achievement*. Münster, Nova Iorque, 1995, pp. 25-49; Borries, Bodo von; Rüsen, Jörn (Eds.). *Geschichtsbewußtsein im interkulturellen Vergleich*. Pfaffenweiler 1994;

racionalidade nos procedimentos de produção de sentido do espírito humano. Ele está especialmente interessado naqueles modos de representação que dão ao passado a forma distintiva de história. Além disso, ele tematiza o impacto da história nas perspectivas futuras da vida humana.

De modo resumido, pode-se dizer que a memória *apresenta* o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica *representa* o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro.

Estas distinções são necessárias, mas unilaterais. É muito mais útil mediar ou mesmo sintetizar essas duas perspectivas de apresentar e representar o passado.

Três níveis de memória

166

O discurso sobre a memória revelou uma distinção muito útil de três diferentes modos de lidar com o passado na vida social, que também podem ser úteis se aplicados à questão da consciência histórica.⁵

1. *A memória comunicativa* faz a mediação entre a autocompreensão e as experiências de mudança temporal. Nesse meio, a memória lida com a formação de diferenças geracionais. É um campo da troca cultural no qual um lugar, como uma unidade social com limites fluídos e membros móveis, molda a si mesmo de um modo específico que permite as pessoas sentirem pertencimento e ainda serem diferentes na dimensão temporal, isso nos termos de suas vidas através de diferentes gerações. A memória comunicativa se reflete em discussões sobre a importância da experiência histórica de eventos específicos e de símbolos especiais para a representação de um sistema político.

2. Quando há um grau maior de seletividade do passado representado, a memória comunicativa torna-se *memória coletiva*. Nesse formato, a memória

Borries, Bodo von. "Forschungsprobleme einer Theorie des Geschichtsbewußtseins. Am Beispiel einer Studie zum empirischen Kulturvergleich". In Blanke, Horst-Walter; Jaeger, Friedrich; Sandkühler, Thomas (Eds.). *Dimensionen der Historik. Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute*. Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag, Colônia 1998, pp. 139-152; Kölbl, Carlos; Straub, Jürgen: "Historical Consciousness in Youth. Theoretical and exemplary empirical analyses". In *Forum qualitative social research. Theories, methods, applications*. 2. 3 - September 2001 (<http://qualitative-research.net/fqs>); Rüsen, Jörn (Ed.). *Geschichtsbewußtsein. Psychologische Grundlagen, Entwicklungskonzepte, empirische Befunde. Beiträge zur Geschichtskultur*, vol. 21, Colônia 2001; Tempelhoff, Johann W. N. "Seductive roots to the past: Historical consciousness, memory and source mining for contemporary relevance". In Tempelhoff, Johann W. N. (Ed.). *Historical consciousness and the future of our past*. Vanderbijlpark 2003, pp. 54-68; Kölbl, Carlos. *Geschichtsbewußtsein im Jugendalter*. Grundzüge einer Entwicklungspsychologie historischer Sinnbildung. Bielfeld, 2004.

⁵ Assmann, Aleida; Frevert, Ute. *Geschichtsvergessenheit – Geschichtsversessenheit*. Vom Umgang mit deutschen Vergangenheiten nach 1945. Stuttgart, 1999, pp. 35-52.

ganha maior estabilidade e tem um papel mais importante na vida cultural. As pessoas comprometidas com o simbolismo da memória coletiva ganham um forte sentimento de pertencimento em um mundo em transformação. Ela é também um importante elemento de estabilidade para uma ampla variedade de unidades sociais, tais como partidos, movimentos sociais, escolas de pensamento no campo acadêmico, interesses de grupo, etc.

3. Ao longo do tempo essa estabilidade pode levar à *memória cultural*, que representa o núcleo da identidade histórica. Aqui a memória é a matéria para rituais e atuações altamente institucionalizadas. Ela tem o seu próprio meio e um lugar fixo na vida cultural de um grupo. A memória cultural representa o sistema político como uma estrutura una, bem como sua permanência no fluxo temporal dos eventos políticos.

Esses três tipos de memória representam diferentes níveis de seleção e institucionalização com patamares correlacionados de permanência e resistência à mudança. Processos históricos de longa duração podem ser interpretados pelo uso de hipóteses de transformação comunicativa nas memórias coletiva, comunicativa e cultural. Toda memória histórica muda no curso do tempo, mas enquanto a memória comunicativa é fluída e depende de circunstâncias correntes e a memória coletiva mostra os primeiros sinais de permanência institucional ou organizacional, a memória cultural torna-se uma instituição com alto grau de permanência.⁶

Memória responsiva e construtiva

A memória pode ser classificada de acordo com diferentes critérios, incluindo o modo pelo qual o passado é representado. Em um sentido tipológico ideal há duas possibilidades: *responsiva ou construtiva*.⁷ A memória *responsiva* é acionada pela intensidade de uma experiência específica que grava a si mesma nas mentes das pessoas, por assim dizer. A memória fere e uma força quase autônoma compele as pessoas a reagir, a interpretá-la e superá-la. Esse tipo de memória imprime-se no espírito trazendo o passado para o presente como uma imagem poderosa e persistente. Um dos mais relevantes exemplos dessa memória é o Holocausto. O conceito dominante para analisar esse modo de experiência na memória histórica é o conceito de trauma.

No modo *construtivo*, o passado rememorado é matéria para discursos, narrativas e uma comunicação contínua. Aqui, a memória moldou o passado em uma história significativa e aqueles que lembram parecem ser os mestres de

⁶ Em outro contexto Aleida Assmann apresentou uma tipologia um pouco diferente: (a) *memória individual*, aqui se pode distinguir entre memória episódica e; (b) *memória geracional*; (c) *memória coletiva*; (d) *memória cultural*. Com relação à memória individual a *memória do corpo* (*Leibgedächtnis*) é importante. O corpo é o lugar para experiências extremamente individuais (*Erlebnisse*). Essas experiências extremamente individuais não podem ser completamente integradas nas dimensões sócio-cultural ou comunicativa. Elas sempre têm e mantêm conotações individuais que não podem ser abolidas pela socialização ou culturalização [enculturation]. A antiga máxima: "Individuum est ineffabile" é ainda válida. Cf. Straub, Jürgen. Multidisziplinäre Gedächtnisforschung revisited: Aleida Assmanns begriffliche Unterscheidungen und theoretische Integrationsbemühungen. *EuS*, 13 (2002), pp. 26-31.

⁷ Tomei essa idéia de Ursula van Beek. Uma distinção semelhante pode ser encontrada em Assmann, Aleida. Erinnerung und Authentizität. *Universitas*, 665, 56 (2001), pp. 1127-1140.

seu passado na medida em que eles colocam a memória em uma perspectiva temporal com a qual podem articular suas expectativas, esperanças e medos.

II. Consciência histórica

A *consciência histórica* é uma forma específica de memória histórica. Está enraizada nela e, em grande medida, são idênticas, mas são também distintas em alguns aspectos importantes. A especificidade da consciência histórica repousa no fato de que a perspectiva temporal — na qual o passado está relacionado com o presente e através do presente com o futuro — é desenhada de modo mais elaborado e complexo. Especialmente em sua forma moderna, a consciência histórica afasta o passado dando-lhe a aparência de ser alguma outra coisa. Isso não está sendo feito para tornar o passado insignificante para o presente, mas, pelo contrário, como uma forma de atribuir ao passado a importância especial de um relacionamento histórico. Um relacionamento histórico é determinado pela tensão temporal entre passado e presente, por uma diferença qualitativa, suas mediações dialéticas e narrativo-argumentativas no tempo.

O poder vital da memória repousa na manutenção viva do passado efetivamente experimentado por aqueles que lembram. O passado torna-se histórico quando o processo mental de voltar no tempo vai além do tempo de vida biográfico e volta à cadeia de gerações. Da mesma forma, as perspectivas futuras do pensamento histórico vão bem além da expectativa de uma vida individual em um porvir das gerações vindouras. Logo, a relação histórica com o passado é enriquecida por uma enorme quantidade de experiência. Apenas nesse tipo especificamente histórico de memória o peso do significado da experiência histórica torna-se visível e mensurável. Ele também muda a forma de significativamente apropriarmos-nos do tesouro das experiências passadas. Essas formas de apropriação tornam-se muito mais complexas, uma vez que elas podem empregar uma grande variedade de estratégias narrativas.

O processo mental da consciência histórica pode ser rapidamente descrito como o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro. Em uma perspectiva mais detalhada, os procedimentos mentais básicos envolvidos podem ser organizados, algo artificialmente, em quatro:

- A percepção de “um outro” tempo como diferente: a fascinação pelo arcaico, o obsoleto, o traço misterioso, o memorial insistente, etc.

- A *interpretação* desse tempo como um movimento temporal no mundo humano, de acordo com alguns aspectos compreensíveis (i.e., como evidência da permanência de certos valores, tais como exemplos de regras gerais, o progresso, etc).

▪ A orientação da ação humana pela interpretação histórica. Tanto “externamente”, como uma perspectiva sobre a ação (i.e., como crescimento da legitimidade pela participação política, como a restituição antes de sua destruição, como a instituição das “verdadeiras” condições contra o declínio da moralidade) e “internamente”, como concepções de identidade (i.e., “nós somos as crianças do sol”, ou “nós como nação” apoiamos a universalidade e o cumprimento dos direitos humanos ou “nós pertencemos à comunhão dos santos”, ou “nós representamos a verdadeira espiritualidade contra o materialismo de outros”).

▪ E finalmente, a *motivação* para a ação que uma orientação oferece. Por exemplo, uma predisposição ao sacrifício, mesmo morrer ou matar, pelo bem de concepções históricas de grandeza nacional, espírito missionário, etc. Aqui a consciência histórica conduz ao futuro.



169

Na cultura histórica da esfera pública, a memória coletiva está sendo superdimensionada por uma enxurrada de imagens históricas. As formas da consciência criadas pela cultura escrita [*literacy*] – e acima de tudo os efeitos distanciadores da racionalidade – podem rapidamente diminuir em significado, e especialmente em sua eficácia política. A gramática da história está se tornando uma imagística [*imagology*] de apresentações nas quais cada época é contemporânea, e a idéia fundamental de um único movimento linear do tempo está desaparecendo. A diferença constitutiva da temporalidade pode ser suspensa em uma contemporaneidade universal que não pode mais ser narrativamente ordenada. A possibilidade de haver aqui uma “ordem histórica” específica com a continuidade temporal orientadora entre o passado, presente e futuro tem,

pelo menos, se tornado questionável. O próprio termo *pós-história*, com a discussão associada de um modo de vida sem interpretações históricas genuínas,⁸ sugere que essas questões estão agora abertas. Ao mesmo tempo, tem havido um crescimento enorme no acesso empírico ao passado. Novos suportes de armazenamento permitem novos modos de experiência histórica, e põem radicalmente em questão os critérios anteriores de significância. Ao mesmo tempo, novas formas de comunicação como a internet não permitem decisões politicamente isoladas. A abundância de possibilidades e a diversidade de novas vozes pedem novas estratégias, novas formas e novos conteúdos de participação ou exclusão historicamente fundamentadas. Em todo caso, concepções fixas de permanência ou substância individual e identidade coletiva estão sendo superadas pela diversidade da comunicação global em favor de diferenciações mais dinâmicas e abertas. Esse processo provoca então reações, frequentemente expressas através das novas mídias, que obstinadamente insistem em distinções etnocêntricas.

A história está fundada em uma experiência do tempo específica. É uma resposta para a "crise" que deve ser tratada pela interpretação. O argumento funciona também de outro modo: se desejamos compreender a manifestação do pensamento histórico, devemos olhar para a crise, a "crítica" experiência do tempo que ele confronta. A crise constitui a experiência histórica. Não penso que a "crise" seja simplesmente uma experiência sem nenhum sentido. A contingência sempre ocorre nos limites de padrões culturais de sentido e significado. Mas ela ocorre de tal forma que esses padrões sempre têm que ser mobilizados e algumas vezes mesmo transformados de modo a corresponder à contingência do evento.

Gostaria de distinguir *três tipos de crises* que constituem diferentes modos de produção de sentido. Esses tipos são "tipos ideais" em um sentido weberiano, i.e., são logicamente distintos, mas na historiografia e em todos os outros modos de pensamento histórico e produção de sentido ocorrem em formas mistas e apenas em casos raros podem ser observados na forma "pura".

1. Uma *crise "normal"* evoca a consciência histórica como um procedimento para superá-la pelo emprego de um potencial cultural previamente dada. A contingência desafiante é transformada em uma narrativa na qual ela faz sentido, de modo que a atividade humana pode se ajustar a ela exaurindo o potencial cultural de produção de sentido da mudança temporal. Os padrões de significância utilizados em tais narrativas não são novos. De fato, eles são um reordenamento de elementos já desenvolvidos, que estão previamente presentes na cultura histórica. Deixe-me escolher a unificação alemã como um exemplo para esse modo de enfrentar a crise. Eu poderia dizer que um alemão conservador usaria um conceito tradicional "exclusivo" de história nacional de modo a dar à experiência desafiante da unificação alemã o significado de uma "crise normal". Nessa perspectiva, a unificação alemã significa um "retorno" da Alemanha ao

⁸ Cf. Niethammer, Lutz. *Posthistoire: has history become to an end?* Londres, 1992.

caminho do desenvolvimento nacional, um paradigma que foi produzido pelo século XIX. Tal concepção poderia irritar os vizinhos da Alemanha e complicar o processo europeu de unificação.

2. Uma “*crise crítica*” só pode ser resolvida se novos elementos forem articulados de modo a transformar substancialmente o potencial preexistente da cultura histórica. Nesse caso, novos padrões de significado na interpretação do passado precisam ser constituídos; o pensamento histórico cria e segue novos paradigmas. No exemplo da unificação alemã, pode-se reivindicar uma nova idéia de identidade nacional que supere o nacionalismo tradicional em direção a formas mais abertas e inclusivas, relacionadas às necessidades do processo europeu de unificação.

3. Uma “*crise catastrófica*” destrói o potencial da consciência histórica de processar a contingência em uma narrativa portadora e provedora de sentido. Nesse caso, os princípios básicos da geração de sentido em si mesmos, que permitem a coerência da narrativa histórica, são desafiados ou mesmo destruídos.⁹ Eles precisam ser transgredidos em um aqui e agora cultural ou mesmo abandonados. Por isso, é impossível dar a essa crise um lugar na memória daqueles que precisam sofrê-la. Quando isso ocorre, a linguagem do sentido histórico silencia. Ela torna-se *traumática*. Leva tempo, algumas vezes mesmo gerações, para se encontrar a linguagem na qual seja possível articulá-la.

Essa distinção é obviamente artificial. Como qualquer tipo ideal, é um recurso metodológico da interpretação histórica e, como tal, está contraposto ao modo do pensamento histórico corrente na vida cotidiana. Sem os elementos de uma catástrofe não haveria nenhuma crise realmente desafiadora; e sem elementos de normalidade nenhuma crise crítica ou catastrófica poderia ser mesmo identificada como um desafio específico, sem falar da possibilidade de radicalmente mudar a percepção e interpretação da história. É exatamente o caráter artificial desta minha distinção que pode torná-la útil para propósitos comparativos.

Todos esses três tipos de contingência crítica levam à história, no entanto, eles produzem tipos muito diferentes de interpretação histórica. No primeiro caso, a ordem narrativa integra a experiência contingente desafiadora. Torna-se *aufgehoben* no sentido hegeliano da palavra (negado e conservado ao mesmo tempo). No segundo caso, o da crise crítica, tal integração é alcançada apenas pela mudança na ordem narrativa. No caso do trauma, a experiência desafiadora torna-se da mesma forma historicizada, mas o padrão de sentido histórico é moldado por ela em retorno: ela relativiza sua reivindicação por uma ordem narrativa coerente, que recobriria o evento traumático, ou ela coloca a ausência

⁹ Um bom exemplo desse desafio é a observação feita por Saul Friedländer de que olhando para as experiências históricas do século XX teríamos que levantar de novo a questão: qual a natureza da natureza humana? Friedländer, Saul. “Writing the history of the Shoa: Some major dilemmas”. In Blanke, Horst-Walter; Jaeger, Friedrich; Sandkühler, Thomas (Eds.). *Dimensionen der Historik. Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute. Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag*, Colônia, 1998, pp. 407-414, citação p. 414.

de sentido no coração mesmo do evento. Ela mantém vestígios de incompreensibilidade na concepção de história produzida por uma idéia de mudança temporal que faz da experiência do passado, das atividades práticas do presente e das expectativas do futuro uma unidade de tempo como portadora de sentido e de uma ordem significativa da vida humana. Ela insere o distúrbio e a ruptura na característica histórica da ordem temporal como um recurso cultural essencial da vida humana. Marca os limites do sentido no tratamento da experiência do tempo e enriquece a coerência entre experiência e interpretação com a assinatura da ambivalência e da ambiguidade.

O trabalho interpretativo da consciência histórica e seu produto, a estrutura cognitiva chamada "história", é concretamente manifestada na *cultura histórica* de uma sociedade. A cultura histórica é multidimensional, como todas as outras culturas. Ela tem expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas; sua substância cognitiva é sempre o conhecimento do *wie es eigentlich gewesen* (como realmente aconteceu). Podemos distinguir três dimensões básicas da cultura ideal como um tipo ideal, cada um bem diferente em sua lógica e, logo, responsáveis por distintos critérios de sentido:

172

- A dimensão *política*, relacionada com a legitimação de certa ordem política, primeiramente com as relações de poder. A consciência histórica as inscreve, por assim dizer, nas concepções de identidade dos atores políticos, nas construções e concepções do eu e do nós, através de narrativas mestras que respondem a questão da identidade. Não há ordem política que não requeira legitimação histórica. O clássico exemplo, aplicável a toda cultura e em toda a época, é a genealogia. Mesmo a pura execução da lei que apela apenas à aplicabilidade de procedimentos de decisão formal precisa estar baseada historicamente, caso estas normas de procedimento devam ser plausíveis para os participantes. A liderança carismática também não pode ser exercida sem elementos históricos. Geralmente o veículo do carisma político irá se referir a forças espirituais ou naturais que garantam a coerência temporal do mundo.
- A dimensão *estética*, relacionada com a eficácia psicológica das interpretações históricas, ou com a parte de seus conteúdos que afetam os sentidos humanos. Uma forte orientação histórica precisa sempre envolver os sentidos. Mascaradas, danças e música podem todas ter um conteúdo histórico. Muitas das antigas narrativas mestras foram compostas na forma poética e celebradas ritualmente. Um defeito formal pode destruir o efeito de tais apresentações e inclusive ameaçar a continuidade da coerência do mundo. O conhecimento histórico precisa empregar modelos narrativos para se tornar um discurso. Em muitas culturas, a narrativa histórica ocupa um lugar seguro no cânone literário como um gênero separado. Nas sociedades modernas, os memoriais, museus e exposições estão

entre o repertório familiar da representação histórica. Em tipos antigos de sistemas sociais, objetos como relíquias, tumbas, templos e igrejas vinculam o presente ao legado do passado, na verdade tornam o presente, em seu relacionamento com o futuro, responsável pela vitalidade de memória histórica.

- A dimensão *cognitiva*, relacionada com os eventos passados significativos para o presente e seu futuro. Sem o elemento do conhecimento, a lembrança do passado não pode efetivamente ser introduzida nos discursos relacionados com a interpretação das experiências temporais correntes. As narrativas mestras míticas, também possuem um *status* cognitivo, embora a ciência possa eventualmente privá-las desse *status*; se elas não tivessem, no entanto, elas nunca teriam podido prover orientações históricas (em um sentido amplo). Elas podem perder seu poder de orientação quando confrontadas com uma ciência do passado que possua uma relação mais elaborada com a experiência. As narrativas mestras tornam-se então prosaicas, como aconteceu na Antiguidade com Heródoto e outros.

III. Identidade e etnocentrismo

173

A memória histórica e a consciência histórica têm uma importante função cultural: elas formam e expressam identidade.¹⁰ Elas delimitam o domínio da vida de uma pessoa – os aspectos familiares e reconfortantes de seu próprio mundo da vida – em relação ao mundo dos outros, que frequentemente é um “outro mundo”, e como tal um mundo estranho. A memória histórica e o pensamento histórico desempenham essa função de formar identidade em uma perspectiva temporal; pois é a mudança temporal dos seres humanos e de seu mundo, sua experiência frequente das coisas tornando-se diferentes daquilo que se esperava ou planejava, que ameaça a identidade e familiaridade de nosso próprio mundo e pessoa. A mudança provoca um esforço mental para manter o mundo e o ‘eu’ familiares ou para readquirir esta familiaridade nos casos de experiências de transformações extraordinariamente perturbadoras.

A identidade está localizada no limite entre origem e futuro, uma passagem que não pode ser abandonada à cadeia natural dos eventos, mas tem que ser intelectualmente compreendida e alcançada. Essa conquista é produzida – pela consciência histórica – através da memória individual e coletiva e pela evocação do passado no presente. Esse processo pode ser descrito como um procedimento muito específico de criação de sentido. Esse procedimento funde a experiência do passado e as expectativas do futuro em uma imagem

¹⁰ Assmann, Jan. Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, 65 (1995), pp. 125-133; Megill, Allan. History, Memory, Identity. *History of the Human Sciences*, 11 (1998), pp. 37-62; Straub, Jürgen. Identitätstheorie, Empirische Identitätsforschung und die Postmoderne Armchair Psychology. *Zeitschrift für qualitative Bildungs- Beratung-, und Sozialisationsforschung* 1. 1 (2000).

compreensiva do progresso temporal. Esse conceito temporal molda o mundo da vida humano e provê o eu (o nós e o eu, de seus objetos) com continuidade e consistência, com uma coerência interior, com uma garantia contra a perda de seu núcleo essencial ou com imagens semelhantes de duração nas mudanças de objetos. A localização do eu, em termos de realidade territorial da vivência assim como em termos da posição mental do eu no cosmos de coisas e seres, possui uma dimensão temporal. É apenas por essa dimensão temporal que a posição do eu torna-se fixa como um *habitat* cultural de grupos e indivíduos. Situando eles mesmos, os sujeitos traçam as fronteiras com outros e a sua alteridade nas dimensões local e temporal de um mundo comum, no qual eles se encontram e se diferenciam uns dos outros de modo a eles mesmos tornarem-se sujeitos. Tais fronteiras são normativamente determinadas e sempre carregadas de valor. Essa síntese peculiar de experiências, que determina a ação e o propósito daquilo que historicamente se conhece e deseja, pode ser definida ao mesmo tempo como experiência relembrada e objetivo visado, é, quase indistintamente, fato e norma, crédito e débito. Isso é especialmente importante para a diferenciação entre eu e outro, *mesmidade* [*sameness*] e alteridade [*otherness*]. Para sobreviver em seu próprio mundo com o seu próprio eu, e para viver aqui e agora de modo significativo, cada modo de vida individual está provido com perspectivas positivas, valores e preferências normativas. Os aspectos negativos, ameaçadores e perturbadores são reprimidos e transferidos para o outro, onde eles são desterritorializados e aniquilados. É parte da abordagem intencional do passado pela memória histórica e pelo pensamento histórico a sujeição a uma avaliação positiva de tudo o que conta como pertencente a um tempo, mundo e ordem mundana individual legitimadora de sua autocompreensão. Dessa forma, aspectos negativos da experiência do tempo com relação ao mundo e a si mesmo são eclipsados do mundo individual e do espaço interior de si mesmo; eles são arrastados para a periferia e mantidos a distância. A diferença produtora de identidade entre o eu e o outro está operando em cada memória, e qualquer esforço de lembrança é em si mesmo uma relação normativa assimétrica. O etnocentrismo (em todas as suas diferentes formas) é quase naturalmente inerente à identidade humana.

Esta relação assimétrica entre eu e o outro, entre *mesmidade* e alteridade, torna a memória histórica controversa e aberta a conflitos, pois o reforço da identidade do grupo que irá encontrar apoio entre seus membros será negada por aqueles que estiverem além de suas fronteiras e que não se reconhecem nesses quadros temporais aprovados pelo primeiro grupo. A gradação e os modos dessas assimetrias variam enormemente; sua qualidade geral é a tensão, i.e. está sempre na eminência de uma *bellum omnium contra omnes* entre aqueles que se excluem para constituir seus próprios "eus". Obviamente, todas as partes costumam ter um interesse comum em prevenir a erupção desta tensão. Por isso, elas buscam e desenvolvem modos de comunicação intra e intercultural de modo a domar, civilizar e mesmo superar a assimetria etnocêntrica.

O *etnocentrismo*¹¹ é uma estratégia cultural difundida para efetivar a identidade coletiva distinguindo o seu próprio povo de outros. Ele significa simplesmente a distinção entre a esfera da própria vida como algo familiar da esfera da vida dos outros, que é substancialmente diferente. A lógica desta distinção pode ser resumida em um modo triádico: ela consiste em uma (a) distribuição assimétrica de valores positivos e negativos nas diferentes esferas do "eu" e da alteridade dos outros, (b) uma continuidade teleológica do sistema de valores da formação de identidade e (c) uma organização espacial monocêntrica para a forma da vida individual na sua perspectiva temporal.

(a) No que se refere a seu sistema de valores orientadores, o pensamento histórico etnocêntrico está baseado em um relacionamento assimétrico entre bem e mal. Como já observei, os valores positivos moldam a imagem histórica de "si mesmo" e os valores negativos a imagem dos outros. Tendemos a atribuir a maioria de valores positivos a nós mesmos e o contrário é verdadeiro no que se refere à alteridade dos outros. A alteridade é uma imagem refletida de nós mesmos. Precisamos inclusive desta alteridade para legitimar nossa autoestima.¹² Gostaria de dar um exemplo saliente retirado da vida cotidiana, que me vem do contexto do conflito entre britânicos e irlandeses na Irlanda no Norte. É o desenho de um aluno de 11 anos apresentando sua identidade protestante como sendo fortemente distinta daquela de um irlandês.

175



¹¹ Uso a palavra em um sentido mais geral, não no seu significado especificamente antropológico, no qual está relacionado com uma identidade focada na unidade social da tribo.

¹² Cf. Neumann, Erich. *Tiefenpsychologie und neue Ethik*. Frankfurt am Main, 1985, p. 38ff. Uma excelente descrição dessa atitude etnocêntrica, baseada em evidências etnográficas de ampla escala, é feita por Müller, Klaus E. *Das magische Universum der Identität*. Elementarformen sozialen Verhaltens. Ein ethnologischer Grundriß. Frankfurt am Main, 1987; Müller, Klaus E. "Ethnicity, Ethnozentrismus und Essentialismus". In Ebbach, Wolfgang (Ed.). *Wir - Ihr - Sie*. Identität und Alterität in Theorie und Methode. Würzburg, 2000, pp. 317-343.

Figura 1: O desenho de George mostrando a separação entre os espaços britânico e irlandês em Belfast, Irlanda do Norte (Ulster); na esquerda o lado protestante com belas casas, belas crianças e uma grande bandeira britânica; na direita, vê-se o lado católico com choupanas pobres apenas esboçadas, pequenos monstros e uma bandeira irlandesa descuidadamente desenhada sem o mastro.¹³

No nível de maior sofisticação do discurso histórico atual podemos observar um novo modo de argumentação etnocêntrica, que parece ter abdicado de sua violência interna e agressividade sobre os outros: é a estratégia amplamente difundida da autovitimização. Ser uma vítima torna alguém inocente; e frente ao permanente sofrimento na experiência histórica a culpa e a responsabilidade por este sofrimento são colocadas no conceito de alteridade.

(b) Continuidade teleológica é o conceito de tempo dominante. Ele orienta a idéia de história em narrativas mestras. Tradicionalmente, o desenvolvimento histórico desde as origens de nossa própria forma de vida, através das mudanças temporais até a situação atual e sua perspectiva de futuro, é uma versão temporalmente estendida de todos os elementos dessa forma de vida específica. Eles constituem a unidade mental do povo. Na forma tradicional das narrativas mestras, o sistema de valor de formação da identidade é representado na forma de uma origem arquetípica.¹⁴ A história está comprometida com essa origem, e sua validade provê o passado com sentido histórico e significado. A história tem uma meta, que é a força motriz do seu desenvolvimento desde seu princípio. Esta origem é sempre específica, é a origem de nosso próprio povo. A alteridade está tanto relacionada com origens distintas como com um desvio do caminho regular do desenvolvimento guiado pela validade da forma de vida original.

(c) O equivalente espacial desta perspectiva temporal é um mundo monocêntrico. O nosso povo em particular vive no centro do mundo, e a alteridade situa-se ou é colocada em suas margens.¹⁵ Quanto mais distante do centro, mais negativa é a imagem da alteridade. Nas margens de nosso próprio mundo vivem os monstros. Há uma surpreendente concordância de desenhos Ocidentais e chineses que aparentemente foram feitos de modo independente um do outro.

¹³ Coles, Robert. *The Political Life of Children*. Boston. The Atlantic Monthly Press, 1986, figura 3. "No desenho de George, Shankill é um lugar sitiado pelos indesejáveis da sociedade. Os católicos estão desarrumados, erráticos e semelhantes a ratos. Os protestantes são estóicos, limpos e arrumados. O Armagedão (o fim do mundo) poderia se parecer com uma dessas áreas que ficam entre os bairros protestantes de Belfast e os centros católicos mais próximos, arruinadas, terras de ninguém. Um grande muro de tijolos vermelhos deve separar todas essas vizinhanças, insistem as crianças — e fazem isso com um lápis vermelho". (Coles' description p. 86).

¹⁴ Exemplos interessantes da importância das origens na escrita da história acadêmica são dados por Petrescu, Cristina. Who Was the First in Transylvania. On the Origins of the Romanian-Hungarian Controversy over Minority Rights. *Romanian Political Science Review*, 3. 4 (2003), pp. 1119-1148.

¹⁵ Masayuki Sato oferece exemplos ilustrativos de cartografia em *Imagined Peripheries. The World and its Peoples in Japanese Cartographic Imagination. Diogenes*, 173. 44/1 (1996), pp. 119-145, esp. p. 132ff.



Figura 2: A imagem europeia do chinês no período medieval. Abaixo, a imagem chinesa dos europeus.¹⁶

177



Figura 3: Representações europeia e chinesa da alteridade no começo da época moderna. Os estranhos são monstruosos, eles são mal formados e carecem da aparência humana.

¹⁶ Vasizek, Zdenek. *L'Archéologie, L'Histoire, Le Passé*. Chapitres sur la Présentation, L'Épistémologie et l'Ontologie du Temps Perdu. Sceaux 1994, p. 116.

Apresentei as três principais estratégias das narrativas mestras etnocêntricas de um modo bastante esquemático. Suas realizações concretas assumem uma ampla variedade e uma multiplicidade de diferentes culturas históricas, seus desenvolvimentos e transformações. É necessário olhar através desta variedade e identificar as regras antropologicamente universais de formação de identidade que lhes são subjacentes. Apenas se a lógica específica da formação de identidade pelo pensamento histórico for claramente enunciada, poderemos identificar sua força e muitas manifestações e esforços da cultura histórica atual, incluindo os discursos acadêmicos dos historiadores profissionais. A estrutura lógica geral deve ser compreendida como um "tipo ideal" da consciência histórica como um meio cultural de construção de identidade que pode ser identificado em todas as culturas e em todos os tempos. Ela também tem determinado a consciência histórica na Europa até nossos dias.

A construção da identidade segundo os parâmetros da estratégia cultural do etnocentrismo leva inevitavelmente ao choque de diferentes identidades coletivas. Este choque está fundado no simples fato de que os outros não aceitam que os desvalorizemos; ao contrário, eles nos culpam por sua desvalorização. Aqui vemos essa profundamente enraizada e amplamente aplicada estratégia de união e separação dos outros, em suma: de construção de identidade. É o impacto tenso no relacionamento entre os dois domínios fundamentais da comunhão [*togetherness*] e da diferença, do eu e do outro. O confronto está logicamente inserido nesta própria estratégia cultural. A última palavra no relacionamento cultural entre diferentes comunidades guiadas pelo etnocentrismo será a luta, mesmo a guerra no sentido da descrição de Thomas Hobbes do estágio natural da vida social (*belum omnium contra omnes*).

Correspondendo a esses três princípios do etnocentrismo existem três princípios de superação do etnocentrismo:

(a) No lugar da avaliação desigual, o sistema de valores da formação da identidade deve incluir o *princípio da equidade* atuando através da diferença entre o eu e os outros. Então a diferença em si mesma pode perder suas forças normativas desagregadoras. Mas a equidade é uma abstração que vai além da questão essencial da identidade: há uma diferença de experiências históricas impressas e um sistema de valores obrigatório. Se aplicarmos o princípio da equidade na formação de identidade e, ao mesmo tempo, mantivermos a necessidade de produzir a diferença, o resultado lógico será o *princípio do mútuo reconhecimento das diferenças*. A mutualidade efetiva a igualdade, e este modo de igualdade assume a forma de um inter-relacionamento equilibrado. Se atribuirmos qualidade normativa a essa inter-relação (o que é necessário já que a questão da identidade é um problema de constituição de valores) a transferimos para o princípio do reconhecimento.

De modo a introduzir esse princípio é necessário quebrar a força da auto-estima e sua sombra desvalorizadora da alteridade e dos outros. Isso demanda outra estratégia do pensamento histórico: a necessidade de *integrar experiências históricas negativas* na narrativa mestre de nosso próprio grupo. Assim, a

autoimagem das pessoas em questão torna-se ambivalente, e isso lhes permite reconhecerem-se na alteridade. Um rápido olhar para a cultura histórica local na Europa oferecerá inúmeros exemplos. Os eventos catastróficos do século XX são o desafio para promover essa ambivalência na autoconsciência histórica dos europeus.

A integração de experiências profundamente dolorosas, negativas e mesmo desastrosas em nossa própria identidade provoca uma nova consciência dos elementos da perda¹⁷ e do trauma no pensamento histórico. Novos modos de lidar com essas experiências, de processá-las, tornam-se necessários. O luto¹⁸ e o perdão¹⁹ podem ser estratégias culturais na superação do etnocentrismo.

(b) Com relação ao princípio da continuidade teleológica, a alternativa é uma idéia de desenvolvimento histórico concebido como a reconstrução da cadeia temporal das condições de possibilidade. Este tipo de pensamento histórico é um ganho de historicidade: pode-se definitivamente olhar *para trás* no passado e não a partir de uma origem arcaica do presente. No lugar disso, as situações da vida presente e de suas perspectivas futuras são lançadas no passado de modo a se obter o conhecimento sobre as pré-condições da situação da vida presente e de suas mudanças projetadas no futuro. Esta forma de pensamento histórico reforça os elementos da contingência, ruptura e descontinuidade na experiência histórica. Logo, a ambiguidade e ambivalência do sistema de valores da formação identitária podem ser alcançadas no domínio da experiência histórica.

Guiado por este conceito de história o passado perde a sua inevitabilidade. As coisas poderiam ter sido diferentes, e não houve qualquer obrigatoriedade no desenvolvimento efetivamente ocorrido. Se aplicarmos essa lógica à identidade histórica européia, uma mudança admirável terá lugar: temos de abandonar a idéia de que a Europa atual e o processo de unificação são consequências inevitáveis desde a sua origem na Antiguidade. Em vez disso, a Europa não apenas transformou suas dimensões espaciais, mas também sua definição

¹⁷ Cf. Ankersmit, Frank R. The sublime Dissociation of the Past: Or How to Be(come) what one is no longer. *History and Theory*, 40 (2001), pp. 295-323; Friedländer, Saul. "Trauma, Memory, and Transference". In Hartman, Geoffrey H. (Ed.). *Holocaust Remembrance: the Shapes of Memory*. Oxford, Cambridge, 1994, pp. 252-263; Giesen, Bernhard. "National Identity as Trauma: The German Case". In Strath, Bo (Ed.). *Myth and Memory in the Construction of Community: Historical Patterns in Europe and beyond*. Brussels, 2000, pp. 227-247; LaCapra, Dominick. *History, Theory, Trauma: Representing the Holocaust*. Ithaca, 1994; LaCapra, Dominique. *Writing history, writing trauma*. Baltimore 2001; Roth, Michael S. *The Ironist's cage. Memory, Trauma, and the Construction of History*. Nova Iorque, 1995.

¹⁸ Cf. Liebsch, Burkhard; Rüsen, Jörn (Eds). *Trauer und Geschichte*. (Beiträge zur Geschichtskultur, vol. 22). Colônia 2001; Rüsen, Jörn. "Historical Thinking as Trauerarbeit. Burckhardt's Answer to Question of Our Time". In Cesana, Andreas; Gossman, Lionel (Eds). *Begegnungen mit Jacob Burckhardt (1818-1897)*. Beiträge zu Jacob Burckhardt, vol. 4). Basel, 2004; La Capra, Dominick. "Revisiting the Historians' Debate. Mourning and Genocide". In Ne'eman Arad Gulie (Ed.). *Passing into History: Nazism and the Holocaust beyond Memory*. In honour of Saul Friedländer on his 65th Birthday. *History and Memory*, 9. 1-2 (1997), pp. 80-112; Winter, Jay. *Sights of Memory, Sights of Mourning*. The Great War in European Cultural History. Cambridge, 1995.

¹⁹ Mozes Kor, Eva. Echoes from Auschwitz: My journey to healing. *Kulturwissenschaftliches Institut (Ed.): Jahrbuch 2002/03*. Essen, 2003, pp. 262-270; Ricoeur, Paul. Das Rätsel der Vergangenheit. *Erinnern - Vergessen - Verzeihen (Essener Kulturwissenschaftliche Vorträge, vol. 2)*. Göttingen 1998; Ricoeur, Paul. *Gedächtnis, Geschichte, Vergessen*. Munich 2004, pp. 699ff: "Schwierige Vergebung".

cultural. Sua história torna-se mais aberta para alternativas e este tipo de consciência histórica abre uma ampla perspectiva futura e dá espaço a um grau maior de liberdade no inter-relacionamento entre futuro e passado. O que pertence à característica histórica da identidade.

Com relação à monoperspectiva espacial a alternativa não etnocêntrica é a multiperspectividade e o policentrismo. No caso europeu, multiperspectividade e policentrismo são evidentes: cada nação e mesmo muitas regiões têm suas próprias perspectivas de representar o passado; e a Europa possui muitos centros. No lugar de um único centro, a Europa tem uma teia comunicante de lugares.

Mas a multiperspectividade e a multiplicidade de vozes levantam um problema: o que acontece com a unidade da história? Havia ali apenas variedade, diversidade e multiplicidade, mas nada abrangente? As narrativas mestras tradicionais de todas as civilizações contêm uma perspectiva universalista; e por muito tempo o Ocidente tem estado comprometido com tais "histórias universais" abrangentes. Devemos então abdicar desse universalismo histórico em favor de um multiculturalismo? Muitos historiadores e filósofos pós-modernos estão convencidos que isso é inevitável. Mas tal multiculturalismo é apenas plausível se as pretensões de verdades abrangentes forem abandonadas. Logo a consequência seria um relativismo geral. Mas este relativismo poderia abrir a porta para um irrestrito "choque de civilizações". Se não há qualquer possibilidade de integração e concordância a partir de perspectivas abrangentes, que possam mediar e sintetizar as diferenças culturais, a última palavra sobre o relacionamento entre as diferentes perspectivas seria o pluralismo e a competição. Sob certas condições isso poderia levar ao conflito e à guerra mental.

180

Desde que é impossível sair de nosso próprio contexto cultural para assumir um ponto de vista para além da diversidade das tradições culturais, o que pode ser feito sobre essa multiplicidade? Devemos encontrar princípios que possam mediar e mesmo sintetizar essas diferentes perspectivas. No discurso acadêmico tais elementos de universalidade são reivindicações de verdade da cognição histórica, que se originam da racionalidade metódica do pensamento histórico e que são válidas através das diferenças culturais. (Isto é verdadeiro, pelo menos, na crítica das fontes; mas mesmo para os níveis superiores da interpretação histórica podem ser encontrados princípios universais, com os quais todos os historiadores estão obrigados: coerência lógica, conexão com a experiência, abertura para a argumentação, etc.)

Mas esses princípios não são suficientes para resolver o problema da multiperspectividade e do multiculturalismo. Penso que a solução será um *princípio de humanidade*, o qual deve incluir o valor da equidade, e pode levar à regra geral do reconhecimento mútuo das diferenças. Toda cultura e tradição precisam ser avaliadas sobre si e como elas contribuem para a validade desta norma e se podem servir como um potencial de tradição para inspirar os discursos tópicos dos historiadores profissionais na comunicação intercultural.

Como esse modo não etnocêntrico de produção de sentido histórico pode ser aplicado ao discurso tópico dos estudos históricos? A primeira aplicação é a

reflexão sobre o modo ou a lógica de produção do sentido histórico dos estudos históricos. Precisamos de uma consciência crescente dos critérios de sentidos pressupostos ou subjacentes ao pensamento histórico. A filosofia (ou a teoria) da história deve se tornar uma parte integral do trabalho dos historiadores. Apenas quando isso acontece é possível considerar o poder do pensamento etnocêntrico e a efetividade de alguns de seus princípios. Esta reflexão deve levar a uma crítica fundamental ao nível da lógica do pensamento histórico. O uso do conceito de cultura ou civilização deve sempre ser acompanhado pela reflexão sobre se estes conceitos vêm da tradição de Spengler e Toynbee, porque ela define o seu objeto de um modo exclusivo. Este alto nível de reflexividade capacitará os historiadores a observar se estão direta ou indiretamente tematizando a alteridade ao apresentar a história de seu próprio povo. Com esta nova consciência pode-se conferir a extensão do reconhecimento ou, pelo menos, a vontade de dar aos outros uma voz própria.

Isto, conseqüentemente, leva a uma nova inflexão crítica na história da historiografia. Desde que toda a obra historiográfica está comprometida com uma tradição, é necessário checar essa tradição com aqueles elementos mediante os quais o historiador pode alcançar o reconhecimento da alteridade. Nesse aspecto, a tradição hermenêutica da compreensão é muito importante. Em que grau os métodos históricos de interpretação estabelecidos permitem a idéia de uma multiplicidade de culturas e a ultrapassagem da forte divisão entre identidade [*selfness*] e alteridade.

Há uma prática interpretativa do pensamento histórico que chega perto de alcançar este reconhecimento. Os historiadores devem explicar e refletir sobre suas próprias perspectivas e conceitos de interpretação. De modo sistemático devem confrontá-los com perspectivas e conceitos de interpretação que fazem parte das tradições e culturas com as quais estão lidando. Este confronto mútuo é mais que uma comparação: ele introduz elementos de uma empatia metodicamente racionalizada no trabalho dos historiadores, e empatia é uma condição necessária para o reconhecimento.

IV. Comparação: idéias para um quadro de referências

Um dos campos mais importantes para a aplicação de um modo de pensamento histórico não-etnocêntrico nos estudos históricos é a comparação intercultural. Aqui a diferença cultural é colocada em questão como um impacto lógico em cada conceito de identidade histórica. De modo a alcançarmos modos não-etnocêntricos de tratar as diferenças culturais, os parâmetros da comparação devem ser primeiramente explicados e refletidos. Muito frequentemente o nosso contexto cultural específico serve como parâmetro, e isso, obviamente, já é uma abordagem etnocêntrica da alteridade. Por isso, é necessário começar com universais antropológicos válidos em todas as culturas e então proceder à construção de tipos ideais em um nível menos abstrato, nos quais esses universais possam ganhar concretude. A peculiaridade cultural

deve ser interpretada com a ajuda desses tipos ideais. Eles podem explicar de maneira plausível porque a diferença cultural não está enraizada em características essenciais peculiares apenas a nossa cultura. A particularidade cultural é uma questão de composição de diferentes elementos; cada um deles — ou pelo menos a maior parte deles — pode ser encontrado em outras culturas. Logo, a especificidade das culturas é produzida por diferentes constelações dos mesmos elementos.

A abordagem teórica da diferença cultural, que é orientada por essa idéia de especificidades culturais, não cai na armadilha do etnocentrismo. Pelo contrário, ela apresenta a alteridade das diferentes culturas como um espelho que nos capacita a alcançar uma melhor autocompreensão. Ela não exclui a alteridade que constitui a peculiaridade de nossos próprios traços culturais, mas a inclui. As especificidades culturais produzem um inter-relacionamento entre culturas que habilita as pessoas a resolverem suas diferenças, provendo-as com o poder cultural do reconhecimento.²⁰

Além dessas estratégias teóricas e metodológicas para a superação do etnocentrismo, precisamos também de uma prática. Os historiadores profissionais são capazes de discutir suas questões através das diferenças culturais. Mas tão logo essas questões tocam sua própria identidade o discurso acadêmico adquire uma nova qualidade. Ele exige uma consciência mais aguda e uma sensibilidade altamente desenvolvida para o entrecruzamento dos estudos históricos nas políticas de identidade, na luta por reconhecimento entre povos, nações, civilizações ou culturas.

182

O assim chamado caráter científico dos discursos acadêmicos pode ser caracterizado pela sua distância central das questões da vida prática. Essa distância capacita o historiador profissional a produzir um conhecimento sólido com critérios internos de plausibilidade. No exato momento em que as questões de identidade entram no discurso acadêmico essa distância torna-se problemática.²¹ Ninguém pode ser neutro quando sua própria identidade está em questão. Identidade é compromisso, mas esse compromisso pode ser honrado de diferentes modos. Há um modo que estabelece um equivalente da distância e da reivindicação de verdade: o modo da argumentação. Trazer a questão da identidade para um discurso argumentativo revelará o envolvimento central do historiador com sua identidade histórica. Isso poderá permitir a consciência de que os outros estão, da mesma forma, ligados com suas próprias identidades históricas, surgindo daí uma possibilidade de mútuo reconhecimento.

Com o objetivo de efetivar esse reconhecimento precisamos de uma pragmática da comunicação intercultural na qual os modos e as regras de tal argumentação sobre as identidades sejam refletidas, explicadas, discutidas e aplicadas no processo comunicativo em andamento. Isso é o que todos devemos

²⁰ Cf. Rüsen, Jörn. Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparison of Historiography. *History and Theory*, Theme Issue 35: Chinese Historiography in Comparative Perspective (1996), pp. 5-22.

²¹ Cf. Rüsen, Jörn. Introduction: Historical Thinking as Intercultural Discourse. In _____. (Ed.) *Western Historical Thinking. An Intercultural Debate*. Nova Iorque 2002, pp. 1-14.

fazer, e assim fazendo efetivaremos um enriquecimento de nossa própria identidade histórica pelo reconhecimento dos outros.

De modo geral, uma cuidadosa conceituação é exigida quando tematizamos culturas históricas, com uma ênfase fundamental nas diferenças culturais, em uma perspectiva comparativa. Para encontrarmos o que é específico de cultura ou civilização é necessária uma perspectiva reflexiva. Antes de tudo, precisamos de um parâmetro organizador. Antes de nos defrontarmos com o material (textos, tradições orais, imagens, rituais, cerimônias, monumentos, memoriais, procedimentos da vida quotidiana, etc.) devemos saber que domínios de coisas devem ser levados em consideração e como as descobertas nesses domínios podem ser comparadas. Esse simples ponto de partida comporta uma variedade muito complexa de respostas. A comparação intercultural de questões culturais é um assunto bastante delicado — ela toca o campo da identidade cultural. Por isso, está envolvida na luta pelo poder e dominação entre diferentes países, especialmente no que se relaciona com a dominação ocidental e a resistência de não-ocidentais em praticamente todos os níveis do relacionamento intercultural. Mas não é apenas a luta política por poder o que torna problemático o campo da comparação intercultural da cultura histórica. Além da política, há uma dificuldade epistemológica com enormes consequências conceituais e metodológicas para as humanidades.²² Toda comparação é feita em um contexto cultural previamente dado, por isso está em si mesma envolvida no problema/objeto da comparação. O olhar para a memória histórica de outras culturas com um interesse histórico é normalmente guiado por um conceito de memória previamente dado no contexto cultural do historiador. Ele sabe o que memória e história significam e, por isso, não tem qualquer motivo urgente para refletir ou explicá-los teoricamente. Esse conhecimento previamente dado funciona como um parâmetro oculto, uma norma, ou, pelo menos, uma unidade estrutural da visão sob a variedade de fenômenos em diferentes lugares e tempos.

A falta de consciência é o problema. Em uma comparação, um simples caso de uma cultura histórica tem um *meta-estatuto* irrefletido, e é isso, mais do que apenas o material da comparação, o que pré-figura os seus resultados: o modo “real” ou “essencialmente” histórico de representar o passado pode naturalmente ser encontrado apenas nesse paradigma previamente dado. É a partir dele que os outros modos ganham seu sentido, significado e importância. A comparação aqui é efetivamente medir a distância ou proximidade com relação a essa norma pressuposta. Na maioria dos casos essa norma é o modo de nossa própria cultura histórica, obviamente. Em casos mais raros, o pesquisador pode se projetar em outras culturas alternativas de modo a criticar o seu próprio

²² Cf. Rüsen, Jörn. Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparison of Historiography. *History and Theory*, Theme Issue 35: Chinese Historiography in Comparative Perspective (1996), pp. 5-22 (also in Rüsen, Jörn. *History: Narration – Interpretation – Orientation*. Nova Iorque, 2005); Rüsen, Jörn. “Comparing Cultures in Intercultural Communication”. In Fuchs, Eckhardt; Stuchtey, Benedikt (Eds). *Across Cultural Borders: Historiography in Global Perspective*. Lanham, 2002, pp. 335-347.

ponto de vista; mas mesmo nesses casos ele nunca adquire uma visão substancial das peculiaridades e similaridades de modos diferentes de memória histórica e historiografia.

Não há qualquer possibilidade de evitarmos o choque entre envolvimento e interesse com relação a identidade histórica de um povo cuja cultura histórica precisa e deve ser comparada. O envolvimento e interesse devem ser sistematicamente levados em consideração, eles precisam ser refletidos, explicados e discutidos. Há pelo menos uma forma de fazermos isso, que pode abrir a possibilidade para o conhecimento, para uma visão compreensiva e para a concordância e o possível consenso entre aqueles que se sentem comprometidos com as diferentes culturas em questão ou, pelo menos, relacionados com elas. Trata-se da teoria, i.e., de certo modo de refletir e explicar os conceitos e estratégias de comparação. Apenas pela reflexão explicitamente teórica os parâmetros da comparação podem ser tratados de modo a prevenir qualquer imperialismo cultural oculto ou perspectiva desviante. No mínimo, poderão ser corrigidos.

A idéia das culturas como sendo unidades e entidades previamente dadas está comprometida com a lógica cultural que constitui identidade na diferença fundamental entre o interno e o externo. Tal lógica concebe a identidade como um território mental com fronteiras claras e um relacionamento correspondente entre o "eu" e a alteridade como sendo estritamente dividido e apenas externamente relacionado. Essa lógica é essencialmente etnocêntrica, e o etnocentrismo está inscrito em uma topologia de diferenças culturais que tratam as culturas como unidades coerentes que podem ser claramente separadas umas das outras.

Gostaria de propor um método de uso da conceituação teórica que evita esse etnocentrismo. O etnocentrismo é teoricamente dissolvido se as especificidades de uma cultura são entendidas como uma combinação de elementos partilhados com outras. Logo, a especificidade de uma cultura é produzida por diferentes constelações dos mesmos elementos. A abordagem teórica das diferenças culturais, que é guiada pela idéia das especificidades culturais, evita as armadilhas do etnocentrismo. Pelo contrário: (a) ela apresenta a alteridade das diferentes culturas como um espelho que nos permite uma melhor autoconsciência. (b) Ela não exclui a alteridade quando a peculiaridade de uma cultura específica é concebida. (c) Ela torna possível um inter-relacionamento balanceado entre as culturas. Um povo que deva lidar com suas diferenças com relação a outros se vê fortalecido com o reconhecimento.

Assim, a comparação intercultural deve partir de alguns princípios gerais e fundamentais, inerentes a todas as formas de pensamento histórico. De modo a identificar e explicar tais princípios, a comparação deve focar um nível do discurso histórico que pode ser descrito como "meta-histórico". Ele reflete a história e seus vários modos de lidar com o passado; é não apenas um modo de lidar, mas uma teoria sobre ele. Suas principais questões são os critérios de sentido usados para dar ao passado seu sentido histórico específico e significado

para o presente; adicionalmente, o papel constitutivo das carências e dos interesses ao lidar com o passado e a função de rememoração na orientação da atividade humana, além da formação de todos os tipos de identidade, são de importância constitutiva nesse campo.²³

A lógica específica do pensamento histórico não pode ser explicada sem levar-se sistematicamente em consideração sua constituição e função na vida humana prática, já que é constituída pelo seu relacionamento com as necessidades culturais das atividades humanas. É um dos mais importantes méritos da discussão tópica sobre a memória histórica o esclarecimento desse ponto: o pensamento histórico surge no campo da memória. Ele está comprometido com seus procedimentos mentais pelos quais a evocação e a representação do passado estão dedicadas à orientação cultural da vida humana no presente. A evocação do passado é uma condição necessária para fornecer à vida humana um quadro cultural de orientação que abra uma perspectiva futura enraizada na experiência desse mesmo passado.

A explicação da lógica do pensamento histórico pode ser feita na forma de um esquema, que explicita cinco princípios do pensamento histórico e seu relacionamento sistemático.²⁴ Os cinco princípios são:

- interesses cognitivos gerados a partir das carências de orientação nas mudanças temporais do mundo presente;
- conceitos de significância e perspectivas da mudança temporal, nos quais o passado assume sua especificidade como “história”;
- regras e métodos (no sentido amplo da palavra) para lidar com a experiência do passado;
- formas de representação, nas quais a experiência do passado, processada pela interpretação em conceitos de significância, é apresentada na forma de narrativa;
- funções de orientação cultural na forma de direção temporal das atividades humanas e conceitos de identidade histórica.

Cada um desses fatores são necessários e todos eles juntos são suficientes na constituição do pensamento histórico como uma forma racionalmente elaborada da memória histórica. Pode ser útil sublinhar que nem toda a memória em si mesma é já uma memória histórica. “Histórico” indica certo elemento de distância temporal entre passado e presente que torna necessária uma mediação complexa entre ambos. Os cinco fatores podem mudar ao longo do tempo, i.e., no desenvolvimento do pensamento histórico em geral e dos estudos históricos em particular, mas seu relacionamento, a ordem sistemática, na qual

²³ Cf. Rüsen, Jörn. *History: Narration – Interpretation – Orientation*. Nova Iorque, 2005. Principalmente o capítulo 8: Loosening the Order of History: Modernity, Postmodernity, Memory.

²⁴ Para maiores detalhes, ver Rüsen, Jörn. Historisches Erzählen. In _____. *Zerbrechende Zeit. Über den Sinn der Geschichte*. Colônia, 2001, pp. 43-105, esp. pp. 62ff.; _____. *History: Narration – Interpretation – Orientation*. Nova Iorque, 2005.

eles são dependentes um do outro, permanecerá a mesma. Nesse relacionamento sistemático todos eles dependem de um só princípio fundamental, que dá a seu relacionamento coerência e caracterização, que o pensamento histórico exhibe na variedade do desenvolvimento e transformação históricas. Esse princípio central e fundamental é o *critério-de-sentido*, que governa o relacionamento entre passado e presente no qual o passado ganha sua significação como "história". A história e a memória partilham esse critério apesar de suas diferenças na representação do passado.

Durante a maioria dos períodos de seu desenvolvimento nos tempos modernos, os estudos históricos refletiram sua própria dimensão cognitiva principalmente no nível da meta-história. Eles estavam ansiosos por legitimar seu estatuto "científico" e suas reivindicações por verdade e objetividade para compartilhar o prestígio da "ciência" como a forma mais convincente na qual a cognição e o conhecimento podem servir a vida humana. Isso tem sido feito em uma ampla variedade de diferentes conceituações desse "caráter científico". Na maior parte dessas manifestações os estudos históricos reivindicam certa autonomia epistemológica e metodológica no campo das disciplinas acadêmicas. Assim o fazendo, permanecem conscientes de certos elementos não-cognitivos ainda válidos e influentes no trabalho dos estudos históricos, particularmente na escrita da história. Mas apenas após o Giro Linguístico esses elementos e fatores estão sendo vistos como tão importantes quanto os elementos cognitivos. O discurso da memória tem confirmado e reforçado a importância dessas dimensões.

186

Isso pode ser tornado plausível na estrutura de cinco fatores do pensamento histórico em geral (e dos estudos históricos em particular) acima proposta, se olharmos para o relacionamento específico entre eles:²⁵

1. No relacionamento entre interesses e conceitos, o pensamento histórico se dá como um *discurso semântico de simbolização do tempo* fundamental que abre o caminho para o pensamento histórico. O tempo é relacionado com a atividade e o sofrimento humano de um modo significativo e compreensivo. Nesse domínio da mente humana são decididos os critérios fundamentais de significação e sentido da história.

2. No relacionamento entre conceitos e métodos, o pensamento histórico está principalmente comprometido com uma *estratégia cognitiva de produção de conhecimento histórico* processada pelos historiadores. Essa estratégia constitui o caráter "científico" dos estudos históricos sob certas condições da modernidade. Ela subsume o discurso da história sob as regras da argumentação metódica, linguagem conceitual, controle pela experiência e obtenção de consenso e concordância por meios racionais. No caso da memória histórica, o "método"

²⁵ Tenho de agradecer a Achim Mittag pela estimulante sugestão para completar meu conceito desse relacionamento.

é algo essencialmente diferente. É o meio de dar à memória uma aparência empírica; ele molda a experiência do passado em uma imagem que serve às carências de orientação temporal no presente. Isso pode ser feito com maior ou menor grau de intencionalidade. Mas, em todo caso, é realizado por uma atividade mental de lidar com o passado lembrado. No nível de uma atividade claramente intencional pode-se, e.g., recorrer-se a “métodos” políticos para moldar a memória coletiva de modo a servir de legitimação de um sistema político.

3. No relacionamento entre métodos e formas, dá-se uma estratégia estética de representação histórica. O conhecimento histórico é moldado. O historiador produz literatura (historiografia) e imagens (e.g. no caso de uma exposição histórica). Fazendo isso, eles recorrem a modos estabelecidos de trazer o passado de volta à vida na mente das pessoas. Nessa forma, o conhecimento histórico torna-se um elemento da comunicação cultural na dimensão temporal da vida humana. O conhecimento do passado adota os traços da vida quotidiana e é alimentado por sua força para mover as mentes humanas.

4. Essa comunicação é iniciada com a interação entre as formas de representação e as funções de orientação cultural. Aqui, o pensamento histórico é regido por uma *estratégia retórica de provisão de orientação cultural*.

5. Finalmente, na relação entre seus interesses e funções, os estudos históricos estão comprometidos com *um discurso político da memória coletiva*. Ele torna a representação do passado uma parte da luta pelo poder e reconhecimento. Aqui o pensamento histórico funciona como um meio necessário para a legitimação ou deslegitimação de todas as formas de dominação e governo.

187

Levando-se em conta todas essas estratégias, o pensamento histórico pode se tornar visível como uma síntese complexa para lidar com o passado em cinco dimensões diferentes: semântica, cognitiva, estética, retórica e política. Essa síntese funciona para a memória e para a história em geral como parte integral da cultura.

O esquema proposto, dos fatores constitutivos do pensamento histórico, demonstra sua complexidade. De um lado, ele é influenciado pela vida prática e relacionado com ela; de outro, possui seu próprio campo de conhecimento sobre o passado. No caso dos estudos históricos, esse conhecimento pode ser alcançado para além dos propósitos práticos de orientação vital. O esquema torna plausível o porquê de a memória mudar no curso do tempo e a história ter sempre de ser reescrita — de acordo com as transformações nos interesses e funções do conhecimento histórico na vida humana. Ele também demonstra porque, ao mesmo tempo, é possível identificar um desenvolvimento, mesmo um progresso, nas estratégias cognitivas de aquisição de conhecimento sobre o passado.

Como todo sistema ilumina fenômenos complexos e, ao mesmo tempo, toma parte neles para além de nossa consciência, deve ser indicado que há elementos, ao lidarmos historicamente com o passado, que não podem ser explicados pelo sistema de princípios proposto. Assim, por exemplo, no campo dos interesses constitutivos existe já uma *experiência* do passado. Ela é substancialmente diferente das experiências metodicamente tratadas no campo do pensamento histórico elaborado. O passado já está presente quando o pensamento histórico inicia seu questionário, provocado por carências e interesses na memória histórica. Ele desempenha um papel importante na configuração dos próprios interesses e carências. Esse é o caso em muitas formas distintas: como uma tradição efetiva, como uma fascinação pela alteridade, como uma pressão traumática e inclusive como esquecimento, que, no entanto, mantém o passado vivo ao suprimi-lo.

188



A partir dessa teoria geral da produção de sentido histórico pode-se desenvolver parâmetros de comparação que evitem os preconceitos etnocêntricos.

Os itens seguintes têm apenas uma função ilustrativa. Depende do material a ser comparado decidir qual item pode ser útil, qual pode ser omitido, e qual deve ainda ser desenvolvido.²⁶

No que se refere ao princípio do interesse, deve-se olhar para as carências de orientação e perspectivas nas quais o Eu e a sociedade podem ser vistas em uma ordem significativa abrangente. Tal interesse pode ser um interesse "natural" na esteira das orientações culturais; uma intenção "natural" da alma e coração humanos, uma necessidade de legitimar certas formas de vida, certo "sistema de crenças" de poder político, da falta de equidade social, um interesse na descontinuidade, na crítica ou distinção, etc. De modo a entender esses interesses e carências podemos perguntar pelos desafios que emergem da consciência histórica. Em geral, a mente histórica está basicamente constituída em termos negativos, i.e., é afetada por experiências de ruptura, perda e desordem, por experiências estruturais de dissonância e falhas, por experiências de sofrimento, desastre, infortúnio, dominação, supressão, ou por experiências de desafios específicos e acidentais, de ocorrências arbitrárias e eventos casuais. Aqui o horror à contingência tem lugar, um horror que assume o traço específico do trauma histórico na história contemporânea. Outros desafios podem ser a fascinação com o passado ou experiências de encontro com o Outro.

Tratando-se dos princípios, dos conceitos e dos padrões de interpretação, deve-se olhar para os critérios de sentido e visões orientadoras sobre o passado pelas quais os assuntos humanos no passado são transformados em história, i.e., o passado lembrado adquire um sentido. Da mais alta importância são os recursos básicos de sentido e significação (os assim chamados "sistemas de crenças"). Eles decidem sobre a habilidade de integrar o "sentido negativo" e as experiências de encontro com o Outro. Eles definem zonas de sentido e significação e os limites do "sem-sentido". Eles especificam o que é considerado como histórico e o que está sujeito à historicização. Todo o campo da semântica da geração de sentido histórico deve ser levado em consideração: noções fundamentais e conceitos. Eles produzem tipos de sentido e significação históricas (como a distinção de Nietzsche entre os modos monumental, antiquário e crítico;²⁷ a tipologia de Rüsen dos modos tradicional, exemplar, crítico e genético de produção de sentido histórico;²⁸ os tropos da metáfora, metonímia, sinédoque

²⁶ A lista a seguir tem sido trabalhada em estreita cooperação com Horst Walter Blanke e Achim Mittag em seus projetos de comparação entre o pensamento histórico ocidental e chinês, financiado pela Fundação Volkswagen.

²⁷ Nietzsche, Friedrich. *On the Advantage and Disadvantage of History for Life*. Translated P. Preuss. Indianapolis, 1980.

²⁸ Rüsen, Jörn. *Historical Narration: Foundation, Types, Reason*. *History and Theory*, special issue 26: The Representation of Historical Events (1987), pp. 87-97; _____. *The Development of Narrative Competence in Historical Learning - An Ontogenetical Hypothesis Concerning Moral Consciousness*. *History and Memory* 1. 2 (1989), pp. 35-60. Ambos também publicados em Rüsen, Jörn. *History: Narration - Interpretation - Orientation*. Nova Iorque, 2005.

e ironia de Hayden White que constituem o sentido da representação histórica).²⁹ De especial interesse são os *topoi* da narração histórica e os modos de argumentação (como espontâneo e a-sistemático, imanente (não-reflexivo), e sistemático (e.g. na forma de uma filosofia da história). Os conceitos de tempo³⁰ jogam um papel categorial inter-relacionando passado, presente e futuro.

No que se refere aos princípios dos procedimentos de interpretação, deve-se notar as operações mentais, os critérios de plausibilidade, as regras da pesquisa empírica, os modos de discurso (como o monológico ou o dialógico), os tipos de racionalidade e de argumentação, especialmente na forma do método.

Sobre os princípios das formas de representação, deve-se considerar a dimensão estética das narrativas históricas, as mídias, as formas da linguagem e da expressão, as diferenciações na narratividade (e.g. elementos narrativos e não-narrativos na representação histórica).

Quanto ao princípio das funções, deve-se considerar o papel que representações históricas desempenham na orientação cultural da vida humana. De que modo as pessoas são capacitadas para enfrentar a permanência e a mudança? Como isso está relacionado com a legitimação do poder político? Como agencia as intenções da ação humana? O pensamento histórico é um meio necessário para construir, formular e expressar a identidade. Por isso, especial atenção deve ser dedicada a esse elemento básico da cultura humana, para a autoconsciência de nossa própria identidade pelo encontro com o Outro, para a extensão da identidade coletiva na definição do lugar histórico, e para o relacionamento entre perspectivas universais e regionais.

Existem ainda alguns itens de comparação que recaem além do campo que é descortinado pela matriz do pensamento histórico. Eles estão relacionados com o contexto no qual o pensamento histórico tem lugar. Assim, gostaria de mencionar alguns fatores desse contexto que influenciam ou mesmo determinam a forma em que a história é processada no limites de sua lógica específica (da maneira como é explicada na matriz). Tipos de conduta pressupõem algum tipo de produção de sentido histórico, especialmente aqueles que estão relacionados com a memória cultural, práticas culturais de narração e toda uma rede social no interior da qual o discurso histórico acontece.

Todos os itens mencionados acima são apenas uma coleção no interior da ordem sistemática abstrata da matriz (alguns estão no seu exterior). Eles indicam o que deve ser perguntado e levado em consideração na comparação intercultural.

A comunicação intercultural no campo da cultura histórica pressupõe a comparação, mas vai um passo adiante: ela insere as unidades de comparação no movimento de um discurso. Esse discurso é difícil, porque não há regras estabelecidas para ele. E como toca nas questões de identidade cultural, é carregado

²⁹ White, Hayden. *Metahistory*. The Historical Imagination in 19th-Century Europe. Baltimore, 1973.

³⁰ Cf. Rüsen, Jörn. Making sense of time – towards an universal typology of conceptual foundations of historical consciousness. *Taida lishi xuebao* 29 (2002), pp. 189-205; também em Huang, Chun-Chieh; Henderson, John B. (Eds). *Notions of Time in Chinese Historical Thinking*. Hongkong: Chinese University Press, 2006, pp. 3-18.

com todos os problemas do etnocentrismo e da urgência de superá-lo.

Mesmo quando as realizações interpretativas da consciência histórica são mobilizadas na forma acadêmica dos estudos históricos, o poder formativo dos fatores normativos da identidade histórica ainda prevalece. Mesmo uma historiografia baseada em pesquisa metodologicamente controlada será determinada pela vida social e política de seu tempo e pelas expectativas e disposições de seu público. A historiografia acadêmica está inscrita em uma cultura histórica, na qual o eu e os outros são tratados de maneiras diferentes e avaliados a partir de um ponto de vista normativo. Por isso, também nesse contexto, permanece em questão se e como a diferença entre as diferenciações das formas de pertencimento, que geralmente determina e socialmente organiza a vida humana, pode ser abordada; e como a dimensão conflituosa da formação de sentido etnocêntrica pode ser domesticada e superada. As respostas a esse questionamento podem ser muito diversas. Os estudos históricos acadêmicos estão obrigados a reforçar a validade intersubjetiva de suas transformações interpretativas do passado em uma construção histórica de pertencimento e diferença. Aqui, validade intersubjetiva também inclui o princípio de que os outros podem aceitar a interpretação da mesma forma que os membros de nosso grupo. No entanto, tal concordância pode não abolir a diferença entre as formas respectivas de pertencimento nem a identidade particular daqueles afetados pelas respectivas teorias. Diferença e identidades que, pelo contrário, devem ser articuladas e cunhadas por esse apelo ao passado. Então, a reivindicação de verdade acadêmica depende, em última instância, dos vários modos nos quais podem ser regulados, em um quadro de pesquisa metodológica controlada, os procedimentos de produção de sentido.

A busca por essa regulação está se tornando cada vez mais importante nos dias de hoje. Pois estão em questão não apenas meras diferenças históricas no interior de uma cultura comum como é o caso da historiografia envolvida com as perspectivas nacionais e de orientação dos padrões europeus do profissionalismo histórico, mas também os processos de migração e globalização têm produzido novos arranjos de comunicação intercultural. As nações, países, sociedade e estados europeus são questionados e desafiados de uma nova forma por nações e culturas não-européias. Eles criticam a hegemonia do Ocidente e enfaticamente procuram se liberar das interpretações históricas que lhes foram imputadas. O pensamento histórico ocidental precisa refletir sobre a crítica da ideologia que sustenta a reprimenda de que, por detrás das reivindicações universalizantes de validade e dos padrões de racionalidade, escondem-se pretensões de poder e dominação que ameaçam, se não destroem, a soberania das outras culturas. Essa confrontação já é a causa de um hábito de autocritica nas interpretações do pensamento histórico ocidental. No entanto, isso não quer dizer que as instituições estabelecidas e os métodos da cultura histórica já tenham encontrado novas formas de mediação com os "outros", ou tenham resolvido suas próprias diferenças culturais. Um problema similar se desenvolve no interior das sociedades ocidentais quando a forma de

tratar as minorias está em questão, culturas que são pensadas como sendo não apenas diferentes, mas definitivamente incomuns e estranhas. Como essa alteridade pode encontrar um lugar nas formas de vida da maioria?

A crítica pós-moderna das aplicações de categorias e usos ideológicos de uma variedade de modelos de modernização minou o tom hermenêutico da antiga convicção que se pode ouvir quando os pesquisadores do campo das humanidades declaram que seus padrões de interpretação possuem uma validade intersubjetiva, i.e., para além de todas as diferenças culturais. Entretanto, essa crítica joga fora o “bebê” da validade cognitiva na argumentação histórica com a “água suja” do eurocentrismo. O resultado é um culturalismo epistemológico e político que confina suas descobertas sobre o caráter regional e temporal das culturas em um escopo inerente às diferentes culturas de modo que ele se torna dependente do horizonte de autocompreensão dessas mesmas culturas. Para além dos imensos problemas hermenêuticos e epistemológicos de tais interpretações, há a irritação daqueles as adotam quando depreciam o valor e a autoestima dos “outros” a partir de um modelo eurocêntrico de alteridade. Eles se sentem prejudicados ao relacionarem a liberação do “outro eu” a sua própria cultura, de modo que têm que de fato reconhecer o “outro”. Esse tipo de culturalismo transforma a diferença cultural em uma monadologia hermenêutica, impedindo de todo a comunicação intercultural, ou permitindo-a apenas em detrimento das regras geralmente aceitas.

192

Assim, temos que compreender como a produção de conhecimento cultural e histórico — que é sempre também a produção de competências culturais — pode estar alinhada com a meta de prover as gerações futuras com os meios de comunicação intercultural.

Essa questão só pode ser respondida na prática da comunicação direta. A tarefa objetiva da orientação cultural só pode ser considerada como subjetivamente alcançada e resolvida se os outros e nós mesmos concordarmos quando nos relacionarmos historicamente com eles e vice-versa. Então o consenso mútuo entre alteridade e identidade na autorealização histórica pode ser alcançado. Obviamente isso não pode ser concebido como uma realização imediata e eterna, mas como um processo em aberto e contínuo. As experiências de tempo sempre recorrentes, que se originam na vida quotidiana, nas lutas por poder, na colisão de interesses e nos efeitos colaterais não intencionais de nossas próprias ações e das reações dos outros, exigem um esforço continuado de nos situarmos historicamente e compreendermos a autocompreensão dos “outros”.

As muitas vozes contribuindo para esse debate podem ser facilmente combinadas em uma tendência geral na busca de progressos na conceituação do pensamento histórico como um *medium* de construção de identidade, determinando a alteridade dos outros e relacionando essa alteridade com o “eu”. Devemos continuar a tarefa — já em andamento — de decomposição do pensamento histórico ocidental, sua desconstrução em elementos e fatores a serem diferenciados diacronicamente. Com a desconstrução do caráter especificamente

ocidental do pensamento histórico em um complexo arranjo de fatores, cada um deles de modo algum culturalmente específico, a pregnância da diferença cultural diminui. Mas isso não significa dissolve-lo em um *potpourri* de criações de sentido histórico carentes do contorno de uma autoestima construtora de identidade.³¹ Pelo contrário, a autoestima ganha maior nitidez com a complexidade dos arranjos nos quais ela aparece. Ao mesmo tempo, a percepção mútua foca no fato de que o que é diferente com relação aos outros é composto de elementos que também nos pertence.

Junto com a decomposição da peculiaridade ocidental, as características especiais das formas não-ocidentais de pensamento e cultura histórica devem ser delineadas; devemos tornar possível vê-las como arranjos particulares de fatores gerais da criação de sentido histórico. Sem a percepção dos outros, a estreiteza das atitudes históricas é reforçada.

Não importa a forma na qual essa pesquisa necessária esteja sendo conduzida, seus resultados serão enfraquecidos sem um repensar crítico das questões e interpretações que tornam as outras tradições comparáveis. Os mesmos elementos que poderiam objetivar e intelectualmente apoiar a comunicação intercultural, podem limitá-la se não forem submetidos a reconsiderações teóricas.

Considerando os problemas urgentes de conflito cultural em uma época de globalização e aumento das migrações, tais usos de reflexões teóricas e dados empíricos acontecem na discussão direta de nossas próprias tradições e formas contemporâneas do pensamento histórico — bem como das alheias. As características e formas do discurso acadêmico não correspondem ainda a esses imperativos. Muito frequentemente os respectivos especialistas ainda se expressam sem dar voz a esses imperativos em seus discursos, mas isso pode ser mudado.

V. O problema do trauma

Terá encontrado a cultura histórica de nosso tempo, e especificamente os estudos históricos atuais (entendidos como disciplina acadêmica) uma resposta convincente ao desafio das arrebatadoras experiências históricas negativas do século XX? Pode-se tratar essa questão ao tematizar o Holocausto como a experiência histórica negativa mais radical da história europeia recente. Sem negar seu caráter único como evento histórico, ele serve, todavia, como paradigma para um modo específico de experiência histórica. Com seu caráter provocativo e irritante, o Holocausto desafia as já existentes estratégias culturais desenvolvidas para atribuir sentido ao passado dando-lhe a feição de uma história dotada de sentido.

³¹ Cf. Rüsen, Jörn. Some Theoretical Approaches to Intercultural Comparative Historiography. *History and Theory*, Theme Issue 35: Chinese Historiography in Comparative Perspective (1996), pp. 5-22 (também em Rüsen, Jörn. *History: Narration – Interpretation – Orientation*. Nova Iorque, 2005).

Com o fito de descobrir onde está o problema, é útil apreender a distinção tipológica entre três modos de perceber o passado a partir da experiência de eventos: o normal, o crítico e o catastrófico ou traumático. Esta distinção é necessária para focalizar o problema ainda não resolvido: como tratar o Holocausto no contexto da história moderna? Todavia, à luz da distinção tipológica proposta, é necessário olhar o caráter catastrófico ou traumático do Holocausto com o objetivo de entender o problema fundamental da interpretação histórica – até aqui resolvido de maneira insuficiente.

O Holocausto é o caso mais radical de experiência 'catastrófica' da história, ao menos para os judeus. E de uma maneira diferente, também para os alemães.³² Para ambos, o Holocausto é único em seu caráter genocida e em sua negação e destruição radical dos valores básicos da civilização moderna, partilhados tanto por alemães como pelos judeus. Como tal, ele nega e destrói mesmo os princípios da interpretação histórica, na medida em que esses princípios são parte da civilização. O Holocausto tem sido caracterizado como o 'buraco negro' do sentido e do significado, que dissolve todo conceito de interpretação histórica. Quando Dan Diner caracterizou o Holocausto como "ruptura da civilização",³³ ele quis dizer que precisamos reconhecê-lo como um evento histórico, que, por sua pura ocorrência, destrói nosso potencial cultural de inseri-lo em uma ordem histórica do tempo, dentro da qual podemos compreendê-lo e organizar nossas vidas de acordo com essa experiência histórica. O Holocausto problematiza, ou mesmo previne, uma interpretação dotada de sentido de qualquer inter-relação (narrativa) inquebrantável entre o tempo antes e depois dele. É uma "experiência limite" da história, que não permite sua integração em um sentido coerente cunhada pela narrativa. Aqui sempre falha toda tentativa de aplicar conceitos compreensivos de desenvolvimento histórico.

É necessário, todavia, reconhecer o Holocausto como evento histórico e lhe dar um lugar no padrão historiográfico da história moderna, em cujo âmbito nos compreendemos, expressamos nossas esperanças e temores sobre o futuro e desenvolvemos nossas estratégias de comunicarmos uns com os outros. Se situarmos o Holocausto além da história ao lhe dar um significado 'mítico', ele perde seu caráter de evento factual empiricamente comprovado. Ao mesmo tempo, o pensamento histórico seria limitado em sua abordagem à experiência do passado. Isso contradiria a lógica da história, pois um mito não se relaciona com a experiência como condição necessária de confiabilidade. Assim sendo, o Holocausto representa o 'evento-limite'; ele transgride o nível do problema específico do pensamento histórico e atinge o cerne dos procedimentos intelectuais do pensamento histórico em si.³⁴

³² O caráter europeu do Holocausto é tratado em KARLSSON, Klas-Göran; ZANDER, Ulf (orgs). *Echoes of the Holocaust: Historical cultures in contemporary Europe*. Lund: Nordic Academic Press, 2003.

³³ DINER, Dan. „Zwischen Aporie und Apologie: Über Grenzen der Historisierbarkeit des Nationalsozialismus". In _____. (org.) *Ist der Nationalsozialismus Geschichte? Zu Historisierung und Historikerstreit*. Frankfurt am Main: Fischer, 1987. pp. 62-73.

³⁴ Cf. RÜSEN, Jörn. "Historizing Nazi-Time: Metahistorical Reflections on the Debate Between Friedländer and Broszat". In _____. *History: Narration – Interpretation – Orientation*. Nova Iorque: Berghahn, 2005, pp. 163-188.

Minha distinção entre uma experiência histórica 'normal', 'crítica' e 'catastrófica' é um esforço de dar conta deste caráter específico do Holocausto como trauma na experiência histórica. Essa distinção é, claro está, artificial. Como qualquer tipo-ideal, é um expediente metódico de interpretação histórica e, como tal, contrastante em relação ao modo de pensar historicamente presente na vida cotidiana. Sem elementos de uma catástrofe não haveria realmente uma crise desafiadora; e sem elementos de normalidade nenhuma crise catastrófica ou crítica poderia sequer ser identificada como um desafio específico, isto sem falar na possibilidade da mudança radical da percepção e interpretação da história.

Ao destruir os conceitos efetivos de sentido como sistemas de orientação, o trauma é um obstáculo para a vida prática. Aqueles que tiveram uma experiência traumática precisam lutar para superá-la. Eles tentam dar-lhe nova forma de um modo que faça sentido novamente, i.e., que se insira em padrões eficazes de interpretação e compreensão: omitem ou suprimem o que ameaça a efetividade e validade desses padrões. Pode-se falar em um estranhamento ou falsificação da experiência, de modo a que se concilie com ela.

Todos estão familiarizados com essa distorção e com essa alienação. Isso ocorre habitualmente quando se tenta falar sobre uma experiência única e profundamente perturbadora para a própria mente daquele que fala. Isso é verdade não somente para experiências negativas com qualidade traumática, mas também para experiências positivas. Aqueles que têm essas experiências são levados além dos limites de suas vidas cotidianas, de sua visão de mundo e autocompreensão. Todavia, sem palavras, um evento de qualidade perturbadora não pode ser mantido no horizonte da memória e da consciência identitária. É no terreno da linguagem que os envolvidos precisam se haver com tais eventos. Mesmo na jaula escura da supressão, essas experiências tendem a encontrar expressão: se as pessoas não podem falar sobre elas, elas são forçadas a substituir a carência de linguagem e pensamento por atividades compulsivas, por falhas e lacunas em seus modos de vida. Tais falhas, lacunas e atividades precisam 'falar' sobre tais pessoas nessa 'linguagem além das palavras', simplesmente porque essas experiências se tornaram parte deles e eles precisam se conciliar com este fato.

A *Historicização* é uma estratégia cultural de superação das consequências perturbadoras das experiências traumáticas. No exato momento em que as pessoas começam a contar a 'história' do que lhes aconteceu, dão o primeiro passo rumo à assimilação de eventos perturbadores dentro do horizonte de sua visão de mundo e da compreensão de si mesmas. Ao cabo desse caminho, a narrativa histórica dá à perturbação traumática um lugar na cadeia temporal de eventos. Aí ela faz sentido e perde, assim, seu poder de destruir o sentido e o significado. Ao dar ao evento um significado e sentido 'históricos', seu caráter traumático desaparece: 'história' é uma inter-relação temporal de eventos, dotada de sentido e de significado, que combina a situação da vida atual com a experiência do passado de um modo tal que uma perspectiva futura das atividades

humanas pode ser delineada do fluxo de mudança do passado para o presente. A atividade humana precisa de uma orientação na qual é necessária a idéia dessa continuidade temporal. O mesmo vale para a identidade humana.

Essa *destraumatização pela historicização* pode ser trazida à tona mediante diferentes estratégias de alocação de eventos traumáticos em um contexto histórico:

- A *anonimização* é bastante comum. Mas ela previne a perturbação por conceitos dotados de sentido. Ao invés de falar de assassinatos e crimes, de sofrimento por uma falha ou culpa, menciona-se “período de trevas”, “destino”, uma “invasão de forças demoníacas” em um mundo mais ou menos ordeiro.³⁵

- A *categorização* subjuga um trauma sob a dominação de ocorrências e desenvolvimentos compreensíveis. Para aqueles que estão envolvidos (principalmente as vítimas – mas não só), ele perde sua singularidade perturbadora ao ser referido por termos abstratos. Muito frequentemente esses termos integram o trauma em um desenvolvimento temporal dotado de sentido e significado. A ‘tragédia’ é um exemplo proeminente. O termo indica coisas horríveis, mas elas aconteceram como parte de uma história que tem uma mensagem para seus destinatários, ou para aqueles que a contam para si mesmos.³⁶

- A *normalização* dissolve a qualidade destrutiva do que aconteceu. Neste caso, as ocorrências aparecem como algo que acontece recorrentemente o tempo todo e em todos os lugares; e são explicadas por estarem arraigadas na natureza humana. É usada muito regularmente a categoria normalizadora da “natureza humana” ou “maldade humana”.

- A *oralização* domestica o poder destrutivo do trauma histórico. O evento traumático adquire o caráter de um caso que representa uma regra geral da conduta humana (“não faça uma coisa dessas!”). Por ser tão horrível, adquire o sentido de uma mensagem que mexe com o coração de seus observadores. O melhor exemplo é o filme *A Lista de Schindler*, de Steven Spielberg (1994). Muitos dos museus americanos do Holocausto seguem a mesma estratégia de atribuição de sentido. Ao final do caminho de horror sofrido pelas vítimas, os visitantes saem com uma mensagem claramente moralista. “O mundo aprendeu com o Holocausto? A situação de nosso mundo nos leva a dizer: não é suficiente... O Holocausto não foi inevitável. Decisões humanas o criaram; pessoas

³⁵ Um exemplo desta anonimização é o discurso inaugural de Leopold von Wiese no primeiro encontro de sociólogos alemães após a guerra: “A ‘Peste’ chegou, vindo de fora, caindo sobre seres humanos despreparados, como um acidente pérfido. Este é um mistério metafísico, que a sociologia não deve sequer tocar”. WIESE, Leopold von. Die gegenwärtige Situation, soziologisch betrachtet. *Verhandlungen des Achten Deutschen Soziologentages von 19. bis 21. September 1946 in Frankfurt am Main*, 1948. Tübingen: Mohr, p.29.

³⁶ Um exemplo interessante é a maneira como Theodor Schieder, famoso e influente historiador alemão, tentou enfrentar seu próprio envolvimento (só recentemente descoberto) com os crimes nazis. Ver RÜSEN, Jörn. “Kontinuität, Innovation und Reflexion im späten Historismus: Theodor Schieder”. In _____. *Konfigurationen des Historismus: Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt am Main: Fischer, 1993. p.357-397, especialmente p.377ss. Uma versão abreviada em inglês em LEHMANN, Hartmut; VAN HORN MELTON, James (orgs.). *Paths of Continuity: Central European Historiography from the 1930s to the 1950s*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

como nós permitiram que ele ocorresse. O Holocausto nos lembra vivamente que cada um de nós é pessoalmente responsável por estar a postos, em todos os tempos, contra um mal semelhante. A memória do Holocausto precisa nos servir como lembrança, em cada aspecto de nossas vidas cotidianas, que jamais as pessoas devem perpetrar o mal contra as outras. Jamais o ódio étnico deve ser permitido; jamais o racismo e a intolerância religiosa devem reinar sobre a terra. Cada um de nós precisa firmar a decisão de jamais permitir que as tragédias do Holocausto ocorram novamente. Esta responsabilidade começa com cada de um de nós – hoje.”³⁷

- A *estetização* apresenta as experiências traumáticas para os sentidos. Elas são postas em esquemas de percepção que tornam o mundo compreensível e um assunto de ordem prática. O horror se transforma em moderação, um quadro que o torna – no pior dos casos – pronto para consumo. O filme *A Vida é bela*, de Roberto Benigni (1997), por exemplo, dissolve uma experiência perturbadora mediante o pastelão e um enredo familiar sentimental. Outro exemplo é a museificação de relíquias. Elas podem ser apresentadas de tal maneira que seu caráter hediondo muda para o da clareza da lição de história.³⁸

- A *teleologização* reconcilia (mesmo que seja tardiamente) o passado traumático com formas atuais de vida, que correspondem a idéias convincentes de legitimidade e aceitação. Trata-se de um modo difundido de teleologização usar o fardo do passado para legitimar historicamente uma ordem de vida que afirma prevenir seu retorno e oferecer proteção contra ele. Nesta perspectiva histórica, uma lição é aprendida, o trauma se dissolve em um processo de aprendizagem. Um exemplo é o museu histórico do memorial Yad Vashem, de Israel. Os visitantes que seguem o percurso do tempo no museu têm que mergulhar no horror dos campos de concentração e das câmaras de gás para depois emergirem na fundação do Estado de Israel.

- A *reflexão meta-histórica* permite que a dolorosa factualidade dos eventos traumáticos se evapore no ar impalpável da abstração. A desafiadora ruptura do tempo causada pelo trauma inaugura a questão crítica que diz respeito à história em geral, aos seus princípios de sentido e modos de representação. Para responder essas questões, a meta-história pretende superar a ruptura através do conceito de mudança histórica. O “maldito” e traumático fluxo do tempo,³⁹ vivido na cadeia de eventos, pode continuar fluindo ininterruptamente, e se enquadra nos padrões de orientação da vida presente.

- Por fim, a *especialização*, que é um meio acadêmico genuíno de manter

³⁷ Holocaust Museum Houston (visitado em 1996). A exposição do Holocaust Center na Cidade do Cabo termina com uma citação do Arcebispo Tutu: “Aprendemos sobre o Holocausto para que nos tornemos mais humanos, mais gentis, mais cuidadosos, mais compassivos, valorizando cada pessoa como um ser de valor infinito tão precioso que sabemos que tais atrocidades nunca ocorrerão novamente e que o mundo se tornará um lugar mais humano” (de minha visita na primavera de 2003).

³⁸ Cf. RÜSEN, Jörn. “Auschwitz – die Symbolik der Authentizität.” In _____. *Zerbrechende Zeit: Über den Sinn der Geschichte*. Köln: Böhlau, 2001. p.181ss. Em inglês, *Auschwitz: How to perceive the meaning of the meaningless – A Remark on the Issue of preserving the Remnants*. In *Kulturwissenschaftliches Jahrbuch*, 1994. Essen 1994. pp.180-185.

³⁹ A expressão é de Dan Diner.

sob controle a ausência de sentido das experiências traumáticas.⁴⁰ O problema se divide em diferentes aspectos que se tornam assuntos específicos para especialistas diferentes. Assim, desaparece a dissonância perturbadora da totalidade do quadro histórico. O melhor exemplo dessa estratégia de especialização surge nos próprios estudos sobre o Holocausto como um campo independente. Aqui, o horror tende a perder seu estatuto como desafio geral para o pensamento histórico ao se tornar um tópico exclusivo para especialistas treinados.⁴¹

Com o objetivo de superar os elementos perturbadores da experiência histórica, todas essas estratégias historiográficas podem estar acompanhadas de vários procedimentos mentais, bem conhecidos pelos psicanalistas. O mais eficaz é, sem dúvida, o recalque. Mas é muito mais fácil olhar somente para os mecanismos de recalque da narrativa histórica e perguntar pelo que eles não nos dizem. É melhor perguntar como eles contam o passado com o objetivo de se manterem em silêncio sobre a experiência hedionda. A psicanálise pode ensinar os historiadores que há várias possibilidades de fazer com que a ausência de sentido das experiências do passado passe a ser dotada de sentido ao representá-las historicamente como um alívio. Aqueles que se sabem envolvidos e são responsáveis tendem a aliviar a si mesmos ao extraditar seu passado fora da fronteira de sua própria história e projetá-lo dentro das fronteiras alheias. (É muito fácil transpor achados psicanalíticos em historiográficos). Essa extradição é viabilizada pela troca de papéis entre perpetradores e vítimas, ao dissecar e projetar o agenciamento e a responsabilidade. Isso também pode ser feito ao se pintar um quadro do passado no qual a própria face desapareça da representação dos fatos, embora ela pertença objetivamente aos eventos que constituem a sua própria imagem.

Todas essas estratégias podem ser observadas se se pergunta pelos traços do trauma na historiografia e em outras formas de cultura histórica, nas quais as pessoas encontram a orientação de suas vidas no curso do tempo. Os traços têm sido encobertos pela memória e pela história, e, por vezes, é muito comum descobrir a realidade perturbadora debaixo da suave superfície da memória coletiva e da interpretação histórica.

O diagnóstico dessas estratégias de geração de sentido histórico inevitavelmente levanta a questão de como o trabalho do historiador há de enfrentá-las. Será impossível evitar a transformação (alienante e falsificadora) da ausência de sentido em história, que, por sua vez, faz sentido? A incômoda resposta a essa questão é: não. Isto não significa que uma cuidadosa investigação histórica não possa superar as lacunas das falsificações recalçadas e das dolorosas inter-relações. A esse respeito, os estudos históricos têm a necessária função de exercer uma crítica esclarecedora, com o objetivo de evidenciar os fatos. Mas ao interpretar os fatos, os historiadores não podem fazer outra coisa

⁴⁰ Psicólogos da repressão usam o conceito de dissociação.

⁴¹ Este é, evidentemente, também um problema para o 'Living History Project: Holocaust in European historical culture'.

a não ser usar padrões narrativos de significância, o que dá um sentido histórico aos fatos traumáticos. A esse respeito, *os estudos históricos, por sua lógica, são uma prática cultural de destigmatização*. Eles transformam o trauma em história. Isso significa que o trauma desaparece inevitavelmente quando a história assume sua representação?

O acúmulo de experiências traumáticas ao longo do século XX trouxe consigo uma mudança na atitude histórica frente os traumas. Aliviar suas estocadas dolorosas não é mais possível, uma vez que as vítimas, os sobreviventes e seus descendentes, bem como os algozes e todos aqueles envolvidos nos crimes contra a humanidade têm sido objetivamente determinados por esse doloroso desvio da normalidade e são subjetivamente impelidos à tarefa de enfrentá-lo.

A propósito do Holocausto, os problemas desta relação face a face têm sido largamente discutidos. Aqui encontramos um esforço em manter a natureza específica desse evento traumático ao separar sua memória viva das estratégias até agora desenvolvidas de geração de sentido histórico. Essa distinção é caracterizada pela *diferença entre mito e história*. A relação 'mítica' com o Holocausto é a forma de preservar seu caráter traumático de sua dissolução pela historicização.⁴² Deixá-la de lado significa, pois, roubar-lhe sua força explosiva ao negar os procedimentos usuais de historicização. O trauma a que se garanta um asilo que o proteja da normalidade da visão humana de mundo, torna-se infenso aos procedimentos consolidados da cultura histórica. O trauma vive sua própria vida em um ambiente separado de significação. Esse alheamento permite que a normalidade do fazer histórico siga adiante como se nada tivesse acontecido. (Este é o perigo de estabelecer 'Estudos sobre o Holocausto' como um campo separado do trabalho acadêmico e o 'Ensino sobre o Holocausto' como um campo separado da educação. Separar das outras áreas do trabalho acadêmico e pedagógico estabiliza indireta e involuntariamente um modo de pensar e ensinar que deveria, ao menos, ser desafiado, na medida em que o Holocausto é parte integrante de sua temática). Mesmo sem qualquer intenção de fazê-lo, este esforço de preservar o caráter traumático dos eventos falha ao legitimar ou mesmo fortalecer a destigmatização pela historicização 'normal' no poder cultural.

Mas como pode ser evitada essa destigmatização? Sugeriria uma *'traumatização secundária'*. Este conceito significa que é preciso mudar o modo de fazer história. Penso em uma nova narrativa histórica, na qual os eventos traumáticos narrados deixam traços no próprio padrão de significância que governa o trabalho interpretativo dos historiadores. A narrativa precisa desistir de seu caráter fechado, de sua suave cobertura que abriga a cadeia de eventos. Precisa expressar sua perturbação no escopo dos procedimentos metódicos de interpretação, bem como nos procedimentos narrativos de representação.

No nível dos princípios fundamentais de geração de sentido histórico, ao

⁴² Cf. RÜSEN, Jörn. *Historizing Nazi-Time*. Cf. nota 34.

interpretar eventos, a ausência de sentido precisa se tornar, ela mesma, um elemento constitutivo do sentido:

- ao invés da anonimização, deveria claramente ser dito o que aconteceu por meio da chocante nudez da factualidade rude;

- ao invés de subjugar os eventos às categorias dotadas de sentido, os eventos deveriam ser situados em padrões interpretativos que problematizem as categorias tradicionais de sentido histórico;

- ao invés de normalizar a história como dissolvente dos elementos destrutivos, deve-se manter a memória da 'normalidade da exceção'. Devem ser lembrados o horror embaixo da fina capa da vida cotidiana, a banalidade do mal etc.;

- ao invés de moralizar, a interpretação histórica precisa indicar os limites da moralidade, ou melhor, sua fragilidade interna;

- ao invés de estetizar, a interpretação histórica deveria enfatizar a brutal feiura da desumanização;

- ao invés de suavizar experiências traumáticas pela teleologia, a história deve apresentar o fluxo do tempo como sendo obstruído na relação temporal entre o passado dos eventos traumáticos e a presença de sua comemoração. Descontinuidade, rompimento de conexões e destruição tornaram-se características de sentido na idéia geradora de sentido do curso do tempo.⁴³

200

Eventualmente, a reflexão metahistórica precisa assumir toda a dimensão traumática dos elementos perturbadores da experiência histórica e conduzi-los à abstração das noções e das idéias.

A especialização, por fim, precisa ser novamente conectada com um "arcabouço interpretativo abrangente e convincente".⁴⁴

Os choros das vítimas, os risos dos perpetradores e o eloquente silêncio dos espectadores morrem quando o curso do tempo adquire sua forma histórica normal para orientar as pessoas dentro dele. A traumatização secundária é uma chance de dar voz a esse conjunto de desumanização. Ao lembrá-la deste jeito, o pensamento histórico abre a possibilidade de prevenir a desumanização de seguir adiante.

VI. Luto e perdão

À primeira vista, a história nada tem a ver com o luto. O luto é emocional e relacionado a perdas recentes. A história é cognitiva e relacionada a um passado remoto. Mas essa impressão suscita equívocos, porquanto história e luto têm

⁴³ Ruth Klüger, uma sobrevivente do Holocausto, caracterizou esse conceito com a metáfora dos "cacos de vidro que ferem a mão sempre que se tenta reuni-los". Ver KLÜGER, Ruth. *Weiter leben: Eine Jugend*. Göttingen: Wallstein, 1992, p. 278. (Ed. Brasileira: KLÜGER, Ruth. *Paisagens da memória: Autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. São Paulo: Editora 34, 2005).

⁴⁴ FRIEDLÄNDER, Saul. "Trauma, Memory and Transference". In HARTMAN, Geoffrey H. (org.) *Holocaust remembrance: The shapes of memory*. Oxford: Blackwell, 1994 (pp.252-263), p.258. Cf. _____. "Writing the history of the Shoah: Some major dilemmas". In BLANKE, Horst-Walter et al. (orgs.) *Dimensionen der Historik: Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur*. Festschrift Jörn Rüsen. Köln: Böhlau, 1998, pp.407-414.

algo de essencial em comum: ambas são procedimentos da memória e comprometidas com a lógica de geração de sentido.

O luto é um processo mental de comemorar alguém ou algo perdido.⁴⁵ A perda tem um caráter específico da perda sentida por alguém após o falecimento de uma pessoa ou do desaparecimento de algo muito estimado. Esse modo de comemoração objetiva a recuperação por meio da 'elaboração' da perda (nas palavras de Sigmund Freud). Recuperar-se significa voltar à vida pela morte da pessoa ou do objeto amado. Em um certo sentido, mesmo a perda (seja ela de um sujeito ou de um objeto) volta: ela retorna na forma da presença da ausência, que amplia o horizonte mental do enlutado com elementos de transcendência.

O paradigma arcaico para esse processo mental que, claro, é um processo de comunicação social, se encontra no ritual que transforma a pessoa morta em um ancestral. Como ancestrais, os mortos recebem uma nova forma de vida, invisível, porém muito poderosa. Esta prática mental social e individual pode facilmente ser aplicada à história (espantosamente, isto ainda não foi feito).

Não acredito que a história de hoje seja um culto de ancestrais, mas ao menos possui alguma semelhança lógica com ele: devemos nos dar conta que o pensamento histórico, em si, em sua própria lógica, segue a lógica do luto, ao menos de maneira parcialmente formal: transforma o passado ausente, que é parte da identidade de alguém, em vida presente e atual. De fato, é só o próprio passado que é importante para a pessoa no presente que pode se tornar história. Esta importância do passado pode ser caracterizada por sua relevância do que é essencial para as pessoas em sua vida atual. A identidade é um tema da consciência histórica. Se nos conscientizarmos disto, o passado, nos processos mentais da consciência histórica, está essencialmente relacionado ao sentimento de co-pertencimento a um grupo e de ser diferente de outros. A respeito da identidade de uma pessoa ou de um grupo, o passado não é parte de um mundo exterior – não externo, mas um tema relacionado à vida interna de um sujeito humano. A relação com o passado pode ser comparada com a relação dada no processo de luto com pessoas falecidas ou objetos perdidos.

Há uma semelhança espantosa entre consciência histórica e luto. A história se refere principalmente ao passado relevante para a identidade humana. O passado ausente está presente nas profundezas da subjetividade humana. E isto é exatamente de que trata o luto. Assim, com uma simples argumentação lógica, pode-se dizer que o luto é constitutivo para o pensamento histórico em geral e por princípio. Se aqueles que morreram contribuíram positivamente para a autoestima das pessoas de hoje (e esta é a regra no contexto da consciência histórica em todo o mundo), a lembrança deles os mantém e preserva

⁴⁵ Não custa lembrar que "comemorar" aqui precisa ser interpretado em seu sentido literal e etimológico, isto é, como lembrança conjunta (co-memorar). No uso corrente da língua portuguesa (no Brasil, pelo menos), comemoração geralmente se confunde com celebração. (N. dos T.)

vivos após sua morte. Em outras palavras, na consciência histórica os mortos continuam vivos. E o que os faz vivos? De que mais trata o luto? Penso que a meta-história desconsiderou totalmente o papel constitutivo do luto nos processos constitutivos da memória histórica.

A diferença entre história e luto reside no caráter do ato de recuperar alguém ao revitalizar o passado. No caso do luto, o processo está tomado de amargura e dor. A perda experimentada abre uma ferida em nosso espírito. O pensamento histórico, ao contrário, parecer ser o processo de lembrança, e sem este elemento de sofrimento, o que é considerado como um ganho, como forma de assumir uma herança, como retomada da auto-estima. Mas se o passado buscado possui essa forte relevância para a identidade, podemos concluir que sua superação não fere? Não deixa ele uma lacuna aberta para ser preenchida pela atividade intelectual? Penso que é válido considerar que os processos de consciência histórica estão fundados em um processo equivalente ao luto. Até agora, a escrita histórica não tem sido vista em comparação com o processo de luto, mas compreendida como tendo uma qualidade totalmente diferente: aquela de resgatar fatos independentes, como se eles fossem coisas que poderiam ser escolhidas e integradas à propriedade de quem os recolhe.

Gostaria de ilustrar isso mediante o tema da humanidade como fator constitutivo de identidade histórica.

202

Uma experiência histórica que nega a validade universal da categoria da humanidade ao privar indivíduos de seu *estatuto* de seres humanos toca o núcleo de todos os conceitos de identidade baseados na categoria de gênero humano. Se esta negação é executada fisicamente, nossa própria individualidade é destruída em sua dimensão histórica universal, pois o poder persuasivo do critério do gênero humano como valor básico é fundamentalmente enfraquecido. Tal experiência histórica leva à perda da subjetividade humana em sua qualidade especificamente humana. Priva as sociedades civilizadas modernas de seus fundamentos históricos e não pode ser possivelmente integrada no curso do tempo, no qual passado e futuro são vistos como estando juntos pela validade inquebrantável da humanidade como valor normativo. Destrói a continuidade da história na qual a subjetividade civil inscreveu suas próprias normas universais.

O que significa enfrentar experiências históricas traumáticas? Em primeiro lugar, e acima de tudo, significa ter consciência de que os critérios até então culturalmente dominantes perderam sua validade para o discurso histórico.⁴⁶ Mas uma perda não implica uma desistência. Desistir dos Mas uma perda não implica uma desistência. Desistir dos critérios de geração de sentido no discurso histórico, nas bases propostas pela ideologia da desconstrução, significaria o suicídio da subjetividade moderna – uma subjetividade que se assenta na categoria da igualdade como base de estima mútua nas relações humanas. Admitir uma perda sem reconhecer o que foi perdido nos leva de volta ao tópico

⁴⁶ É assim que leio a tese da “ruptura de civilização”, de Dan Diner. Cf. n.33.

do luto pela história de uma maneira intensa. Nesse ponto, estamos falando sobre luto histórico no sentido de que o gênero humano é confrontado com a experiência histórica de uma desumanidade drástica. Neste caso, o luto poderia levar à recuperação de nosso "eu" como fundamentalmente humano. O luto deveria consistir em uma *assunção da perda*. Isso implica dois aspectos: primeiramente, em admitir que o gênero humano como conceito narrativo está perdido ou ausente na experiência histórica, e, em segundo lugar, aceitar que o objeto da perda permaneça próprio daquele que o perdeu (melhor ainda: permaneça como pertencente ao enlutado de uma maneira nova e diferente).

O que isto significa para o critério de identidade histórica do gênero humano? O gênero humano, no sentido mais abrangente da subjetividade moderna, tem sido privado de sua significância histórica até agora considerada como parte e parcela da própria cultura (ou civilização). O gênero humano morreu em consequência da experiência histórica de crimes contra a humanidade, que são, na verdade, crimes contra o "eu" [*self*] (ou melhor: de sua disposição mental). O "eu/sujeito", ao menos em sua definição relacionada ao gênero humano, morreu na experiência histórica. Daí as conclusões melancólicas tiradas pela pós-modernidade: ela não se interessa mais pela orientação da subjetividade moderna determinada pela humanidade.⁴⁷ Destarte, a pós-modernidade deixa o sujeito das sociedades modernas desorientado e incapaz de agir exatamente no ponto em que o contexto real de sua vida – em termos de assuntos políticos, sociais, econômicos e ecológicos – é caracterizado por sua universalidade objetiva, tanto em sua reivindicação por direitos humanos e igualdade como categoria resultante de condições sociais no processo de globalização do capitalismo, bem como no perigo global dos recursos naturais da vida humana.

Em contraste com esta atitude melancólica, o luto seria uma conquista cultural. O sujeito recuperaria sua própria dimensão humana ao se movimentar para além da experiência fatal de uma ruptura de civilização. Este modo de luto não incorporaria simplesmente esta experiência na cultura, mas a consideraria como estímulo efetivo para acentuar a validade de uma orientação em prol da humanidade de uma apaixonada, ainda que de uma maneira disciplinada e paciente.

O que pretendemos dizer com uma humanidade re-apropriada pelo luto? O que pretendemos dizer com uma humanidade que está presente em sua ausência? Humanidade não é mais um valor fundamental naturalmente justificado

⁴⁷ Brilhantemente, Karl-Heinz Bohrer caracteriza a "atração" da "retórica melancólica" nas ciências humanas como um "lugar popular de resistência onde, por causa do discurso de que a modernidade falhou ao passar dos primeiros estágios, uma comunidade científica assustada, neste ínterim, junta forças para compor novas idéias e *designs* quase-teleológicos (...)", ver BOHER, Karl-Heinz. *Der Abschied: Theorie der Trauer: Baudelaire, Goethe, Nietzsche, Benjamin*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996, p.40. Heroicamente, ele defende uma ausência de futuro (*Zukunftslosigkeit*) contra as esperanças por um futuro de uma radical despedida (felizmente só) poética. A questão até que ponto esta repetição interpretativa e afirmação contra todo pensamento histórico pode ser lida como esforço desesperado de atrasar esta despedida historicamente real. Isto corresponde ao título de seu livro, no qual o luto é, como categoria, preferível à melancolia (sem que, em suas explicações, tal escolha seja justificada objetivamente).

per se da atividade humana. Em um discurso histórico baseado no luto, a humanidade se torna literalmente u-tópica porque perdeu sua posição fixa e estabelecida no mundo da vida. ("*Lebenswelt*"). Como consequência de seu deslocamento, não pode mais ser entendida como um plano para um mundo a ser criado (pois isso corresponderia à invocação da morte e o mundo planejado seria um fantasma ou um espectro). Como utopia, a humanidade teria um estatuto efusivo, literalmente *meta-físico*, além da realidade do mundo civilizado. Deveria ser tomado como um padrão crítico, como um fator perturbador de insuficiência a respeito das conquistas da civilização.

Mas o que pretendemos dizer por *presença* na ausência? É mais do que uma sombra, um fantasma do que poderia ser, mas (porque os humanos são o que são) infelizmente não é? Em sua ausência, a noção de humanidade pode não ser mais do que um "como se" da compreensão humana do mundo e de si mesmo. Poderia nada fazer a não ser ter o efeito de uma força mental que guiasse a ação humana, como um conceito regulativo de algo que não pode ser obtido, mas pode ser somente posto em prática. Não seria transcendentemente eficaz (como uma *meta-física* baseada empiricamente), mas transcendentemente como um meio carregado de valor de definições de sentido. Isto pode estimular ações ao servir como um princípio guia no processo de definição de uma meta. Poder-se-ia falar de ficção no sentido de um efetivo condicional "como se". Como algo perdido, a humanidade está sendo re-apropriada na forma de uma meta padrão na direção de uma civilização em aperfeiçoamento; e o fato de que isto não tenha sido ainda atingido faz com o que o homem seja impelido a agir. As normas perdidas, confiáveis e válidas são retomadas como provocação, crítica, utopia e motivação para que o mundo de cada um se mantenha ativo na direção dessas normas.

O luto é uma atividade mental de superação de uma perda. Contribui para dar sentido a uma experiência autodestrutiva. No caso da história, trata-se da perda de si mesmo. O luto histórico se refere a estas experiências históricas que estão entremeadas na própria identidade histórica, e que a ameaçam. Posto que identidade sempre implica relação com outros, estes eventos ameaçadores, frutos de uma perda, também perturbam essa relação. Este é inevitável e especialmente o caso quando eventos perturbadores são trazidos por uma pessoa ou grupo que pode ser claramente definido como "os outros".

Mesmo além deste elemento destrutivo da perda no escopo da perspectiva histórica da identidade, a relação entre o eu e os outros, em geral, é um problema fundamental, porquanto a identidade é formada por uma autoestima positiva e uma imagem menos positiva ou mesmo negativa dos outros. Na cultura histórica, essa avaliação assimétrica é eficaz, tal como vemos no poder do etnocentrismo.⁴⁸ Este poder é fortalecido quando a memória histórica inclui eventos nos quais

⁴⁸ Cf. RÜSEN, Jörn. How to overcome ethocentrism: Approaches to a Culture of Recognition by History in the 21st. Century. *Taiwan Journal of East Asian Studies* 1, 1 (2004), pp.59-74. Também em *History and Theory* 43, Theme Issue "Historians and Ethics" (2004), pp.118-129.

nossa própria moralidade foi atingida por outros. Se este evento pode ser julgado por padrões morais universalmente válidos, essa moralidade terá uma profunda influência no processo de formação de identidade histórica e de constituir problemas específicos na relação entre o eu individual e os outros.

A avaliação de eventos pretéritos sempre desempenha um papel importante na identidade histórica, mas quando a avaliação segue padrões morais que precisam ser aceitos por outros considerados moralmente equivocados, mas também moralmente depreciados, surge uma relação especial, a saber, uma relação entre vítimas e algozes.

Em décadas recentes o *estatuto* de ser uma vítima tornou-se um fator muito eficaz para formação de identidades coletivas. Seu poder convincente reside em um conjunto de valores universais geralmente aceitos: um grupo de pessoas (por exemplo: uma nação) deve aceitar que, no passado, eles, ou seus antepassados, cometeram algo moralmente condenável. E esta concordância em torno à qualidade moral do que aconteceu no passado confirma o *estatuto* moral positivo das vítimas e de seus descendentes. Os algozes e seus descendentes, por sua vez, são colocados na sombra negra da história. Sua alteridade é constituída por uma avaliação moral negativa que eles devem aceitar, porquanto partilham com suas vítimas os mesmos padrões morais universais.

Em uma perspectiva histórica geral, esse mecanismo moralista é um tanto novo. Tradicionalmente, as pessoas tendem a atribuir a si mesmo os mais altos padrões de civilização.⁴⁹ A identidade é uma questão de ter orgulho em haver obtido estes padrões e os ter realizado historicamente. Logo, uma vitória é um evento comum para restaurar a própria autoestima histórica. Peguemos, por exemplo, o Segundo Império alemão. Sua vitória sobre o Império francês foi transferida para sua memória coletiva. O Dia da Batalha de Sedan — no qual o exército da Confederação Alemã – *Deutscher Bund* – derrotou o exército francês e prendeu Napoleão III — tornou-se um dia oficial de comemoração. Esta unilateralidade tradicional é típica e confirmada pelo jeito como a moralidade é tratada. É só evocada pela cultura a que se pertence; a alteridade é definida por sua ausência ou variação negativa. Este etnocentrismo tradicional está carregado de uma dupla moralidade: os padrões morais vigentes na própria cultura não são válidos para os outros e a eles aplicáveis; são tratados de acordo com um sistema diferente de valores que, em primeiro lugar, atribui aos outros padrões morais inferiores.

Mas essa dupla moralidade desapareceu no processo de modernização, em favor de padrões morais universalistas. Estes padrões são baseados em um valor geral e fundamental de humanidade que precisa ser aplicada para si, da mesma forma que para os outros. Neste padrão de moralidade, crimes contra a humanidade são eventos históricos que servem como meios muito

⁴⁹ Cf. MÜLLER, Klaus. Ethnicity, Ethnozentrismus und Essentialismus. In: ESSBACH, Wolfgang (org.). *Wir – Ihr – Sie: Identität und Alterität in Theorie und Methode*. Würzburg: Ergon, 2000, pp.317-343.

eficazes para avaliar qualidades morais das pessoas segundo um sistema compreensivo de valores de humanidade.

Usar padrões universais para delimitar a diferença entre si e os outros se tornou uma estratégia globalmente aceita. As características históricas da divisão entre si e a alteridade dos outros têm sido pintadas na tela de uma moral universalista. A identidade histórica tornou-se uma característica única na face do gênero humano.

O impacto moralista tem uma consequência problemática: ele conduz a *uma forma nova e moderna de etnocentrismo*. Os alemães, os japoneses e outros povos na atualidade são responsabilizados pelo que seus antepassados fizeram. De fato, essa responsabilidade desempenha um papel nas relações internacionais: representantes de nações se desculpam oficialmente pelo que seus povos fizeram aos outros.⁵⁰ O significado dessa responsabilidade histórica é um problema filosófico ainda não resolvido,⁵¹ uma vez que a moralidade moderna estabelecida só admite a responsabilidade dos autores diretos dos infortúnios. Nossos antepassados não podem ser moralmente responsabilizados. Mas, ainda assim, no nível da vida diária e na simbologia política, esta responsabilidade parece ter sido aceita como uma responsabilidade histórica específica.

A moralidade alimenta a identidade histórica, de um lado, com o poder mental da inocência; e, de outro, com a culpa ou a vergonha. O caráter atraente da vitimização tem suas raízes na superioridade da inocência e na habilidade em jogar a culpa na alteridade dos outros.⁵² Mas é a moralidade subjacente que causa problemas neste tipo de formação de identidade. Aqueles outros que estão tomados de culpa e vergonha podem obter sua autoestima histórica (necessária para uma identidade que lhes servirá por toda a vida) somente pela autocondenação – o que é uma contradição em si. Quando os descendentes dos sucessores se identificam com as vítimas (com o objetivo de obter qualidade moral em sua autoestima), eles ignoram a relação objetiva intergeracional com os algozes. Esta identificação obscurece a ausência de inter-relação na perspectiva histórica da vigilância que se exerce sobre si mesmo. Esta moralidade astuta e rígida corta os laços históricos que constituem objetivamente a identidade histórica.

O tema da vitimização intergeracional é igualmente problemático. Ela sobrecarrega a autoestima com a experiência do sofrimento e paralisa a dimensão histórica da atividade. Neste caso, a perspectiva de futuro só pode ser criada por uma mudança do sofrimento passivo para a atividade, mas mesmo

⁵⁰ Hermann Lübke descreveu este ritual de desculpas oficiais como um assunto de religião civil nas sociedades modernas. LÜBBE, Hermann. *‘Ich entschuldige mich’*: Das neue politische Bussritual. Berlin: Berlin Taschenbuch Verlag, 2001.

⁵¹ Cf. RÜSEN, Jörn. "Responsability and Irresponsability in Historical studies: A Critical consideration of the ethical dimension in the historian's work". In CARR, David; FLYNN, Thomas R; MAKKREEL, Rudolf A. (orgs.) *The Ethics of History*. Evanston (Illinois): Northwestern University Press, 2004, pp.195-213.

⁵² Um exemplo recente e mundialmente conhecido é GOLDHAGEN, Daniel Johan. *Hitler's willing executioners: Ordinary Germans and the Holocaust*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1996. [Trad. Brasileira: *Os Carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997].

à atividade falta uma qualidade positiva, como revela o *slogan* “nunca mais!”: aqui o sofrimento no passado deve conduzir a um futuro de qualquer coisa que não seja “de novo aquilo”. A reação natural – a mudança do sofrimento em atividade de vingança – vai contra a moralidade da vitimização.

Por essas tensões e contradições, a moralidade tende a transcender a si mesma no escopo do processo cultural de formação de identidade. A vitimização alimenta as pessoas com a autoestima de serem impotentes e moralmente superiores aos algozes; mas, ao mesmo tempo, sobrecarrega as pessoas com o pesado fardo do sofrimento. O sofrimento tende a levar as pessoas a querer que ele termine e seja revertido, e suas atividades para tal são guiadas por uma visão de felicidade. Ser uma vítima é um desafio para se libertar da vitimização e se tornar senhor da própria vida. Isto implica que a inocência da vitimização deve ser descartada? Pode a dor da vitimização ser encerrada somente quando se perde a própria superioridade moral?

A mesma tendência de redefinir o próprio *eu* se efetua na mente dos que têm sido sobrecarregados com o pesado fardo da imoralidade ou, no pior caso, do crime: do crime contra a humanidade. Eles enfrentam o fato de terem posto seu “eu” interior no âmbito tenebroso de haver perdido a própria humanidade. Sem uma luz nestas trevas – como poderia a história alimentar sua autoestima com um futuro que defende o contrário do que aconteceu no passado?

Este impulso para além da moralidade provém da relação entre vítimas e algozes, bem como entre seus descendentes. A moralidade os separa. Princípios morais de humanidade partilhados e mutuamente confirmados constituem um abismo de exclusão mútua. É esta comunhão na universalidade de valores que os separa. Eles mutuamente confirmam o fardo de um legado perturbador em sua identidade histórica. Vivem como gêmeos siameses que foram intimamente atados um ao outro, evitando que sigam suas vidas de maneira autônoma e independente, nas quais podem buscar os valores morais partilhados segundo suas diferentes condições de vida. Separar os gêmeos é uma tarefa difícil e sem garantia de sucesso.

O caminho mais fácil e mais frequentemente praticado de superar esse dilema da moralidade na formação da identidade é esquecer os eventos que devem ser moralmente condenados. Devemos honrar a sabedoria dos antigos tratados gregos de paz, que incluíam a obrigação de esquecer os fatos que causaram a guerra e o que aconteceu nela?⁵³

A despeito dessa obrigação de esquecimento, as guerras permanentemente travadas na Grécia indicam que as dolorosas experiências históricas não podem simplesmente ser esquecidas, mesmo se a razão política assim o exigir. Este é o caso, sobretudo, quando os eventos ficam gravados nos recursos da própria mente e na do último inimigo. Ao menos no nível inconsciente, há uma tradição

⁵³ FLAIG, Egon. Amnestie und Amnesie in der griechischen Kultur: Das vergessene Selbstopfer für den Sieg im athenischen Bürgerkrieg 403 v. Chr. *Saeculum* 42 (1991), pp.129-149.

e memória dos esquecidos.

Então, não há alternativa à tarefa amarga de elaborar as pesadas experiências de modo que se escape da identidade constituída de forma exclusivamente moral. O primeiro passo para uma perspectiva de futuro precisa ser escapar da conexão imediata (quando não supratemporal) com o passado. A distância pode ser engendrada pelo luto. O enlutado adquire consciência da experiência de perda da humanidade das vítimas e de seus descendentes. Nessa hora, os elementos perdidos da identidade (por exemplo, sua dignidade como seres humanos) se tornam aparentes por sua ausência, provendo, assim, a identidade danificada com uma nova dimensão e qualidade de memória. Uma transformação similar de conscientização pode ser feita pelos algozes e seus descendentes. Eles podem perceber a perda de humanidade que os atos imorais e criminosos causaram dentro de si mesmos. Assim, eles podem redescobri-la, adquirir consciência de sua ausência (histórica) e recuperá-la. E ao buscá-la, eles podem ampliar o âmbito de sua identidade mediante uma consciência constitutiva de sua humanidade (historicamente) ausente.

Como o ato de luto atinge o fato de que ocorreu uma perda da identidade humana? A humanidade perdida não pode ser revitalizada. Mas o que pode acontecer pelo ato de luto é que a assustadora qualidade da identidade partida desaparecerá. Aqueles que sofrem pelas ações que lhe foram impingidas (enquanto são conscientes de sua inocência e de sua responsabilidade histórica) podem encontrar um lugar no escopo de sua identidade. Isto então mudou seu caráter – de pura destrutividade para o desafio de uma vida plena de sentido.

208

Se o processo de luto foi bem sucedido, os enlutados conquistaram uma nova qualidade de sua memória e de sua consciência histórica. Eles transcenderam o caráter exclusivo da moralidade, onde bem e mal definem tanto a si mesmos como os outros. No caso dos algozes e de seus descendentes, eles integraram os outros em si mesmos. O lado tenebroso de sua história não é mais extraterritorializado em prol do resgate de um resto de autoestima (seja da qualidade moral da inocência ou autocondenação ao assumir a responsabilidade histórica). Agora, os crimes se tornaram parte de sua própria história — ‘própria’ no sentido de ser apropriada como parte de si mesmos em sua memória e consciência histórica.

Esta apropriação é uma chance de superar o fardo de serem vítimas inocentes ou algozes responsáveis e sua subsequente mutua exclusão moralista. É uma chance para perdoar. Ao perdoar, é transgredido o âmbito da moralidade como força mental de formação de identidade. Aqueles que perdoam e aqueles que são perdoados experimentam a reconquista de si mesmos e dos outros em um nível de identidade situado para além da validade estrita de valores universalistas.⁵⁴ É o nível pré e pós-moral de autoafirmação, em que o sujeito humano é capaz de reconhecer a humanidade daqueles que a perderam ou a

⁵⁴ Um exemplo muito impressionante de perdão é o de MOZES KOR, Eva. *Echoes from Auschwitz: My Journey to healing*. Kulturwissenschaftliches Institut (org.). *Jahrbuch 2002/03*. Essen: KWI, 2003.

violaram radicalmente.⁵⁵ É o nível constitutivo de intersubjetividade humana no qual o reconhecimento dos outros é uma condição primária da vida humana.⁵⁶

Não há ainda nas sociedades modernas uma cultura do perdão estabelecida. Mas há uma consciência crescente de que pontes precisam ser construídas sobre o abismo do bem e do mal. Essa cultura começou com as desculpas oficiais por injustiças e imoralidades históricas. E tem havido também moções pelo perdão.⁵⁷ É uma questão aberta se isto indica uma mudança na memória e na história em prol de um novo reconhecimento de humanidade vis-à-vis e na presença plena da desumanidade no passado.

⁵⁵ O tema da re-humanização de algozes desumanos é apresentado de maneira impressionante por GOBODO-MADIKIZELA, Pumla. *A human being died that night: A Story of forgiveness*. Clarmont: Houghton Mifflin Harcourt, 2003. cf. _____. Forgiveness and re-humanization: Stories from South Africa. *Journal of Humanistic psychology* 42, 1 (2002), p.7-32.

⁵⁶ Cf. TOMASELLO, Michael. *Die kulturelle Entwicklung des menschlichen Denkens: Zur Evolution der Kognition*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2002.

⁵⁷ Como foi o caso do Presidente da República Federal da Alemanha, Johannes Rau, no Knesset, o Parlamento israelense. Cf. LÜBBE (n.49).

O conceito de neutralidade no discurso da história: entre os “*Geschichtliche Grundbegriffe*” e “*Le Neutre*”

The concept of neutrality in the discourse of history: between “*Geschichtlich Grundbegriffe*” and “*Le Neutre*”

Olga Guerizoli Kempinska

Professora Substituta
Universidade Federal Fluminense (UFF)
olgakempinska@yahoo.com.br
Instituto de Letras - Bloco C
Campus do Gragoatá - São Domingos
Niterói - RJ
24210-200

Resumo

Este estudo consiste numa reflexão sobre dois sentidos possíveis do conceito de “neutralidade”. Uma confrontação do sentido dado ao conceito pelo discurso da história no verbete intitulado “*Neutralität*” do dicionário “*Geschichtliche Grundbegriffe*” com a proposta de Roland Barthes em seu curso sobre o Neutro, mostra um contraste entre um discurso regido pela hierarquia, completude e conflito, e um outro discurso que, fragmentário e aproximativo, tenta evitar o conflito como seu princípio de organização.

210

Palavras-chave

História dos conceitos; Neutralidade; Roland Barthes.

Abstract

This paper aims to reflect on two possible senses of the concept of “neutrality”. A confrontation between the sense given to this concept by the historical discourse in the dictionary “*Geschichtliche Grundbegriffe*” and Roland Barthes’s proposition in his lectures about the Neutral, shows a contrast between a discourse dominated by hierarchy, exhaustivity and conflict, and an other discourse which is fragmentary and approximate, and tries to avoid the conflict as the principle of its organization.

Keyword

History of concepts; Neutrality; Roland Barthes.

Enviado em: 18/12/2008

Aprovado em: 04/02/2009

"Neutrality is no longer feasible or desirable where the peace of the world is involved and the freedom of its peoples".

Presidente Wilson, em 1917 (BROWN SCOTT 1921, p. 89)

Este estudo tem por objetivo uma análise crítica do conceito de neutralidade, bem como uma reflexão sobre os lugares, reais e possíveis, passados e presentes, deste conceito no discurso da história. Duas perspectivas muito diferentes servirão de base a essa tentativa de mostrar o caráter problemático do conceito em questão. Primeiramente, o verbete intitulado "*Neutralität*" do dicionário "*Geschichtliche Grundbegriffe*" (SCHWEITZER e STEIGER 1978), que apresenta o desenvolvimento histórico completo do conceito em três domínios distintos: na política externa (e, posteriormente, no direito internacional), na política interna e no âmbito de questões ligadas à religião. Em segundo lugar, será levada em conta a proposta de Roland Barthes que, em seu curso ministrado no *Collège de France* em 1977-1978 (BARTHES 2002), leva a cabo uma análise interdisciplinar da noção de "Neutro" dentro de um horizonte de reflexão fortemente marcado pela preocupação ética.

Antes de passar à análise das duas reflexões sobre o conceito de neutralidade, é preciso perguntar-se o que significa "neutro" na linguagem cotidiana e que aspectos do campo semântico desta palavra foram assimilados pelo discurso da história. Não é supérfluo lembrar que a palavra "neutro" provém do latim "ne-uter", que significa "nenhum dos dois", de modo que o conceito de neutralidade nos remete à propriedade de um elemento ao qual não se atribui nenhum dos valores de uma contraposição (AUROUX 1990, p. 1744). No entanto, através da maneira como esse conceito foi tratado no verbete "*Neutralität*" do dicionário "*Geschichtliche Grundbegriffe*" (SCHWEITZER e STEIGER 1978), percebe-se que, analisada a partir da perspectiva de sua formação histórica, a neutralidade não se nutre desta falta de atribuição de um dos valores de uma contraposição, mas, antes, parece estar sempre ligada a um sistema de oposições em que logo se revela um imperativo ético, que justamente exige a opção por um determinado campo de valores. Assim, as acepções históricas de "neutralidade" que se desenvolveram nas esferas da política externa e da política interna parecem sempre remeter não simplesmente ao estado neutro – "nenhum dos dois", onde a escolha entre campos ou valores está suspensa –, mas, antes, ao problema da necessidade da escolha entre dois campos em tensão. Dessa maneira, o conceito de neutralidade, tal como elaborado concretamente no discurso da história, costuma remeter, de fato, à existência real ou potencial, manifesta ou latente, passada, presente ou futura, de um conflito.

Situado no âmbito de um conflito, o conceito de neutralidade revela-se, no domínio da política externa, de fato não apenas tão antigo quanto o próprio conceito de guerra, como também se pode dizer que ele é "um reflexo das guerras". Por isso, já no mundo antigo, a neutralidade pode ser compreendida,

enquanto fenômeno, “somente em relação a uma guerra em curso ou futura” (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 317). Ser neutro significa, assim, para um estado, não tomar parte em uma guerra entre outros dois ou mais estados. Com o surgimento, no século XVI, do conceito de direito internacional, que encontrará sua consolidação no século XVIII, a neutralidade vê-se então cada vez mais associada a um conjunto de direitos e obrigações legais. Os difíceis debates que têm como foco a definição desse aparato legal e a verificação da compatibilidade das decisões econômicas, estratégicas e morais com os direitos e obrigações resultantes do estatuto do neutro, retomados com frequência em diferentes momentos da história moderna, continuam na época contemporânea sem encontrar seu termo e, nesse sentido, a questão da neutralidade frequentemente aparece como um impasse ou como um estado teoricamente desejável e, no entanto, impossível de ser atingido na prática:

A história das duas Guerras Mundiais mostrou com uma grande clareza que os neutros, para proteger a sua neutralidade, têm de aceitar muito mais obrigações do que está previsto por lei. Naturalmente, isso vale para o futuro sobretudo no que diz respeito aos pontos litigiosos. Tentativas de codificação dos direitos ligados à neutralidade – antes de mais nada levando-se em conta as variações de opinião como uma progressiva codificação – não estão em vista. (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 366)

212

Aqui se deve colocar em evidência que, embora direitos e obrigações tenham sido por várias vezes redefinidos, o sentido fundamental da neutralidade no contexto da política externa, a saber, abster-se de tomar parte em um conflito, permanece, ao contrário, perfeitamente estável ao longo dos séculos.

O uso da noção de neutralidade no domínio da política interna que, iniciado ainda no século XVI, permanece todavia durante muito tempo dependente dos problemas da política externa, encontra, por fim, no século XIX, sua expansão. Seu âmbito de validade encontra-se na relação entre o estado e a sociedade. Esse uso da noção de neutralidade tem suas origens em um uso historicamente concreto e ligado ao conflito entre estado e Igreja. Na esfera da política interna, o conceito de neutralidade aparece sobretudo no contexto dos diversos conflitos entre o poder político (governo, instituições) e os outros processos, interesses, questões econômicas, atitudes espirituais etc. presentes na vida social.

A estreita relação que a noção de neutralidade mantém com a idéia de conflito encontra sua confirmação também na esfera da religião, bastante complexa porque relacionada a três tipos de conflito: conflitos no âmbito da política externa (como, por exemplo, as guerras de religião), da política interna (a atitude do poder político em relação às questões da fé, sobretudo) e, finalmente, o conflito no âmbito interno da Igreja (conflito teológico). É possível também classificar, de maneira mais simples, os conflitos de religião como externos (políticos) ou internos (teológicos) à Igreja. É necessário, porém, levar sempre em conta a dificuldade de traçar limites nítidos entre essas esferas.

Assim, no âmbito das disputas teológicas que tiveram lugar entre os séculos XI e XV, o problema da neutralidade relaciona-se simultaneamente aos conflitos

chamados externos e aos internos: "A estrutura particular da atitude da Igreja na Idade Média como uma força política e como uma instituição espiritual em relação às unidades políticas vistas como corpos autônomos e, ao mesmo tempo, como membros da Igreja, torna difícil a qualificação nítida da neutralidade" (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 342). Percebe-se que a neutralidade não significa aqui indiferença às questões da fé, mas, antes, uma recusa de tomar posição frente ao conflito entre os pretendentes ao trono papal. Nesse contexto, a busca da neutralidade tem por objetivo, por um lado, a conservação da unidade da Igreja contra as aspirações dos pretendentes (conflito interno) e, por outro, a luta do estado pela independência frente à influência eclesiástica (conflito externo).

A essa segunda meta, ligada ao surgimento da neutralidade religiosa, corresponde um longo processo histórico de emancipação do estado, que ganha vulto sobretudo na época da Reforma e da Contra-Reforma. Nesse período, o termo "neutralidade" costuma ser usado em dois sentidos. No primeiro, que se liga à dimensão externa e política da religião, neutralidade se identifica com a autorização de várias confissões, sejam essas as grandes religiões ou novas seitas. É nesse sentido que se costuma também usar a noção de tolerância, que será, porém, profundamente revista ao longo do século XVIII. O segundo sentido característico do termo "neutralidade" nos séculos XVI e XVII exprime o distanciamento interno das três grandes confissões (luterana, calvinista e católica) e tem, assim, uma dimensão fundamentalmente interna ou "teológica" (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 342).

No século XVIII tem lugar uma discussão em torno ao conceito de tolerância, elaborado no âmbito de conflitos ligados ao cristianismo. Confundida até então com a neutralidade, a tolerância começa a se distinguir nitidamente daquela. Com efeito, no caso da tolerância, existe o pressuposto de uma verdade única, mas, apesar disso, a atitude tolerante justifica a existência do erro como algo que tem por base o desconhecimento da verdade. Roland Barthes, que também reflete sobre essa distinção, sempre muito frágil mas, ao mesmo tempo, importante porque diz respeito aos limites da própria neutralidade, nota a esse propósito: "(...) para que haja tolerância é necessário que ela faça parte de um sistema de discurso, da ideosfera (esfera verbal): é o próprio sistema que coloca e limita a tolerância" (BARTHES 2002, p. 204). Dessa maneira, a neutralidade, querendo-se uma recusa de ser parte de um conflito, deve ser rigorosamente distinguida da tolerância. No caso da tolerância existe, com efeito, uma autoridade ligada à "ideosfera", que toma parte no conflito religioso em torno à fé verdadeira e única, e que somente "tolera" uma atitude diferente.

A análise do desenvolvimento histórico do conceito de neutralidade mostra, assim, por um lado, uma variedade e uma multiplicidade de ocorrências e usos do termo e, por outro, uma surpreendente estabilidade de seu sentido básico, essencial e imutavelmente ligado à idéia de conflito. A proposta de Roland Barthes, apresentada em seu curso no *Collège de France*, tenta, ao contrário, deslocar a neutralidade para fora do conflito. O que Barthes chama de "Neutro"

é uma categoria geral e interdisciplinar, originalmente induzida do gênero gramatical neutro – nem feminino nem masculino. O característico do Neutro é o fato de ele sempre tender a suspender um paradigma, ou seja, um sistema de oposições, e de justamente impedir que haja a necessidade de uma escolha: “Defino o Neutro como o que quebra o paradigma, ou, antes, chamo de Neutro tudo isso que quebra o paradigma” (BARTHES 2002, p. 31).

Referindo-se ainda ao conceito de paradigma, definido como “oposição de dois termos dos quais atualizo um para falar, para produzir sentido” (BARTHES 2002, p. 31), Barthes situa sua reflexão numa herança da perspectiva estruturalista. Ao mesmo tempo, ele tenta ultrapassar a única maneira de produção de sentido proposta pelo estruturalismo, a saber, a produção que sempre tem por base uma oposição, uma escolha diferencial binária de um termo contra outro, ou, noutras palavras, a idéia de conflito. A idéia do neutro torna-se assim, para Barthes, um empreendimento que visa anular a necessidade de conflito no processo de produção de sentido.

A tentativa realizada por Barthes de situar o neutro para fora do paradigma serve a contradizer a necessidade de conflito e revela, nesse sentido, uma dimensão fortemente ética:

(...) na medida em que o nosso Neutro se procura em relação ao paradigma, ao conflito, à escolha, o campo geral de nossas reflexões seria: a ética, que é discurso da “boa escolha” (...) ou da “não-escolha”, ou da “escolha-ao-lado”: do além da escolha, o além do conflito do paradigma. (BARTHES 2002, p. 33)

214

No âmbito deste trabalho parece fundamental à análise do conceito de neutralidade confrontar essa tentativa de situá-la para além da necessidade da escolha com a evidente dificuldade que, ao longo dos séculos, acompanha uma tal atitude. Trata-se aqui, sobretudo, de se pensar a fórmula que aparece pela primeira vez na época do Império Romano: “Quem não está comigo, está contra mim”, que reflete uma avaliação altamente negativa da neutralidade e que baseia até mesmo a sua proibição. De acordo com essa regra, os pactos de paz assinados por Roma excluía definitivamente a possibilidade da neutralidade (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 318), de modo que, nesse contexto, aquela se encontrava impossibilitada justamente pela necessidade da escolha. Uma mesma ameaça de aniquilação completa da neutralidade pela exigência da escolha reaparece com força na Idade Média, sobretudo na época das Cruzadas, com a formulação da doutrina da *iusta causa*:

Esta doutrina, como encontrada em Agostinho e, mais tarde, em Tomás de Aquino, considerava uma guerra como justa e, assim, como autorizada, quando esta correspondia às seguintes regras: *auctoritas principis*, *iusta causa*, *recta intentio* e *iusta pax*. Uma *iusta causa* aparecia quando a guerra representava uma reação a uma injustiça. Conseqüentemente, não somente era proibido apoiar de qualquer maneira o lado injusto, mas também o fato de não tomar parte nesse conflito era considerado como uma infração às obrigações. (SCHWEITZER e STEIGER 1978, pp. 319-320)

A doutrina da *iusta causa*, que exclui totalmente a possibilidade da atitude neutra, é progressivamente abandonada a partir do século XVI. É, porém, muito significativo que ela reapareça com força, e como legitimação para ações bélicas, durante a guerra dos Trinta Anos. A ocorrência dessa guerra, ligada vigorosamente a questões de ordem confessional, mostra assim, desde um outro viés, até que ponto o uso da doutrina da *iusta causa* pode ser destrutivo. Em conseqüência, a direção da política européia começa a visar, a partir de então, à preservação do equilíbrio entre as forças dominantes e, no bojo desse esforço, a neutralidade revela possuir um lugar preponderante. Finalmente, apenas no século XVIII, a doutrina da *iusta causa* parece ser definitivamente abandonada. Para esse século, a discussão sobre a neutralidade não se liga mais à sua legitimidade mas, antes, às suas conseqüências jurídicas. O enfraquecimento da doutrina da *iusta causa* permite também que se fortaleça a formulação do conceito de "imparcialidade" (SCHWEITZER e STEIGER 1978, pp. 326-327), mais geral e extensivo que o de neutralidade, que, historicamente, relacionara-se sempre a um conflito concreto.

No entanto, no século XX, durante as duas guerras mundiais, a neutralidade volta a ser posta em questão: "A fortuna da neutralidade no século XX foi a mais instável. As duas guerras mostraram que a neutralidade não pode esperar nenhuma salvaguarda" (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 331). A neutralidade encontra, nessa época, uma avaliação univocamente negativa. No decurso das duas grandes guerras, enfatiza-se com freqüência a dimensão coletiva da segurança e, por causa disso, as tentativas de não tomar parte num conflito são vistas como, na realidade, um apoio ao inimigo. Com isso, a doutrina da *iusta causa* entra de novo em vigor e a própria neutralidade volta, assim, a ser impossível.

Essas considerações sobre o caráter problemático da neutralidade quando considerada a partir o contexto do discurso da *iusta causa* demonstram o peso que adquire, no discurso histórico, o questionamento da legitimidade, ética e jurídica, da neutralidade. É também evidente que essa discussão se torna mais tensa e mais urgente nos momentos de grandes conflitos políticos e que a avaliação da neutralidade nesses períodos costuma ser particularmente negativa.

Na perspectiva proposta por Barthes, a doutrina da *iusta causa*, da qual se deduz com freqüência a fórmula "Quem não está comigo está contra mim" e que acompanha o conceito de neutralidade no decorrer do seu desenvolvimento histórico, significa a necessidade imperativa da escolha, a situação na qual não é possível não escolher, porque tudo é uma tomada de posição de um partido contra um outro. Essa necessidade é análoga à necessidade de escolher um termo contra outro para produzir sentido, própria ao paradigma em sua acepção estruturalista. Toda tentativa de neutralidade, de evitar a escolha, resulta, nesse contexto, como fundamentalmente negativa e acaba sendo sempre um fracasso, pois dentro do paradigma rígido não se pode não escolher e a não-escolha também é uma escolha.

Com efeito, segundo Barthes, essa depreciação da neutralidade encontra seus traços no discurso, sobretudo na conotação pejorativa que se costuma dar à palavra “neutro” e aos adjetivos que expressam a idéia de neutralidade, a saber: *ingrato, fugitivo, feltro, frouxo, indiferente, vil*. É a imagem depreciativa do Neutro ligada, antes de mais nada, à conotação do adjetivo *fugitivo* que, segundo a proposta por Barthes, se relaciona diretamente aos argumentos contra a neutralidade deduzidos, através de séculos, da doutrina da *iusta causa*:

Fugitivo: sujeito ao Neutro: reputado fugir suas responsabilidades, fugir ao conflito, numa palavra muito infame: fugir. Com efeito *doxa* = vive comodamente no paradigma (a oposição conflitiosa): a única maneira de responder (de corresponder a um termo): contestá-lo. Não imagine que existe uma outra resposta: resvalar, desviar, fugir; uma marca infame que se baseia num sofisma lógico: não se opor é ser cúmplice. (BARTHES 2002, p. 103)

“Não se opor é ser cúmplice” aparece, assim, como uma reformulação perfeita da regra “Quem não está comigo está contra mim”, recorrente em vários contextos históricos e cuja recorrência depende diretamente da extensão e força do conflito em questão. A popularidade dessa fórmula e, em conseqüência, a recusa da neutralidade, baseiam-se numa visão de realidade submetida “à forma de conflito”, o que Barthes chama de “banalidade da noção de conflito” na cultura ocidental:

216

Que tudo no universo, o mundo, a sociedade, o sujeito, o real, seja submetido à forma de conflito: não existe proposição mais banal: as filosofias ocidentais, as doutrinas, as metafísicas, os materialismos, as ‘sensibilidades’, as linguagens correntes, tudo enuncia o conflito (o conflitioso) como a própria natureza. (BARTHES, 2002, p. 165)

Nesse contexto, o discurso da história ocidental aparece não somente impregnado, mas também rigorosamente condicionado pela idéia de conflito. Antes de mais nada porque esse discurso se liga ao que Barthes chama de “arrogância”, ou de “vocaçãõ à vontade”, próprios ao ocidente: “(...) toda nossa história, nossa narrativa histórica = sempre uma história de guerra e política; nos concebemos a História unicamente como uma diacronia de lutas, de dominações, de arrogâncias, e isso bem antes de Marx (...)” (BARTHES 2002, p. 197).

Na perspectiva proposta por Barthes, o próprio discurso da história ocidental é, assim, fundamentalmente “arrogante” e isso, a saber, em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque a história se dá o direito de deter a memória ou de esquecer-la, de conservá-la ou destruí-la – e isso tudo através de uma intervenção dogmática. Em segundo lugar, porque ela se constitui em um discurso que “quer se apoderar” dos, “dominar” os fatos escolhidos do passado (BARTHES 2002, p. 195). É justamente esse paradigma, essa “arrogância”, essa inscrição no âmbito de um conflito, que o Neutro, tal proposto por Barthes, pretende suspender e, finalmente, quebrar:

Digo então que o desejo do Neutro é o desejo de:

- primeiro, suspensão (*epochè*) das ordens, leis, cominações, arrogâncias, terrorismos, ultimatos, desejos de apossar-se.
- depois, por aprofundamento, recusa de um simples discurso de contestação. (BARTHES 2002, p. 38)

A proposta de Barthes de como se evitar a "arrogância" do discurso aparece através da própria exposição do curso. Longe de ter a pretensão da ordem, da hierarquia e da completude manifestas no verbete "*Neutralität*" do dicionário "*Geschichtliche Grundbegriffe*", o Neutro de Barthes é apresentado em trinta "figuras", numa exposição livre que é uma seqüência descontínua e aleatória de fragmentos. Cada fragmento é, por sua vez, "não sobre o Neutro, mas no qual, de maneira mais vaga, há Neutro" (BARTHES 2002, p. 35). Barthes insiste repetidas vezes na necessidade do caráter não-exaustivo e aleatório dessa exposição: "Princípio assumido de não-exaustividade: criar um espaço projetivo, sem lei do sintagma" (BARTHES 2002, p. 35). Essa organização do discurso em seqüências descontínuas e aleatórias, "sem lei do sintagma", que renuncia à exaustividade, permite, segundo Barthes, escapar ao caráter dogmático, ou "arrogante", do discurso, principalmente porque nessa exposição tem lugar a recusa de uma conclusão. Dessa maneira, o Neutro é "mostrado" ou "descrito", e não "demonstrado", "explicado" ou "definido", podendo, nesse sentido, escapar do paradigma:

O acaso. Em que ordem dispor as figuras, pois é necessário que o sentido não pegue? (...) Todo "plano" (grupamento temático) sobre o Neutro acabaria fatalmente opondo o Neutro à arrogância, quer dizer, reconstruindo o paradigma que o Neutro precisamente quer quebrar: o Neutro se tornaria discursivamente termo de uma antítese: expondo-se, ele consolidaria o sentido que queria dissolver. (BARTHES 2002, p. 37)

Assim, para tornar-se neutro, o discurso sobre o Neutro deve constituir-se não numa forma de conflito, mas, antes, num "espaço projetivo". De maneira análoga, o conceito da neutralidade no discurso da história pode adquirir seu verdadeiro sentido única e exclusivamente quando deslocado para fora da idéia de conflito. Analisado a partir de seu grau de afastamento da idéia de conflito, o desenvolvimento histórico do conceito de neutralidade mostra dois momentos particularmente interessantes. O primeiro, ligado à neutralidade no âmbito da religião, coincide com o processo de separação entre estado e Igreja, acelerado pela Revolução Francesa. O segundo, que tem lugar depois da segunda Guerra Mundial, diz respeito às tentativas modernas de introduzir algumas nuances na definição de neutralidade.

No que diz respeito ao primeiro momento, somente no século XIX a neutralidade começa, no âmbito da religião, a não mais se ligar exclusivamente às confissões particulares para adquirir, como um novo campo, a esfera da espiritualidade em geral: "[A neutralidade] não existe mais somente em relação às confissões e seitas de base cristã, mas também em relação aos judeus,

mações e ateus. Tornando-se cada vez mais a-cristã, ela se desenvolve na direção da neutralidade espiritual em geral, social ou ligada à política interna” (SCHWEITZER e STEIGER 1978, pp. 351-352).

Depois da separação definitiva entre estado e Igreja, a questão da fé é reconhecida cada vez mais como fazendo parte da vida privada. É, porém, muito significativo que, na primeira parte do século XIX, o termo “neutralidade” seja extremamente raro no contexto dos problemas ligados à religião (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 352), justamente porque a separação entre estado e Igreja faz com que o conflito desapareça.

Em suas aplicações no contexto da vida espiritual, o termo “neutralidade” passa a ser utilizado acima de tudo no sentido de “indiferença a esse tipo de problemas”, sentido próximo do “não levar em conta”. E parece que é justamente nesse sentido que o estado moderno secularizado é neutro. O estado tende, assim, a existir “no exterior de toda Igreja” (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p.355) e a não atribuir privilégios nem obrigações especiais que tivessem como justificção questões ligadas à confissão. Aqui deve-se colocar em evidência que *indiferente* é, segundo Barthes, um dos adjetivos que expressam, de maneira pejorativa, a idéia de Neutro. A imagem depreciativa do Neutro enquanto *indiferente* significa, para Barthes, a ênfase na vida individual, estritamente ligada à tendência de despolitização. Numa palavra, o conceito de neutralidade no âmbito da religião tende a se deslocar para fora da idéia de conflito político.

218

O segundo momento privilegiado no desenvolvimento histórico do conceito de neutralidade, importante com vistas ao afastamento dessa idéia com relação à noção de conflito, liga-se à experiência do fracasso da neutralidade no decorrer das duas grandes guerras. Na seqüência desses conflitos, vários autores, sem mudar o sentido básico do conceito de neutralidade, que permanece sempre o mesmo (não tomar parte em um conflito entre dois ou mais estados), entrevêm, porém, a necessidade de refletir sobre a situação desse conceito também nos tempos de paz: “A significação decisiva do conceito moderno de neutralidade encontra-se no entanto não na guerra, mas já na paz, para a preservação da paz” (SCHWEITZER e STEIGER 1978, p. 336).

A reflexão sobre a neutralidade em tempos de paz tem suas origens ainda no século XIX, no conceito de “neutralidade perpétua” ou “neutralização” (SCHWEITZER e STEIGER, 1978, p. 330), que significa a atitude de um Estado que, tal como a Suíça, visa à neutralidade em todas as futuras guerras e, por isso, já em tempo pacífico, renuncia a tudo o que poderia ser considerado uma preparação bélica. No entanto, essa atitude foi fortemente comprometida pelas duas grandes guerras e parece necessitar de profundas reformulações.

A confrontação do conceito de neutralidade desenvolvido no discurso da história com a reflexão de Roland Barthes sobre o Neutro mostra a dificuldade de a neutralidade ser usada no seu sentido original, a saber, “nenhum dos dois”, e a tendência de se deslocar o sentido da neutralidade para o problema de sua legitimidade. Essa dificuldade e esse deslocamento têm como origem a preponderância e a valorização do conflito na cultura ocidental, o que influencia

o discurso da história e conduz à formulação de conceitos que constituem um verdadeiro impasse para a idéia de neutralidade. Dessa maneira, a partir da doutrina da *iusta causa*, elabora-se uma argumentação contra a neutralidade que sempre acompanha os grandes conflitos. Esse mesmo impasse da neutralidade exprime-se também através de sua confusão com o conceito de tolerância que, entretanto, está sempre longe do sentido original da neutralidade, visto que pressupõe precisamente o comprometimento com a escolha de uma verdade, de um dos dois lados em contraposição.

No contexto do presente trabalho, o valor da reflexão de Roland Barthes sobre o Neutro situa-se na ênfase dada ao impasse da neutralidade. A única maneira de se evitar esse impasse e restituir o verdadeiro sentido da neutralidade é, segundo Barthes, o seu deslocamento para fora da idéia de conflito e da necessidade de escolha. O que está aqui em jogo é, sobretudo, uma visualização da importância de um tal esforço, realizado contra a "arrogância" inerente à maneira ocidental de pensar a realidade e ao discurso que a mediatiza.

Para o discurso da história, essa confrontação de duas maneiras de se conceber a neutralidade pode constituir uma oportunidade para se debruçar sobre a necessidade de levar mais em conta a dimensão ética de um tal discurso. Esse tipo de confrontação mostra também a necessidade de reformulações de conceitos, o que já é, por sua vez, um convite à atividade teórica. Ou é até mesmo uma maneira própria de estar presente nas lutas da atualidade: "Acrescento: uma reflexão sobre o Neutro, para mim: uma maneira de procurar – de uma maneira livre – meu próprio estilo de presença nas lutas de meu tempo" (BARTHES, 2002, p. 33).

219

Referências Bibliográficas:

- AUROUX, Sylvain (dir.). **Encyclopédie Philosophique Universelle**: Les notions philosophiques. Paris: PUF, 1990.
- BARTHES, Roland. **Le Neutre**: cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Seuil, 2002.
- BROWN SCOTT, James (ed.). **Official Statements of War Aims and Peace Proposals**: December 1916 to November 1918. The Endowment. Washington: 1921.
- JACOB, André. (dir.). **Encyclopédie Philosophique Universelle**: L'Univers Philosophique. Paris: PUF, 1990.
- SCHWEITZER, Michael, STEIGER, Heinhard. "Neutralität". In BRUNNER, Otto, CONZE, Werner, KOSELLECK, Reinhart. **Geschichtliche Grundbegriffe**: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Stuttgart: Klett-Cotta, 1978.

Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram: **gênese historiográfica do eremitismo medieval***

Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram: genesis of the historiography of medieval eremitism

Gabriel de Carvalho Godoy Castanho

Doutorando em História Social

Universidade de São Paulo (USP)

gabrielcgc@terra.com.br

Av. Professor Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária

São Paulo - SP

05508-900

Caixa Postal 8105

Resumo

O presente texto visa apontar a construção dos contornos do eremitismo medieval pela tradição historiográfica do século XX. Para tanto, não realizaremos balanço geral, nem reflexões teóricas desvinculadas do contexto histórico que as engendrou; em seu lugar abordaremos a problemática fundamental do eremitismo medieval, ou seja o isolamento, por meio dos alicerces de sua criação historiográfica: a polêmica entre modelos eclesiásticos e laicos. Tentaremos evidenciar como certos aspectos de uma categoria sócio-cultural ganharam destaque em função dos pressupostos de seus autores. Não se trata de um estudo a cerca do temido anacronismo histórico, mas sim da inevitável parcialidade do conhecimento historiográfico. Visamos com nosso artigo: 1) alimentar a convicção de que trabalhos de teoria da história devem abordar a construção das idéias sempre em paralelo com o contexto sócio-intelectual que as engendrou; 2) indicar a necessidade de uma revisão dos estudos sobre o eremitismo medieval que amplie seu conceito-objeto a partir de uma concepção construcionista e, conseqüentemente, relativista.

220

Palavras-chave

Idade Média; Construcionismo Sócio-Cultural; Eclesiologia.

Abstract

The following text aims to indicate the outline of the medieval heremitism through the historiographical tradition of the twentieth century. We do not intend to deal with general consideration, nor theoretical reflections not linked to the historical context that has produced it. We intend to approach the main problem of the heremitism, which is the isolation, by means of the foundations of its historiographical creation: the polemic between ecclesiastics and laymen. We will try to point how some aspects of a social and cultural category were emphasized by the authors' assumptions. It is not a study of the fearful historical anachronism, it deals with the inevitable partiality the historiographical knowledge. Our purposes with this work are: 1) to encourage the idea that the works about theory of History should take into account the process of building ideas in connection with the social and intellectual context responsible for its production; 2) to indicate the necessity of a review of the studies about medieval heremitism that amplify its concept and object considering a constructionist and, as a result, a relativist approach.

Keyword

Middle Age; Sociocultural Constructionism; Ecclesiology.

Enviado em: 10/12/2008

Aprovado em: 07/02/2009

* O presente texto faz parte de dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo no ano de 2007 sob a orientação sempre atenciosa do professor Dr. Flavio de Campos.

O eremitismo assumiu importância singular entre os séculos XI e XII no Ocidente e em particular na região a Oeste da Ilha-de-França. Guilherme Firmat, Raul de Fustaie, Vital de Mortain, Bernardo de Tiron e Roberto de Arbrissel são apenas alguns, os mais renomados. Foram imortalizados por suas *vitae* e pela rede de casas monásticas que instituíram. Seu renome deve-se também à atenção dada a eles pela historiografia. Por muito tempo os estudiosos se valeram de critérios normativos para a compreensão desses personagens. Baseando-se na tradição regulamentar beneditina, muitos pesquisadores contemporâneos concentraram seus estudos no eremitismo eclesiástico, obliterando assim grande parcela desse fenômeno histórico: aqueles que a documentação nomeava como eremitas falsos ou torpes eram deixados a margem das reflexões, pois não pertenceriam ao mundo anacorético. Contudo, recentemente os historiadores começaram a perceber a necessidade de ampliação do conceito a fim responder à complexidade histórica do eremitismo medieval. Passou-se a perceber que a quantidade e a variedade de eremitas no período eram tão amplas quanto a tipologia documental a partir da qual podemos conhecê-los: cartulários, necrológios, diplomas, atas conciliares, gestas, romances (novelas) de cavalaria, poemas líricos e burlescos, etc.

São quatro os marcos fundamentais na construção historiográfica da chamada "onda eremítica". Seus contornos foram lançados nos anos 1900 com o trabalho de Von Walter (1903-1906) sobre os pregadores itinerantes franceses. Ali, a especificidade do movimento eremítico praticado na região foi anunciada: trata-se da combinação entre zelo apostólico e peregrinação evangélica. No início dos anos 40, o cônego Raison empreendeu, nas pegadas de Von Walter, um estudo de fôlego sobre os religiosos da região. Infelizmente, o trabalho nunca chegou a ser publicado, restando apenas uma versão resumida apresentada por Niderst (NIDERST 1948) no final daquela década. Há, todavia, uma alteração relevante entre esses trabalhos: de um a outro, passa-se a identificar claramente (desde o título) os pregadores que vagam pela região a uma figura específica, vale dizer, o eremita.

No início da segunda metade do século XX, os estudos envolvendo os eremitas que percorreram a região a Oeste da Ilha-de-França mereceram atenção em um encontro realizado em Mendola e que se propunha a discutir o eremitismo no Ocidente entre os séculos XI e XII (BECQUET 1965). Apesar do título do artigo evocar uma prática religiosa realizada por leigos, Becquet praticamente nada diz acerca desse assunto em seu texto. De fato, a forma específica de religiosidade na região (que aproxima as práticas, aparentemente paradoxais, da errância voltada à pregação e do eremitismo) é definida como gregoriana e, sobretudo, clerical (BECQUET 1965, p. 188). Ou seja, o autor direciona o caráter evangélico e apostólico dos eremitas da região para dentro do corpo eclesiástico.

Por último, temos o trabalho de Foulon (FOULON 2003). Em seu artigo, o especialista da abordagem eclesiológica da reforma das igrejas do Oeste entre

os séculos XI e XII busca ampliar as pesquisas sobre o tema eremítico, alargando o horizonte documental disponível. Ampliação, sem dúvida, importante, uma vez que os trabalhos até então eram feitos quase que exclusivamente a partir das *vitae* dos principais personagens. No entanto, as conclusões e os pressupostos do autor não escapam completamente dos limites traçados pela tradição historiográfica. Nesse sentido, encontramos a insistência na constatação (agora corroborada por novas fontes) de que os eremitas da região raramente se acham isolados fisicamente (FOULON 2003, p. 96-7). Deparamo-nos também a retomada da importância atribuída à reforma gregoriana (defendida por Becquet) para a compreensão da explosão eremítica existente naquela região. A inovação de Foulon se encontra no destaque dado ao imbricamento desses elementos, tido como razão fundamental para explicar a força e a especificidade do movimento eremítico da região.¹

Em suma, a visão geral apresentada nos estudos acerca dos eremitas a oeste da Ilha-de-França nos remete (mais do que os estudos de caso) à necessidade de uma tipologia das diferentes formas de eremitismos. Tarefa árdua, de cuja complexidade os estudiosos do tema têm consciência, há algum tempo. Em 1965, a historiografia especializada identificava assim as dificuldades enfrentadas: “cada eremita, ou quase, é um caso, e se pudéssemos reconhecer formas comuns, revestidas por grupos de caso, nós constataríamos que, muitas vezes, elas se misturam, ou que uma evolução faz passar uma à outra” (LECLERCQ 1965, p. 31). A abordagem histórica do eremitismo medieval nos leva, assim, a concluir por sua pluralidade. Na tentativa de ordenar essa multiplicidade, é preciso recorrer às tipologias que devem ser inevitavelmente transitórias, nunca compostas por elementos inteiramente estanques. Daí, preferirmos a noção de “eremitismos” a “eremitismo” medieval.

Não são muitas as tentativas de classificação do eremitismo. Duas merecem nossa atenção. A primeira é a de Foulon, que sustenta ser possível definir grandes tipos de eremitismo em função dos gêneros documentais passíveis, eles próprios, de uma classificação tipológica: hagiografias, necrológicos, atas diplomáticas, além de diversas fontes “literárias”² e historiográficas. O tipo de eremita dependeria, assim, do tipo de documentação na qual ele se encontra. Caberia ao historiador cruzar tais fontes em busca do conhecimento a respeito da vida desses religiosos, assim como do seu lugar na espiritualidade e na eclesiologia

¹ Aproveitamos aqui para fazer uma ressalva no que se refere à reforma gregoriana e ao eremitismo. Apesar de as expressões remeterem à idéia de “movimento”, elas devem ser entendidas não como indício de um grupo coeso reunido em torno de um programa definido e unívoco que se pretende fazer reconhecer pelos epítetos “gregoriano” ou “eremítico”, mas sim como uma ferramenta analítica utilizada pelos pesquisadores para aproximar pessoas que compartilham ideais semelhantes.

² O trato das letras deve ser tido com cuidado. É preciso atentar para o fato de não existir na Idade Média uma literatura tal qual a entendemos hoje, vale dizer, um conjunto de obras escritas possuidoras de um valor estético que, muitas vezes vinculado a uma personalidade e nacionalidade, se transforma em arte e/ou disciplina. Se optamos por manter o termo “literatura” (e seus derivados) é para acompanhar alguns dos pesquisadores que abordam a temática eremítica mediante a utilização desse vocábulo. Contudo, preferimos marcar nossa reticência em relação ao uso de tal palavra por meio da aplicação de aspas. Sobre os limites do conceito de “literatura” medieval ver ZUMTHOR 2001, principalmente páginas 276-286.

gregoriana. A proposição tem seu ponto fraco na dependência da classificação textual, o que nem sempre é tarefa fácil. Paradoxalmente, é justamente nessa vinculação que surge o ponto forte da abordagem de Foulon, que ao dar destaque à produção do texto histórico, chama-nos a atenção para a necessidade de pensar o eremitismo não em termos absolutos, mas inserido em lógicas específicas que criam e imprimem sentidos às representações traçadas nos pergaminhos (sob a forma de discursos mais ou menos direcionados, mais ou menos abertos).

Tentando organizar as polêmicas encontradas nos documentos, J. Leclercq propôs, há cerca de quarenta anos, uma tipologia que, baseada em divisões já tradicionalmente aceitas pelos estudiosos, ainda hoje merece atenção (LECLERCQ 1965, p. 31-34).³ Segundo ele, são três os grandes modelos possíveis: 1) eremitas monásticos – não infringem nem a lei de obediência nem a de estabilidade e seus participantes vêm dos quadros eclesiásticos; 2) eremitas independentes – peregrinos instáveis no tempo e no espaço que não seguem uma regra reconhecida pela hierarquia eclesiástica; 3) congregação de eremitas que seguem uma ordem “eremítica”.

A tipologia de Leclercq estabelece uma cisão drástica nos estudos sobre o eremitismo medieval, uma vez que o primeiro e o terceiro tipos se encontram dentro do corpo eclesiástico (muito próximos aos monges ou cenobitas), relegando à segunda modalidade um papel marginal. Tais localizações (aproximações e distanciamentos em relação à Igreja e a partes de seu corpo) não resolveram as controvérsias históricas (pelo contrário, transplantaram-nas para o campo historiográfico) em torno do bom e do mau eremita, ou seja, da própria definição do ser eremítico no período. Atentemos então para a compreensão dos limites do pensamento de Leclercq e para seu impacto sobre estudos do tema ao longo da segunda metade do século XX.

Os trabalhos de Jean Leclercq são de grande importância para a pesquisa histórica do monasticismo medieval. Por um lado, Leclercq é conhecido dos medievalistas pela importância de seus trabalhos para o enriquecimento do conhecimento histórico; por outro lado, é tido pelos religiosos como uma referência no conhecimento da espiritualidade monástica passada e presente. Apesar de seu voto monástico, nunca deixou de viajar por diversos países para exercer uma função pastoral e intelectual. Era um monge que viveu ele mesmo os frutos da interiorização religiosa valorizada pela reforma gregoriana. O conhecimento que produzia e o tipo de religiosidade que praticava andavam juntos, haja vista algumas de suas obras (LECLERCQ 1990).⁴ Vejamos agora alguns exemplos desse imbricamento.

³ Em 1920, Gougaud estabeleceu aquela que veio a ser a divisão primordial do eremitismo: de um lado os clericais, de outro os laicos.

⁴ Traduzido para o em inglês com subtítulo sugestivo : **The Love of Learning and the Desire for God: A Study of Monastic Culture.**

Leclercq não era apenas um leitor da Regra de São Bento, era também seguidor de seus ensinamentos. Para ele, “o estatuto canônico dos eremitas beneditinos da Idade Média: (...) sempre encontrou dessas vocações, excepcionais, mas normais; extraordinárias e relativamente raras, apesar de seu número em relação ao dos cenobitas, elas são, entretanto, o fruto, elas eram então o orgulho da instituição cenobítica onde elas próprias tinham amadurecido”.⁵ Dito de outra maneira, lemos no capítulo *De generibus monachorum* da Regra de São Bento que os eremitas “são aqueles que, não por um fervor de novato na vida monástica, senão após uma longa provação no mosteiro,” estão “bem formados nas fileiras de seus irmãos para o combate individual do deserto”.⁶ Leclercq parece tomar essa regra como sendo a definidora da própria noção de eremitismo, demonstrando no mínimo um menosprezo por outras práticas eremíticas. Encontramos, em outros textos, mais indícios que fortalecem nossa impressão. Quando escreveu sua comunicação de abertura dos trabalhos em Mendola, ele defendeu que “a graça, cuja ação o historiador da Igreja não pode desprezar, pode utilizar tais aptidões ou inaptidões para transformá-las em vocações”.⁷ E ainda: “o eremitismo foi – e continua sendo – um fato religioso: um dom, uma graça, uma vocação, que provoca naquele que a recebe uma aspiração, um desejo e cuja realização a Igreja de Deus aprova. O apelo sobrenatural, longe de o destruir, pode usar o fato humano de certas disposições naturais para a solidão...”.⁸ Ou seja, para Leclercq o eremitismo é um fato religioso, é inato em alguns e não em outros. Aqueles que foram abençoados pela graça nasceram com uma espécie de predisposição à prática eremítica e podem desenvolver sua vocação; quanto aos que não receberam a graça de Deus, é vedada a boa prática eremítica, vale dizer, o próprio eremitismo.⁹ Tais enunciados, embora possam se aproximar da definição canônica atual para os ofícios divinos, prescindem de análise histórica que leve em consideração não apenas a diferença entre as concepções vocacionais medievais e contemporâneas, mas principalmente que atente para as relações sociais que engendram os modos de vida.

⁵ “Le statut canonique des ermites bénédictins du Moyen Age: il s’est toujours trouvé de ces vocations, exceptionnelles, mais normales ; extraordinaires et relativement rares, malgré leur nombre, par rapport à celui des cenobites, elles sont cependant le fruit, elles étaient alors la fierté, de l’institution cenobitique où elles avaient mûri.” In: LECLERCQ 1961b, p. 393-394.

⁶ “Secundum genus est anachoritarum, id est heremitarum, horum qui non conversationis fervore novitio, sed monasterii probatione diuturna, qui didicerunt contra diabolum multorum solacio iam docti pugnare, et bene extracti fraterna ex acie ad singularem pugnam heremi, securi iam sine consolatione alterius, sola manu vel brachio, contra vitia carnis vel cogitationum, Deo auxiliante, pugnare sufficiunt”. **La Regla de San Benito** 1979. Capítulo 1, p. 72.

⁷ “La grâce, dont l’historien de l’Eglise ne peut méconnaître l’action, a pu utiliser de telles aptitudes ou inaptitudes pour en faire des vocations.” LECLERCQ 1965, p. 36

⁸ “L’érémisme a été – et il reste – un fait religieux: un don, une grâce, une vocation, qui provoque chez qui la reçoit une aspiration, un désir, et dont l’Eglise de Dieu approuve la réalisation. L’appel surnaturel, loin de le détruire, peut utiliser le fait humain de certaines dispositions naturelles à la solitude...” LECLERCQ 1965 p. 43.

⁹ Embora o autor defenda que não se devam buscar bons e maus eremitas, aponta a necessidade de diferenciar os falsos dos verdadeiros: aqueles que praticam o eremitismo por um impulso vocacional e aqueles que vivem essa vida apenas para obter lucros. Cf. LECLERCQ 1965, p. 35-36.

A defesa do monasticismo realizada por nosso autor fica cada vez mais clara. Em seu artigo-programa para uma história do monasticismo escrito ainda em 1957, Leclercq nos diz que é preciso compreender os movimentos reformadores não como um remédio para a decadência, mas como modificações nas formas da instituição monástica a fim de adaptá-las às novas circunstâncias (LECLERCQ 1957, p. 5). A tensão existente nesse momento de mudança demonstra, na verdade, uma cultura monástica homogênea e característica, bastante diferente de outros meios culturais na Idade Média (LECLERCQ 1957, p. 6). Nesse momento de crise, as mesmas práticas são aceitas como erros pelos dois lados em litígio. Os monges tradicionais e os renovadores se acusam mutuamente de não buscarem efetivamente a pobreza e o desapego às coisas do mundo (LECLERCQ 1958. p. 31 e 36). A crise já traz em si um sentido de solução. Ela é fecunda, pois reafirma fundamentos da espiritualidade cristã demonstrando a vitalidade do monasticismo. Essa é a lição que Leclercq pretende tirar da crise (LECLERCQ 1958. p. 41). Como religioso, o autor busca resolver as tensões engendradas no seio da comunidade monástica, homogeneizando-as e defendendo uma perspectiva vocativo-normatizadora como definidora da prática eremítica (LECLERCQ 1961a, p. 47).

Faciamus heremitam ad imaginem et similitudinem nostram. A alteração da famosa expressão genésica bíblica poderia ser aplicada a Leclercq que, sendo um monge, tratou do primeiro tipo de eremita de sua classificação (o monástico) e negligenciou os demais. Ele se colocou em defesa do monasticismo beneditino, hipertrofiando esse campo dentro da sociedade medieval. Para ele, nos séculos XI-XII, a cultura religiosa monástica dinamizada pela Regra de São Bento era o único aspecto cultural (ou ao menos o mais relevante) entre os monges: questões de ordem mundana (política, econômica, social etc.) estão submetidas a essa cultura. Contudo, devemos nos perguntar qual a relação entre a cultura religiosa monástica e outros aspectos culturais medievais e, a partir daí, questionar se é possível outra forma de eremitismo que não a estritamente beneditina.

O posicionamento de Leclercq, pressuposto e organizador de toda sua reflexão acerca do eremitismo, influenciou diretamente no modo como os pesquisadores desenvolveram seus trabalhos ao longo da segunda metade do século XX. Não pretendemos dizer com isso que a historiografia não tenha consciência da divisão entre o eremitismo encontrado, de um lado, na documentação de origem clerical e, de outro, oriundo de círculos laicos. Pelo contrário, em maior ou menor grau, tal separação é conhecida, ao menos desde os anos 1920, com os primeiros estudos sobre o tema. Gougaud, responsável pelo estabelecimento do assunto como objeto de pesquisa entre historiadores, identificou brevemente tal cisão em seu trabalho original, além de lançar as balizas das abordagens que vieram a ser desenvolvidas por pesquisadores posteriores, nomeadamente: posição canônica dos eremitas, eremitas clericais e eremitas laicos, vida material e ascética, relações dos eremitas

com o século, verdadeiros e falsos eremitas.¹⁰

O fosso entre os dois tipos de relatos eremíticos foi aprofundado a partir de meados do século por trabalhos como o de Leclercq. É exatamente entre os anos 1940-1960 que encontramos o núcleo duro da historiografia sobre o eremitismo e as reformas religiosas dos séculos XI-XII. Naquele momento foram estabelecidas as bases que deram sustentação às pesquisas sobre religiosidade e espiritualidade nas décadas seguintes. Em 1950 foi iniciado um vasto levantamento sobre o eremitismo em todas as dioceses da França. No mesmo momento, foi lançada uma pesquisa sobre o eremitismo dirigida por H.-I. Marrou e Jean Sainsaulieu, a partir da Sorbonne. Infelizmente, ambas as iniciativas não chegaram a constituir uma massa articulada de trabalhos. Muitas de suas conclusões não foram publicadas ou, quando o foram, não obtiveram grande relevo editorial, o que demonstra o impacto restrito desses levantamentos. Somente em 1963, o mesmo Sainsaulieu pôde sintetizar a pesquisa e publicá-la sob a forma de um artigo no *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastique*. Foi também nessa década que surgiu o trabalho que viria a ser a maior referência para o assunto até hoje. A partir do encontro realizado em Mendola no ano de 1962 foram editados artigos de grandes estudiosos da religiosidade medieval, muitos deles religiosos eles próprios, que se preocupavam diretamente com o eremitismo na Europa.¹¹

226

Não por acaso, a coletânea de artigos preparada para o encontro de Mendola continua sendo a principal referência sobre o tema. A longa vida desses textos se explica por sua consonância com as pesquisas desenvolvidas a partir de então. Os estudos sobre eremitismo alimentaram e foram alimentados pelos anseios dos medievalistas em conhecer a espiritualidade vivida no período. Meersseman (MEERSSEMAN 1965), Becquet (BECUQUET 1965) e Delaruelle (DELARUELLE 1965) aproximaram o ideal eremítico daquilo que se habituou chamar "despertar evangélico". Tal tema, como o conhecemos hoje, finca suas bases em um estudo de 1935 feito por Grundmann.¹² Curiosamente, esse trabalho permaneceu praticamente desconhecido até meados do século passado, quando foi retomado com toda força. Em 1957, Chenu cristalizou a expressão em um artigo de grande importância.¹³ Porém, foi, sobretudo, na década de 1960 que a ênfase nos aspectos evangélicos da espiritualidade do século XII ganhou grande relevância, concomitantemente à identificação do evangelismo do período às dificuldades pelas quais passava o cenobitismo, a chamada "crise do cenobitismo".¹⁴

¹⁰ A percepção de modelos eremíticos diferenciados é, há muito tempo, conhecida pela historiografia, embora essa tenha, quase sempre, privilegiado um desses tipos como se fosse o único passível de estudo.

¹¹ Trata-se da obra **L'eremitismo in occidente nei secoli XIe XII**: Atti della settimana di Studio: Mendola, Milão: Società Editrice Vita e Pensiero, 1965.

¹² A obra só recentemente foi traduzida para outra língua. GRUNDMANN, H. (2002).

¹³ Reeditado com o título "The evangelical awakening.", em CHENU, M.-D. (1997).

¹⁴ Em especial MORIN, D. G. (1928); LECLERCQ, J. (1958); CANTOR, N. F. (1960); VAN ENGEN, J. (1986).

Tal panorama começou a se alterar, ainda sem romper com o obstáculo que separa os relatos clericais dos laicos, a partir dos anos 90. Em 1995 e 2003, outras duas publicações coletivas foram lançadas, marcando a transferência dos estudos das mesas de historiadores clericais para os escritórios de acadêmicos leigos (*Le choix de la solitude*, 1995 ; VAUCHEZ, 2003). Essa importante transição levou também à modificação das abordagens: passou-se cada vez mais a buscar o processo de normatização do eremitismo em detrimento da espiritualidade dos religiosos. A migração de um pólo a outro acarretou uma alteração do enfoque dado aos eremitas. De uma preocupação basicamente atenta à dinâmica espiritual e seus limites, passou-se a uma análise do processo de normatização e regularização dessa espiritualidade. No primeiro, a força das preocupações evangélicas e “libertárias” que geraram o Concílio Vaticano II parece ser marcante. Aquele foi um momento de disputas internas à Igreja entre partidários da expansão espiritual evangélica e defensores do controle dessa mesma espiritualidade, motivados pelo caráter potencialmente perigoso das propostas conciliares para a estrutura hierárquica. No segundo, a ala conservadora, tendo-se tornado hegemônica, levou ao enquadramento evangélico praticado no papado de João Paulo II. Por si só, essa vitória já pode ser vista como um dos motivos para a mencionada migração. A preocupação com o controle das práticas eremíticas, presente nos trabalhos dos pesquisadores de início da década de 60, deu lugar ao estudo do processo de normatização das mesmas executado pela Igreja na Idade Média. Paralelamente, no século XX, foi-se do elogio à espiritualidade evangélica que alimentou o Concílio Vaticano II à normatização dessa, representada pela ação peregrino-apostólica exemplar de João Paulo II e pela crítica do Vaticano ao crescimento das igrejas evangélicas pelo mundo. Esse contexto, praticamente ainda não estudado, parece ser parte fundamental do pano de fundo no qual a historiografia atenta aos fenômenos religiosos e espirituais (talvez folclóricos) de camadas inferiores da população pôde encenar suas reconstruções históricas.

Essa mesma *mise-en-scène* que dá destaque à organização hierárquica da Igreja (simultaneamente contemporânea e medieval) levou os historiadores a acreditarem que o percurso religioso realizado pelos eremitas medievais tendia, via de regra, à normatização de sua vida e à entrada nos quadros eclesiásticos.¹⁵

¹⁵ É o que encontramos em diversos artigos reunidos por Vauchez (VAUCHEZ 2003). Destacamos aqui aqueles que apresentam de maneira mais clara a tendência eremítica à regularização. Helvétius aponta a ambigüidade do vocabulário ligado à vida solitária em meio à institucionalização progressiva da vida monástica, fazendo com que o eremitismo deixasse de ser uma prática para se tornar um ideal; Caby traça um paralelo entre a institucionalização e regularização da vida solitária e diferentes formas de representação e memorização do passado por intermédio do surgimento de regras e do reconhecimento das instâncias superiores eclesiásticas. Assim, se teria procurado a estabilidade da prática monástica, tornando o eremitismo solitário e autônomo, um ideal; Benvenuti, partindo do pressuposto de que o deserto eremítico é mais espiritual do que físico, traça a transformação da tradição eremítica em direção a uma forma coletiva e urbana dessa prática religiosa entre os séculos XII e XIII, mediante seu processo de normalização; Gagliardi, ao tratar de uma ordem religiosa entre os séculos XIV e XV, defende que legitimação jurídica e definição institucional excluem a prática eremítica, mas não o seu modelo vivido por meio da interiorização da solidão.

Essa seria a origem das novas ordens monásticas criadas no período. Muitas delas se iniciaram com um eremita que, quando jovem, em sua busca por lugares mais adequados ao exercício espiritual, acabou atraindo um número de seguidores suficientemente grande para organizar, já em idade avançada, um mosteiro.¹⁶ Mesmo o clero secular teria relações de parentesco próximas com os eremitas. L. Milis, em um artigo importante, defende a tese de que o surgimento dos cônegos estava, na verdade, ligado à regularização da vida eremítica (MILIS, 1979).¹⁷ A conseqüência última dessa senda analítica é a impossibilidade de encontrarmos relatos eremíticos fora do controle eclesiástico.

No entanto, é preciso nos questionarmos acerca do modelo discursivo implícito nessa trajetória de normatização e, conseqüentemente, percebermos a necessidade de rever os limites eclesiásticos do eremitismo medieval. Os eremitas que encontramos nas *vitae* como fundadores de casas monásticas podem figurar ali por motivos retóricos, jurídicos e religiosos. De fato, a fundação eremítica de um mosteiro pode ser, ao mesmo tempo, um *tópos* retórico, uma legitimação de posse (uma vez que, sendo um solitário, o eremita poderia legar as terras que habitava a seus filhos espirituais) e, finalmente, um guia espiritual que direcionaria a congregação para a direção pretendida.

Ainda hoje os pesquisadores não romperam com o domínio eclesiástico do eremitismo medieval. Domínio sem dúvida relevante, uma vez que diz respeito à própria lógica eclesiástica predominante no período medieval, mas que por isso mesmo não deve ser entendido para além de suas amarras retóricas e institucionais. Ou seja, a própria preocupação de enquadrar o eremitismo dentro das margens da eclesiologia é índice de que esse tipo de prática e as representações que se formam em torno da figura do eremita vão muito além do controle da Igreja.

A busca por aqueles que escapam ao controle eclesiástico nos leva a outro campo documental. A historiografia detecta uma diferença entre os eremitas descritos em textos clericais e aqueles apontados na "literatura" laica.¹⁸

¹⁶ Esse é o enredo apresentado em uma série de *vitae* de eremitas. Cf por exemplo a **Vita Bernardi Tironensis Abbatis** In: BECK 1998.

¹⁷ Temos aqui uma interpretação historiográfica baseada na interferência, na religiosidade solitária, da carta 211 de Santo Agostinho dirigida às monjas de Hipona. A partir dessa carta, foi criada uma regra aplicada aos cônegos masculinos, que, após a sua aprovação pelos Sínodos de Latrão em 1059 e 1063, passaram a ser chamados de Agostinhos ou Ordem de Santo Agostinho. A regra pregava a pobreza individual de uma vida em comunidade. Com o passar dos anos, essa norma foi adotada por algumas ordens eremíticas (entre elas, algumas reformistas como a Premonstratense), assim como por mendicantes e ordens militares. Os cônegos podiam viver no capítulo catedralesco tendo uma vida, ao mesmo tempo, monástica e pastoral. Vê-se, assim, mesmo dentro do quadro hierárquico da Igreja, uma ambigüidade, reflexo das mudanças na espiritualidade do período compreendido entre a reforma gregoriana e o Quarto Concílio de Latrão. Ambigüidade que aproximaria cônegos e eremitas: a busca pelo ideal do *contemptus mundi* simultânea à preocupação pastoral da *cura animarum*. Entretanto, o Concílio de 1215 regulamentou essa prática destacando o serviço dos cônegos no capítulo de uma catedral, enquanto, em 1256, Alexandre IV, estimulando o outro aspecto dessa duplicidade, criou a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho.

¹⁸ Nossa proposta de separação da historiografia que trata do eremitismo medieval em função do *corpus* documental utilizado por cada parte não significa que estamos de acordo com a idéia de incomunicabilidade entre laicos e eclesiásticos. De fato, acreditamos existir trocas culturais que os aproximam. O distanciamento aqui diz respeito à: 1) reconhecimento dos distanciamentos culturais

Lembramos a hipótese de P. Bretel, que, em sua extensa obra sobre a imagem dos eremitas em textos laicos, atentou para a possibilidade de esses servirem como modelo para a prática social (BRETEL 1995).¹⁹ Esse distanciamento se torna evidente, segundo M. Combarieu, ao constatarmos que, nesse tipo de “literatura”, as personagens vivem em maior grau de isolamento do que os eclesiásticos e não são submetidas a nenhuma regra, aproximando-se, assim, de marginais (COMBARIEU 1983). A floresta, o deserto medieval, era um ambiente selvagem não só pelos animais que lá habitavam, mas também pelos homens de ofício que nela penetravam (sobretudo, os carvoeiros e os pastores de porcos). Os eremitas que nela viviam traziam para o ermo a cultura que tinham, transformando o espaço baldio em área de cultivo, construindo habitações, enfim, organizando e civilizando o espaço. Por outro lado, esses homens traziam na pele as marcas de seu meio bravio, tais como barbas compridas, grande quantidade de pêlos e corpo nu (Cf. LE GOFF 1983; LE GOFF e VIDAL-NAQUET 1994; LECOQ 2000).

Há, portanto, dois campos de análise do eremitismo medieval: o primeiro mais tradicional e difundido é o que se utiliza de documentos de origem clerical, sobretudo as *vitae*; o segundo, mais recente e ainda pouco explorado, é aquele que se utiliza de documentação laica, em especial a chamada “literatura” aristocrática. Apesar de ter diferentes origens sociais e modais, os dois grupos de fontes estão inseridos na mesma dinâmica histórica. É preciso objetar a historiografia que estabelece a cisão entre esse dois mundos, uma vez que se trata de diferenciação tipológica documental exógena ao período estudado. É

manifestados na documentação; 2) indicação de existência de certa abordagem que privilegia a falta de comunicação entre os modelos eclesiásticos e laicos ou que, na maior parte das vezes, afirma a preponderância de certo modelo monástico, tido como canônico, sobre as manifestações laicas do eremitismo no século XII.

¹⁹ É preciso ressaltar que Bretel, apesar de afirmar o descompasso entre as representações presentes nos dois tipos documentais, constantemente busca referências monásticas (entendidas em função de São Bento, das vidas dos Pais do Deserto e das interpretações de Leclercq) no seu *corpus* documental. “Ce qui demeure, et qui est retenu essentiellement par les textes littéraires, c’est une conception de l’érémisme comme branche du monachisme.” (BRETEL 1995, p. 221). O paradoxo do posicionamento do autor é explicitado na conclusão da primeira parte de seu livro (Cf. BRETEL 1995, p. 226-228). Ali, Bretel trata de rupturas e continuidades entre os eremitas eclesiásticos e os “literários”. Declara que o distanciamento se encontra na preocupação apostólica e de ação no mundo, enquanto a aproximação estaria implícita nos momentos que antecedem o contato com outras pessoas quando o eremita estaria na mais típica contemplação e oração monástica. O autor diz que, apesar dos textos de seu *corpus* mostrarem, em abundância, os contatos evangélicos no ermo, esses são apenas temporários, acidentais ou causados por emergências que rompem com o que é mais habitual: as práticas monásticas de negação do mundo e oração a Deus. Acredita-se assim, que os textos “literários” buscam certa inspiração em modelos eclesiásticos. Tais considerações nos levam a refutar não apenas a já mencionada cisão entre as abordagens, mas também a hipertrofia do monasticismo que acarreta na transferência unilateral de elementos atribuídos a certa cultura monástica para o eremitismo “literário”. Essa migração tem como pressuposto a visão de que “ces genres littéraires risquent-ils de donner une image inexacte et déformée de la vie et de la spiritualité des ermites et des moines. Les textes hagiographiques, dont les héros sont des religieux, échappent à ce danger” (BRETEL 1995, p. 226). Acredita-se, assim, que os textos propriamente religiosos sejam mais realistas que os “literários”, e que, por sua vez, esses últimos sejam apenas reflexos irrealistas dos primeiros. Não sendo aqui o local para o desenvolvimento de tais discussões, gostaríamos apenas de chamar a atenção para a insustentabilidade de tal dicotomia (real vs. irreal) lembrando que aquilo que Bretel tem por realidade histórica (o monasticismo) nós entendemos como a construção histórica e historiográfica apresentada no presente artigo. As relações entre os grupos sociais e culturais é mais complexa, pois se baseia em relações de influências mútuas com graus e temporalidades diferentes e dinâmicas. Em suma, o contato entre “literatura” e fontes eclesiásticas não deve ser visto nem como inexistente, nem como monólogo, mas sim como um diálogo no qual ambas as partes são influenciadas e recebem influências umas das outras.

claro que a separação drástica entre leigos e religiosos possui bases históricas. Elas correspondem à representação criada pelos agentes sociais, que se pretendem diferentes uns dos outros. No entanto, o historiador de nossos dias deve perceber nessa divisão a existência de exercícios culturais cotidianos envolvendo trocas entre as partes. O que nos leva a atentar para o cuidado com a mimetização historiográfica de discursos históricos. Duby bem mostrou que, ao tratarmos das representações sociológicas medievais, não devemos tomá-las como configurações concretas do mundo, mas sim, como uma maneira específica de ver, compreender, construir e agir nesse mundo (DUBY 1982).

Por último, é preciso destacar que aos dois campos documentais e analíticos sobrepõem-se duas categorias: tempo e espaço. Cada uma se divide em duas modalidades ambíguas no que se refere ao eremitismo medieval: floresta e meio urbano; ser e estar eremita. No primeiro caso, a especificidade da localização eremítica é geralmente identificada com o meio arborizado, mais ou menos habitado, mas nunca plenamente deserto. Entretanto, é também reconhecida em espaço urbano com os claustros monásticos ou catedralescos próximos ou circundados por diferentes tipos de habitações, bem como pelas celas de reclusão contíguas às igrejas ou aos muros que protegem o núcleo urbano. Além disso, da mesma forma que Ivan busca o ermo florestal e ali encontra companhia, Roberto o Diabo busca isolamento debaixo das escadas das habitações urbanas (LÖSETH 1903, v. 1180-1186). O *locus* da prática eremítica possui, portanto, certa maleabilidade, adquirindo formas diferentes segundo tipos eremíticos variáveis. Do mesmo modo o tempo. Diferentemente do português, o latim, o francês, o inglês etc., não fazem diferença entre "ser" e "estar". No caso do eremitismo, essa diferenciação pode ser importante. Como vimos, São Bento (e acreditamos que Leclercq não discordaria) vê o eremitismo como uma prática que exige vocação específica, entrega total e irrevogável; exige um "ser" eremítico. Contudo, diferentes documentos medievais nos apresentam momentos eremíticos como algo plenamente normal. Nesse sentido não seria necessário "ser", bastaria "estar" eremita. As diferenças entre os locais e tempos eremíticos é de extrema importância para a compreensão histórica do eremitismo medieval por estarem associados às questões de contato humano/isolamento e de constância/inconstância (sujeição ou não a uma regra e um abade).

Afinal de contas o que é o eremitismo? Que tipo de pessoa é o eremita? Qual o papel social do eremita? Em suma, o que define o eremita? Como vimos, nem a documentação nem a historiografia nos permitem responder essas questões em termos absolutos. Uma tipologia do eremitismo, se possível, deve partir da própria definição do que é essa prática religiosa em dado período por meio das variações semânticas impressas nos termos em função do constante

processo de (re)criação das tradições. Deve também abranger não só o aspecto religioso de normatização eclesiástica e de piedade laica, mas também as disputas e os interesses que alimentam os textos polemistas aos quais temos acesso e com os quais podemos nos aproximar das dinâmicas sociais que geraram o eremitismo medieval. Cabe ao historiador buscar evidências, em sua documentação, de uma prática eremítica não autorizada pela Igreja, mas, sem dúvida, bastante difundida entre a população leiga e assim (re)criar um personagem social ainda desconhecido da historiografia medievalística.

Referências Bibliográficas

Le choix de la solitude, Médiévales, 28, 1995

BECQUET, Jean. L'éremitisme clérical et laïque dans l'ouest de la France. In. : **L'eremitismo in occidente nei secoli XIe XII**: Atti della settimana di Studio: Mendola. Milão: Società Editrice Vita e Pensiero, 1965.

BENVENUTI, Anna. Eremitismo urbano e reclusione in ambito cittadino: esempi italiani. In. VAUCHEZ, André. **Ermite de France et d'Italie** (XIe-XVe siècle). Roma : Escola Francesa de Roma, 2003.

BRETEL, Paul. **Les Ermites et les Moines dans la Littérature Française du Moyen Age** (1150-1250). Paris: Honoré Champion, 1995.

CABY, Cécile *Finis eremitarum?* Les formes régulières et communautaires de l'éremitisme médiéval, In. VAUCHEZ, A. **Ermite de France et d'Italie** (XIe-XVe siècle). Roma : Escola Francesa de Roma, 2003.

CANTOR, Norman F. The crisis of western monasticism, 1050-1130, In: *The American Historical Review*, LXVI/1, 1960.

COLOMBÉS, G. M. e ARANGUREN, I. (eds.). **La Regla de San Benito**. Madri: BAC, 1979.

COMBARIÉU, M. 'Ermitages' Épiques (de Guillaume et de quelques autres)", In. Ph. MÉNARD, Philippe & PAYEN, Jean-Charles. **Les Chansons de Geste du Cycle de Guillaume d'Orange**. Vol 3 - Les Moniages-Guibourg. Hommage à Jean Frappier. Paris: SEDES, 1983.

CHENU, Marie-Dominique. **Nature, Man, and Society in the Twelfth Century**: essays on new theological perspectives in the Latin west. Toronto: Medieval Academy of America, 1997.

DELARUELLE, Etienne. Les ermites et la spiritualité et la spiritualité populaire. In: **L'eremitismo in occidente nei secoli XIe XII**: Atti della settimana di Studio: Mendola, Milão: Società Editrice Vita e Pensiero, 1965.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

VAN ENGEN, John. The 'crisis of cenobitism' reconsidered: Benedictine monasticism in the years 1050-1150. In: *Speculum*. LXI/2, 1986.

GAGLIARDI, Isabella. L'eremo nell'anima: i gesuati nel Quattrocento. In. VAUCHEZ, André. **Ermite de France et d'Italie** (XIe-XVe siècle). Roma : Escola Francesa de Roma, 2003.

- LE GOFF, Jacques. O deserto-floresta no Ocidente Medieval. In: _____. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- LE GOFF, Jacques. e VIDAL-NAQUET, Pierre. Lévi-Strauss na Broceliândia: esboço para a análise de um romance cortês. In: LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- GOUGAUD, Louis. La vie érémitique au Moyen Age. **Revue d'ascétique et de mystique**, Vol. 1, No. 3-4, 1920.
- GRUNDMANN, Herbert. **Religious Movements in the Middle Ages**. S.l.: University of Notre Dame, 2002.
- HELVÉTIUS, Anne-Marie. Ermites ou moines. Solitude et cénobitisme du Ve au Xe siècle (principalement en Gaule du Nord). In: VAUCHEZ, André. **Ermites de France et d'Italie (XIe-XVe siècle)**. Roma : Escola Francesa de Roma, 2003.
- LECLERCQ, Jean. **L'amour des lettres et le désir de Dieu**: initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age. Paris: Du Cerf, 1990.
- _____. La crise du monachisme aux XI e et XII e siècles. **Bullettino dell'Instituto storico italiano per il médio evo**, LXX, 1958.
- _____. L'érémitisme en occident jusqu'à l'an mil. In : **L'eremitismo in occidente nei secoli XIe XII**: Atti della settimana di Studio: Mendola,, 1962. Milão: Società Editrice Vita e Pensiero, 1965.
- _____. Monachisme et pérégrination du IXe au XIIe siècle. **Studia Monastica**, 3/1, 1961a.
- _____. Pour une histoire humaine du monachisme au moyen âge. **Studia Anselmiana**, XLI, 1957.
- _____. Sur le statut des ermites monastiques. **Supplément de la Vie Spirituelle**, LVIII/3, 1961b.
- LECOQ, D. Place et fonction du désert dans la représentation du monde au moyen âge. **Revue des Sciences Humaines**, 158: v. 2, 2000.
- LÖSETH, Eliert. **Robert le diable**. Paris: Firmin Didot, 1903.
- MEERSSEMAN, Gilles Gérard. Eremitismo e predicazione itinerante dei secoli XI e XII. **L'eremitismo in occidente nei secoli XIe XII**: Atti della settimana di Studio: Mendola, Milão: Società Editrice Vita e Pensiero, 1965.
- MILIS, Ludo. Ermites et Chanoines Réguliers au XIIe siècle. **Cahiers de Civilisation Médiévale**, 85, 1979.
- MORIN, D. G. Rainaud l'ermite et Ives de Chartres: un épisode de la crise du cénobitisme au XIe-XIe siècle. **Revue Bénédictine**, XL, 1928.
- NIDERST, R. et RAISON, L. Le mouvement érémitique dans l'ouest de la France à la fin du XIe siècle. **Annales de Bretagne**, LV, 1948.
- VAUCHEZ, André. **Ermites de France et d'Italie (XIe-XVe siècle)**. Roma : Escola Francesa de Roma, 2003.
- VON WALTER, Johannes. **Die ersten Wanderprediger Frankreichs**. (Studien zur Geschichte der Theologie und der kirche, t.IX, Cahier3) 2 vol. Leipzig, 1903-1906.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

Resenhas

review essays

VEYNE, Paul. *Foucault: sa pensée, sa personne*. Paris: Albin Michel, 2008, 214pp.

André Luiz Joanilho

Professor Adjunto
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Rua Espírito Santo, 1833/73
Londrina - PR
86020420

Palavras-chave

Michel Foucault; Genealogia; Teoria da história.

Keyword

Michel Foucault; Genealogy; Theory of history.

“Mãe, o quê um peixe pensa?” (p. 209) –, Foucault estava ao mesmo tempo dentro e fora do aquário. Um ser duplo que observa os peixes, mas é também o próprio peixe que observa, sem nenhum temor, pois não tinha o medo da morte (p. 210) ou do seu próprio aniquilamento. Seus textos o construíam de modo sempre provisório: “o que escrevi não me interessa mais. O que me interessa é o que poderei escrever e o que poderei fazer” (196). Digamos que dessa forma ele ocupa um não-lugar. Não está onde esperamos encontrá-lo, a sua identidade foi dissolvida nas formas discursivas que constituem as inumeráveis verdades sobre as coisas.

Talvez um dia tenhamos os foucaultianos de direita e de esquerda. Aqueles que buscam a negação do indivíduo e aqueles que querem a “desrepressão” da sociedade. Foucault nunca procurou tornar seus escritos em panfletos. Ele foi um observador apanhado pelas turbas intelectuais ávidas de teorias mais “verdadeiras” que as anteriores que haviam morrido por tédio. Desejam encontrar o verdadeiro caminho para o futuro, mas não há nada em Foucault sobre isso. Ele observava e poderia dizer: “bom, nada do que acreditamos hoje restará no futuro”, pois “é preciso que nos habituemos à idéia de que nossas caras convicções do presente não serão aquelas do amanhã” (p. 64).

Em contrapartida deveríamos então a nos ater ao nada, pois “se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto na areia.” (Foucault. PC, 404)? Ele, enfim, seria o niilista que nada deseja a não ser o nada? Ao contrário. Para Paul Veyne, Foucault não destruiu a verdade sobre o ser, sobre o mundo, ele simplesmente esgrimava palavras como um samurai/peixe num cemitério de verdades eternas que morreram por abandono. Às vezes se permitia fazer exumações, mas, ao contrário do que se desejava, não para trazer de volta algo que tinha partido, e sim para descrever melhor a verdade morta. Um arqueólogo à moda antiga. Verdades efêmeras que duraram menos de duzentos anos com relação aos loucos. Outras também efêmeras sobre a punição. Outras que evanesceram rapidamente sobre as sexualidades. E conseqüentemente as nossas próprias não são tão permanentes. “O passado antigo ou recente da humanidade é apenas um vasto cemitério de grandes verdades mortas” (Paul Veyne, 2008, p. 24)

A arte da exumação não fazia dele um pós-moderno, pois lhe escapava o sentido dado aos textos pela livre interpretação, mas também não era um “pré-moderno” (Ibid., p. 53), desejando o retorno de uma totalidade perdida. Vários foucaultianos (este termo que faria rir Foucault) encontram nele os discursos da pós-modernidade: dissolução dos sujeitos, não há verdade, só há discursos e, portanto, só interpretações. Outros, ao contrário, viram nele o arguto crítico da última *ratio* do poder, a singularidade do indivíduo. Nem um, nem outro. “Não, não, não estou onde achas, mas aqui, onde, rindo, posso te olhar.” (Certeau, 1987, p. 51)

Nossa insistência em decretar que o que temos hoje é eterno e se fez sobre os erros do passado impediu muitas vezes de perceber as questões que emergiam nos textos de Michel Foucault. Por exemplo, “não se acha em lugar

algum a sexualidade 'em estado selvagem'" (Veyne, 2008, p.75) que o tempo e a história tratariam de depurar, civilizar, até os dias atuais. As verdades emergem das práticas e também através delas esvaecem. Logo, toda verdade é provisória. Não, ela não é relativa, é provisória, verdadeira, mas local. Não se estende ao longo do tempo, não é um pedaço da Verdade, não é uma má compreensão, nem engano, é só uma verdade provisória e local.

Aprendemos, com Paul Veyne, que a genealogia é a arte do detalhe, por isso não permite totalizações (Ibid., p. 127) e, portanto, teorizações. Antes de tudo, Foucault é um detalhista, um curioso de laboratório que devota tudo o que aprendeu numa pesquisa singular e, por isso, não desejava de universalização. O projeto genealógico não pretende explicações universais. Mais além, sua explicação é falha, porque não propõe uma teoria sobre o todo, a respeito do ser, mas sobre o singular, sobre as práticas que estabeleceram a loucura no século XVI, ou sobre a punição no século XIX. Não almeja a verdade de uma época, mas modos de funcionamento de determinadas práticas nos seus detalhes.

Ele não tratou do *Zeitgeist* em diferentes sociedades e períodos, mas de como se conjugaram práticas em torno do sexo ou do preso. E estes termos não se referem a entidades que atravessam o tempo, são práticas que constituíram localmente o que as pessoas entendiam por estas coisas.

Foucault "não era nenhum pouco relativista, historicista, ele não via ideologia por toda parte" (Ibid, p. 9), "...ele pretendia somente uma cientificidade e verdades empíricas e perpetuamente provisórias." (Ibid., p.130). Daí o equívoco em desejar dele uma história totalizante ou julgá-lo a partir desta perspectiva, como muitos historiadores o fizeram, pois não:

estavam nada dispostos a se abrirem a outro questionamento, aquele que seria de um filósofo em obras que mal compreendiam e que eram, de fato, ainda mais difíceis para eles do que para outros leitores, porque eles não podiam as ler senão em relação à sua própria estrutura metodológica (Ibid., p. 37).

Daí a acusação fácil da imprecisão das datas na obra de Foucault ou de desconsideração de determinados documentos, relevando outros. Evidentemente se aguardamos a precisão do historiador, ficaremos frustrados. Ele não se prestava a este tipo, mesmo porque, não havia universais. São dois procedimentos, do inquiridor e do viajante. O inquiridor tem em mente a verdade, o viajante só tem a curiosidade de ver como funcionam as coisas. Afinal, "Foucault escreve que ele não faz nada além do que contar histórias." (Certeau, 1987, p. 49).

Então, o método também é local. Uma espécie de positividade do tipo: o que isto quer dizer exatamente. Bem longe da virada lingüística dos anos sessenta, nada de pós-modernidade, "o método fundamental de Foucault é compreender exatamente o que o autor do texto quis dizer no seu tempo" (Veyne, 2008, p. 27). Este método escapa ao relativismo e à pura interpretação.

As objetivações de determinados objetos numa época não são interpretações e a verdade uma quimera. Acredita-se no que se faz como se tem a certeza de que o fogo queima. Porém, como foi dito, o que se faz é sempre uma singularidade e não está em relação à outra como se fosse possível afinar a pontaria para atingir finalmente o alvo.

O poder, para ele, por exemplo, não é algo que se possui, não é algo que está num lugar específico, apesar das arquiteturas que o acomodam. Ele é relacional e capilar. Não está num centro e emana suas teias até as periferias. Para Foucault ele não é radial. Ele se dá nas relações mais comezinhas: professor/aluno, carcereiro/presidiário, pais/filhos. Porém, um equívoco comum é transplantar para a capilaridade o antigo modelo do poder: a relação simples de mando e obediência. Não, não é este o sentido. Foucault não descobriu que o poder central contaminou todo o tecido social, colocando sempre alguém numa posição de força sobre outra pessoa. Ele é relacional, portanto, forças são exercidas em vários sentidos. Se um professor “pode”, os alunos também. Pois o que regula essas relações não é a dessimetria, mas a capacidade de normatizar o outro. O professor normatiza os alunos que normatizam o professor. Um comportamento é requerido dos alunos pelo comportamento do professor que, por sua vez, não é simplesmente opressivo ou repressivo, mas algo que faz funcionar. Poderíamos então dizer que a sedução é uma forma de poder, e quem já se recusou a este tipo de relação? Como xamãs, exorcizamos os nossos maus espíritos naquilo que entendemos por poder. Ele é ruim, mau por si próprio, ou ainda, é nele que encontramos todos os males do mundo. Livrem-nos do poder e teremos o paraíso.

237

No entanto, Veyne nos mostra um autor que não quer salvar o mundo, resolver os problemas humanos, mesmo porque ele é o observador que está fora/dentro do aquário: “o papel de um intelectual é arruinar as evidências, dissipar as familiaridades adquiridas; não é modelar a vontade política dos outros, de lhes dizer o que têm a fazer. Qual é o seu direito de fazê-lo?” (Veyne, 2008, p. 178). Antes de ser um historiador do corpo, do discurso, do poder, da sexualidade, da disciplina, ele é um filósofo da liberdade, mas não daquela que seria a da sociedade e do indivíduo face às formas de opressão, mas de uma que seria a da ontologia e do ser.

Mais uma vez, Paul Veyne nos lega uma obra valiosa para compreender este pensador que no fim queria falar apenas da estética da vida (Ibid, p. 156). Parece que não podia simplesmente falar das formas de subjetivação do indivíduo sem ter de sempre desenhar um rosto de areia na linha de arrebenção. *Foucault, sa pensée, sa personne* é um livro indispensável para quem quiser compreender este pensador e sua obra.

Referências Bibliográficas:

CERTEAU, Michel. **Histoire et psychanalyse entre science ET fiction**. Paris : Gallimard, 1987.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

VEYNE, Paul. **Foucault, sa pensée, sa persone**. Paris: Albin Michel, 2008.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 232 pp.

Walter Francisco Figueiredo Lowande

Mestrando em História
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Rua Salomão de Vasconcelos, 96 - Chácara
Mariana - MG
35420-000

Palavras-chave

Modernidade; Tradição; Identidade nacional.

Keyword

Modernity; Tradition; National identity.

239

Enviado em: 23/11/2008
Aprovado em: 09/01/2009

Fruto da Tese de Doutorado defendida por Ricardo Luiz de Souza, em 2006, no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais e sob orientação de José Carlos Reis, percebe-se que o livro *Identidade nacional e modernidade brasileira* parte da mesma premissa que guiou a feitura de *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* (Reis, 2007). Trata-se de compreender um conjunto de obras preocupadas em fornecer grandes interpretações do Brasil, esforço que possibilitaria o desvendamento da lógica que as perpassa. Se, no caso de José Carlos Reis, podemos depreender que tal lógica refere-se, *grosso modo*, a um posicionamento a favor ou contra a colonização portuguesa, o livro ora resenhado é o diálogo “indireto” entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, em torno de conceitos como identidade nacional, modernidade e tradição, que enlaça as clássicas obras desses autores.

Ao se atribuir um sentido a um conjunto de obras que as perpassa e que vai além do significado individual, “imaneente” a cada uma delas, dotando-lhes, assim, de uma linha comum que as atravessa e que nos permite supor uma evolução discursiva da qual participam os autores selecionados, corre-se o risco de simplificar uma realidade de produção textual mais complexa. Com tal afirmação, não pretendo negar a importância deste tipo de análise, sem a qual não se pode conhecer o conjunto dos efeitos que podem ser produzidos pela linguagem escrita numa configuração sócio-histórico-cultural específica. No entanto, num esforço de análise assim conduzido, deve haver um especial cuidado a fim de não se subjugar o que uma obra tem de peculiar. Um exemplo disso é o já citado trabalho de José Carlos Reis, no qual este autor se preocupa mais com o enquadramento de Gilberto Freyre numa tradição de “elogio da colonização portuguesa” do que com a realização de uma análise mais aprofundada do conjunto de sua obra. Isso o leva, a meu ver, a enfatizar a idéia de que o ensaísta pernambucano teria construído uma imagem idílica da colonização portuguesa, interpretação que não pode ser estendida a toda sua obra. Como já foi notado por alguns autores (Viana, 2001; Rocha, 2001; Paoli, 2003; Araújo, 1994; Souza, 2000), *Casa-Grande & Senzala* dispõe de vários elementos que mostram justamente o contrário, ou seja, mostra uma dominação por vezes cruel do senhor sobre seus escravos, uma proximidade que não se dá, no geral, de forma afável.

A opção de Ricardo Luiz de Souza, no entanto, encontra-se fortemente embasada por uma perspectiva que analisa cada autor e cada obra em seus mais amplos aspectos: são tratados os traços psicológicos e biográficos, os contextos histórico, social, econômico e cultural e as relações intelectuais e institucionais, sendo as obras tomadas de maneira bastante ampla, o que permite que Souza relativize as eventuais simplificações. As influências são devidamente pesadas e o diálogo entre os autores não se dá de forma mecânica: talvez o maior laço entre eles, além da temática abordada, seja a veia ensaística. Enfim, em *Identidade nacional e modernidade brasileira*, os debates acerca da construção da identidade nacional e da modernidade a partir dos autores escolhidos

são tratados com grande responsabilidade.

No capítulo introdutório, Souza demonstra um esmerado cuidado na definição dos conceitos que nortearão seu trabalho e na escolha do método, que possibilitará a compreensão dos autores através do diálogo que eles travam entre si. Cada obra merecerá um capítulo específico adiante, no qual os conceitos bem definidos da introdução servirão como ponto de partida para suas análises.

Para Souza, as identidades nacionais são construídas. Um "povo", conceito que "sinaliza a existência de um substrato comum, entre os membros de determinadas populações, que tende a ganhar força simbólica e discursiva com base na representação de identidades nacionais prenes de significados comuns" (pp. 23-24), buscaria uma estabilização através da construção de uma identidade nacional. Esta, que fique bem entendido, não é a mesma coisa que o citado "substrato comum", algo que parece existir, a partir do que se depreende do argumento do autor, de forma dispersa, levemente sentida, ou seja, um fenômeno do qual ainda não se tomou coletivamente consciência, mas que proporciona uma certa ligação entre os indivíduos. Desta forma, a identidade, uma espécie de construto *a posteriori*, não reflete "de forma mecânica e integral", segundo o autor, os indivíduos que discursivamente representa; nasce de interesses advindos dos setores dominantes; é moldada em interação à alteridade, não existindo um "outro" absoluto e homogêneo; obscurece heterogeneidades e conflitos; não é estática; e, por fim, é uma construção discursiva, que nasce "de uma imagem construída, não-verificável e não empiricamente demonstrável" (p. 25).

241

Esta "identidade nacional", inspirada em Norbert Elias e no conceito de "memória coletiva" de Maurice Halbwachs, seria estruturada pela tradição. De acordo com Souza, a tradição é corporificada em símbolos, que são coisas retiradas da "esfera mundana" e, assim, re-significadas. A tradição surge então não como algo apenas situado estaticamente no passado, mas como conjunto de símbolos disputados por diversos grupos na construção de uma noção de identidade hegemônica. A tradição também estaria intrinsecamente ligada ao conceito de modernidade. Esta última é entendida como anseio de um grupo por um futuro cuja busca se dá a partir da tradição. O presente se torna assim transitório, o futuro cada vez mais distante e o passado desejado como recuperação da estabilidade perdida em tal busca. Desta forma, segundo o autor, embora tendam a ser classificadas dicotomicamente em escalas valorativas ligadas às idéias de "bem" e "mal", modernidade e tradição interagem constantemente, a modernidade atuando com base nas tradições que a determinam, e, por outro lado, a tradição sendo continuamente alterada sob os impactos da modernidade, constantemente modificada em função dos diferentes grupos que a disputam.

A perspectiva adotada por Ricardo Luiz de Souza nos permite então perceber em que medida espaço de experiências e horizonte de expectativas, categorias que tomo de empréstimo de Reinhart Koselleck (2006), se articulam nas interpretações do Brasil. Nas tentativas de definição de uma identidade

nacional, a relação entre tradição e modernidade adquire formatos diversos, em consonância com cada ideal de futuro discursivamente construído.

O primeiro autor a ser assim compreendido é Sílvio Romero. Ele constata o atraso brasileiro em relação às nações européias e busca suas causas numa identidade nacional, naturalmente, socialmente e racialmente determinada. Romero inaugura uma análise identitária que passa pela miscigenação e inclui o negro como fator explicativo central. As condições socioeconômicas mostrar-se-iam insuficientes para explicar o que ele considera uma aversão do brasileiro ao capitalismo. O problema, para Romero, é como modernizar um país possuidor de uma população mestiça e, portanto, segundo ele, racialmente inferior. A conclusão a que chega é que as elites deveriam conduzir esta população mestiça num processo de "branqueamento". Por outro lado, é na cultura popular, produzida por esta população mestiça, que residem as verdadeiras características de uma identidade nacional, tradição com base na qual as elites construiriam uma nação moderna. Um crescente pessimismo e "provincianismo" de sua parte (termo este não tomado num sentido pejorativo, mas relativo ao seu orgulho regional) permeariam estas idéias e, além disso, para Souza, elas corresponderiam a um reordenamento social, em que suas teorias raciais justificariam uma "nova desigualdade a ser implementada" (p. 69).

A identidade nacional é, por sua vez, encontrada por Euclides da Cunha numa dicotomia que seu olhar, tanto de engenheiro como de literato, descobre no Brasil a partir da observação de Canudos: a dicotomia que existe entre litoral e sertão, entre civilização e barbárie (ou, mais tarde, entre civilização e atraso). Se, a princípio, em *Os sertões*, o sertanejo é um bárbaro, posteriormente Cunha constatará que seu isolamento em relação à civilização proporcionou, na verdade, a conservação da identidade nacional em seu estado embrionário. Este sertanejo se torna, também, um exemplo de como a raça superior portuguesa conseguiria suplantar o meio adverso e prevalecer numa combinação gênica na qual preponderaria. O desafio seria conciliar a premente modernidade à Nação. A modernização do país seria produzida, portanto, tomando como base a identidade nacional descoberta nos caracteres do sertanejo. Contudo, o alheamento das elites estaria produzindo o massacre destes indivíduos portadores da "fórmula da nacionalidade".

Também na obra de Câmara Cascudo se faz presente a dicotomia entre sertão e cidade, ou entre província e centro urbano: os primeiros termos da dualidade são os lugares da tradição e, os últimos, os da modernidade. Contudo, Cascudo não pretende conciliá-los, mas preservar a cultura popular, a partir da qual se poderia entrever a identidade nacional. O estudo do folclore serviria, então, como ferramenta para tal empreitada. Pretende ele "resgatar elementos milenares no que é contemporâneo, demonstrando a universalidade de crenças e costumes que se escondem sob o manto do regional" (p. 147). A miscigenação seria também fator preponderante para a compreensão dessa cultura popular, na qual o elemento português ocuparia, mais uma vez, posição privilegiada.

Na análise que faz da obra de Gilberto Freyre, Ricardo Luiz de Souza toma

a acertada decisão de incluir sua produção pós-1960, pois é nela que a identidade nacional, densamente pesquisada em *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* entre outras obras escritas, sobretudo, na década de 1930, encontrará o caminho para o mundo “além do apenas moderno”. Tal caminho será iluminado pelo conceito de lusotropicalidade. Souza destaca que o otimismo freyreano em relação ao futuro assenta-se na apologia que faz da mestiçagem, pois ela, que define a identidade nacional brasileira, possibilitaria uma vantagem num mundo pós-moderno. Da automação decorreria um tempo livre para o qual a vivência hispânica do tempo estaria mais preparada. Ao contrário dos outros autores, em Freyre a modernidade é superada, pois se trata de um momento histórico no qual uma série de valores urbanos entraria em conflito com um sistema rural no qual os contrários se equilibrariam.

Ao retratar as significações e re-significações que os conceitos de “identidade nacional”, “modernidade” e “tradição” sofreram nas obras selecionadas, cuja relevância da análise é por sinal muito bem fundamentada, Souza encara, deste modo, a produção discursiva de maneira muito acertada. Não há, conforme se depreende desta leitura, um discurso unitário, absolutamente hegemônico, sobre o que viria a ser a identidade do brasileiro. O que se verifica, em contraposição, é uma constante disputa por definições, cada uma delas compondo de maneira específica e em variados graus de sucesso um “estoque” disponível para as mais variadas interiorizações individuais. Desta forma, embora constantemente se afirme que o poder público impôs uma unificação cultural por intermédio de uma definição específica do que fosse a identidade nacional, podemos perceber que esta realidade discursiva é muito mais complexa e não deve ser encarada como um único discurso vencedor.

243

Por fim, o que aqui expus sucintamente pretende-se uma apresentação de um trabalho sem dúvida mais rico do que esta resenha pode abarcar. Não obstante, em alguns momentos, pode ser sentido um sub-aproveitamento dos fatores propriamente lingüísticos frente aos extra-lingüísticos (não é discutido, por exemplo, de que modo as “ideias” dos autores atuam no mundo social enquanto textos, ou melhor, enquanto “atos de fala”),¹ Ricardo Luiz de Souza tem o mérito de tratar de uma considerável amplitude de fatores relacionados aos conceitos que coloca em relevo. Seu estilo, marcado por uma análise que privilegia um grande número de aspectos, colocados em relativamente curtos e abundantes parágrafos, possibilita tal feito, além de tornar o texto mais interessante pela ampla erudição que demonstra, e não por uma prolixidade que rejeita.

¹ Cf. o verbete “Ato de fala” escrito por Catherine Kebrat-Orecchioni, traduzido por Maria do Rosário Gregolin (Charaudeau; Manguenau, 2006). Conferir também o debate travado por John Pocock (2003) com a “Escola de Cambridge”.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.
- PAOLI, Maria Célia. "Movimentos sociais, movimentos republicanos?" In SILVA, Fernando Teixeira da *et al.* (Org.). **República, liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- ROCHA, João César de Castro. "Notas para uma futura pesquisa: Gilberto Freyre e a escola paulista". In FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. [orgs.]. **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/ UniverCidade/ Fundação Roberto Marinho/ Topbooks, 2001.
- SOUZA, Jessé. **A Modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Unb, 2000.
- VIANNA, Hermano. "A meta mitológica da democracia racial". In FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. (Orgs.). **O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão**. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/ UniverCidade/ Fundação Roberto Marinho/ Topbooks, 2001.

GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (orgs). *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*. Santa Cruz do Sul/Passo Fundo: Edunisc/Editora UPF, 2007, 245pp.

Sérgio da Mata

Professor Adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Rua do Seminário, s/n - Centro
Mariana - MG
35420-000

Palavras-chave

Nova historiografia alemã; Escola de Bielefeld; História cultural

Keyword

New German historiography; Bielefeld School; Cultural history.

245

Enviado em: 25/01/2009
Autor convidado

Poucas pessoas fizeram tanto pela divulgação, no Brasil, da historiografia alemã quanto René Gertz. Há 22 anos atrás, em conjunto com Abílio Baeta Neves, ele publicava sua excelente coletânea *A nova historiografia alemã*, ocasião em que, salvo engano, autores como Klaus Tenfelde, Jürgen Kocka e Jörn Rüsen se tornaram pela primeira vez acessíveis em português. O volume era na verdade uma excelente introdução ao que alguns dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra pesquisava e, sobretudo, como pesquisava. A revista "História e Sociedade" (*Geschichte und Gesellschaft*) transformara-se numa nova Meca, e autores como Hans-Ulrich Wehler e Wolfgang Mommsen desfrutavam de enorme influência.

Duas décadas depois, a situação dá mostras de ter mudado, e de forma surpreendente, tanto no Brasil quanto na Alemanha. Rüsen e Koselleck se tornaram referências obrigatórias mesmo entre nossos estudantes de graduação. Clássicos do pensamento histórico como Droysen, Ranke e Burckhardt têm sido revisitados e, aos poucos, contemplados com novas traduções. Até mesmo um interesse crescente pelo aprendizado da língua alemã pode ser diagnosticado por toda a parte. Em suma, um quadro impensável em 1987.

A publicação de *Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas*, livro composto de textos selecionados e traduzidos pelo mesmo Gertz e por Marcus Correa, mostra a que ponto a situação na Alemanha alterou-se significativamente. A referência no título do livro à reunificação tem toda a razão de ser, pois, *grosso modo*, até então seria correto falar em duas historiografias alemãs: a ocidental e a oriental. Em que pese a subserviência político-ideológica da maioria dos historiadores da Alemanha Oriental, como apontou há pouco Estevão Martins (Martins, 2007, p. 62), estudos como o de Middel (2005) mostram que a partir da década de 1950 homens como Walter Markov e Manfred Kossok desenvolviam ali sofisticados estudos de história comparada – na boa tradição da Universidade de Leipzig, cujas origens sabidamente remontam a Karl Lamprecht. A reunificação, em 1989, significou uma pá de cal sobre esta incipiente historiografia marxista renovada. Bem poucos sobreviveram no mundo acadêmico "pós-muro".

No plano propriamente teórico, a influência da Escola de Frankfurt refluíu a olhos vistos. A morte de Niklas Luhmann e a desgastante polêmica mantida entre Habermas e Peter Sloterdijk, ambos fatos ocorridos em fins da década de 1990, pareciam assinalar o eminente declínio das teorias de longo alcance nas ciências sociais alemãs e, por conseguinte, nos meios historiográficos. À "escola de Bielefeld" restou a crítica às novas perspectivas advindas de outras comunidades historiográficas, tais como a história cultural, a história do cotidiano e a micro-história. Em que pese o muito de acertado que há nessas críticas (cf. Wehler, 2002), percebe-se que setores do *mainstream* se enclausuraram nos cânones da *ciência social histórica*. Neste sentido, mais que um retrato da novíssima historiografia alemã, a coletânea de Gertz e Correa oferece-nos uma espécie de índice de uma comunidade historiográfica em plena crise de redefinição

de paradigmas. Uma crise, diga-se de passagem, que parece ter nos aproximado. Percebe-se que o que lá se pratica não é, hoje, muito distinto do que os historiadores brasileiros fazem – ou faziam, na década de 1990. Sente-se também que aquele *plus* de originalidade da “história social” e da “história da sociedade” – com seu alto rigor analítico e sofisticação teórica – se perdeu.

Os ensaios coligidos por Gertz e Correa não têm a pretensão de oferecer uma contribuição original aos dilemas teórico-metodológicos da historiografia “pós-muro”. Trata-se, em sua maior parte, de balanços historiográficos e de discussões de caráter introdutório, o que em todo o caso tem a vantagem de proporcionar um painel útil e didático a todo aquele que pretende se familiarizar com uma tradição que só conhecemos ainda muito epidermicamente. A seguir, nos limitaremos a fazer alguns apontamentos mais gerais, e a uma ou outra observação crítica sobre os pontos de vista dos autores.

Willibald Steinmetz abre o volume com uma exposição abrangente, intitulada “Da história da sociedade à ‘nova história cultural’”. Acompanhando o pensamento de Otto G. Oexle, Steinmetz tende inicialmente a superestimar o pioneirismo alemão no que se refere à *Kulturgeschichte*, minimizando, assim, a originalidade das abordagens surgidas na segunda metade do século XX. Mas reconhece que projetos editoriais inovadores como o Léxico de conceitos histórico-políticos de Brunner, Conze e Koselleck surgiram concomitantemente a desenvolvimentos aparentados no mundo anglo-saxão, no bojo do assim chamado *linguistic turn*. Steinmetz defende a história cultural da crítica de Wehler segundo a qual estaríamos passando por uma despolitização do discurso histórico. Os historiadores culturais, ao contrário, estariam se dedicando também “a áreas consideradas centrais pelos representantes da história social política” (p. 34). O que é sem dúvida correto. Mas ao sustentar que “os espaços de ação constituem-se na e por meio da linguagem” (p. 38), vê-se o quanto a tendência a se autonomizar a esfera da linguagem, a torná-la o *a priori* de toda análise histórico-social, encontra eco em Steinmetz. O uso do conceito de “comunicação” mostrar-se-ia quicá mais profícuo, posto que evoca explicitamente a importância da *interação* entre os sujeitos na construção e reconstrução do sentido subjetivo de suas ações, bem como do mundo social como um todo. Todo agir comunicativo pressupõe ainda a existência de *regras* previamente estabelecidas (poderíamos chamá-las proto-instituições). Sem o “programa” por elas proporcionado, o indivíduo enfrentaria grande dificuldade para resolver seus problemas concretos de comunicação, seja ao manter uma simples conversa telefônica, seja ao redigir uma resenha acadêmica. Desatento a estas outras possibilidades analíticas, é natural que Steinmetz caia no beco sem saída do relativismo, tão comum àqueles que cedem à tentação do essencialismo culturalista. Partindo do princípio que “toda a realidade [...] é simbolicamente construída” (p. 41), ele enreda-se no falso dilema que é o de se perguntar sobre o que vem a ser efetivamente “real” ou “fictício” nesta “multiplicidade de construções paralelas, mas, em princípio, *equivalentes*, da realidade” (p. 42, grifo nosso). Trata-se, a nosso ver, ora de construções primárias

da realidade, ora de construções secundárias. Às primeiras, surgidas da interação social imediata e veículos de um saber pré-teórico, cabe o que Luckmann chama de "prioridade ontológica", mas de forma alguma o estatuto de o "verdadeiro" por excelência. *Todas* as construções sociais da realidade são "verdadeiras", o que não significa que se situam num mesmo plano e que não haja, entre elas, alguma hierarquia constitutiva.

O ensaio seguinte, de Ute Daniel, prossegue o debate sobre a história cultural. Diferentemente de Steinmetz, Daniel parte da *Kulturgeschichte* alemã de princípios do século passado apenas para mostrar que as referências atuais afastam-se radicalmente do pendor nomológico e monista de alguns dos nomes daquela geração. Na Alemanha, como por toda a parte, a ênfase tornou-se decididamente hermenêutica nas últimas décadas. Embora a autora acredite que "até o final do século XIX somente [...] Jacob Burckhardt [...] lidava com história cultural" no meio acadêmico de língua alemã (p. 54), o que cremos ser inexato, ela reconhece a importância de historiadores como Eberhard Gothein (sucessor de Max Weber em Heidelberg e futuro orientador de Ernst Kantorowicz), além de Kurt Breysig e Lamprecht. A respeito da famosa polêmica suscitada por este último, Daniel a reduz a um conflito entre historicismo/história política de um lado e evolucionismo/história cultural do outro, sem, porém, atentar para um inegável pano de fundo institucional do embate: o que também estava em jogo era a preeminência de Berlim como principal centro historiográfico de língua alemã. A intempestiva reação de Meinecke (barrando o acesso de Lamprecht à *Historische Zeitschrift*) e dos demais neo-rankeanos, bem como os reiterados ataques a todo e qualquer impulso renovador advindo das universidades de Basel, Heidelberg e Leipzig, tudo isso mostra a que ponto uma visão "culturalista" da história da historiografia esbarra em limitações mais ou menos sérias.

O que segue é um panorama convencional da pluralização crescente do mercado de idéias historiográficas na Alemanha após a década de 1960, um processo não muito distinto do ocorrido no Brasil, inclusive pelas resistências a ele impostas: lá, pela história social da "escola de Bielefeld", aqui, pela história social de extração marxista. A mesma sensação de *déjà vu* acomete o leitor ao percorrer as páginas do texto de Wolfgang Hartwig, "História cultural política do entreguerras". Uma discussão incomparavelmente mais densa e propositiva sobre a história cultural da política, feita por Thomas Mergel (2003) e inclusive já vertida por Gertz ao português, possivelmente teria sido uma opção mais interessante que o ensaio de Hartwig, cujo único ponto positivo é o de oferecer uma longa e atualizada bibliografia dos novos estudos desenvolvidos sobre o entreguerras alemão.

Já Johannes Fried dedica um extenso ensaio ao tema "História e cérebro: desafios à ciência histórica através da crítica à memória" (p. 97-141). Poderíamos resumir-lo à seguinte proposição: a memória, esta modalidade de relação com o passado situada numa encruzilhada entre o biológico e o cultural, *não* pode servir a uma historiografia entendida como ciência do passado. Se a memória é

um fenômeno mais “coletivo” (Halbwachs) que “cultural” (Assmann), se se pode reduzi-la fenomenologicamente a estruturas da consciência (Ricoeur) ou associá-la à materialidade de monumentos e espaços específicos (Nora), é algo que não chega a interessar diretamente a Fried em sua discussão. Tem-se, a princípio, a impressão que o autor promoverá alguma espécie de diálogo com a neurociência. O que poderia ter sido estimulante, mas que, todavia, não se confirma. Ele parte de um famoso episódio: as conversas entre Niels Bohr e Werner Eisenberg no outono de 1941, em Copenhague, a respeito da utilização militar da fissão nuclear, descoberta pouco antes do início da II Guerra. Nos anos seguintes, Bohr e Eisenberg nunca entrariam em acordo sobre o local e o teor exato destas conversas. Depois de uma tentativa de reconstituição deste interessante episódio, Fries subitamente adota um ponto de vista “naturalista” estrito sobre a memória, e dispara: “uma história derivada exclusivamente da lembrança cerebral é algo cheio de erros, uma construção irreal” (p. 114). Daí serem “suspeitos todos os depoimentos produzidos pela capacidade de memória” (p. 115) Simplesmente “não se pode confiar em tais reproduções e construções” (p. 116). Ele lista, com a minúcia de um relojoeiro suíço, as quinze características que definem e circunscrevem os processos mnemônicos (p. 122-123), e constata: “uma testemunha que recorda [...] não descreve aquilo que realmente aconteceu; antes, fornece uma abstração que vai se afastando dos fatos”. Para quem imaginava que essa modalidade de realismo ingênuo sofrera um golpe de morte no país de Dilthey e Gadamer, é sem dúvida decepcionante.

249

Felizmente, os organizadores contrabalançaram o efeito potencialmente devastador do ensaio de Fried com aquele que pensamos ser um o melhor ensaio do livro: “A caminho da ‘história das vivências’? História oral na Alemanha” (p. 142-172), da historiadora e jornalista Babett Bauer. Ao mostrar as grandes dificuldades lá enfrentadas pela *oral history*, Bauer ajuda-nos a perceber que nem tudo são flores para os representantes da novíssima historiografia alemã. Pesquisadores como Alexander von Plato e Lutz Niethammer preferem falar em “história das vivências” (*Erfahrungsgeschichte*), algo certamente mais interessante e matizado que aferrar todo um campo de pesquisa a um método. Não obstante, são muitos os que insistem em “encarar com ceticismo a realização de pesquisas com base em fontes orais” (p. 145-146). O papel de porta-voz da tradição coube mais uma vez a Wehler, para quem os que se valem da história oral não passam de “historiadores descalços”.¹ Mesmo sob fogo cerrado, alguns projetos inovadores, norteados por aquilo que se difundiu sob a designação de *historiografia democrática*, surgiram ao longo da década de 1980. É o caso das “oficinas de história”, grupos formados por historiadores profissionais e leigos interessados na reconstituição da história regional e local, aos quais se juntaram iniciativas semelhantes realizadas com o apoio dos sindicatos alemães. A nova perspectiva revelou-se especialmente profícua no estudo da história da Alemanha Oriental. Como a quase totalidade dos registros escritos estavam submetidos ao ferrenho controle do serviço secreto e das forças de segurança do regime, somente a “história das vivências” permitiu visualizar

os “elementos crescentes de dissenso” e o “declínio do conformismo entre a população” (p. 153) nos últimos anos da ditadura. Na segunda parte de sua exposição, Bauer discorre longa e sofisticadamente sobre as possibilidades e dificuldades teóricas da *Erfahrungsgeschichte*.

Os dois últimos ensaios, de Peer Schmidt (“Da história universal à história mundial”) e Reinhard Wendt (“O olhar para além das fronteiras continentais: história extra-européia na recente historiografia de língua alemã”) tratam do desafio da superação daquilo que os autores acreditam ser a demasiada autocentralidade da produção historiográfica de seu país. Para o latinoamericanista Schmidt, trata-se agora de buscar uma “*história mundial* de novo tipo”, afastada das “elaborações eurocêntricas de uma história universal que saiu de moda” (p. 187). Wendt mostra, de forma oportuna, que Lamprecht já havia insistido na necessidade de a história incorporar o estudo dos povos “sem história”. Impulsos semelhantes, observa ele, partiam também da geografia. De fato, Friedrich Ratzel publicara em 1904 um longo artigo na *Historische Zeitschrift* em que critica Eduard Meyer por deixar de fora de sua *História da Antiguidade* os chamados “povos naturais”. A abordagem de Wendt, mais completa e minuciosa que a de Schmitt, mostra o que tem sido feito pelos que pretendem superar a história “meramente” nacional sem cair nos mesmos erros de Hegel e Ranke. A que ponto tal perspectiva efetivamente se difundiu, isso já é outra coisa. Basta mencionar o projeto, em pleno andamento, de edição de uma História Mundial pela prestigiosa Enciclopédia Brockhaus. Segundo apuramos com um dos autores envolvidos, dos vinte volumes planejados, apenas um será dedicado à Ásia, enquanto que um outro terá de ser dividido entre América e África...

A discussão sobre o que deve ser uma nova história mundial, universal ou – como preferem alguns – “transnacional”, encontra-se de toda forma bastante amadurecida na Alemanha. Se *Historiografia alemã pós-muro* revela um campo no qual temos muito ainda o que avançar, é certamente este. A retomada dos pontos de vista de Voltaire, Ratzel, Spengler, Jaspers e outros se expressa em revistas já estabelecidas como *Saeculum*, *Comparativ* e *Zeitschrift für Weltgeschichte*; enquanto que nomes como o já citado Matthias Middel assumem a condição de porta-vozes desta história universal renovada. Impulsos análogos se façam notar no campo da história da historiografia, como demonstram os esforços de Rüsen (2002) em incrementar o “debate intercultural”, e até mesmo na história social (Kocka, 2003).

A cultura historiográfica alemã já não é “tão estranha assim” para o público brasileiro, observa com acerto Astor Diehl em seu posfácio ao livro. Concordamos com ele que para isso tem concorrido o afluxo crescente de jovens historiadores às universidades e centro de pesquisa alemães. Mas um papel não menos importante foi e continua a ser desempenhado por René Gertz, o que demonstra a que ponto o esforço de tradução é decisivo na economia da troca – ainda tão incipiente – entre os mercados historiográficos dos dois países.

Resta-nos deixar uma sugestão para iniciativas similares no futuro: um estudo acurado sobre os novos canais de circulação de conhecimento histórico que são os portais eletrônicos (*H-Soz-u-Kult*, *Clio-on-Line*, *Sehepunkte*), e que permitem acompanhar com enorme agilidade o estado das discussões, os debates e as novas tendências da historiografia alemã.

Referências Bibliográficas:

KOCKA, Jürgen. Losses, Gains and Opportunities: Social History Today. **Journal of Social History**, v. 37, p. 21-28, 2003.

MARTINS, Estevão de Resende. Historiografia alemã no século XX: encontros e desencontros. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos A. (orgs.) **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: Edusc, 2007.

MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma história cultural da política. **História Unisinos**, v. 7, n. 8, p. 11-55, 2003.

MIDDEL, Matthias. **Weltgeschichtsschreibung im Zeitalter der Verfachlichung und Professionalisierung**. Leipzig: Akademie Verlagsanstalt, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Western Historical Thinking: an intercultural debate**. New York: Berghahn, 2002.

WEHLER, Hans-Ulrich. **Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts**. Göttingen: Wallstein, 2002.

LE GOFF, Jacques. *Em busca da Idade Média: conversas com Jean-Maurice de Montremy*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 222p.

Diogo da Silva Roiz

Professor Adjunto
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Rua Tibagi, 404/100 - Centro
Curitiba - PR
80060-110

Palavras-chave

Teoria da história; Historiografia; Cultura.

Keyword

Theory of history; Historiography; Culture.

Torna-se cada vez mais comum a apresentação de trajetórias acadêmicas e intelectuais em forma de testemunho, coletadas a partir de conversas e entrevistas, normalmente efetuadas quando o profissional está perto do final de sua carreira e se encontra em idade avançada, na qual a avaliação e organização da obra se evidenciam corriqueiramente.

Para Jacques Le Goff esse tipo de empreendimento já se tornou comum, uma vez que o têm praticado desde o final da década de 1970, devido ao sucesso da *História das Mentalidades* e do *Imaginário*. No entanto, enquanto as conversas e entrevistas concedidas nos anos de 1970 e 80 vislumbravam mais a atuação do autor e do grupo, ao qual faz parte até hoje, que é o da 'terceira geração' do movimento dos *Annales* na França, nas que tem oferecido nesta primeira década do século XXI, estas tem demarcado especificamente sua trajetória e produção intelectual.

Com a colaboração e a intervenção de Jean-Maurice de Montremy, Jacques Le Goff neste *Em busca da Idade Média*, conta-nos basicamente como se formou e de que maneira surgiu seu interesse para estudar a civilização do Ocidente Medieval (termo que cunharia em uma de suas obras), quais foram suas leituras e quais seus autores prediletos, como o período foi estudado e como contribuiu para melhorar a compreensão daquela época – para muitos (ainda hoje) tão distante e exótica.

As conversas que deram origem a obra, revela-nos Montremy, ocorreram entre 21 de fevereiro e 24 de julho de 2002, em intervalos de quinze dias cada encontro. O texto foi depois inteiramente revisto e ampliado pelo autor. Montremy indica ainda que: "Jacques Le Goff nos convida a descobrir uma *civilização-continente*. Porque é bem a Europa que se desenha pouco a pouco a partir dessas pesquisas no espaço e no tempo. Uma Europa de fronteiras mais culturais do que geográficas. Uma Europa que jamais foi inteiramente uma 'cristandade', ainda que, durante séculos, tenha se imaginado como tal" (LE GOFF, 2006, p. 12).

Para melhor distribuir o conteúdo das conversas, dando-lhes um caráter temático, o texto foi dividido em cinco capítulos, nos quais foi abordado como se tornou medievalista, a Idade Média que se pensou e a que o autor estudou, quais assuntos que analisou em seus livros, como sua obra foi tomando forma e como tem pensado atualmente a civilização do Ocidente Medieval (dando ênfase aos seus estudos biográficos, como o feito sobre São Francisco de Assis). O conjunto de temas discutidos no livro dá bem o perfil intelectual de seu autor, e, particularmente, demarcam a Idade Média de Jacques Le Goff.

O primeiro ponto discutido foi como e por que Jacques Le Goff decidiu ser um medievalista e resolveu estudar a Idade Média. A constatação inicial da influência das leituras dos romances de Walter Scott, como *Ivanhoé* (de 1819), no qual identifica um período épico de lutas, conquistas e paixões, já o seduzia desde os 10 anos de idade. A leitura posterior de *A batalha de Bouvines* (de 1973) de Georges Duby, com pouco mais de 50 anos, segundo indica, o fez reviver, na época, suas leituras e lembranças da infância e da adolescência,

quando foi um voraz leitor de romances históricos. Outra influência marcante para o autor foi seu professor de História no *Quatrième* (equivalente a 5ª série do ensino fundamental no Brasil) Henri Michel. Nos anos de 1930, quando foi seu aluno, o olhar sobre a Idade Média, ainda conduzia os alunos a pensá-la apenas como um momento de trevas. E professores como Henri Michel o auxiliaram a escapar daquelas imagens (formadas a partir do Renascimento, consolidadas no Iluminismo, e que no século XX ainda estavam em vigor). Em suas palavras:

Na época em que eu lia Walter Scott e me enriquecia com os cursos de Henri Michel, via a Idade Média, apesar de seus ecos contemporâneos, como um mundo longínquo, diferente do nosso. Nela conviviam práticas bárbaras e figuras sublimes, impressionantes. Essa Idade Média já não vivia entre nós: tinha desaparecido. Era um sonho que se esfumava (*Idem*, p. 25).

Com base apenas em suas lembranças, Le Goff fala de como via a década de 1930 e 1940, como um momento de drásticas mudanças para o mundo, e também de alterações significativas sobre a maneira de se conceber e interpretar a Civilização do Ocidente Medieval.

Sentia muito claramente nossa entrada numa outra era. Adivinhava que essas mudanças materiais, cotidianas, eram um dos componentes fundamentais da História. Que a História ainda uma vez, não se limitava às batalhas, aos reis, aos governos [na Segunda Guerra Mundial]. Uma certa maneira de ser e de pensar tornava-se ultrapassada. Mais tarde, chamaria esse momento de mudança de mentalidade – mudança que acompanharia as trocas materiais (*Idem*, p. 27).

254

Foi tomando consciência do período em que estava vivendo que o autor, ainda de forma rudimentar (como depois dirá), foi percebendo a importância e a função do historiador 'ao viver e ao fazer viver' (uma outra época), como depois fez ao estudar a Idade Média. A descoberta da necessidade das fontes para a produção do discurso do historiador foi outro passo fundamental, por que se pode "dizer que toda a história se situa na produção de documentos e na decifração dos documentos a que denominamos fontes" (*Idem*, p. 37). E, evidentemente, não somente os documentos escritos, mas todo e qualquer indício que identifique o agir de homens e mulheres do passado.

Para os historiadores 'positivistas' do século XIX e do início do século XX, era suficiente reunir documentos, fazer-lhes a crítica do ponto de vista da autenticidade (provar que não eram falsos – a história dos falsos é uma bela página da historiografia) e a obra histórica estava pronta. Aprendi com meus mestres dos *Annales* que é o historiador que cria o documento, que confere a traços, a vestígios, como diria Carlo Ginzburg, o *status* de fonte. O questionamento do historiador – as questões que levanta para si e que levanta em relação ao documento (uma parte essencial de seu ofício) – constitui a base da historiografia, da História (*Idem*, 38).

No início da década de 1950, o autor se viu diante da questão da delimitação espacial e temporal de seu objeto, pois, todo “medievalista [diz] vê-se diante da questão de *seu* período”, mas tendo em vista que “os diferentes domínios da atividade humana não se periodizam da mesma maneira”. E para ele não foi diferente, ao ter que questionar a divisão ainda preponderante que era a estabelecida entre os séculos V (476) e XV (1453 em alguns casos, 1492 em outros). Desse modo, não foi por acaso que ele passou a rever a idéia de início e de final do período, que passaria a ser seu objeto de pesquisa. Tal como outros autores o fariam, ele verificou a viabilidade de se pensar uma ‘Antiguidade Tardia’ (entre os séculos V e VIII), para o até então consagrado início do Período Medieval.

A Idade Média ocidental não é programada. Nasce de uma aculturação na qual se confundem pouco a pouco os usos e costumes greco-romanos com os dos ‘bárbaros’. Nasce também da confrontação com o Islam. Na origem, de fato, nada predispunha o Império do Ocidente – que englobava a África do Norte – a se tornar ‘europeu’. Da conquista muçulmana na Espanha (século VIII) até a hegemonia otomana nos Bálcãs (século XIV), o Ocidente não se concebe em si mesmo como entidade geopolítica. Estrutura-se apenas por sua existência diante de um mundo que se mostra hostil (*Idem*, p. 80-1).

255

No caso do final do período houve um questionamento semelhante, na medida em que se procurou pensá-lo não no século XV, mas sim no XVIII. Para ele o Renascimento Italiano foi um dos vários renascimentos vividos pela civilização do Ocidente Medieval, sendo, portanto, mais um Renascimento Medieval.

[...] as mudanças não se dão jamais de golpe, simultaneamente em todos os setores e em todos os lugares. Eis porque falei de uma *longa Idade Média*, uma Idade Média que – em certos aspectos de nossa civilização – perdura ainda e, às vezes, desabrocha bem depois das datas oficiais. O mesmo se pode dizer em relação à economia, não se pode falar de mercado antes do século XVIII. A economia rural só consegue fazer desaparecer a fome no século XIX (salvo na Rússia). O vocabulário da política e da economia só muda definitivamente – sinal de mudança das instituições, dos modos de produção e das mentalidades que correspondem a essas alterações – com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (*Idem*, p. 66).

A Idade Média foi, portanto, um continente que o autor começou a descobrir em suas pesquisas, entre as décadas de 1950 e 1960. Neste aspecto, Le Goff revela por que nesse ínterim acabou não levando a cabo seu doutoramento, e ao mesmo tempo como começava a receber de editores, encomendas de obras sobre o período.

Nosso mundo era tradicionalmente regido pelos assuntos de tese e pelas grandes questões de curso, destinadas ao programa de agregação. Surgiram, com os editores, expectativas imprevistas. Faziam-nos um pedido, com o qual já quebravam a ordem convencional, obrigando-nos a um tratamento diferente dos problemas. É um momento importante da história cultural. Os diretores de coleções, os novos tipos de obra, as abordagens diferentes

suscitavam de nossa parte um texto diferente, e portanto necessariamente a abertura de campos até então inexplorados (*Idem*, p. 90).

E foi justamente essa abertura, e a descoberta de novos campos, que o fez estudar o 'mercador-banqueiro' (categoria social nova que foi surgindo no século XII), a idéia e a organização das universidades na Europa (e a multiplicação de profissões, em função da ampliação da divisão do trabalho nos séculos XII e XIII), com a inovação do trabalho do 'intelectual', até chegar aos anos de 1980 e 90, a estudar indivíduos como São Luis e São Francisco de Assis. Nessas pesquisas iniciais observou que a "novidade da Idade Média seria antes o *comércio*, para o qual o mar tinha grande importância, no Sul (Itália) como no Norte (Alemanha e Báltico)" (*Idem*, p. 117). Por outro lado, prossegue dizendo que:

Os grandes escolásticos dos séculos XIII-XIV só percebem a economia engastada na religião, para retomar uma expressão de Karl Polanyi [em *A grande transformação*]. É preciso esperar pelos jesuítas de Salamanca do fim do século XVI para encontrarmos verdadeiros economistas. Os jesuítas que ensinavam na Universidade de Salamanca, o principal dos quais foi Francisco Suárez (1548-1617), introduziram na tradição escolástica de Tomás de Aquino conceitos e raciocínios propriamente econômicos. Os metais preciosos da América e o uso que deles fazia a *Casa de Contratación* de Sevilha modernizaram uma ciência econômica que já não era medieval. O domínio específico da *economia*, entretanto, só aparecerá no século XVIII, com os fisiocratas e a noção de mercado (*Idem*, p. 116-7).

256

Ao caracterizar, em suas pesquisas, os aspectos do renascimento dos séculos XII e XIII e as mudanças na forma de atuação do cristianismo, indica que: "Até o século XII, Deus permanece em primeiro lugar como Pai. Depois disso, a figura do Filho o supera [...]. Os valores tornam-se carne. Através dos mercadores-banqueiros e dos intelectuais, creio ter situado o quadro essencial de minha reflexão sobre a Idade Média. O aparecimento dessas duas novas categorias sociais 'marca' a civilização medieval" (*Idem*, p. 119). Mas se de um lado sua obra é marcada por estudos monográficos, de outro, não deixou de lado a preocupação com a docência, elaborando também manuais didáticos para serem usados nas universidades. Foi assim que, na década de 1960, Raymond Bloch lhe fez a sugestão de participar de uma coleção sobre as grandes civilizações. Daí teve origem seu livro *A Civilização do Ocidente Medieval* publicado em 1964.

Parecia-me também, mergulhado nos manuais de confissão, percorrendo os numerosos sermões dos pregadores, que a Idade Média tinha modelado noções de polidez, de códigos morais, até de *urbanidade* extremamente novas, na medida em que essa expansão das cidades, dominada, não tinha precedente. Constituiu-se uma civilidade urbana, paralela à cortesia do mundo dos nobres. Só a palavra *civilização* integrava harmoniosamente os valores de cima e os valores de baixo (*Idem*, 125).

A noção de 'criação' foi o outro termo fundamental para pensar àquelas mudanças. O desenvolvimento da sociedade medieval, por outro lado, foi ainda marcada pelo calendário (a partir do século VII), com base nos sinos das igrejas, e pelas leituras individuais, que a partir do século XIII conheceu a difusão dos Livros de Horas: "Trata[va]-se de manuais em que a devoção é repartida segundo as horas de cada dia. Exclusivos, claro, dos que sabem ler, destinavam-se portanto a leigos poderosos e principalmente a suas mulheres. Testemunha[va]m também um certo crescimento na importância dos leigos e das mulheres na sociedade cristã, crescimento enquadrado pelo calendário. Sabe-se, de resto, que esses Livros de Horas, muitas vezes ricamente ilustrados, forneceram algumas das mais belas obras-primas das miniaturas da Idade Média" (*Idem*, p. 138-9). Na sua discussão, evidentemente, Le Goff não deixa de tocar em assuntos como o purgatório, a morte, o direito, o monoteísmo do cristianismo, temas para os quais também destinou importantes livros e artigos.

A questão do humanismo, do ateísmo e dos hereges na Idade Média também lhe envolveu a atenção. Isso porque essa caracterização do indivíduo tocava em outro ponto fundamental para o período, que foi a criação e a identificação do 'bem' e do 'mal' e, por extensão, de Deus e do Diabo, de anjos e de demônios, de céu e de inferno, tensões para as quais, como foi dito acima, foram à base da civilização do Ocidente Medieval. Assim, ao avaliar e articular todas as suas obras, dando coerência a sua trajetória, Jacques Le Goff não poderia se eximir de chegar a conclusão de que a "Idade Média aqui apresentada é a *minha* Idade Média" (*Idem*, p. 212).

257

Mas considero sempre possível pensar a história do Ocidente (ou da Europa) a partir da era cristã na duração mais longa (a 'longa Idade Média'), sem cair nos clichês e nas fantasias de uma história feita de saltos, de estagnações e de declínios, ou ainda menos nos de uma história em migalhas. De modo que vejo a Idade Média se desfazer em uma multiplicidade de heranças (*Idem*, 213).

A leitura dessa obra, nesse sentido, permite que se compreenda como um historiador, Jacques Le Goff, fez suas escolhas, suas pesquisas e seus questionamentos sobre toda uma época, a da Idade Média, a Idade Média do autor. Evidentemente, pode-se questionar aqui que o autor procurou elaborar o relato, ou mais precisamente, o testemunho que desejava que ficasse para a posteridade; e, nesse caso, disputas pelo poder ficaram minimizadas, ou excluídas da discussão, críticas aos seus livros fossem deixadas de lado, e a própria elaboração da obra ocupasse um itinerário quase que linear na sua trajetória (mas que autor não faria isso?). Pode-se ainda observar que o livro é mais a organização das memórias do autor, do que uma investigação histórica, na qual o uso das fontes é um ponto essencial. Alguns poderiam justificar que a escolha do autor se deve ao fato de que este estilo narrativo tem sido muito praticado, a exemplo dos textos de Pierre Bourdieu (1930-2002) *Esboço de autoanálise* (de 2004) e de Edward W. Said (1935-2003) *Fora do lugar: memórias*

(de 1999) – e, aqui, vale destacar a exceção a essa regra, que foi a autobiografia de Eric Hobsbawm *Tempos interessantes*, publicada em 2002, na qual o uso de fontes sobrepôs o relato das memórias do autor. Por outro lado, se levarmos em conta o quanto Jacques Le Goff foi crítico quanto às questões: de um 'progresso técnico e material contínuo', de um 'sentido' e de uma 'linearidade' na História e na pesquisa histórica, de sua preocupação com as relações tensas e difíceis entre História e Memória, às suas críticas as fontes e sobre as 'Filosofias da História', cabe aqui a indagação: este não teria sido traído por seu discurso, nesta sua brilhante aula (a partir de suas memórias), sobre a sua trajetória intelectual?

Textos e
documentos
historiográficos

historiographical texts
and documents

Cayru e o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil Independente

Cayru and the first sketch of a History of Independent Brazil

Bruno Diniz

Mestrando

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

brunodiniz18@yahoo.com.br

Rua do Neto, 280 - Passagem de Mariana

Mariana - MG

35420-000

Palavras-chave

História da historiografia; Conhecimento histórico; José da Silva Lisboa.

Keyword

History of historiography; Historical knowledge; José da Silva Lisboa.

260

Enviado em: 16/12/2008

Aprovado em: 11/02/2009

A História da Historiografia oitocentista brasileira é um campo que tem se destacado nas últimas décadas com excelentes pesquisas sobre a produção historiográfica do IHGB (GUIMARÃES 1988; GUIMARÃES 1995; SCHWARCZ 1993; MOLLO 2007; CEZAR 2007). Indicando uma nova tendência, nos últimos anos, alguns historiadores têm tomado a produção intelectual luso-brasileira de finais do século XVIII e das primeiras décadas do oitocentos como objeto de estudo, cobrindo parte das lacunas sobre a evolução da historiografia brasileira anterior à fundação do Instituto Histórico (PIMENTA 2002; KANTOR 2004; ARAUJO 2008). Porém, ainda há muito o que pesquisar sobre a historiografia produzida no e acerca do Brasil no período que se inicia com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

Partindo dessa constatação, acreditamos que é de grande valia a transcrição da “Introdução da História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil”, de autoria de José da Silva Lisboa, publicada pela Imprensa Régia no ano de 1825. A importância dessa fonte evidencia-se não apenas pelo fato de ser o primeiro esboço de uma História Geral do Brasil escrita por um brasileiro, mas também por representar um momento de inflexão na escrita da história, que caminha para uma maior autonomia e cientifização. Sua importância já havia sido apontada por Hélio Vianna, que publicou o primeiro esboço desse texto, encontrado nos arquivos do Arquivo Imperial de Petrópolis. A possibilidade de comparação entre as duas versões, em muitos pontos distintas, se tornará mais fácil com essas transcrições que ora apresentamos (VIANNA 1963, pp. 35-6).

261

Outro fator que confere destaque a “Introdução” é o fato de ter sido elaborada por um membro do grupo político próximo a Dom Pedro I e, antes dele, a Dom João VI. José da Silva Lisboa (1756-1835), natural da cidade da Bahia, fez seus estudos de direito em Coimbra. Em 1797 recebeu da Coroa o Cargo de Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia. Em 1808 acompanhou o príncipe regente ao Rio de Janeiro, onde atuou na administração do governo, ocupando cargos importantes na carreira da magistratura como Desembargador efetivo do Paço e deputado da Mesa da Consciência e Ordens, além de ter participado da Junta Diretora da Imprensa Régia na época de sua criação. Mais tarde, com a liberdade de imprensa, Silva Lisboa atuou de modo mais intenso na vida política, iniciando a atividade de jornalista e panfletário¹. Depois da Independência participou da vida política como senador do Império, entre 1826 e 1835. Em 1824 recebeu o título de barão e, em 1826, o de Visconde de Cayru.

Além de sua atuação política e administrativa na Corte, Silva Lisboa é reconhecido pela historiografia por sua vasta obra literária que abrange campos como a história, jurisprudência, moral, economia política e o direito mercantil.

¹ Sobre a atuação panfletária de Cairu ver: KIRSCHNER, Tereza Cristina. Burke, Cairu e o Império do Brasil; LUSTOSA, Isabel. Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do Trono e do Altar; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: A cultura política da independência (1820 – 1822).**

(LISBOA 1808-1809; LISBOA 1812; LISBOA 1815; LISBOA 1822; LISBOA 1825)

Suas principais obras de cunho historiográfico são: *Memória da Vida Pública do Lord Wellington* (1815), *Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo de El-Rey nosso Senhor D. João VI* (1818) e *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil dedicada ao Senhor D. Pedro I.* (1825-1830). Cada uma delas representa momentos distintos do processo de formação do Estado-Nacional brasileiro e do discurso historiográfico de Silva Lisboa.

Na *Memória da Vida Pública do Lord Wellington*, obra destinada à exaltação do Comandante das tropas luso-britânicas nas batalhas contra os exércitos de Napoleão, Silva Lisboa promove uma crítica circunstancial à expansão Napoleônica e sua política "tirânica". Destarte, em toda a obra, Napoleão é caracterizado como uma "Besta" ou como o próprio "Anti-Cristo" que desestabilizou toda a sociedade civil européia. As críticas ao Império Napoleônico são complementadas com uma exaltação à Monarquia aristocrática, sendo tomada como a melhor forma de governo disponível para a sociedade de então.

Em *Memória dos Principais Benefícios Políticos*, Silva Lisboa emprega um discurso diretamente influenciado pelo reformismo português, enaltecendo a figura de D. João VI como um monarca liberal, vitorioso na empresa de restauração da Monarquia, exaltando ainda a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Silva Lisboa caracteriza como objetos de sua narrativa apenas aqueles feitos perenemente úteis ao Estado, considerados pelo autor como os "sazonados frutos da Sabedoria Política, que concilia o Interesse Nacional com o Bem do Governo Humano" (LISBOA 1818, p. 7). O objetivo da obra é expor as principais realizações do governo de D. João VI, desde o início de sua regência em 1792, até sua Coroação em 1818, destacando, sobretudo, a reabilitação da Casa de Bragança. Sempre que possível, Silva Lisboa procura aplicar a sua visão monarquista e reformista, princípios de autores como Edmund Burke, William Robertson, Edward Gibbon e Adam Smith.

Essas *Memórias* representam um momento de tensão na produção historiográfica de Silva Lisboa. Aqui a noção de história ainda mantém fortes relações com os padrões de uma história dinástica, mas também apresenta características de uma macro narrativa ilustrada de inspiração clássica, profundamente complexificada por leituras tacitistas que conferiam novas funções à escrita da história, em que as antigas funções de guardião da memória, atribuídas à história desde o século anterior, passariam a conviver com a busca das leis racionais que deveriam, fundamentalmente, explicar os acontecimentos por meio de narrativas processuais, bem como promover a publicização dos segredos de Estado e a ampliação de uma esfera pública bem informada.²

A *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil* define um novo momento no discurso historiográfico de Cayru. A narrativa de Silva Lisboa sobre os *Principais Sucessos* é influenciada pelos acontecimentos daquele período

² Sobre a laicização das narrativas ver: ARAUJO, Valdeci Lopes de & PIMENTA, João Paulo. *História, passim*.

e pelos debates políticos ocorridos em Portugal e Brasil, ou seja, o autor escreve uma história com a pretensão de legitimar o projeto de “Regeneração do Brasil” empreendida por Dom Pedro I. Na introdução dessa obra, Cayru se diz motivado a realizar tal empreendimento não apenas por ser uma vontade do Imperador, mas também pelo fato dele mesmo ter contribuído com seus escritos para sustentar o espírito público dos compatriotas durante o conflito político que levou à Independência. Assim, aquela história pretendia justificar o discurso político empregado por Silva Lisboa e membros da elite coimbrã próximos ao Monarca, opondo-se ao discurso empreendido por aqueles que Cayru denominava “arquitetos de ruínas”, reunidos nas Cortes em Lisboa. Talvez por isso a *História dos Principais Sucessos* seja profundamente marcada pela crítica às supostas arbitrariedades das Cortes portuguesas.

A principal transformação no discurso de Cayru, em relação às obras anteriores, consiste no projeto de elaboração de uma História Geral do Império, desde a época dos Grandes Descobrimentos portugueses até o momento de sua elaboração. Essa História Geral foi projetada em 10 partes: I. Achada do Brasil; II. Divisão do Brasil; III. Conquista do Brasil; IV. Restauração do Brasil; V. Invasões do Brasil; VI. Minas do Brasil; VII. Vice-Reinado do Brasil; VIII. Corte do Brasil; IX. Estados do Brasil; X. Constituição do Brasil.³ No ano de 1825 foi publicada a Introdução da obra, em 1826 foi publicado o primeiro volume referente à Primeira Parte;⁴ nos anos seguintes foram publicados mais três volumes referentes à Décima Parte, ficando as partes restantes apenas no projeto.

263

Outra característica que distingue esta obra, em relação às anteriores, é uma maior preocupação com a veracidade dos fatos narrados, isto é, a História dos Principais Sucessos representa um momento de crescente “cientifização” da escrita da história, caracterizada pela constante lembrança da necessária comprovação documental e principalmente por encarar a história como processo, o que representa um momento de inflexão na escrita da história no Brasil. Esta obra ainda tem características de uma história exemplar, mas apresenta também, elementos do conceito moderno de história, perceptíveis na intenção de escrever uma história filosófica na qual a comprovação documental e a revisão crítica da historiografia disponível ganham maior relevância como forma de legitimar a narrativa.

É na *Introdução*, transcrita a seguir, que podemos visualizar mais claramente as novas exigências dessa historiografia. Nela Cayru empreende um balanço sobre as principais obras de autores que tiveram o Brasil como objeto de estudo. Segundo Silva Lisboa, essas foram as fontes das quais ele se valeu, além de documentos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, dos Diários das Cortes de Lisboa e da Assembléia do Rio de Janeiro.

³ O plano de divisão da “História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil” pode ser encontrado na página 2 da Satisfação ao Público do 4º volume, em que Cayru justifica os atrasos na publicação dos volumes 3 e 4 e os motivos pelos quais não deu continuidade à obra.

⁴ A *Introdução* transcrita a seguir foi reimpressa no volume I da “História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil”.

Na *Introdução*, Cayru valoriza a preocupação com a veracidade dos fatos narrados e a inquietude quanto à elaboração de uma narrativa de eventos contemporâneos, já que naquele momento o relato historiográfico de eventos recentes era considerado parcial e composto por ódios e rivalidades ainda vigentes:

*A Verdade é a Estrela Polar da História, e a circunstância que principalmente a distingue da ficção. Integridade, candura, e moderação, são as partes do Historiador. Informação e fidelidade são indispensáveis para o complemento do seu dever. Mas, se ele não foi Ator nas Cenas que relata, o seu conhecimento, em muitos casos, é circunscrito, e raras vezes pode ser perfeito. Razões de Estado, ou interesses da Nação, fazem inacessível autêntica inteligência de Arquivo de Gabinete; a dignidade e delicadeza de melindrosas transações reclamam resguardo, e silêncio do historiador, que não esteja no predicamento de César, Carlos V, Frederico II, que escreveram Comentários dos Próprios feitos. Espero que isto me seja boa escusa na *Economia da Verdade* sobre Sucessos, de cujas circunstâncias não há uniformidade no Juízo do Público. (LISBOA 1825, p. 30)*

A passagem demonstra os recursos empregados por Cayru para contornar as críticas de que poderia ser alvo ao relatar eventos em que esteve envolvido. Primeiramente evocando a “Estrela Polar” da história – aproveitando-se das críticas feitas a Southey, que escreveu a História do Brasil sem vir ao Brasil – Cayru diz que se o historiador não presenciou os fatos narrados, seu relato não pode ser perfeito. E finalmente, invertendo um princípio de Tácito, diz que “Razões de Estado” impedem a revelação de segredos da vida política, deixando claro as novas funções políticas que a escrita da história havia assumido nas primeiras décadas do oitocentos e que foram eloqüentemente empregadas por Silva Lisboa, na maneira como se dispõe a ordenar suas apreciações e juízos, imprimindo grande valor político à narrativa.

Acreditamos que a transcrição deste importante documento é valiosa para os interessados na história da historiografia brasileira oitocentista pelo fato da *História dos Principais Sucessos do Império do Brasil* ser a primeira tentativa e projeto de uma História Geral do Brasil feita por um brasileiro. Além disso, a *Introdução* é uma bem elaborada discussão das principais obras relativas à história do Brasil e suas Províncias publicadas até 1825 – talvez o primeiro balanço crítico historiográfico dessa envergadura escrito sobre nossa historiografia. É justamente esta *Introdução* que será apresentada a seguir, ela também nos permite identificar algumas das principais matrizes historiográficas que norteavam a escrita da história à época da Independência.

Nesta transcrição, tentei ser o mais fiel possível à obra, atualizando-se apenas a ortografia, sendo mantida a pontuação original, bem como as letras maiúsculas usadas com grande liberdade pelo autor. As notas de rodapé também foram mantidas, porém, aqui elas estão numeradas seqüencialmente, em contraste

com a versão impressa que emprega símbolos distintos para identificá-las. Quanto aos nomes próprios, corriji os óbvios erros de grafia do original. As citações, demarcadas por aspas repetidas a cada começo de linha no original, foram aqui recuadas para facilitar sua identificação pelo leitor.

Referências Bibliográficas:

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Experiência do Tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de & PIMENTA, João Paulo. História. **Ler História**. (Lisboa), v. 55, p. 83-96, 2008.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. **História Unisinos**, v. 11, p. 306-312, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro, **RIHGB**, 156(388) 459-613, jul.set., 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos** 1(1) 1988 , 5-27.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Burke, Cairu e o Império do Brasil. István JANCSÓ.(org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2003.

LUSTOSA, Isabel. "Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do Trono e do Altar". In Lúcia M. B. P. NEVES, & Marco MOREL & Tânia M. B. da C. FERREIRA. (Org.) **História e Imprensa**, DP&A/Faperj, 2006.

MOLLO, Helena Miranda. "História Geral do Brasil: entre o tempo e o espaço". In COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **De um Império a outro**: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2007, pp. 99-118.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro, REVAN/FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos Impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo, Hucitec, 2002.

LISBOA, José da Silva. Observações sobre o comércio franco no Brasil (1808-1809). In: ROCHA, Antonio Penalves (Org.) **Visconde de Cairu**. São Paulo: Ed. 34, 2001, p.61-209.

_____. **Extratos das obras políticas e econômicas de Edmund Burke**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812.

_____. **Memória da vida pública do Lord Wellington**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815.

_____. **Memória dos benefícios políticos do governo de el-rey nosso senhor d. João VI.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

_____. **Causa do Brasil no juízo dos governos e estadistas da Europa.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.

_____. **Roteiro brazílico ou coleção de princípios e documentos de direito político.** Rio de Janeiro, 1822

_____. **Constituição Moral e deveres do cidadão. Com exposição da moral pública conforme o espírito da Constituição do Império (1825).** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825.

_____. **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil.** 4 vol. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1826-1830

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Os Institutos Históricos e Geográficos 'Guardiões da História Oficial'". In _____. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIANNA, Hélio. A primeira versão da Introdução à História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil, do Visconde de Cairu. **Revista de História,** janeiro-março, vol. XXVI, no. 53, ano XIV, 1963.

Introdução à *História dos principais sucessos do Império do Brasil* José da Silva Lisboa⁵

Primo statim beatissimi Imperii ortu res olim dissociabiles miscuit, Principatum ac Libertatem... Nunc redit animus: non pigebit rudi et incondita voce memoriam praesentium temporum composuisse.

Tacitus⁶

Rio de Janeiro. Na tipografia Nacional. 1825⁷

267

No Diário Fluminense de 12 de Janeiro do corrente ano de 1825 se publicou a Ordem do Senhor D. PEDRO I, nosso Augusto Imperador Constitucional, de sete do mesmo mês, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em que, de *Motu Próprio*, Houve por bem Mandar encarregar-me a – História dos *Sucessos do Brasil, dignos de memória* –, particularmente desde o dia 26 de Fevereiro de 1821; Determinando, que se me remetessem Documentos autênticos dos Governos das Províncias, para servirem de *Seguros Guias*.

Por obediência submeti-me a esta Comissão, não obstante o reconhecimento da minha insuficiência, e desproporção ao desempenho do Cargo, já estando, por assim dizer, nos confins da vida depois de laboriosa carreira da Literatura; e também por considerar, que, sobre a argüição de falsa modéstia, incorreria na censura de ingratidão, não fazendo no resto dos dias esforço por corresponder, de algum modo, à Honra da Imperial Confiança; e tendo aliás contribuindo com o meu contingente,⁸ bem que tênue, de polêmica literária⁹ para sustentar o Espírito Público dos Compatriotas no Conflito Político, ora felizmente terminado pelo tratado de Reconhecimento do Império do Brasil, de 29 de Agosto do presente ano.

Tendo, logo que recebi a Ordem Imperial, começado a penosa Tarefa, experimentei os obstáculos de tão árduo trabalho. Ingenuamente confesso, que por vezes caiu-me a pena da mão, antevendo perigos no desfecho do Drama, que a Providência estava fazendo passar aos olhos assombrados dos Governos e Povos do Antigo e Novo Mundo.

⁵ LISBOA, José da Silva. **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1826.

⁶ **Nota da transcrição:** Tradução livre da citação - Em seu começo o afortunado império mistura coisas outrora incompatíveis, Principado e Liberdade... Agora o ânimo retorna: não aflige a voz rude e bruta compor a memória dos tempos presentes.

⁷ **Nota da transcrição:** Essas informações acima aparecem na folha de rosto que antecede o texto.

⁸ Reclamações do Brasil – Causa do Brasil – Império do Equador – Roteiro Brasílico – Atalaia – Desforço Patriótico – Apelo à Honra Brasileira – Independência do Império do Brasil – etc.

⁹ Guerra de pena contra Demagogos de Portugal e do Brasil.

Desassombrado porém de pânicos terrores pelo *Faustíssimo Sucesso* do Ajuste concluído entre Sua Majestade Imperial e Sua Majestade Fidelíssima, pela Mediação de Sua Majestade Britânica, não menos Amigo de Portugal que do Brasil, conciliadas as dissensões do Estado Pai e Filho, e restaurada, com Honra Recíproca, a Concórdia das Nações Portuguesa e Brasileira; podendo agora dizer que recobrei animo para continuação da empresa; submeto à Indulgência do Público esta *Introdução*, na esperança de ser ajudado com socorros das luzes gerais, e oficiais, para decente Exposição dos Fatos mais notáveis, e que tenham o caráter de Certeza Histórica.¹⁰

A Importância de uma História Geral de qualquer Estado Independente, é reconhecida em todo o País Culto; e não menos é reconhecida a dificuldade desta espécie de Composição Literária, que demanda grande vigor de espírito e corpo, longos anos de trabalho, e muitos subsídios de Monumentos Públicos. Por isso tem sido raros os *Herodotos*, e *Livios*.

Em Portugal, que abunda de Crônicas de seus Escritores sobre a Origem e Elevação da Monarquia Lusitana no antigo e no Novo Mundo, e onde o seu Governo, desde alta antiguidade, criara o Emprego de Cronista Mor do Reino, nunca se empreendeu um inteiro Corpo de História da Nação, ainda no Século, que ali foi mais famoso pela cultura das Letras.

D. João III encarregou a *João de Barros* o escrever a História dos Descobrimentos Marítimos de Portugal: mas este intitulado *Pai da História Portuguesa* foi mui diminuto sobre os do Brasil, não obstante ter sido Donatário da Capitania do Maranhão. *Couto*, seu continuador, *Góis*, *Osório*, e outros Cronistas Nacionais, deixaram a esse respeito a posteridade em escuridão, podendo alias consultar os documentos autênticos da Torre do Tombo, que sempre foi, e ainda é, o Arquivo Oficial do País.

Mas sucedeu assim, não só pela pouca importância, que então se deu ao *Achado do Brasil*, mas também pelo Sistema de arcano, com que o governo resguardava os Negócios e Interesses do Ultramar; chegando ao excesso que refere o dito Barros na Década IV. Liv. VI. Cap. XIV., de mandar o referido Monarca queimar a *Fusta* (Embarcação de vinte dois palmos), com que o insigne Cosmografo e Piloto Diogo Botelho, natural da Índia, se havia transpassado de Goa a Lisboa, para trazer a El-Rei a nova de lhe ter o Sultão *Badur* dado a Fortaleza de Dio; e isso para o fim de que *na Europa se não soubesse, que se podia em tão pequeno Vaso navegar d'Ásia a Portugal*.

Este Sistema continuou com o andar dos tempos, não obstante o progresso das Colônias Ultramarinas. Por isso não é de admirar, que no Brasil fossem raros, e inexatos, os Escritores que deram notícias sobre os principais Sucessos deste Estado.¹¹

¹⁰ Esperancei-me também no adjutório de meu Irmão Baltazar da Silva Lisboa (Conselheiro aposentado do Conselho da Fazenda), que há mais de trinta anos se tem esmerado em compor os *Anais do Rio de Janeiro*, e da *Comarca de Ilhéus*, onde foi Magistrado, tendo por isso a oportunidade de fazer exames, e coligir Documentos de Cartórios Judiciais.

¹¹ *Francisco de Brito Freire* – Relação da Viagem ao Brasil – História da Guerra do Brasil –. *Bartolomeu Guerreiro* – Recuperação da Bahia – *Simão Estação* – Relação das Cousas do Maranhão – *Simão de Vasconcelos* – Notícias do Brasil.

As invasões dos Castelhanos, Holandeses, e Franceses, também contribuíram para a escassez de Monumentos.

Felizmente, por causa daquelas invasões, e pela importância dessa Região de tanta Grandeza Física, a República das Letras adquiriu considerável fundo sobre as particularidades do mesmo País nas obras escritas por Estrangeiros nas Línguas Espanhola, Italiana, Latina, Francesa, e Inglesa. Todavia permaneceram dúvidas em objetos substanciais pela contradição de tais Escritores.

No princípio do século décimo oitavo se imprimiu em Lisboa a obra, que tem o título de – *Riqueza do Brasil* – que é interessante pela *notícia do grande descobrimento das Minas de Ouro e Diamantes*, e pelos efeitos, que dele resultaram em detrimento da Agricultura das Capitanias de Beira-mar.

Depois do Tratado de Utrecht de 1713, em que, por Acordo das Potências que tinham Possessões Ultramarinas, se estabeleceu o Sistema Colonial, foram insuperáveis os obstáculos da exploração do Brasil pelos Sábios da Europa: pois que eram inibidos os Estrangeiros de examinarem este País; apenas as Leis permitindo tocarem suas Embarcações nos Portos por arribada forçosa, para concertos de avarias, e provisões necessárias a continuar a sua viagem. Por isso era impossível demorar-se qualquer pessoa, que tivesse espírito de indagação, o tempo conveniente a exercer com proveito a sua curiosidade.

D. João V, reconhecendo a gravidade desta falta, aspirou à Glória de ser o Fundador da Academia de História Portuguesa; verossimilmente considerando, que só o concurso de Sábios da Nação seria o Expediente adequado à seleta, e completa Coleção dos Anais do Estado. É notável, que fosse um dos preeminentes Sócios desta Academia, o famoso Brasileiro *Alexandre de Gusmão*, natural da Cidade de Santos, que, pelo seu saber e caráter, mereceu muita honra e amizade daquele Soberano. Na Fala que fez na dita Academia assim se explicou:

Para de todos os modos engrandecer a Nação Portuguesa, procura Sua Majestade ressuscitar as Memórias da Pátria da indigna escuridade, em que jaziam até agora: é a lição da História um fecundo seminário de Heróis.

Causa espanto o ver-se, que tantos Literatos, que entraram nesta Academia, mais se desvelassem em panegíricos uns dos outros, e em estilo tão circumlocutório e hiperbólico, do que nos objetos do seu Instituto.

Em 1735 deu a luz em Paris uma História geral de Portugal *Mr. De La Clede*, de que no reinado de El-Rei D. José fez tradução o Professor de Retórica Pedro José da Fonseca. Mas toca levemente nos Sucessos do Brasil desde o seu Descobrimto até o princípio do reinado do dito Soberano, sendo o seu principal objeto o Reino de Portugal, e as suas Conquistas n'Ásia.

No reinado da Senhora D. Maria I apareceu na Língua Inglesa mui abreviada *História de Portugal*, composta por uma *Sociedade de Homens de Letras* em Inglaterra, que só chega ao fim do reinado d'El-Rei D. João V, e que foi traduzida por um natural do Rio de Janeiro *Antônio Moraes e Silva*, Autor do bem conhecido

Dicionário da Língua Portuguesa, o qual adicionou aquela História com um *Suplemento* sobre o último *Tratado de Limites do Brasil*.

Em 1770 o Padre Francês *Raynal* publicou a sua celebrada Obra do – *Estabelecimento dos Europeus nas duas Índias* –, onde também descreve o dos Portugueses no Brasil. Mas é manifesta a sua inexatidão. Assim a *Terra de Santa Cruz* permaneceu reclusa por mais de três séculos aos *Olhos da Ciência*, quase continuando a ser *Terra incógnita*.

Depois das Obras de *Vieira, e Berredo*, o mais considerável escrito do século findo sobre os Sucessos do Brasil é o de Fr. *Gaspar da Madre de Deus*, que lhe deu o título de – *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente* – que se imprimiu em Lisboa em 1794 por ordem da Real Academia das Ciências.

No presente século, depois do estabelecimento da nova Corte no Rio de Janeiro, se imprimiram na Tipografia Nacional eruditas *Memórias* sobre várias Províncias do Brasil. Distinguem-se a do Desembargador do Paço *Antônio Rodrigues Velloso*, e do atual Presidente da Província de S. Pedro do Sul, o Desembargador *José Feliciano Fernandes Pinheiro*, naturais da Província de S. Paulo: eles com discrição mencionaram os mais notáveis sucessos políticos desses Países.

A *Corografia Brasílica*, publicada no Rio de Janeiro em 1817, pelo seu egrégio Autor, natural de Portugal, o Padre *Manoel Aires de Casal*, é digna do maior apreço. Mas o seu objeto foi a Descrição das dezenove Províncias do Brasil, fixando a época do original Estabelecimento de cada uma. Desviei-me do seu método, adotando a Ordem Cronológica dos principais sucessos políticos, e econômicos; conformando-me ao exemplo dos que escreveram seguido Corpo de História de algum País.

As *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, e das Províncias anexas, fazem honra ao espírito patriótico de seu erudito Autor, Monsenhor *José de Souza Pizarro e Araujo*; ele as tem sucessivamente dado à luz em 9 tomos desde 1820.

Ainda que particularize no 1º Vol. os sucessos do Brasil sobre os Estabelecimentos Civis até a invasão do Rio de Janeiro por *Mr. Guay-Trouin* no princípio do Século XVII, e toque incidentalmente em outros sucessos de semelhante natureza; contudo o seu principal objeto foi o fazer a *História Eclesiástica Brasileira*, que desempenhou com grande diligência, autenticando quase tudo de modo satisfatório.

Substanciarei as Providências Gerais do Governo e da Santa Sé, para a estabilidade e extensão da Igreja do Ocidente.

Não devo intrometer-me nas particularidades desta Repartição, porque seria *fazer o feito*.

Este incansável Literato diz no Vol. 1º em nota 8 da pág. 103:

Como não tenho por objeto principal a análise da história para firmar épocas dos exploradores do Mundo Novo, contentando-me em apenas em dar as notícias mais precisas dos descobrimentos do Brasil, *fica por isso reservado esse artigo ao exame de novo Historiador*.

Não me desorientei nessa pesquisa, de efeito impossível quanto às antigas épocas, sobre que tanto se tem controvertido por Escritores nacionais e Estrangeiros. Não sou competente a compor tantas lides. Não podendo entrar em dúvida os fatos capitais da História do Brasil, isto nos basta. Tomei a lição de *Hume*, o qual principia a História da Inglaterra assim refletindo: “A curiosidade de todas as Nações civilizadas em inquirirem as aventuras e proezas de seus antepassados, excita o pesar de ser a História dos séculos remotos tão envolvida em escuridade, incerteza, e contradição. Homens de engenho, quando tem descanso, se empenham em levar as suas indagações além do período, em que se formaram, ou preservaram, Monumentos Literários; sem advertirem, que a História dos sucessos passados é imediatamente perdida, ou desfigurada, quando se confia à memória, ou à tradição vocal, de Nações menos cultas etc”.

Em 1805 se publicou em Londres uma Obra Inglesa com o título de – *Narrativa da Viagem ao Brasil* – de – *Thomas Lindley* –, Capitão de um Navio, que foi confiscado na Bahia, sendo ai prezo por contrabandista de Pau-Brasil.¹² Ainda que do teor da Obra se mostra, que o autor não é homem de Letras, contudo manifesta-se, que era curioso em inquirir sobre Objetos importantes, sendo em parte verdadeiro, ainda que em vários pontos maligno.

O Posto de Historiador do Brasil se acha preocupado pelo Escritor Britânico Robert Southey, que completou a História deste País na Língua Inglesa, em três volumes *in folio*, publicado em Londres em 1812 a I Parte; a II em 1817; e a III em 1820,¹³ findando a exposição até a época da vinda do Senhor D. João VI ao Brasil.

Este escritor previne aos Leitores, que além das conhecidas Obras sobre o Brasil, se valera de raros Escritos impressos, ou inéditos, que seu Pai diligenciara na residência por trinta anos em Portugal; sendo algumas comunicadas pelo Ministro Inglês *Walpole*, que foi muitos anos Enviado da sua Corte, na de Portugal. No prefácio do 2º Volume, havendo antes pedido auxilio à república das Letras, e oferecendo-se a pagar por qualquer preço Livros relativos aos Sucessos do Brasil, entre as pessoas que nomeia das que lhe fizeram Comunicações Literárias, declara em primeiro lugar ao Senhor *Charles Stuart*, que o mimoseou com a Obra – *O Valeroso Lucideno*; e por fim ao *Conde dos Arcos*, sendo Governador da Bahia, que a Livraria Pública desta Cidade lhe enviou, (segundo diz) com *singular liberalidade* a Gramática de *Anchieta* &c.

Desta Obra ainda não apareceu tradução: de certo é digna desse trabalho, se algum Patriota a abreviasse, reduzindo-a a justas proporções.

¹² Convém na atual conjuntura bem advertir-se na declaração, que faz, em ar de ingenuidade, na pág. 209, dizendo, mui senhor de si, haver escapado da prisão (valha a verdade!) por auxílio de *Pedreiros Livres* da Cidade da Bahia, acrescentando, que os Irmãos da Ordem, que lhe deram escapula, “procederam pelos mais puros motivos de humanidade e benevolência (grandes característicos da Sociedade, a que tinha a honra de pertencer) assim formando forte contraste com os outros seus degenerados, e ignorantes Cidadãos.”

– Que Moral! Os mancomunados da Maçonaria, sacrificando, ou pervertendo, a honra do comandante da Fortaleza, subtraem à Justiça um Réu de crime evidente, que violava com devassidão o Estanco Real, que era de Lei do Estado, e com que se sustentava uma das rendas da Coroa! Que exemplar caridade dos que protegem os que desorganizam e desarmam a Força pública, tirando ao Governo os meios de defender o estado, e pagar aos Empregados! *Et crimine ab uno / Disce omnes.*

¹³ **Nota da transcrição:** Na verdade, 1810, 1817 e 1819, respectivamente.

Considero, que ela contém o cabedal mais abundante das notícias dos principais Sucessos políticos do Brasil até a dita Época: eu a tenho por Farol deste meu empreendido Ensaio. Os Habitantes do Brasil devem à sua pena o seguinte louvor, com que os acredita na Sociedade Civil. Peço licença para aqui transcrever as seguintes, não menos lisonjeiras que instrutivas, passagens.

No tomo III Cap. XXXVII pág. 362 diz:

Considerando-se, quão pequena nesga de terra constitui o reino de Portugal, e o quanto esta mesma nesga é pouco povoada; que Portugal, por fanatismo, ciúme, e orgulho, que predomina no seu Caráter Nacional, jamais favoreceu nas respectivas Colônias o estabelecimento da superabundante população, e indústria das outras Nações; talvez achar-se-á, que os Brasileiros tem feito maior, e mais rápido progresso, em proporção aos seus meios, do que nunca fizeram os Colonistas dos outros Estados, que tem Domínios Ultramarinos. Com muita ignorância e falsidade se tem argüido aos habitantes do Brasil de inércia, e falta de espírito. Eles se têm estabelecido ainda além do Rio *Orellana*, e ocasionado muitas contendas com os Espanhóis relativamente aos Limites respectivos; tendo por isso os mais perspicazes desses Vizinhos seus receios sobre a segurança do Peru. Eles abriram Caminho até o rio Negro; e, daí atravessando por um encadeamento de Rios e Lagos, tem feito certo o *fato* da comunicação entre os Rios *Orellana* e *Orinoco*, penetrando com suas Canoas até as *Missões Castelhanas*. Cessando já toda a dúvida a esse respeito pelo testemunho de *Humboldt*, de cuja autoridade não há apelação.

Não obstante as injuriosas restrições, e complicadas desvantagens, com que a Literatura estava paralisada, o Brasil, em proporção ao tempo de sua descoberta, e pouca população, tem produzido mais homens de Letras que a Grã-Bretanha.

Raros eram os Empregados Públicos Brasileiros, que tivessem recebido a melhor educação, que a Mãe-Pátria lhes podia dar. É maravilhoso, que muitos deles ostentaram na vida pública ardor de instrução, só por amor da sabedoria. Eles bem conheciam, que os escritos que fizessem, não seriam publicados durante as suas vidas, e provavelmente pereceriam sem jamais virem à luz. Impossível lhes era esperar lucro de seus trabalhos literários; não podiam, nem por sonho, esperar fama presente, e mal lhes ocorreria ao espírito a expectativa de honra póstuma. Contudo está História do Brasil, foi, em grande parte, feita de documentos coligidos, e preservados por casualidade, de Escritores Brasileiros.

*Quando a História do Brasil for continuada pelos que depois de mim vierem, note-se o mau fim do Padre João Ribeiro (aliás bom naturalista) que se matou pelas próprias mãos, vendo abatida a Revolução de Pernambuco de 1817, de que foi o primeiro motor.*¹⁴

Já se foi a idade dos *Poderosos*. As Pessoas, que tem adquirido poder em consequência de suas grandes propriedades, achando-se em situações do Brasil favoráveis às exportações de seus produtos, e estando assim mais ao olho e alcance do Governo, e por tanto influídos pelo espírito dos tempos; em lugar de serem perturbadores da Ordem Pública, e obstarem ao progresso da Indústria, e opulência do País, serão antes os maiores promotores da sua civilização.

Conclui Southey a sua História com a seguinte *Parênética*.

¹⁴ O infausto sucessos de 1824, que reproduziram em o Norte do Brasil as nefandas cenas das infatuações [sic] de Pernambuco, mostram que ficaram as sementes das péssimas Doutrinas do mencionado

Os Brasileiros têm por sua Herança uma das mais belas Porções da Terra. Sublimes e gloriosos Prospectos estão ante os seus olhos, se escaparem da praga da Revolução, que destruiria a felicidade de toda a Geração existente, acarretando a Anarquia e Guerra Civil, as quais rematariam por dividir o País em grande número de pequenos e inimigos Estados: então decorreriam séculos de carnificina e miséria, antes de poderem restaurar-se do estado de barbaridade, em que seriam abismados. Na verdade, será cego o Governo, se não prosseguir em *Generoso Sistema de Política*, pelo qual unicamente se pode prevenir tal praga. Deus na sua misericórdia conceda aos Brasileiros o estabelecer entre si a verdadeira ordem, liberdade, ciência, e piedade, afim de florescerem por todos os séculos.

Além dessas Obras principais, convém, que mencione as seguintes de Viajantes ao Brasil depois que a Corte veio de Portugal.

Em 1812 *João Mawe* publicou em Londres a sua Obra, que dedicou ao Senhor D. João VI. Este viajante com permissão do Governo penetrou até o distrito Diamantino do *Serro do Frio*, e deu à Europa explícito conhecimento da atual grandeza do comércio e Indústria das Províncias centrais.

Em 1817 *Henry Koster*, que examinou as Províncias de Pernambuco, e Ceará, deu também a luz em Londres a sua Obra com o título de – *Viagens no Brasil* –, que dedicou ao acima dito *Robert Southey*. Ele particulariza fatos, que manifestam a Importância agrícola, e Mercantil destas vastas porções do Norte do Brasil.

273

Também no mesmo ano de 1817 se imprimiu na Alemanha no idioma do País a Obra do Príncipe da Prússia *Maximilian Wied-Neuwied* (de que foram subscritores Grandes Príncipes, e Cidades do Império Germânico) que compreende a Viagem que fez do Rio de Janeiro até o Rio doce. – Ele foi mui resumido sobre o progresso da civilização do Brasil; sendo o desígnio principal desse ilustre Viajante a investigação de objetos de História Natural, trazendo para isso em sua companhia dois Naturalistas Alemães, um dos quais *Mr. Selous* é pensionário do Nosso Imperador, e se acha em viagem ao Uruguai para fazer Coleção de produtos destinados ao Museu Imperial desta Corte. É notável a sua reflexão:

A transmigração do Soberano, e de Sua Corte ao Brasil, não podia deixar de ter grande e benéfica influência neste País. O opressivo sistema de misteriosa exclusão foi abolido; a confidência substituiu o lugar da tímida desconfiança; e permitiu-se a Viajantes estrangeiros acesso a este campo de novas descobertas. Até agora a Natureza tem feito mais no Brasil do que o Homem: contudo, desde a vinda de El-Rei muito se tem feito para vantagem do País. O Rio de Janeiro particularmente, onde se vê cena de vida e energia, tem recebido vários melhoramentos; e, entre estes, devo noticiar as muitas Regulações para se promover mais ativo comércio. Aí há tantos artistas de todas as Classes, vindos de todos os Países, que em poucos anos não haverá falta de coisa alguma, que pertença aos cômodos e prazeres da vida.

Eclesiástico *suicida*: estas já foram com um sopro dissipadas pela força terrestre e marítima, que lhes mandou o Fundador do Império.

Em 1824 a Sra. Inglesa *Maria Graham* publicou em Londres a sua Obra, a que deu o título de *Jornal da Viagem ao Brasil* –, onde descreve alguns dos Sucessos principais do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, de 1821 em diante, e de que se declara testemunha de vista. Aí incorporou vários fragmentos de Diplomas relativos à Independência do Império do Brasil, e de *Falas* na Assembléia Constituinte até as Deliberações sobre o voto de Agradecimento ao nosso Primeiro Almirante, Lord Cochrane, na sua viagem de volta do Maranhão, onde com a Imperial Força Marítima contribuiu para por em ordem essa Província, agitada dos partidos contendores. Esta Obra é digna de atenção, pela delicadeza com que toca pontos melindrosos, e pela justiça que faz ao Imperador, e aos Brasileiros, em propugnarem pela sua Dignidade, resistindo às maquinações das Cortes de Lisboa, que (diz) *consideravam o Brasil como um Estabelecimento na Costa d'África*.

Devo fazer justiça ao meu patrício natural da Cidade da Bahia, o coronel do Imperial corpo de Engenheiros, Manuel Ferreira de Araujo (ora Professor Emérito da Academia Militar), por ser o Primeiro, que, depois da vinda da Corte ao Brasil, excitou os Literatos do País para fazerem Investigações e Memórias sobre a História Civil e Natural deste Continente, com o seu Periódico Mensal – *O Patriota* –, em que se vê o nobre esmero em inquirir as Cousas da Pátria, e em coligir Notícias e Peças raras, clandestinas, e importantes ao progresso da Indústria Rural, Mineira, e Mercantil do Estado. Nessa obra se incorporam mui curiosas Memórias sobre as Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso. O Historiador Southey o cita com freqüência.

Em 1754 se imprimiu em Lisboa a coleção de escritos em prosa e verso, com o título de – *Júbilos d'América* –, de uma Sociedade particular de Literatos do Rio de Janeiro, que se apelidou – *Academia de Seletos* –. Mas só contém elogios de seu exemplar Governador *Gomes Freire de Andrade*, que também foi encarregado do Governo de Minas Gerais, e da Demarcação do Brasil no Rio da Prata. O amor e estudo da Literatura, que podiam promover os conhecimentos históricos do Brasil, tiveram sempre até a vinda da Corte em 1808 enorme estorvo por falta de Tipografias no país; pois, em razão do Sistema Colonial, e ciúme de Portugal, o governo mandou abolir uma única Tipografia, que se tinha, antes do meado do século [décimo] oitavo, introduzido no Rio de Janeiro.¹⁵

Tal era a esse respeito o ferrete da ignomia, que o Vice Rei o Marques de Lavradio não pode sustentar uma Academia que instituiu; e outro Vice Rei Luiz de Vasconcelos, animando a investigação de inocentes objetos da História Natural do País, dando patrocínio e auxílio ao Religioso do Convento de S. Antônio do Rio de Janeiro, José Mariano Veloso (prodigioso gênio autodidata) que fez uma

¹⁵ Isto consta da Memória do insigne Filólogo Bibliotecário da Livraria Pública de Lisboa, o Desembargador Antônio Ribeiro dos Santos, inserta na coleção das Memórias da Real Academia das Ciências de Portugal.

Flora da Província,¹⁶ ficou inédita até agora. Felizmente para Glória do governo Imperial, Sua Majestade o Imperador Deu Ordem para se imprimir na Tipografia da Corte.

Em a *Nova Enciclopédia de Edimburgo* se incorporou considerável artigo sobre a História do Brasil, em que a instrutiva, ainda que sucinta, notícia dos principais sucessos deste País até o Tratado de Comércio entre as Coroas Portuguesa e Britânica em 1810. Ali os insignes sábios daquela Atenas da Escócia apregoam ser esta vasta Região dotada pela Natureza com a mais exuberante fertilidade, e ser capaz de todas as produções, com que os melhores climas do Mundo são adornados e enriquecidos. Eles se reportam com especialidade à História de *Southey*, à *Viagem de Lindley*, e ao – *Ensaio Político do comércio de Portugal e suas Colônias, particularmente o Brasil*, impresso em Londres em 1801.

O autor deste Ensaio é o Bispo (que foi) de Pernambuco – *José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, natural da Província do Rio de Janeiro*. Em tributo de respeito a este Escritor Brasileiro, devo mencionar o Grande Serviço que fez ao Brasil em influir com sua autoridade e literatura no Ministério da Marinha para Abolição dos odiosos Monopólios do Sal e das Pescarias das Baleias. Fez porém (sinto dizer) grande desserviço em apregoar a necessidade, e justiça do Tráfico da Escravatura d'África; afetando ser antagonista de Wilbeforce, Pitt, e outros eminentes Estadistas e Filantropos de Inglaterra. Naquilo louvo, nisso desadoro.

275

Em 1815 se publicou em Paris uma *História do Brasil* (em 3 Volumes oitavo) na língua Francesa de Mr. *Alphonse de Beauchamp*, que logo foi traduzida em Lisboa, e no Rio de Janeiro. Não posso deixar de dizer, que, suposto seja de merecimento por mais concisa, contudo não emparelha com a do referido *Robert Southey*.

Em 1823 Mr. *La Beaumelle* deu a luz em Paris, um Compêndio Histórico de Sucessos do Brasil, que tem o título – *Império do Brasil, Considerado nas Relações Políticas e Comerciais* –, de que pouco depois se publicou no Rio de Janeiro a tradução do Padre Luiz Gonçalves dos Santos (Benemérito Compatriota).

Posteriormente o dito Mr. *Beauchamp* deu a luz em 1824 outra Obra com o título de – *Independência do Império do Brasil, apresentada aos Monarcas da Europa* –. Suposto se valesse de algumas idéias daquele seu predecessor; contudo, em obséquio da verdade devo dizer, que aos Brasileiros cumpre confessar o serem com especialidade obrigados ao mesmo Mr. *Beauchamp*, por ser não só Estrênuo, e Eloqüente advogado da *Causa do Brasil*,¹⁷ mas também por ter feito justiça ao seu Heróico *Libertador*; assim dirigindo (e não debalde) a *Voz da Razão* às Potências da *Santa Aliança*.

¹⁶ Os Naturalistas da Europa, que esperam a Flora do Rio de Janeiro, anunciada pelo sábio Mr. *S. Hilaire* na *Introdução*, já publicada, de sua viagem Filosófica desde aquela capital até o *Paranaguá*, hão de fazer o devido conceito de uma obra de tal culto literário de quem não estudou a História Natural na Universidade.

¹⁷ Além da obra citada, também adquiriu crédito em outra obra menor, a que deu o título de *Golpe de Vista* – onde fez a Refutação do Folheto impresso em Londres, que se presumia expedida de Gabinete de uma Legação Estrangeira – *Estado Político do Brasil, considerado em suas Relações com Portugal* –. De ambas estas obras publiquei Extratos, com várias Notas em 1824.

Monarcas Europeus! Dizei o que deveria fazer D. Pedro! Devia regressar a Portugal, e render-se a discrição dos Conselheiros de seu Pai? Se a tal se resolvesse, tereis dezenove Repúblicas, e dezenove Bolivares de mais no Hemisfério d'América.

Estas linhas equivalem a Volumes.

Ainda que Mr. *Beaumelle* seja também credor a estima dos Naturais do Brasil, contudo (sinto dizer) não posso assentir á sua decisão categórica, com que atribui a Independência do Império do Brasil às causas ordinárias da dissolução dos Corpos Políticos, como dos corpos físicos, e à tendência da desmembração dos vastos Estados, pela distância da Capital do Governo, e falta de estradas para as comunicações interiores; e muito menos ao que, com ênfase, diz ser *Inflexível Destino e Lei do Fado irrevogável!* Isto eclipsa a Honra do Brasil, e a Glória do Imperador, que não foi instrumento passivo da fatalidade, mas exemplar de Virtude Pública, e Indústria Imperial, que bem seguiu, mas ainda melhor dirigiu, os sucessos, para feliz êxito do Conflito Político com Portugal. Ele não desviou, (quando em si esteve) da Linha da Justiça, nem fez cálculo de longitudes; mas somente sustentou-se no Predicamento, de que estava de posse, dentro do Círculo da Moral Universal, unicamente Escudando contra as Cortes de Lisboa, para Honra dos Brasileiros, a prometida *Igualdade de Direitos*.

Eis as Obras, de que me aproveitei, tendo a vista remetidos documentos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e os Diários das Cortes de Lisboa, e da Assembléia do Rio de Janeiro, em imitação de Tácito, que diz ter composto os seus Anais do Império Romano pelos Comentários do Senado.

As *Memórias da – Vida de Lord Wellington – e dos Benefícios Políticos* do Senhor D. João VI, em que expus fatos e coligi Documentos relativos ao importantíssimo período da Vinda da Corte ao Brasil até a Coroação deste Augusto Senhor, facilitam-me nesta parte a ordenada História.

Prescindi de papeladas corriqueiras, inferiores, ou incertas, e, ainda mais, de conjecturas, fantasias, e intrigas dos Cabalistas do tempo; e não menos de tediosas digressões, com que vários Historiadores, ainda de crédito, têm sobrecarregado as suas narrações com frívolos ornatos de flores retóricas, que mais servem de escurecer do que de esclarecer os quadros. – Assaz farei se narrar fielmente os Sucessos de transcendente importância à Civilização, e Independência do Império.

Cumpra a fé incorrupta expor a verdade nua, e pura, como a História, para ser a *Mestra da Vida*.

Isto ainda é mais necessário na explanação das Cousas de um País a tantos respeitos *Novo*, que lenta e dificilmente se tem ido alongando da primordial rudeza do estado selvagem, onde quase tudo é uniforme, e pouco instrutivo; exceto nas *Maravilhas da Criação*, cujo desenho não entra no Plano do presente trabalho, e que sobre excede a minha Comissão, e esfera.

Os Historiadores são comumente prolixos em referir batalhas, expor intrigas, e circunstanciar desordens dos Estados; sendo muito menos curiosos e exatos

no exame e relatório do que mais interessa ao progresso da Civilização, e à prosperidade das Nações pelos seus Institutos e Regulamentos, ou pelos respectivos desgovernos, e infortúnios, que as degradarão no Teatro Político. Não darei tédio aos Leitores quanto ao primeiro ponto; espero vênia ao desvelo quanto ao segundo. Por isso com especialidade recorri, como Fonte Subsidiária, a Legislação relativa ao Brasil; tendo em vista não menos a *Dedução Cronológica e Analítica* do celebre Ministro de Estado, que tanto promoveu o extermínio dos Jesuítas, a quem a América Antártica muito deve o aldeamento e cristianismo dos Indígenas do Novo Mundo, e o Brasil a Educação Literária, bem que a vários respeitos fosse pior que inútil.

Não sou Tácito, que, (segundo Montesquieu diz) *abreviava tudo, porque via tudo*. Os Sucessos de mais de três séculos desde o Descobrimento do Brasil até o presente, são, por sua natureza e conseqüência, de superior importância aos do século descrito por aquele grande pintor de homens e eventos, que ainda está sem rival na concisão e instrução. Se o Autor da vida me conceder tempo e vigor, apenas me será possível, compilando fatos *dignos de memória*, aspirar ao empenho de *Floro* abreviador da História Romana; de *Mariana*, compendiador da História de Espanha; de *Córdoba*, recopilar da História do Sul d'América.¹⁸

Não é possível dissimular o quanto ainda me turba o empenho de relatar os Sucessos da Regeneração do Brasil desde o ano de 1821, por me expor a inexorável censura, que se tem feito aos que se aventuram a escrever a História dos Sucessos Contemporâneos, que jamais satisfaz aos altanados, e fastidiosos, que a consideram não ser imparcial, mas composta com recentes ódios, por influxo do Poder estabelecido, e contemporização a partidos, sem cuidar-se na Posteridade.

Prevedo, e prevenindo, as críticas austeras, entendo ser do meu dever expor com lisura os meus sentimentos, oferecer alguma apologia, e refutar as invectivas, que já correm no Brasil em escritos Nacionais, e Estrangeiros.

Quando, no fervor da justa indignação dos patriotas contras as Cortes de Lisboa, publiquei a minha *Reclamação XIV* contra os opiniáticos, que instavam ao Senhor D. Pedro, então Príncipe Regente, para romper com Portugal, Convocando uma Assembléia Geral de Deputados do Brasil na Corte do Rio de Janeiro (o que me atraiu tantas animosidades); desejando, se fosse possível, continuar a fazer parte da Grande Família da Nação Portuguesa, na conformidade das Bases da Nova Constituição Política; fiz o manifesto do meu cordial voto de *esperar que o Corpo Legislativo nos fizesse a devida justiça*.¹⁹ Porém foram vãs

¹⁸ *Ensaio de La Historia Civil Del Paraguay, Buenos Ayres, y Tucuman* – do Dr. Funes de Córdoba – publicado em Buenos Ayres em 1817.

¹⁹ “Cumpre-nos exaurir todos os suaves e honestos recursos para nos congraçarmos com os nossos Pais, Irmãos, e parentes. Não há em Portugal tantos varões insignes, e os *homens bons* do nosso antigo e nobre Caráter Português?, etc”. Recl. XIV. Rio de Janeiro 23 de maio de 1822. – Estes sentimentos ainda são permanentes. Pelo que seja entendido, que onde neste Escrito se usa de acres termos, e queixumes, eles não dirigem à *personalidade*: as durezas do Sistema Colonial, as injustiças do Ministério, e as insolências dos levantados das Cortes, são os únicos objetos da Censura Histórica, salvos sempre o respeito e afeto à *Grei Portuguesa*, que Barros define a *Congregação de nossos progenitores, parentes, e amigos*.

as minhas esperanças pela contumácia, e soberba dos *Arquitetos de Ruínas*, causas da própria infelicidade,²⁰ e da presente separação entre o Brasil e Portugal, por abalarem com soterrâneas minas cabalísticas uma Monarquia de perto de oitocentos anos.

Todavia, ora reconhecendo a necessidade inevitável deste prodigioso Sucesso Político, penso que todos os cordatos Brasileiros, que sentem a doce intimidade das anteriores relações indestrutíveis de sangue, língua, e Religião, não duvidarão de dizer comigo, o que a respeito da Lusitânia um dos mais acreditados Escritores d'América Setentrional não duvidou confessar a respeito da Grã-Bretanha nos seguintes termos:

Há geral opinião em Inglaterra, que os Povos dos Estados-Unidos são inimigos do Estado-Pai. Este é um dos erros que têm sido diligentemente propagados por escrevinhadores mal intencionados. Nós olhamos com sentimentos de ternura e veneração para a terra dos nossos Avoengos – Augusto Depósito de Monumentos e antiguidades da nossa progênie – o Solo Natal, e o Mausoléu dos Sábios e Heróis da nossa História Paternal. Depois do nosso País, não há algum em cuja Glória mais nos deleitemos –; nenhum cujo bom conceito sejamos mais ansiosos de possuir –; nenhum para quem nossos Corações mais se sobressaltem com júbilos de mais ardente consangüinidade. Ainda durante a guerra, sempre que houve a menor oportunidade de manifestar estes naturais sentimentos, era delícia dos espíritos generosos do nosso País o mostrar, que, no meio das hostilidades, ainda conservavam vivas as faíscas de futura amizade.²¹

Demais: seria ignomia de qualquer Escritor do Brasil não ter a mesma liberdade de sentimentos que o Patriarca da História d'América, o insigne *Robertson*, que assim faz justiça aos Descobridores das antes incógnitas Partes do Mundo, que levaram as Quinas Lusitanas até a Austrolásia: diz no Liv. 1 da sua História pág. 55.

Chegou o período, em que a Providência Decretou, que os Homens passassem os Limites, dentro dos quais haviam por tão longo tempo sido encerrados, e abrir-se mais vasto Campo, em que se desenvolvessem os seus talentos com heróica empresa e coragem. Os primeiros consideráveis esforços para este fim, não foram feitos por alguns dos mais poderosos Estados de Europa, e nem ainda por aqueles, que se haviam aplicado à Navegação com maior afinco, e bom sucesso. *A glória de abrir a estrada nesta Nova Carreira estava reservada a Portugal, um dos mais pequenos e menos poderosos Estados da Europa.* As tentativas dos Portugueses em adquirirem os conhecimentos nas quatro partes do Globo, de que o Gênero Humano até esse tempo não era informado, não só melhoraram, e estenderam a Arte da Navegação, mas excitaram tal espírito de curiosidade e empresa que os conduziu à descoberta do Novo Mundo.

Parece que ora também se pode dizer, que a Glória de abrir Nova Carreira de Justo Império estava reservada ao Brasil com a Declaração de sua Independência,

²⁰ Octingentorum annorum fortuna, disciplina que compages haec coaluit; quae convelli, sine exito convellentium; non potest. Tacitus. Histor. Lib. IV. Cap. LXXIX.

²¹ The Sketch Book – Vol. I. pág. 93. London. 1821.

e Aclamação do Império Constitucional do Legítimo Herdeiro da Casa de Bragança, que Susteve, por Graça do Poder *Invisível*, a queda da Monarquia Lusitana, convulsa nos seus Fundamentos pelo Terremoto político de 24 de Agosto de 1820, de maior estrago que o Terremoto de Lisboa de 1º de Novembro de 1755, no Sucesso da explosão das furnas revolucionárias dos *Pedreiros Livres*, que atentaram por materiais combustíveis aos quatro cantos do, então Unido, Reino de Portugal, Brasil, e Algarves, afim de estabelecerem, contra as Leis da Natureza, (que nada faz de salto) e contra as experiências dos Séculos, que tem mostrado os horrores das Anarquias, e Guerras civis, fantástica Regeneração do Estado, que acabava de sofrer catástrofe pela Tirania do Arqui-Revolucionista Invasor de Portugal, que em fim de 1807 fez o despótico Decreto:

“A Casa de *Bragança* cessou de reinar”.

Tendo os Espanhóis destruído os dois Impérios, que se acharam estabelecidos na América Meridional, do México e do Peru, de considerável grau de civilização e riqueza, na origem do seu Descobrimento, a Providência agora permitiu, que no Centro Marítimo daquele território imenso, surgisse Novo Império, para contrabalanço dos Estados de precária forma de governo; e isto de súbito, como o Sol na Zona Tórrida em repentino ascenso no horizonte sem crepúsculo, e com o mais Liberal Sistema, que completamente desfizesse o mesquinho, mortífero, e ímpio Plano do antigo Subjugador de Portugal *Filipe II*, que, em seu maior empenho, procurou fechar os Portos que a Providência abria para comunicação da Espécie Humana.

279

No Periódico – *Le Constitutionnel de Paris* – de 6 de Maio do corrente ano de 1825 vem a seguinte notícia, extraída de outro Periódico do Reino dos Países Baixos – *L’Oracle de Bruxelles* – de 3 do mesmo mês, no qual se refere que Filipe II, estando moribundo, deixou a seu Sucessor um Escrito, tendo por título – *Instrução do Rei de Espanha à seu filho*:

É preciso achar o meio de excluir todos os Príncipes da Europa da Navegação das duas Índias: o que não pode sofrer dificuldades, senão da parte da França, Inglaterra, e Holanda, e menos daquela que das outras duas, porque não tem Marinha; novo motivo de segurar a posse dos Países Baixos, e mais ainda de Inglaterra.

Deus Decretou de outro modo. Aquela Potência que havia expedido a que orgulhosamente intitulou Armada Invencível para invadir a Grã-Bretanha, declinou daí em diante em poder: presentemente a Espanha, por culpa dos seus Revolucionários Liberais, e de suas Democráticas Cortes, é a única Nação, que teima no velho sistema de *Despotismo e Monopólio*, e, de fato, também é a única que não participa dos benefícios do Comércio do Continente Americano.

Não é possível deixar em silêncio entre os escritos recentes e influentes a nova Obra, que em 1824 apareceu de Mr. *De Pradt* com o título – *A Europa, e América em 1822 e 1823* –, em que também expõe em *miniatura* os extraordinários Sucessos do Brasil no tomo II Cap. XLIV; adindo por fim em *Postcripto* do mesmo tomo cáustica censura sobre a *Extinção da Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro*.

Este escritor que se afamou em um e outro Hemisfério depois da Obra (saída à luz no princípio deste século) intitulada — *Três Idades das Colônias* —; tendo-se constituído por outras obras subseqüentes o Ídolo do Partido Federal da América Meridional, conseguindo também por isso grande voga entre os entusiastas da Seita Maçônica, por desgraça tão mifizada no Brasil; é constante haver feito, com as suas declarações insidiosas sinistra impressão nos espíritos inquietos, que ainda suspiram pelo retorno dos Corifeus da Cabala, que haviam prevalecido (ainda que com efêmero ascendente) no dito Corpo Político. Ele agora descreve a Cena, que mais proximamente acelerou a Nova Ordem Política deste País.

Não se podendo levantar qualquer Edifício sem alimpar-se a área, não posso abrir mão desta *Preparação* sem fazer análise, e opor barreira, ao *Compêndio Histórico* do Triênio, que Mr. *De Pradt* cifrou nessa sua última Obra, de que tenho notícia.

Venerava a este Escritor da França, quando publiquei a *Memória dos Benefícios Políticos* de Sua Majestade Fidelíssima: por isso na pág. 179 me vali de uma sua excelente observação de outra Obra, que imploro licença de transcrever:

Penas d'Águia, e cem línguas eram necessárias para subir as regiões da invenção, a fim de bem narrar-se, ao som da Tebana Lira, o inesperado Benefício Político, que o senhor D. João VI Se Dignou Fazer à Monarquia Lusitana, ao mesmo tempo Realçando a Honra do Brasil, nos Ajustes da Escritura de Casamento em Viena d'Áustria pelos Plenipotenciários das Cortes respectivas na data de 29 de Novembro de 1816, e sua ratificação em 5 de Abril de 1817.

Paris em fevereiro deste ano, havia antecipado o aplauso da Imperial Beleza Desposada, dando circulação à nova Obra do Arcebispo de Malines, que, no anterior escrito sobre o *Congresso de Viena*, se constituiu o Pregão da Europa. Ali anunciou o Grande Fato Histórico, que fixa uma das mais memoráveis épocas nos Anais da Sociedade. Eis como louva a iluminada Política das Reinantes Casas de Bragança e Áustria, por *Grande Pensamento* do Gabinete da *Boa Vista*.²²

Já as Filhas do Soberano da Corte do Brasil vieram assentar-se nos Tronos de Europa: a Filha de Césares vai associar-se ao Cetro do Brasil; outras as seguirão; e os dois Mundos, confundindo o seu sangue, em lugar de o derramarem mutuamente, substituirão os laços de família às cadeias de que eram carregados; e assim aproximarão a Humanidade para o destino que o Céu lhe tinha assinado, quando a criou, e era compor uma só Família, animada dos mesmos sentimentos, pois que a tinha dotado das mesmas faculdades.

Aqui Mr. *de Pradt* se extasia com sublimes sentimentos de humanidade e de sã política, considerando a firmeza do Estabelecimento de uma Monarquia absoluta no Brasil: exaspera-se atualmente vendo estabelecer-se um Império com Liberal Constituição conforme ao espírito do século, só porque o Imperador Constitucional não se curvou ao jugo de uma Assembléia ingrata à sua Generosa Convocação, e que, a passos de Gigante, avançava na *longa rota* dos rebelosos

²² Real Palácio Suburbano do Rio de Janeiro.

Peninsulares de Espanha e Itália. Deixo ao Público atilado fazer o parelho do carácter daquele Escritor na época em que escreveu aquelas linhas, e do que manifesta na capitulada presente.

A *Verdade* é a Estrela Polar da História, e a circunstância que principalmente a distingue da *ficção*. Integridade, candura, e moderação, são as partes do Historiador. Informação e fidelidade são indispensáveis para o complemento [sic] do seu dever. Mas, se ele não foi Ator nas Cenas que relata, o seu conhecimento, em muitos casos, é circunscrito, e raras vezes pode ser perfeito. Razões de Estado, ou interesses da Nação, fazem inacessível autêntica inteligência de Arquivo de Gabinete: a dignidade e delicadeza de melindrosas transações reclamam resguardo, e silêncio do Historiador, que não esteja no predicamento de César, Carlos V, Frederico II, que escreveram Comentários dos Próprios feitos. Espero que isto me seja boa escusa na *Economia da Verdade* sobre Sucessos, de cujas circunstâncias não há uniformidade no Juízo do Público.

Era impossível escrever a história do Estabelecimento de Novo Império sem depor um grão de incenso no Altar da Pátria, e fazer, sem espírito de adulação (feito crime de servilidade) devido elogio ao Príncipe do Brasil, que na sua juventude se mostrou ser um Gênio da Harmonia, e mais que Prodígio da Política; pois, na mais crítica situação, sem exemplo nos Anais Históricos, Ostentou a mais extraordinária prudência e capacidade na Arte das Artes de governar Povos afogueados com os entusiasmos de um século revoltado contra as Legítimas Supremas Autoridades estabelecidas. O Imperador Carlos V, ainda que argüido, sendo Príncipe, de impaciência de reinar, foi admirado por manifestar talento para reger seu vasto Império ainda na menor idade: mas foi preparado (como refere o seu Historiador *Robertson*) pela admissão desde quinze anos ao Conselho do Estado, e entrou na posse tranqüila do Governo em tempo que a *Lealdade* era o Timbre das Nações cultas.

Bacon, celebrado Chanceler de Inglaterra, doutrinou, que a Primeira Honra era devida aos Fundadores dos Impérios.²³ *Hume*, Historiador do Império Britânico, sendo pouco liberal de panegíricos, é profuso elogiador de Alfredo o Grande, a quem dá o título de Fundador da Monarquia Inglesa, dizendo que fora um dos mais sábios e melhores Príncipes, que jamais ornaram os anais de alguma Nação; e que só a Fortuna, por ter nascido em século bárbaro, o privou de historiadores dignos de transmitirem sua fama à posteridade; desejando por isso o vê-lo delineado com as mais vivas cores, e pinceladas de Mestre; apenas descobrindo-lhe algumas nódoas, de que era impossível ser isento ainda o mais *Perfeito Caráter*.

Rio de Janeiro 27 de Setembro de 1825

²³ Essays Political – Cap. *Honour and Reputation* – The true marshalling [sic] of the degrees of sovereign honour are these: in the first place are – *conditores imperiorum* – founders of states etc...

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Andréa Lisly Gonçalves
Andréa Slemian
Andréia C. Lopes Frazão da Silva
Carlos Oiti
Estevão de Rezende Martins
Fábio Franzini
Fernando Amed
Fernando Nicolazzi
Helena Mollo
José Antônio Dabdab Trabulsi
José Carlos Reis
Julio Bentivoglio
Marcia de Almeida Gonçalves
Mário Jorge da Motta Bastos
Mateus H. de Faria Pereira
Pedro Spinola Pereira Caldas
Rebeca Gontijo Teixeira
Sérgio da Mata
Taíse T. Quadros da Silva
Valdei Araujo

283

Normas de publicação

editorial guidelines

- 1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:
 - 1.1) Artigo inédito (entre 28.000 e 64.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).
 - 1.2) Resenha crítica de livro (até 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir no final da resenha e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista.
 - 1.3) Textos e documentos historiográficos: tradução de texto inédito em língua portuguesa ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico e transcrição de textos de valor documental para a história da historiografia. Ambos deverão ser antecidos de breve apresentação (até 17.000 caracteres com espaço).
 - 1.4) Entrevistas, antecidas por uma breve apresentação. (entre 27.000 e 54.000 caracteres com espaçamento no total).
- 2) Os artigos devem conter, no final, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e 03 palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.
- 3) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.
- 4) Os autores devem indicar sua instituição, titulação acadêmica e endereço completo para correspondência.
- 5) As resenhas críticas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter, no final, 03 palavras-chave em português e em inglês.
- 6) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.
- 7) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovado na pré-seleção, serão encaminhados para dois pareceristas.
- 8) As resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos serão avaliadas por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

9) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

10) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à esquerda, de 1,5 cm, com tamanho de fonte 11 e espaçamento simples.

11) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical.

12) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato:
(ABREU 2005, p. 36).

13) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/peródico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

14) A partir de seu terceiro número, a revista *História da Historiografia* adotará a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

15) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

16) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente para o e-mail: historiografia@ufop.br. Após o recebimento será enviada uma mensagem de confirmação.